



LOCUS
revista de história

Dossiê:

**A história das mercadorias no mundo pré-industrial:
potencialidades e limites de uma abordagem**

Vol 29, n. 1 (2023) e-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Juiz de Fora

LOCUS

Revista de História





e-ISSN: 2594-8296

ISSN-L:1413-3024

Equipe Editorial



Editor



Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Editora Assistente

Profa. Dra. Hebe Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil


Conselho Editorial

Profa. Dra. Ágnes Judit Szilágyi  
Universidade Eötvös Loránd, Hungria

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo  
Universidade Federal do Pará, Brasil



Prof. Dr. Álvaro Garrido  
Universidade de Coimbra, Portugal



Profa. Dra. Armelle Enders  
Universidade de Paris 8, França


Profa. Dra. Barbara Weinstein 
Universidade de Nova Iorque, EUA

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt 
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil



Prof. Dr. Carlos Manuel Dias Fernandes 
Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique



Profa. Dra. Cláudia Viscardi  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Prof. Dr. Ernesto Bohoslavsky  
Universidad Nacional de General Sarmiento,
Argentina



Profa. Dra. Hebe Mattos  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Prof. Dr. James Green  
Universidade Brown, EUA


Prof. Dr. Leandro Duarte Rust  
Universidade de Brasília, Brasil


Profa. Dra. Maraliz Christo  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Prof. Dr. Vitor Izecksohn  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Profa. Dra. Wlamyra Albuquerque  
Universidade Federal da Bahia, Brasil


Conselho Consultivo

Profa. Dra. Alda Saúte Saíde 
Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique



Profa. Dra. Amélia Polónia 
Universidade do Porto, Portugal

Profa. Dra. Ana Maria Mauad 
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves 
Universidade Federal de Goiás, Brasil


Profa. Dra. Angela de Castro Gomes 
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Brasil

Prof. Dr. António Costa Pinto 
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de
Lisboa, Portugal

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro 
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Antônio Montenegro 
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil


Prof. Dr. Benjamin Arthur Cowan
Universidade da Califórnia em San Diego, EUA

Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima 
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Prof. Dr. Charles Monteiro 
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do
Sul, Brasil



Prof. Dr. Federico Finchelstein
New School for Social Research, EUA



Prof. Dr. Fernando Londoño Torres 
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Francisco Javier Dosil Mancilla 
Universidade Michoacán de San Nicolás de Hidalgo,
México

Prof. Dr. Gerardo Caetano 
Universidade da República, Uruguai

Profa. Dra. Helena Hisako Toida
Departamento de Estudos Luso-Brasileiros /
Universidade Sophia (上智大学), Japão

Profa. Dra. Heloisa Starling 
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil


Prof. Dr. Henrique Espada Lima 
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil



Prof. Dr. Ismael Saz
Universidade de Valência, Espanha

Prof. Dr. Jean Gormo
Universidade de Maroua, Camarões

Prof. Dr. Jens R. Hentschke
Universidade de Newcastle upon Tyne, Reino Unido



Prof. Dr. Juan Carlos Ruiz Vasquez 
Universidade de Rosário, Colômbia

Prof. Dr. Juan Pan-Montojo 
Universidade Autônoma de Madri, Espanha

Prof. Dr. Júlio Cláudio Silva 
Universidade do Estado do Amazonas, Brasil

Prof. Dr. Marcelo Casals 
Universidade Adolfo Ibáñez, Chile

Profa. Dra. Maria Dolores Lorenzo 
Universidade Nacional Autônoma, México

Profa. Dra. Maria Inácia Rezola 
Universidade Nova de Lisboa, Portugal



Profa. Dra. Maria Lígia Prado 
Universidade de São Paulo, Brasil

Profa. Dra. Marina Franco  
Universidade Nacional de San Martín, Argentina

Prof. Dr. Mario Sznajder
Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel


Prof. Dr. Matteo Pasetti 
Universidade de Bolonha, Itália



Prof. Dr. Olivier Compagnon 
Universidade Sorbonne Nouvelle, França



Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes  
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Prof. Dr. Peter Blasenheim
Colorado College, EUA


Prof. Dr. Roger Griffin
Oxford Brookes University, Reino Unido

Profa. Dra. Regina Horta Duarte  
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Profa. Dra. Solange Pereira Rocha  
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Profa. Dra. Sônia Gomes Pereira  
Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Stefan Rinke 
Universidade Livre de Berlim, Alemanha

Prof. Dr. Xosé Manoel Núñez Seixas 
Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Índice

Editorial

Odilon Caldeira Neto

1

A história das mercadorias no mundo pré-industrial: potencialidades e limites de uma abordagem

Fábio Morales e Leonardo Marques

3

Dossiê

Transhistorical perspectives on commodities, fetishism, and world-systems: Technologies of exploitation through five thousand Years

14

(Tradução) Perspectivas transhistóricas sobre mercadorias, fetichismo e sistemas mundiais: Tecnologias de exploração ao longo de cinco mil anos

Alf Hornborg

Fetishizing the Past to Imagine the Present: Mesoamerican Chocolate and Pulque in the World

40

(Tradução) Fetichizando o Passado para Imaginar o Presente: Chocolate e Pulque Mesoamericanos no Mundo

Joan Bristol

Escravos e Penhorados como “mercadorias” na África Central Antiga? Sobre o Conceito de Alienação no Baixo Rio Congo (300 AEC – c. 1482)

56

Marcos Abreu Leitão de Almeida

Moeda e Munição, mas Principalmente Farinha: Farinha de Mandioca, Tropas Urbanas e Expedições de Conquista nas Capitanias do Norte (séculos XVII-XVIII)

87

Kalina Vanderlei Silva

As drogas do sertão na Amazônia colonial e a construção de um modelo de economia Atlântica-sertaneja (séculos XVII e XVIII)

106

André José Santos Pompeu

Seção Livre

Juiz de Fora e o golpe civil-militar de 1964

	<i>Jorge Ferreira</i>	126
As direitas radicais portuguesas no pós-25 de abril: ideias, representações e discurso (1974-1982)		152
	<i>Bruno Madeira</i>	
A Memória de Gustavo Barroso na Memória Nacional Forças Armadas, Neofascismo e Neointegralismo		178
	<i>Erika Morais Cerqueira</i>	
Programas Sociais brasileiros e a desativação da esfera pública		203
	<i>Denise De Sordi</i>	
Jo, Ramon Llull (2016): documentário, historiografia e representação		222
	<i>Guilherme Queiroz de Souza</i>	
<i>Resenhas</i>		
Mercadorias entre a Europa Central e o Atlântico		240
	<i>Elisa Michabelles Dourado</i>	
As origens ibero-americanas da racialização na Modernidade		246
	<i>João Gabriel Covolan Silva</i>	
Trabalhadores, Justiça do Trabalho e Ditadura: o processo do golpe civil-militar de 1964 em Pernambuco		252
	<i>Avelino Pedro Nunes Bento da Silva</i>	
Carlos Drummond de Andrade e os intelectuais modernistas nas Minas Gerais		257
	<i>Lucas Eduardo de Souza Ferreira</i>	
Equipe Locus		263

Locus e os desafios editoriais

Locus and the editorial challenges

Locus y desafios editoriales

Odilon Caldeira Neto

<https://orcid.org/0000-0001-5926-528X>

A publicação de uma nova edição de *Locus: Revista de História* é, indiscutivelmente, momento de comemoração. Afinal, são mais de duas décadas em que a revista participa, ativamente, das discussões e publicações mais importantes da Historiografia e das Ciências Humanas, seja em nível local, regional ou internacional. Este é um esforço coletivo, que envolve desde a Equipe e o Conselho Editorial, assim como o apoio e o suporte institucional do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Os reflexos deste trabalho em equipe – e de sua rede de solidariedade – está visível e reconhecido. Recentemente, o Programa de Pós-graduação em História alcançou a nota 6 na avaliação quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para nós, este feito é um motivo de orgulho! No entanto, há desafios que merecem a devida atenção.

Recentemente, a divulgação da avaliação dos periódicos pela CAPES trouxe uma surpresa incômoda, que não reflete o impacto do periódico, assim como os esforços para aumentar o impacto da revista, assim como a sua internacionalização. De fato, a *Locus: Revista de História* é um periódico de referência na área de História, desde 1995, sem interrupções. Durante esse tempo, a revista publicou centenas de artigos relevantes para o campo das Ciências Humanas. O Programa de Pós-graduação e o Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora têm se dedicado para aumentar o impacto da revista, a sua internacionalização e a divulgação científica.

No entanto, é necessário frisar que a revista manifesta preocupação com a avaliação da CAPES, que impactou negativamente a classificação do periódico. Após uma avaliação rigorosa,

foi descoberto um erro no processo de avaliação, que afetou significativamente a classificação da revista. O Conselho Editorial da Revista, juntamente com o Departamento de História e o Programa de Pós-graduação, entraram com recurso, solicitando a revisão da avaliação, mas não há indicativo concreto quanto à divulgação da resposta.

A demora na resposta do recurso prejudica as atividades da revista e do Programa de Pós-graduação, que tem reconhecida excelência. Diante desse quadro, mais uma vez, a *Locus: Revista de História* manifesta publicamente sua preocupação com a situação. Estamos esperançosos que este percalço será solucionado, de modo que as nossas atividades continuarão nos ritmos habituais.

Nesta edição, *Locus* traz o dossiê temático “A história das mercadorias no mundo pré-industrial: potencialidades e limites de uma abordagem”, organizado pelos professores Fábio Morales (Universidade Federal de Santa Catarina) e Leonardo Marques (Universidade Federal Fluminense). Além do dossiê temático, o número atual conta com importantes contribuições em artigos e resenhas, que discutem temas como políticas sociais, contextos autoritários, extremismo político, memórias e representações. A pluralidade, ladeada pela excelência, é marca duradoura de nossa revista.

A nossa programação futura já está confirmada. Além da próxima edição, com a publicação do dossiê “Histórias das artes, história das imagens” (vol. 29, n. 2, 2023), em breve será divulgada a chamada do dossiê temático, organizado pelas professoras Mônica Ribeiro de Oliveira (Universidade Federal de Juiz de Fora) e Anita Lucchesi (University of Luxembourg), dedicado ao tema da História Digital. Com isto, *Locus* reafirma sua dedicação em contribuir com a excelência editorial.

Dossiê: A história das mercadorias no mundo pré-industrial:
potencialidades e limites de uma abordagem

**A história das mercadorias no mundo pré-industrial:
potencialidades e limites de uma abordagem**

*The history of commodities in the pre-industrial world:
potentialities and limits of an approach*

*La historia de las mercancías en el mundo preindustrial:
potencialidades y límites de un enfoque*

Fábio Morales*

<https://orcid.org/0000-0002-9942-5011>

Leonardo Marques**

<https://orcid.org/0000-0003-1276-2769>

O diálogo que deu origem à organização do presente dossiê foi iniciado no primeiro simpósio de História Global da Universidade Federal de Santa Catarina, ocorrido em novembro de 2019. Após uma primeira rodada de discussões em torno da história das mercadorias como estratégia de análise capaz de enfrentar algumas das questões que animavam o encontro, tais como jogos de escalas, a separação entre diferentes campos, as potencialidades e limites da

* Fábio Morales é professor de História Antiga e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. cursou a graduação em História na Universidade de São Paulo, onde também realizou o mestrado (2009) e doutorado (2015). É autor de A democracia ateniense pelo avesso (Edusp, 2014), além de artigos e capítulos de livro sobre a história do Mediterrâneo antigo nos períodos clássico e helenístico. Atualmente, realiza pesquisa sobre a história global das cidades gregas no mundo helenístico. É líder do grupo de pesquisa Mithra - Laboratório de História Antiga Global (CNPq). E-mail: fabio.morales@ufsc.br

** Leonardo Marques é professor de História da América Colonial e membro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Graduado em História pela Universidade Federal do Paraná (2006) e doutor em História pela Emory University (2013). É autor de Por aí e por muito longe: migrações, dívidas e os libertos de 1888 (Apicuri, 2009) e The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776-1867 (Yale University Press, 2016), além de artigos e capítulos de livro em torno da história do tráfico de escravos, da escravidão e de suas relações com o capitalismo. Atualmente, desenvolve pesquisas sobre a história ambiental da era colonial, com foco específico na história da mineração na América. E-mail: lm@id.uff.br

interdisciplinaridade, o debate foi para as páginas do periódico *Esboços*: histórias em contextos globais, também da UFSC, no começo de 2021 (com um dos organizadores do presente dossiê na posição de editor do periódico e o outro na posição de participante direto do debate). Um dos aspectos mais instigantes surgidos daquela conversa foi o papel de tecnologias e práticas antigas na formação das mercadorias do mundo Atlântico. Conhecimentos milenares foram fundamentais não apenas para a construção do colonialismo na América, mas para a expansão dos fluxos de mercadoria que estiveram na base do capitalismo colonial. A história das mercadorias da era moderna dependeu de processos de longa duração da história humana, em movimentos de apropriação e reconfiguração que com frequência apagaram essa história anterior, como bem argumenta Marcy Norton. Explorar a centralidade desses mundos antigos para a formação do capitalismo colonial foi, portanto, o ponto de partida das conversas que levaram à organização deste dossiê (Marques *et. al.* 2021; Norton 2017).

Nessa perspectiva, as histórias das mercadorias tornam-se processos profundos que só podem ser compreendidos efetivamente a partir de uma ampliação do escopo temporal da análise. Mas o procedimento levanta, também, um vasto leque de problemas que, em nossa visão, permanecem mal resolvidos na historiografia. Pode a mercadoria ser considerada uma categoria de análise trans-histórica? É possível falar em história das mercadorias na Mesoamérica pré-colombiana, no Egito Antigo ou na Europa Medieval? Ou, antes de tudo, quando surge a mercadoria? Se partirmos de uma definição simples, como a oferecida por Karl Polanyi, “objetos produzidos para a venda no mercado”, torna-se muito difícil localizar o seu nascimento já que são muitas as evidências de produções especializadas visando a troca em diferentes sociedades antigas e pré-históricas (Polanyi 2012, 77). O próprio conceito de mercadoria vem do latim *merx*, termo usado para mercadorias e bens em geral. Nesse sentido básico, portanto, a resposta à pergunta é sim: é possível produzir histórias da mercadoria em diferentes contextos pré-modernos, como, aliás, uma crescente bibliografia vem demonstrando (Penhallurick 1986; Purcell 2016).

O problema fica mais complexo quando entramos nos significados e implicações mais amplas da mercadoria, em passados distantes ou mais próximos. Parte da bibliografia que explora histórias de mercadorias e mercados no mundo Antigo busca questionar a cisão radical entre os mundos pré- e pós-industriais. Um exemplo célebre é o debate sobre a natureza da economia antiga (que abarcou, com algumas variações, o Mediterrâneo na Antiguidade; cf. Morris e Manning 2005; Gaia 2010; Carvalho, 2011; Palmeira 2018; Carvalho 2018). A economia antiga era próxima ou distante da economia moderna, capitalista e industrial? Entre as perspectivas que enfatizavam a distância, os chamados “primitivistas” já sugeriram que as economias antigas eram essencialmente domésticas (Bucher 2017 [1893]), que eram submetidas às lógicas políticas e militares das

comunidades (Weber 2015 [1921]), ou que nelas a honra e o prestígio eram motores mais relevantes que o lucro e a acumulação (Finley 1973). Em oposição a tal perspectiva, os chamados “modernistas” argumentaram que o comércio e a indústria antigos não poderiam ser ignorados (Meyer 2015 [1985]), que havia ciclos econômicos de prosperidade e crise, políticas industriais e lutas entre burgueses e proletários (Rostovtzeff 1926), ou que o Mediterrâneo era tão profundamente fragmentado e imprevisível que apenas o alto grau de integração e circulação de bens, ideias e pessoas no Mediterrâneo tornava possível a vida, numa espécie de protoglobalização antiga (Horden e Purcell 2000). Discussões relativamente semelhantes surgiram também em relação à natureza das economias da América Antiga, indo de interpretações que enxergam um dinamismo comercial pujante que eventualmente poderia levar a uma revolução burguesa na Mesoamérica, não fosse a ruptura produzida pela Conquista (Soustelle 1990), a olhares de inspiração polanyiana que afirmam o enraizamento das economias andinas em padrões de reciprocidade e redistribuição (Murra 1975, Wachtel 1978) e enfatizam, assim, a diferença em relação ao capitalismo contemporâneo. Recentemente, um certo consenso historiográfico de inspiração neo-institucionalista na academia anglo-americana tem enfatizado a presença e dinamismo dos mercados no México Antigo (Hirth 2016; Nichols, Berdan e Smith 2017); o caso andino tem se revelado mais arredio a tal movimento de análise, mas o debate pode ser levado para outros caminhos, como se pode ver a partir de algumas contribuições para este dossiê.

Subjacentes ao debate - cuja própria reconstituição, repleta de generalizações e simplificações, foi um elemento chave na organização das oposições e hegemonias historiográficas - estavam concepções em geral pouco refletidas acerca do próprio capitalismo. Tomando o capitalismo como um pacote de atributos sociais (o trabalho assalariado, a economia de mercado e a racionalidade econômica), procuravam-se as semelhanças e as diferenças: contra o capitalismo, o papel do prestígio, a escravidão, a baixa produtividade, os colapsos demográficos; a favor, as abundantes evidências de circulação de produtos de luxo e commodities, de investimentos visando o lucro, de mercados de trabalho e de trabalhadores. Perspectivas marxistas, ao longo do século XX e partindo da superação de visões esquemáticas da sucessão de modos de produção, entraram no debate por meio da problematização da centralidade da figura do escravo-mercadoria para a constituição da mais-valia das classes dominantes (Ste. Croix 1981), da importância da agricultura escravista italiana com produção em larga escala voltada para o mercado (Carandini 1988; 1989), das formas de resistência cívica à mercantilização da terra e conseqüente manutenção da autonomia política (Wood 1988), ou mesmo de modos de produção tributários e redistributivos responsáveis, também, por períodos de crescimento e prosperidade (Amin 1985; Bang e Baily 2011). Algumas perspectivas sistema-mundistas, por fim, tendem a questionar a utilidade de categorias como

escravismo ou capitalismo em face da (alegada) existência de ciclos de crescimento e retração dos sistemas-mundo, sejam eles amplos, como o sistema-mundo afroeurasiático de cinco mil anos (Frank *et. al.* 1993; Frank e Gills 2014), restritos, como o sistema-mundo da Idade do Bronze próximo-oriental (Sherratt 1993), ou múltiplos e paralelos, como os sistemas-mundo do Mediterrâneo e Oriente Próximo, da Índia e da China (Beaujard e Fee 2005; Beaujard 2010). Nas propostas fundadas na análise dos sistemas-mundo, a distinção entre mercadorias, dons e tributos se torna menos significativa do que as evidências de conexão e de sincronicidade entre os ciclos sistêmicos. O debate sobre a “economia antiga” é só um dentre as muitas figurações da reflexão sobre a historicidade do capitalismo, seus limites e força, seus inícios e (eventual) fim.

Dentre os desenvolvimentos das últimas décadas, destacamos a crítica das definições simplistas do capitalismo enquanto um sistema histórico, geralmente baseadas em narrativas empiricamente muito frágeis a respeito do mundo antigo, por vezes apontando para uma suposta ausência de mercados ou dinheiro naquelas sociedades. Ao dificultar a busca por uma espécie de ponto zero do surgimento do capitalismo, tais trabalhos podem nos ajudar também a pensar a importância de processos de longuíssima duração para o surgimento do sistema, como exemplificado pela discussão em torno da relação entre o desenvolvimento da cunhagem e circulação de moedas no mundo Antigo (uma investigação possível de ser empreendida nos moldes de uma história da mercadoria) e o surgimento de formas abstratas de pensamento e subjetividade a partir do diálogo crítico com a obra de Alfred Sohn-Rethel (Jappe 2006, 183-88; Seaford 2012; Sohn-Rethel 2021).

É importante lembrar, contudo, que a força da abordagem de Marx e alguns marxismos está na crítica da economia política por eles empreendida, uma crítica radical de categorias que são naturalizadas e universalizadas, como trabalho e valor. O ponto de partida de Marx no *Capital*, como sabemos, é justamente a mercadoria, que contém em si uma dupla natureza do trabalho (trabalho concreto e abstrato) e do valor (valor de uso e de troca). No modo de produção capitalista, trabalho abstrato e valor de troca tornam-se os princípios organizadores da sociedade, apresentando-se, no entanto, simplesmente como trabalho e valor (e daí o problema da economia política, que toma tais categorias como dadas e as estendem para toda a história humana). Histórias da mercadoria em mundos antigos podem apontar para a existência de formas de trabalho abstrato e valores de troca em passados distantes, mas a questão fundamental está em como se dá a generalização da produção de mercadorias e sua transformação em princípio organizador do mundo. Uma coisa é a existência pregressa desses processos, outra é a sua generalização. É nesse sentido que acreditamos que o conceito de capitalismo permanece importante, no mínimo para distinguir uma época historicamente específica, regida pelo signo da mercadoria.

Os diversos artigos deste dossiê acompanham a historiografia recente que tende ao consenso acerca da existência de mercadorias nas sociedades pré-industriais; no entanto, tal consenso é ponto de partida para novas e mais complexas questões: se havia mercadorias nas sociedades pré-industriais, como eram definidos (ou ocultados) os seus valores, tanto do ponto de vista material-ecológico quanto semântico? É possível perceber e delinear fetichismos da mercadoria antes do capitalismo? Qual era a relação das mercadorias com os diferentes circuitos (mercantis ou não) percorridos? Qual o papel das instituições estatais e privadas na produção e circulação de mercadorias? Qual a relação entre a forma mercadoria e as outras formas sociais de circulação de bens, como presentes e tributos? O que esta articulação revela sobre as estruturas sociais que as produzem e são por elas reproduzidas? E como as formas pré-industriais do capital se relacionavam com lógicas sociais não capitalistas?

Estas diferentes questões são abordadas, direta ou indiretamente, nos diferentes artigos que compõem este dossiê. Assim, Alf Hornborg, em “Transhistorical perspectives on commodities, fetishism, and world-systems: Technologies of exploitation through five thousand years”, aborda uma série de questões teóricas centrais para a história das mercadorias em sociedades pré-industriais. Por meio da análise de dois contextos de interação sistêmica - o sistema-mundo da Idade do Bronze no Oriente Próximo e o sistema andino precolonial - o autor enfatiza os paralelos sociais destes casos com o capitalismo industrial. Assim, por exemplo, a técnica de produção do bronze na Mesopotâmia antiga é comparada ao tear a vapor da Inglaterra moderna - o caráter mágico dos bronzes antigos é próximo da leitura fetichista que atribui a invenção das máquinas a inventores, o que oculta complexas histórias de produção e circulação dos saberes, técnicas e materiais. Ou ainda, o volume de trabalho e a organização dos saberes necessários para a coleta e o envio de conchas nas águas do Pacífico e de penas de papagaio da Amazônia para o altiplano andino é comparado ao comércio internacional contemporâneo. E, assim como na contemporaneidade, uma marca recorrente na circulação de mercadorias no mundo pré-industrial é a troca desigual. Este último conceito é fundamental na apropriação crítica do conceito marxiano de valor pelo autor. Para Hornborg, a definição do valor das mercadorias como definido pelo valor-trabalho é restritivo, pois deixa de lado as “externalidades” ambientais; assim, trocas de mercadorias aparentemente equivalentes, quando medidas pelo tempo de trabalho (corporificado no dinheiro), só são plenamente percebidas como desiguais quando, na equação de troca, se inclui a dissipação, junto do trabalho, de energia, terra e materiais. Estes quatro elementos, juntos, devem ser considerados nas métricas das “trocas ecológicas desiguais”, o que torna mais claras as consequências ambientais nas relações entre os centros urbanos e imperiais com as regiões periféricas. A acumulação derivada das trocas ecológicas desiguais é a finalidade que equipara

sistemas mercantis antigos e modernos, ainda que os meios para tanto sejam diversos. Neste ponto, o autor adota uma postura assumidamente materialista, que, se por um lado é mais extensa do que a categoria de valor-trabalho de Marx (ao incluir os recursos biofísicos na equação), por outro relega a um segundo plano os valores simbólicos associados aos produtos e serviços. Um exemplo eloquente é a interpretação da troca entre bens de prestígio e rituais no mundo andino: enquanto os primeiros são corporificações de quantidades impressionantes de tempo de trabalho e recursos biofísicos, os últimos são interpretados como meras mistificações das relações de subordinação imperial. Seria, pois, a dimensão semântica das mercadorias (sejam elas coisas ou serviços) apenas um recurso da mistificação?

Uma resposta oposta a esta questão é apresentada por Joan Bristol em seu estudo sobre as múltiplas ressignificações do consumo do chocolate e do pulque do período precolonial até a contemporaneidade. A autora identifica na trajetórias dos dois alimentos uma oposição: se ambos têm origem na Mesoamérica - utilizados como valores de uso, mercadorias, meios de pagamento, tributo e presentes - e eram consumidos majoritariamente pelas elites imperiais, cada um terá um destino distinto do ponto de vista de sua identificação com circuitos e expressões culturais. O chocolate, ao ser incorporado à economia europeia, será associado a outros produtos exóticos como o café (árabe) e o chá (chinês); no entanto, sua origem mesoamericana é paulatinamente ocultada, em virtude da posição subalterna de indígenas no imaginário europeu, com a associação contemporânea do chocolate à Suíça ou à Bélgica, em um processo peculiar de desetnicização e reetnicização. O pulque, por sua vez, sem acesso ao mercado europeu, tem seu consumo restrito ao México, principalmente por grupos subalternizados, sendo reinventado no século XXI como símbolo de uma mexicanidade originária essencializada. As histórias paralelas de ambas mercadorias, assim, revelam a diversidade de vias do fetichismo: um global-europeu do chocolate, outro étnico-mexicano do pulque, que ocultam tanto as relações sociais de produção e consumo em diferentes momentos (as hierarquias sociais na Mesoamérica precolonial, no Atlântico colonial e no capitalismo contemporâneo) e da própria condição para sua difusão ou circunscrição (o colonialismo moderno).

A centralidade ou, antes, a imprescindibilidade da dimensão semântica para a história das mercadorias é exposta no estudo de Marcos de Almeida, “Escravos e Penhorados como “mercadoria” na África Central Antiga? Sobre o Conceito de Alienação no Baixo Rio Congo (300 AEC – c. 1482)”. A escassez de testemunhos literários e o caráter lacunar e fragmentário dos dados arqueológicos para as formas de escravidão sustentam o recurso ao método histórico-linguístico. Assim, o autor recupera a história da formação das línguas faladas na África equatorial, com ênfase nas comunidades bantófonas, discernindo a formação de palavras centrais no campo semântico da

dependência e alienação de seres humanos. Tomando como marco a difusão de comunidades bantôfones no vale do rio Congo a partir de 700 a.C., o autor argumenta que já existiam termos para indivíduos em posições de sujeição e práticas de captura e penhora de indivíduos em virtude de dívidas; ao longo dos séculos, novos termos, enfatizando ora a violência da captura, ora a inferioridade cultural do indivíduo submetido (ainda que isto não levasse à negação de sua humanidade), consolidaram-se nas línguas da região. Tal reconstituição indica tanto a longuíssima história das práticas escravistas no noroeste africano, vinculada à movimentação e contato das comunidades, quanto suas diferenças em relação ao tráfico de escravos instituído a partir da expansão colonial ibérica.

A colonização ibérica e as tropas são respectivamente o contexto e as protagonistas da análise das funções sociais e circuitos da farinha de mandioca empreendida por Kalina Vanderlei Silva, em “Moeda e Munição, mas Principalmente Farinha: Farinha de Mandioca, Tropas Urbanas e Expedições de Conquista nas Capitanias do Norte (séculos XVII-XVIII)”. Com base majoritariamente nos relatórios e na correspondência oficial de diversos níveis governamentais da colônia, a autora relaciona as funções da farinha a contextos espaço-temporais específicos: durante expedições de conquista, a farinha era meio de pagamento e “munição de boca”; quando a produção de mandioca se estabelecia nas áreas de conquista, o soldo permitia a compra da farinha dos produtores locais; quando se tratava de tropas responsáveis pela ordem nas vilas, a farinha funcionava como complemento à remuneração dos soldados, de tal maneira que o atraso no pagamento em farinha podia motivar mais motins do que os atrasos do soldo. Com isso, a autora descortina diferentes circuitos nos quais a farinha circulava (o abastecimento das tropas, os mercados locais, os mercados clandestinos, os circuitos comerciais inferiores), destacando a centralidade do Estado, fosse para a circulação, fosse para a (nem sempre bem sucedida) regulação de sua circulação. Aqui, a economia redistributiva do Estado, ela própria subordinada à economia-mundo capitalista, incentivava ou sufocava os circuitos de circulação da farinha, cada um com seus próprios agentes e jogos.

A interação entre circuitos múltiplos de circulação é o tema central do artigo de André Pompeu, “As drogas do sertão na Amazônia colonial e a construção de um modelo de economia Atlântica-sertaneja (séculos XVII e XVIII)”. O autor acompanha as expedições de canoeiros mata adentro a partir de Belém em busca do cacau, o cravo fino, o cravo grosso e a salsaparrilha; ao coletar as drogas, canoeiros atravessavam e conectavam espacialidades econômicas com lógicas diferentes - e até mesmo opostas - mas ainda assim inseparáveis: por um lado, a economia-mundo capitalista, na qual as drogas do sertão, particularmente o cacau, se tornaram mercadorias de grande valor; por outro, a economia do sertão amazônico, marcadamente indígena, na qual a troca de

produtos se articula ao parentesco, à circulação de presentes e à presença marginal do mercado. Entre estes dois territórios, emergiu, segundo o autor, um espaço de intersecção, a “economia atlântico-sertaneja”, que contou tanto com membros das elites cidadinas quanto das comunidades indígenas, que forneciam tanto o tempo de trabalho, quanto os saberes e técnicas necessários para as expedições. A articulação entre estas espacialidades econômicas, no texto, é tomada como um conjunto na própria constituição do capitalismo histórico, que não prescinde de forma sociais não-mercantis quando estas são necessárias ou mesmo mais lucrativas para a reprodução ampliada do capital.

Por fim, a resenha de Elisa Dourado do livro “Globalized Peripheries: Central Europe and the Atlantic World, 1680-1850” aponta para algumas das possibilidades abertas por análises inspiradas na abordagem de cadeias mercantis, como é o caso de capítulos que demonstram a centralidade de tecidos de linho produzidos na Silésia para o tráfico transatlântico de escravos ou a importância de mercados consumidores, em diferentes partes da Europa Central, de mercadorias atlânticas como açúcar, café e tabaco. Um dos grandes méritos da obra é o de conectar espaços da Europa que raramente foram pensados enquanto parte do mundo Atlântico, como é o caso da Prússia e outras regiões do leste europeu. No entanto, em sintonia com a apropriação historiográfica do conceito de cadeia mercantil das últimas décadas, como exemplificado de modo mais evidente pela famosa coletânea *From Silver to Cocaine*, as contribuições de *Globalized Peripheries* também pecam por retirar algumas das mais importantes implicações teóricas do conceito. Em sua formulação original, Immanuel Wallerstein e Terence Hopkins buscavam demonstrar como a trajetória do capitalismo histórico dependeu de cadeias mercantis que atravessam fronteiras políticas tradicionais e fazem uso de múltiplas formas de trabalho. Tal configuração dependeu historicamente de evidentes relações assimétricas de poder; mas tais relações de poder, como bem aponta Dourado, são deliberadamente apagadas pela historiografia atual em um esforço de “centralização das periferias”, que no fim acaba por dispensar a própria distinção entre centro e periferia. Em complemento à excelente citação de Emília Viotti mobilizada na resenha, podemos lembrar das palavras de Jacob Gorender: "Um historiador que se ocupa de um aspecto secundário não é, só por isto, um historiador 'secundário'. Não precisa supervalorizar o seu tema para ganhar status. O estudo do real exige também o estudo do que, em circunstâncias dadas, é secundário" (Gorender 1990, 81).

A leitura dos artigos que compõem este dossiê incentivará - esta é a nossa expectativa - a elaboração de novas questões e a imaginação de métodos e soluções. De fato, as estratégias utilizadas pelos autores são múltiplas: do recurso a fontes primárias textuais, como relatórios oficiais, relatos de viajantes e conquistadores, dicionários e peças publicitárias, ao uso de fontes

secundárias, como os estudos consolidados de diferentes processos de integração na longa duração. As ênfases também são variadas: da materialidade das relações à organização e mutação de campos semânticos; do papel de impérios e governos regionais à agência de particulares em expedições multiétnicas; da releitura de Marx e da teoria econômica à reconstituição das raízes linguísticas. Ainda assim, se os diferentes artigos tendem a escolher uma ou outra ênfase, a tendência geral é considerar as mercadores, sua produção, circulação e consumo, suas mutações semânticas e seus pesos relativos, como fenômenos totais, de modo a torná-los portas de entrada para o desvendamento de processos de reprodução social mais amplos. Ao tomarem a trajetória de mercadorias específicas como fio condutor, os trabalhos sinalizam para a possibilidade de transcender separações consagradas na historiografia contemporânea, como aquela vigente entre história econômica, história política e história social/cultural. Assim, acreditamos que, com este dossiê que ora apresentamos, fique claro que, tendo sempre em vista seus limites e desafios, a história das mercadorias - incluindo sociedades pré-industriais - é terreno fértil tanto para a experimentação de métodos para a interpretação histórica, quanto para a reflexão sobre o capitalismo e seus desafios sociais, éticos e ambientais.

Referências bibliográficas

- Amin, S. Modes of Production, History and Unequal Development. *Science & Society*, v. 49, n. 2, (1985): 194–207.
- Banaji, J. *Theory as History: Essays on Modes of Production and Exploitation*. Leiden: BRILL, 2010.
- Bang, P., e C. Bayly. (Org.). *Tributary Empires in Global History*. London: Palgrave Macmillan UK, 2011.
- Beaujard, P., e S. Fee. The Indian Ocean in Eurasian and African World-Systems before the Sixteenth Century. *Journal of World History*, v. 16, n. 4, (2005): 411–465.
- Beaujard, P. From Three Possible Iron-Age World-Systems to a Single Afro-Eurasian World-System. *Journal of World History*, v. 21, n. 1, (2010): 1–43.
- Bücher, K. *Die Entstehung der Volkswirtschaft: Vorträge und Aufsätze*. Nachdruck der Ausgabe von 1893 Edition ed. [S.l.]: hansebooks, 2017.
- Carandini, A. *Schiani in Italia. Gli strumenti pensanti dei romani fra tarda Repubblica e medio impero*. [S.l.]: Carocci, 1988.
- Carandini, Andrea. L'economia itálica fra tarda Repubblica e Medio Impero considerata dal punto di vista di una merce: il vino. Em *Amphores romaines et histoire économique: dix ans de recherche Roma*. AA. VV., École Française de Rome, 514-516, 1989
- Carvalho, A. G. (org.). *A Economia Antiga: História e Historiografia*. Vitória da Conquista: UESB, 2011.
- Carvalho, H. L. A economia antiga: perspectiva de um debate historiográfico. *Nearco*, v. 10, n. 1, (2018): 99-116.
-

- Finley, M. I. *The ancient economy*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- Frank, A. G. et al. Bronze Age World System Cycles [and Comments and Reply]. *Current Anthropology*, v. 34, n. 4, p. 383–429, 1993.
- Frank, A. G., e B. K. Gills (Org.). *The World system: five hundred years or five thousand?* Hoboken: Routledge, Taylor and Francis, 2014.
- Gaia, D. V. Questões para o Estudo da Economia Antiga: Notas para uma Discussão. *Mare Nostrum*, v. 1, n. 1, (2010): 84–98.
- Gorender, J. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- Hirth, K. *The Aztec Economic World: Merchants and Markets in Ancient Mesoamerica*. New York: Cambridge University Press, 2016.
- Horden, P., e N. PURCELL. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Oxford: Malden, Mass: Wiley-Blackwell, 2000.
- Jappe, A. *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2006.
- Marques, L. et al. Debate: Colapso ambiental e histórias do capitalismo. *Esboços*, v. 28, n. 49, (2021): 640–812.
- Meyer, E. M. *Die wirtschaftliche Entwicklung des Altertums: ein Vortrag*. Nachdruck der Ausgabe von 1895 Edition ed. [S.l.]: hansebooks, 2016.
- Murra, J. V. *Formaciones económicas y políticas del mundo andino*. 1. ed. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1975.
- Nichols, D. L., e F. F. Berdan, e M. E. SMITH. (Org.). *Rethinking the Aztec economy*. Tucson: The University of Arizona Press, 2017.
- Norton, M. Subaltern technologies and early modernity in the Atlantic World. *Colonial Latin American Review*, v. 26, n. 1, (2017): 18–38.
- Palmeira, M. S. “A Economia Antiga é um Campo de Batalha”: história social de uma controvérsia erudita. *Política & Sociedade*, v. 17, n. 38, (2018): 340–372.
- Penhallurick, R. D. *Tin in antiquity: its mining and trade throughout the ancient world with particular reference to Cornwall*. London: Institute of Metals, 1986.
- Polanyi, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- Purcell, N. Unnecessary Dependences: Illustrating Circulation in Pre-modern Large-scale History. Em: *The prospect of global history*, Org. J. Belich, et al. . First edition. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- Rostovtzeff, M. *The social and economic history of the Roman Empire*. Oxford: Clarendon Press, 1926.
- Seaford, R. Monetisation and the Genesis of the Western Subject. *Historical Materialism*, v. 20, n. 1, (2012): 78–102.
- Sherratt, A. What Would a Bronze-Age World System Look Like? Relations Between Temperate Europe and the Mediterranean in Later Prehistory. *Journal of European Archaeology*, v. 1, n. 2, (1993): 1–58.
- Sohn-Rethel, A. *Intellectual and manual labour: a critique of epistemology*. Leiden ; Boston: Brill, 2021.
- Soustelle, J. *Astecas na véspera da conquista espanhola*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990
-

Ste. Croix, G. E. M. *The class struggle in the ancient Greek world : from the archaic age to the Arab conquests*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1981.

Wachtel, N. A reciprocidade e o estado Inca. Em: Para uma história antropológica: a noção de reciprocidade. Org. L. Valensi, L., e E. Godinho. Lugar da história. Lisboa: Edições 70, 1978.

Weber, M. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. 4a edição ed. S.l.: Editora UnB, 2015.

Wood, E. M. *Peasant-citizen and slave: the foundations of Athenian democracy*. London ; New York: Verso, 1988.

Dossiê: A história das mercadorias no mundo pré-industrial:
potencialidades e limites de uma abordagem

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2023.v29.40399>

**Transhistorical perspectives on commodities, fetishism, and world-systems:
Technologies of exploitation through five thousand Years**

**Perspectivas transhistóricas sobre mercadorias, fetichismo e sistemas mundiais:
Tecnologias de exploração ao longo de cinco mil anos**

*Perspectivas transhistóricas sobre mercancías, fetichismo y sistemas-mundo:
Tecnologías de explotación a través de cinco mil años*

*Alf Hornborg**

<https://orcid.org/0000-0003-2102-5875>

ABSTRACT: Commodities, export production, money, market prices, wage labour, capital accumulation, and technologies contingent on world-systems can all be traced back to the Bronze Age. The continuities make it analytically difficult to identify a certain point in history at which 'capitalism' was born. The Inca example illustrates how capital accumulation and exploitation through long-distance exchange can be identified even in the absence of money. Modern markets and Inca ritual suggest two alternative ways of obscuring physically unequal exchange by projecting illusions of reciprocity. The maize beer served by the Inca had a function similar to that of the modern wage. The fictive reciprocity of modern market prices appears to be an example of a more fundamental phenomenon of social metabolism that can be identified even in the non-monetary economies of the prehispanic Andes. No less than the cotton factories in industrialising Britain, the maize terraces of the Inca represented capital in the sense of a material, productive infrastructure continuously augmented through a cultural mystification of unequal exchange. We may today recognise the role of industrial technology in the world-system as a new strategy of time-space appropriation. The novelty of the Industrial Revolution was to delegate exploitation and inequalities to the combined logic of markets and machines.

* Professor Emeritus of Human Ecology, Lund University, Sweden. Author of *The Power of the Machine* (2001), *Global Ecology and Unequal Exchange* (2011), *Global Magic* (2016), *Nature, Society, and Justice in the Anthropocene* (2019), and *The Magic of Technology* (2023). E-mail: alf.hornborg@hek.lu.se

Keywords: Commodities. Fetishism. World-systems. Time-space appropriation. Capital accumulation.

RESUMO: Mercadorias, produção de exportação, dinheiro, preços de mercado, trabalho assalariado, acumulação de capital e tecnologias dependentes de sistemas mundiais podem ser rastreados até a Idade do Bronze. As continuidades dificultam analiticamente a identificação de um determinado ponto na história em que o "capitalismo" nasceu. O exemplo inca ilustra como a acumulação de capital e a exploração por meio de trocas de longa distância podem ser identificadas mesmo na ausência de dinheiro. Os mercados modernos e o ritual inca sugerem duas formas alternativas de obscurecer a troca fisicamente desigual, projetando ilusões de reciprocidade. A cerveja de milho servida pelos incas tinha uma função semelhante à do salário moderno. A reciprocidade fictícia dos preços do mercado moderno parece ser um exemplo de um fenômeno mais fundamental do metabolismo social que pode ser identificado até mesmo nas economias não monetárias dos Andes pré-hispânicos. Assim como as fábricas de algodão na Grã-Bretanha industrializada, os terraços de milho dos incas representavam capital no sentido de uma infraestrutura material e produtiva continuamente ampliada por meio de uma mistificação cultural de trocas desiguais. Hoje, podemos reconhecer o papel da tecnologia industrial no sistema mundial como uma nova estratégia de apropriação do tempo-espaço. A novidade da Revolução Industrial foi delegar a exploração e as desigualdades à lógica combinada de mercados e máquinas.

Palavras-chave: Mercadorias. Fetichismo. Sistemas globais. Apropriação do tempo-espaço. Acumulação de capital.

RESUMEN: Las mercancías, la producción para la exportación, el dinero, los precios de mercado, el trabajo asalariado, la acumulación de capital y las tecnologías dependientes de los sistemas-mundo pueden remontarse a la Edad de Bronce. Las continuidades hacen que sea analíticamente difícil identificar un punto determinado de la historia en el que nació el "capitalismo". El ejemplo inca ilustra cómo la acumulación de capital y la explotación a través del intercambio a larga distancia pueden identificarse incluso en ausencia de dinero. Los mercados modernos y el ritual inca sugieren dos formas alternativas de ocultar el intercambio físicamente desigual proyectando ilusiones de reciprocidad. La cerveza de maíz que servían los incas tenía una función similar a la del salario moderno. La reciprocidad ficticia de los precios del mercado moderno parece ser un ejemplo de un fenómeno más fundamental del metabolismo social que puede identificarse incluso en las economías no monetarias de los Andes prehispánicos. Al igual que las fábricas de algodón de la Gran Bretaña industrializada, las terrazas de maíz de los incas representaban el capital en el sentido de una infraestructura material y productiva continuamente aumentada a través de una mistificación cultural del intercambio desigual. Hoy podemos reconocer el papel de la tecnología industrial en el sistema-mundo como una nueva estrategia de apropiación del tiempo-espacio. La novedad de la Revolución Industrial fue delegar la explotación y las desigualdades en la lógica combinada de los mercados y las máquinas.

Palabras clave: Mercancías. Fetichismo. Sistemas-mundo. Apropiación espacio-temporal. Acumulación de capital.

How to cite this article:

Hornborg, Alf. "Transhistorical perspectives on commodities, fetishism, and world-systems: Technologies of exploitation through five thousand Years". *Locus: Revista de História*, 29, n.1 (2023): 14-39

Introduction

In this paper, I shall begin by examining the concept of 'commodity' as analysed by Karl Marx and as understood by proponents of the concept of 'commodity frontiers'.¹ I shall consider whether it is really valid to think of commodification as a major historical discontinuity defining capitalism, which leads on to the question of how to define capitalism and how to identify the fundamental discontinuity between premodern and modern societies. I shall trace parallels between commodity flows in the Bronze Age and the global context of the Industrial Revolution, emphasising how misleading it can be to conceptually separate a technology from the social relations from which it springs.

As a foil against Eurocentric studies of the economic history of Western expansion, I shall then turn to the prehispanic kingdoms of the Andes, societies which must be considered to have existed at maximum distance from European capitalism. They were not only paradigmatically premodern in terms of historical time but also completely isolated from European developments in terms of geographical space. In order to test our use of concepts such as 'commodity' and 'capital,' I shall consider the economic, social, and cultural contexts of prehispanic Andean artifacts and accumulation, emphasising the role of investments of biophysical resources such as labour time and agricultural land. What, at an abstract level, did ancient Andean trade goods and infrastructures have in common with those of late eighteenth-century Britain, and in what sense were they different? Is it feasible, for instance, to think in terms of 'commodity chains' and 'capital accumulation' when speaking of cloth production and terrace construction in the prehispanic Andes? What is the significance of money in the comparative study of exchange and exploitation? To what extent has the modern compulsion to assign monetary values to everything shaped our

¹ My *Concise Oxford Dictionary of Current English* (1990) defines 'commodity' as either 'an article or raw material that can be bought and sold' or simply as 'a useful thing.'

understanding of social and human-environmental relations? These are some of the questions I shall address in what follows.

The commodity as analysed by Marx

Marx opened his monumental analysis of *Capital* with the famous first chapter called 'The Commodity.' A commodity, he says, is an object which satisfies human needs of whatever kind. Its usefulness is conditioned by its physical properties: 'It is therefore the physical body of the commodity itself, for instance iron, corn, a diamond, which is the use-value or useful thing' (Marx [1867] 1976, 126). The fact that two qualitatively different commodities may be equivalent in terms of exchange-value to Marx means that both are equal to a third thing: 'Each of them, so far as it is exchange-value, must therefore be reducible to this third thing.' He concludes that the only thing they can have in common is that they are products of abstract, average socially necessary labour. This is the source of their value:

How, then, is the magnitude of this value to be measured? By means of the quantity of the 'value-forming substance', the labour, contained in the article. This quantity is measured by its duration, and the labour-time is itself measured on the particular scale of hours, days etc. ... What exclusively determines the magnitude of the value of any article is therefore the amount of labour socially necessary, or the labour-time socially necessary for its production (ibid., 129).

Within his first five pages of *Capital*, Marx three times uses the expression 'therefore' to suggest that his foundational assumptions are logically incontrovertible, yet these assertions are all open to question. The use-value of a commodity can be conditioned as much by symbolic as by physical properties.² The 'third thing' which makes two commodities commensurable can simply be their market price, that is a certain quantity of money. This posed a conundrum even to Aristotle in ancient Greece (ibid., 151-152). Finally, there is no robust argument demonstrating that the economic value of an article is exclusively derived from the labour time socially necessary for its production, either in ancient Greece or nineteenth-century Britain. Yet, it is on these assertions that the edifice of *Capital* is founded. But these quarrels shall not detain us here. Of more immediate interest in this context is Marx's definition of commodity:

In order to become a commodity, the product must be transferred to the other person, for whom it serves as a use-value, through the medium of exchange. ... [The division between use-value and value] appears in practice only when exchange has already acquired a sufficient extension and importance to allow useful things to be produced for the purpose of being exchanged... (ibid., 131, 166).

Marx's most seminal contribution was to adopt the concept of 'fetishism' into political economy. The word 'fetish' derives from a Portuguese category referring to the worship of idols

² On the very first page of *Capital*, Marx observes that it makes no difference whether the usefulness of the commodity is that it satisfies human needs 'from the stomach, or the imagination' (ibid., 125).

in premodern West Africa. It was incorporated in European discourse on the history of religion through a text published in 1760 by Charles de Brosses (Morris and Leonard 2017). Marx pointed out that modern Europeans, too, are fetishists, in the sense that they attribute autonomous agency to commodities and money, obscuring the asymmetric social relations through which these artifacts are generated. The most tangible forms of fetishism are when material objects ('things') are endowed with imaginary powers of their own. In Marx's words, relations between people are represented as relations between things:

The mysterious character of the commodity-form consists therefore simply in the fact that the commodity reflects the social characteristics of men's own labour as objective characteristics of the products of labour themselves, as the socio-natural properties of these things. ... It is nothing but the definite social relation between men themselves which assumes here, for them, the fantastic form of a relation between things (Marx [1867] 1976, 164-165).

It is in this sense that Marx sees a decisive difference between capitalist and precapitalist modes of exploitation. In precapitalist Europe, Marx writes,

the social relations between individuals in the performance of their labour appear at all events as their own personal relations, and are not disguised as social relations between things, between the products of labour. ... In the ancient Asiatic, Classical-antique, and other such modes of production, the transformation of the product into a commodity, and therefore men's existence as producers of commodities, plays a subordinate role... Trading nations... exist only in the interstices of the ancient world... (ibid., 170, 172).

To summarise this brief rehearsal of Marx's position, he introduces *Capital* by asserting that the commensurability of commodities in the market is based on the fact that they all represent quantities of socially necessary labour time and that the commodity-form assumes general prevalence only with widespread production for exchange. In precapitalist societies, production and exchange generally do not alienate workers from the products of their labour to the point where the products are perceived as autonomous sources of power. He nevertheless concedes that production for exchange (and commodity fetishism?) has occurred 'in the interstices' between precapitalist societies, although playing merely 'a subordinate role.' Only with the 'capitalist mode of production' does commodity production (and fetishism) dominate social life.

Commodity frontiers before and beyond European capitalism

Given constantly expanding incentives for maximising monetary profits, so the conventional story goes, the 'capitalist mode of production' has generated a unique and relentless pursuit of a great diversity of commodities for trade or industrial processing. The global pursuit of such commodities, ranging from food crops, drugs, fibres, wood, fish, and animal parts to precious metals, gems, and other minerals, has pushed what Jason Moore and others have called 'commodity frontiers' ever further across the planet (Moore 2015; Beckert *et al.* 2021).

For Moore, only a subset of the resources used by expanding capitalism are exploited (defined as deriving from ‘paid’ work) through the money economy; the remainder – ‘a global zone of reproduction (unpaid work) from the family to the biosphere’ – is instead *appropriated* ‘(outside commodification but in servitude to it)’ (Moore 2015, 191). Moore asserts that

strategies of commodification and exploitation can work only to the extent that uncommodified natures are somehow put to work, for free or very low cost. In sum, capitalism must commodify life/work but depends upon the ‘free ride’ of uncommodified life/work to do so. Hence, the centrality of the frontier (ibid., 192).

The commodity frontier, in this view, can be understood as the very interface between the ‘internal’ operation of the capitalist economy and the un- or underpaid ‘external’ resources – labour, food, energy, and materials – that subsidise it. I have elsewhere explained why I find this theoretical framework incoherent and shall not let it preoccupy me here. Suffice it to say that the analytical distinction between ‘exploitation’ and ‘appropriation’ is deeply problematic. If the former means being ‘paid’ and the latter ‘un-’ or ‘underpaid,’ my immediate question is if the implication is that some wage workers are being fully compensated for their work, while all the un- or underpaid work is to be regarded as ‘externalities’ in the same sense as the term is used by mainstream economists? If some wage labourers are ‘underpaid,’ is their labour being exploited, or is it appropriated? Why is the occurrence of some (partial) monetary payment at all a significant distinction to be made in this context? This very distinction indicates an enthrallment with money that muddles the analysis. It is only by abandoning the implicit assumption that money can compensate for the dissipation of energy and other resources that economic theory can liberate itself from the conceptual constraints imposed on it – in both its orthodox and heterodox variants – by the artifact of all-purpose money.

This finally boils down, of course, to the role of money in what we think of as capitalism. An alternative perspective on global exploitation is that of ‘ecologically unequal exchange’ (EUE) (Dorninger *et al.* 2021), which focuses on the asymmetric material resource flows converging on core areas of capital accumulation. In this approach, money and market prices are understood as means of bringing about (and obscuring) such asymmetric flows, regardless of whether the transferred resources are ‘paid,’ ‘underpaid,’ or ‘unpaid.’ Market prices project an illusory image of reciprocity, disguising the global net appropriation of embodied labour time, land, energy, and materials. In focusing on the quantification of biophysical resource flows, the EUE perspective is able to abandon the economists’ concern with monetary compensation and the purported ‘value’ of those resources. The notion that all commodities can be assessed in terms of a universal theory of value, whether based on labour, land, energy, or utility, ultimately derives from the artifact of all-purpose money, which is not only the source of capitalism but even conditions how the critics of capitalism think about it.

While Moore's theoretical framing of commodity frontiers is problematic, the concept usefully highlights how the global material asymmetries of capitalism can be illuminated through empirical studies of specific commodity histories. It has been defined as 'the locus where extraction geographically expands, colonizing new land in search for raw materials (oil, minerals, biomass etc.)' (Conde and Walter 2015, 71). At the website 'Commodity Frontiers and the Making of Global Capitalism,' Sven Beckert, Ulbe Bosma, and Eric Vanhaute define commodity frontiers as 'processes of dynamic incorporation of new sites of natural resources in the world economy' (downloaded November 14, 2022). The main merit of the concept is that it broadens our view on the conditions for capitalist accumulation from myopic concerns with local class conflict within industrial nations to truly global perspectives on asymmetric resource transfers. It underscores that the emergence of industrial capitalism in Britain was contingent on world-systemic processes in the eighteenth century. This insight will no doubt encourage historians to intensify their studies of the myriad empirical specifics of particular commodity histories, but it should also imply a paradigm shift in our understanding of the Industrial Revolution.³ The shift to new technologies for harnessing fossil energy was inextricably connected to the physical accumulation, through colonialism and slavery, of the material resources which made those technologies possible. In other words, the establishment of industrial capitalism in eighteenth-century Britain was not just a matter of accumulating money and encouraging innovative engineering, but simultaneously a process of material concentration. The Industrial Revolution relied on global conjunctures in *social metabolism*. As Beckert and his co-authors recently observed, the history of the expansion of commodity frontiers is 'a historical process so spatially, socially and structurally all-encompassing that it still awaits its persuasive analysis' (Beckert *et al.* 2021, 435). Beyond the libraries that can be filled with empirical commodity histories we must make an effort to reconceptualise economic history itself through a genuinely materialist lens, which finally succeeds in incorporating physical matter into social theory.

At the same time, however, this focus on the quantities of embodied material resources that are transferred in particular commodity histories must be combined with an acknowledgement of the semiotic idiosyncrasies that shape the shifting demands for various commodities. A sensitivity to the cultural semiotics of consumption, along the lines pioneered by Jean Baudrillard ([1972] 1981), should preclude the unwarranted assumption that a materialist perspective must couch commodity histories in a pragmatic idiom. Both theoretical contributions and empirical

³ Although too rarely a problem for historians, the 'immense library of existing case studies does not add up to a systematized body of knowledge' (Beckert *et al.* 2021, 448).

global overviews convincingly show how arbitrary cultural whims may play decisive roles in propelling materially significant commodity histories (Sahlins 1976; Wolf 1982; Pomeranz and Topik 1999). Archaeology confirms that the specific semiotics of human economies have shaped social metabolism long before the fifteenth century, which is frequently referred to as the dawn of mercantile capitalism.

Although the speed of expansion clearly accelerated over the past 600 years (Beckert *et al.* 2021, 435), commodity frontiers were far from new to human history (Kristiansen *et al.* 2018). As early as 3,500 BCE, the ancient Mesopotamian city of Uruk imported copper, tin, lead, timber, charcoal, limestone, silver, gold, and gems from distant sources (Scott 2017, 192, 243). A commodity such as tin (for bronze production) could be extracted as far away as what is now Afghanistan. To procure all these essential imports, Uruk exported textiles, grain, pottery, and artisanal products (*ibid.*, 192). The textile industry of Uruk, employing around nine thousand textile workers, was particularly crucial to this trade (*ibid.*, 159). The underlying strategy, that is, the export production of textiles for the purpose of gaining access to remote commodities, was fundamentally the same as that employed by British industrialists five thousand years later.

World-systems from the Bronze Age to the Industrial Revolution

Bronze metallurgy is based on the alloying of copper and tin. It yields a metal that is harder than copper and thus more suitable for tools and weapons. In the third millennium BCE, it became a highly prestigious trade good among the kingdoms and empires of the Middle East and eastern Mediterranean. Because tin ores are naturally rare and the demand was high, the production of bronze generated wide-ranging networks of long-distance trade. In the second and third millennia BCE, Bronze Age societies from the Aegean to Babylonia manufactured and traded bronze that was crucially dependent on sources of tin in distant regions such as Kazakhstan, central Europe, Iberia, and Cornwall. Imports of tin and bronze to kingdoms and empires throughout this vast area in turn demanded a variety of valuable exports and promoted the maintenance of intensive exchange networks connecting polities and commodity frontiers from Cornwall to Kazakhstan.

The Bronze Age world-system illuminates the context of the British Industrial Revolution not only in the sense that it clarifies the significance and deep history of export production, but also in helping us transcend our habitual distinction between technology and society. In considering both these world-systems, five millennia apart, we have been inclined to conceptually separate material artifacts from the social relations of exchange which make them possible. Some technologies, however, owe their material existence to the specific ratios at which their component substances are exchanged. Bronze metallurgy was a material manifestation of trade networks

spanning Eurasia, relying on chains of market transactions such as those fortuitously revealed by excavations at the Turkish site of Kültepe (Kanes), where in the nineteenth century BCE Assyrian merchants each year traded huge volumes of tin from Central Asia and textiles from Babylonia for silver and gold from Anatolia and further West (Barjamovic 2018). In the Assyrian city of Assur, economic value was calculated with tin as currency (*ibid.*, 118). As the rates at which silver was exchanged for tin determined the feasibility of bronze production in the Mediterranean, we must conclude that the bronze artifacts embodied social relations. It is, in other words, erroneous to think of these artifacts as detached from their global contexts of production and trade. I have made precisely the same argument for the steam engines of industrial Britain. Like the commodity fetishism of which it can be seen as an extension, technological fetishism deludes us into thinking of artifacts as independent of the social exchange relations through which they are engendered.

Both bronze metallurgy and steam engines were dependent on long-distance trade in strategic resources, both were sources of capital accumulation, and both have been understood primarily as products of the esoteric knowledge of specialists, while the requisite dependence on specific terms of trade has been disregarded and omitted from understandings of how the technologies are constituted. My point is that it is misleading to represent the feasibility of bronze objects or steam engines as contingent merely on the state of human knowledge, while keeping such knowledge conceptually separated from the social organisation of resource flows. Both bronze and steam technologies were manifestations of extensive social fields, conceptualised as world-systems, which they simultaneously embodied and reproduced. To understand bronze metallurgy and steam engineering primarily as technical phenomena, excised from the metabolism of world-systems, is to fetishise what are fundamentally social relations into purified material forms. To paraphrase Marx, it is to represent relations between people as relations between things.

The production of valuables such as metals or prestigious textiles requires specialised knowledge and skills that are restricted to a minority. Brian Hayden and Tim Earle exemplify this with reference to imperial China, where ‘knowledge of how to produce porcelains, silk, and tea was carefully restricted in order to maintain an export monopoly and thus increase value in internationally desired commodities’ (Hayden and Earle 2022, 450). Mary Helms provides additional examples: ‘Master navigators in Polynesia, smiths in Africa, metallurgists in the Americas, astronomers and astrologists in imperial China or among the Maya have all evidenced control of special forms of knowledge that granted them exceptional status’ (Helms 1988, 12). She continues: ‘Secrecy can connote many things, but common to all is the implication of concealment or reticence and the production of mystique’ (*ibid.*, 13-14). Hayden and Earle suggest that Bronze

Age chiefs in Europe similarly claimed to have access to magical or supernatural powers (Hayden and Earle 2022, 462-463). Earle writes:

[D]uring the Early Bronze Age, bronze making was not a skill known broadly in northern Europe. Its secrets were no doubt highly esoteric, almost magical, known only to a few people. The technology involved complicated pyrotechnological skills necessary to obtain and regulate high temperatures, to work the metal, and to use the sophisticated lost-wax casting method... (Earle 2002, 316; cf. Kristiansen 1987).

Bronze objects, in the eyes of Bronze Age Europeans, owed their existence to the esoteric art of bronze metallurgy. As we have argued, however, this is not the whole story. For the bronzesmith to be able to practice his art, he must have access to the requisite amounts of copper, tin, and other substances. For these components to converge in proper quantities at a particular location, they must be conveyed over great distances and exchanged at certain rates. The art of the European bronzesmith, in other words, was contingent on the long-distance trade not only in metals but also in amber, cattle, slaves, and other exports for which they were exchanged.

The rates at which commodities are exchanged are social phenomena that must be included in our conceptualisation of technologies and other artifacts that are contingent on such exchange. Considerations of market prices and ‘values’ have preoccupied humans since the Bronze Age, always entwined with moral issues of justice and even religion (Warburton 2018). From the third millennium BCE, there are documented concerns in Mesopotamia and Egypt with equivalences between weights in silver and wool, volumes of grain, surface areas of fields, labour time, and other measures, suggesting that silver served as money and a measure of exchange-value for estimating market-based prices and even wages (*ibid.*, 57, 61-62, 67). Through subtle transformations, such exchange rates or prices generated a reification of ‘value’ in the form of money tokens, ideally *symbolising* abstract equivalence but in practice fetishised into indexical bearers of value. We shall return to the topic of fetishism further on.

Theorising the history of commodity frontiers

A recent research agenda on the global history of commodity frontiers (Beckert *et al.* 2021) has been criticised for being Eurocentric as well as unduly focused on the past 600 years (Berg 2021, 454-455; Mostern 2021, 458, 461). It has also provoked criticism from economic historians for its efforts to generalise world history, as ‘the past was much more complicated than that’ (Findlay and O’Rourke 2021, 462). The two critiques are contradictory, as the first suggests that the categories could be extended in geographical space and historical time, while the second appears to be wary of the very ambition to generalise. Although no one could possibly advocate generalisation that is contradicted by historical facts, the careful application of social theory to

historical processes must be encouraged. As Ruth Mostern observes, ‘there is a rough methodological divide between conceptually minded historical social scientists and empirically minded historians,’ but ‘[t]houghtful efforts to bridge the gulf...are always welcome’ (Mostern 2021, 457).

The concept of commodity frontiers, like that of ecologically unequal exchange, highlights the fact that it is impossible to theorise capitalism without implicating the extractive peripheries that provide urban, industrial cores with the resources required for their production processes. The peripheries, in other words, are as significant components of economic and technological expansion as the centres of capital accumulation with which it is generally identified. The extractive sectors have been conceptualised in terms of ‘countryside’ and ‘agriculture’ (Beckert *et al.* 2021, 437), as opposed to cities and industry, but it would be equally true to observe that the Global South as a whole is implicated in the economic and technological growth of the Global North. The geographical displacement of work and environmental loads from city to countryside and from imperial cores to their colonies has been characterised by David Harvey as a ‘spatial fix’ (Harvey 1982). It has been argued that this strategy of expansion dominated the ‘early capitalist commodity regime’ from the 1450s through the 1850s, when the ‘technological fix’ emerged as the dominant strategy of the ‘industrial commodity regime,’ which lasted until the 1970s (Beckert *et al.* 2021, 442, 445). This may be a useful way of theorising historical data on commodity frontiers, but a couple of observations should be added. First, the ‘spatial fix’ is not unique to the past 600 years, but applies equally to urban and imperial centres from Uruk to Rome. Second, the ‘technological fix’ established in the nineteenth century *is* simultaneously a ‘spatial fix’: the accumulation of technological infrastructure in industrial Britain was contingent on environmental load displacement and ecologically unequal exchange in the world-system (cf. Mostern 2021, 459). Indeed, ‘[s]patial fixes...remain powerful today, usually at the expense of tropical rain forests, grasslands, indigenous communities and biodiversity’ (Beckert *et al.* 2021, 446). Looking back at the discontinuities of the nineteenth century, it appears as if the historical simultaneity of the Industrial Revolution and the abolition of slavery signified that violent and physically repressive exploitation of the victims of empire was being delegated to the coercive power of machines, markets, and free trade (Beckert 2014; Tomich 2004, 117; Hornborg 2023).

Given the definitions of commodities and commodity frontiers that we have considered so far, we can conclude that commodity production has occurred for more than five thousand years

and in a variety of cultural contexts.⁴ The great discontinuity⁵ represented by industrial capitalism in Europe was not a matter of inventing wage labour and production for the market in order to accumulate capital. Such processes of commodification, spurred by the potential for generalised commensurability inherent in money, had been a recurrent feature of urban life since Uruk. The essential discontinuity was the quantum leap in mechanisation granted by the harnessing of fossil energy in late eighteenth-century Britain. As Andre Gunder Frank observed, this technological development was ‘a world economic process, which took place in and because of the structure of the world economy/system itself’ (Frank 1998, 204). The industrial production of cotton textiles and other commodities which transformed the world economy at this time was itself a response to the markets created by slavery and other features of the colonial world-system. The incentives to develop new industrial technologies were not qualitatively different from earlier contexts of export production, but the expansive world-system dominated by the British Empire provided its core with access to unprecedented volumes of colonial resources and labour. Britain’s technological progress was spectacular because it could outsource its resource requirements in ways previously unheard of. Steam technology germinated from the global conjunctures of the late eighteenth century. It signified a threshold in the integration of the world-system at which local productivity was physically contingent on global transfers of resources. This generalised dependence on world market prices is what distinguishes most modern technologies from their premodern predecessors.

The fetishism of money, commodities, and machines

Marx’s deliberations on market commensurability ultimately boil down to an investigation of what he calls ‘the mystery of money’: ‘Since the magnitude of the value of a commodity represents nothing but the quantity of labour embodied in it, it follows that all commodities, *when taken in certain proportions*, must be equal in value’ (Marx [1867] 1976, 136, 139; emphasis added). Rather than recognising the artifact of all-purpose money as a source of the very concept of value, Marx understood money (such as gold) as a specific commodity which gradually began to serve as a universal equivalent. In principle, following Marx’s view, the value of gold should be determined by the socially necessary labour time required to extract it. However, the expectation that a money sign must refer to an objective measure of value, such as expended labour time, is a naturalistic assumption that does not apply to social phenomena. From a Marxian perspective, money should

⁴ The argument that the world-system has been emerging for five thousand years was made long ago in an edited collection by Andre Gunder Frank and Barry Gills (Frank and Gills 1993).

⁵ Kenneth Pomeranz famously refers to the ‘great divergence’ in the late eighteenth century between Europe and comparable Old-World cores of civilisation such as China (Pomeranz 2000).

relate to value as temperature to heat, weight to gravity, and area to space: each phenomenon is 'ontologically prior' to its measurement (McNeill 2020, 136). But heat, gravity, and space are physical phenomena, whereas value is a social phenomenon. Thermometers, scales, and rulers do not create physical reality, but socially constructed phenomena can be *produced by our modes of measuring them*. In applying analogies from natural science, Marx neglected the pioneering insight on social phenomena that was fundamental to much of his own thinking: that human categories are constitutive of economic systems. This is what justifies Marx's use of the concept of fetishism, yet, ironically, its full implications ultimately escape him. As David Graeber observes, money in capitalism paradoxically 'represents the value of labour, but wage labourers work to get money; it thus becomes a representation that brings into being what it represents' (Graeber 2007, 141).

There is a general inclination in human societies for objects to transition from symbols and other non-indexical representations to indexes – this is the essence of fetishism. A symbol is a sign that refers to something through social agreement, while an index signifies the actual identity of what it refers to. The paradigmatic instance of fetishism is when a fifteenth-century amulet or idol in West Africa symbolising a metaphysical being was approached as its material manifestation. Similarly, an artifact that symbolises a social relation, such as a gift or an obligation to reciprocate a service, tends to be identified with that relation. Although we know that a money token such as a paper bill is just a piece of paper that represents economic value,⁶ that piece of paper *is* simultaneously the value it represents. Through such semiotic transformations, artifacts such as metals, cloth, and ornaments have for many millennia become endowed with value. The extensive trade networks that Uruk was involved in several millennia BCE pivoted on fetishised artifacts, some of which served as measures of value (T.C. Wilkinson 2018). Silver and textiles are prominent examples of such early forms of money. The material properties of metal, in particular, 'facilitate its use as a semiotic sign (symbol/index) for the abstract quantitative nature of value' (ibid., 35). This semiotic aspect of valuables is significant, as 'metals and textiles were used from very early on to ornament the body and thus materialize social roles on the body' (ibid., 48). Items of personal decoration have always been in high demand not just because they communicate a person's identity but because they are a *source* of identity: they become indexical signs because the status they signify is difficult to distinguish from the bearer's ability to procure and keep such objects. This aspect of commodity fetishism has become a more general foundation for the modern phenomenon of 'consumption.'

⁶ David Graeber has argued that our money is ultimately a token of other people's obligation, or debt, to us, which is why it serves as a claim on other people's time or resources (Graeber 2011).

Having considered the fetishism of money and commodities, we shall again consider the fetishism of technology. What I have elsewhere referred to as 'machine fetishism' is an extension of commodity fetishism in that it refers to how (technical) artifacts are perceived as detached from the social relations through which they are engendered. When the commodities considered are technological objects, the fetishism attains a new dimension, because the operation of the technology tends to be attributed exclusively to its design, as if it had nothing to do with the social exchange relations through which its components were assembled. In obscuring social relations, this is as illusory as commodity fetishism in general, but now the illusion extends to the capacities of the machine, which are understood as deriving completely from its intrinsic powers. This is the modern magic of the machine, conceptually detached from the global asymmetries of which it is a manifestation. We have been so enthralled by its spell since the eighteenth-century turn to fossil energy that we are now imagining that, through sheer ingenuity, it will help us abandon fossil energy without requiring any asymmetric global resource flows.

Can premodern gifts be commodities?

Up until the expansion of fossil-fueled bulk transports in the nineteenth century, the long-distance transfer of goods was everywhere generally confined to 'prestige goods' or 'preciosities' such as fine clothing, precious ornaments, and luxury food. The main exceptions were the maritime or riverine bulk transports of cereals dating back to the early agrarian empires and evident also, for instance, in the sixteenth-century Baltic. Throughout the premodern Old World, the trade routes that connected distant societies primarily transferred high-value goods destined for elite display and consumption. For millennia, such trade provided incentives for specialised export production as well as for merchants. In Aztec Mexico, long-distance traders were not only merchants but also emissaries serving the imperial court. In Inca Peru, the purveyors of long-distance imports were so closely connected to imperial administration that commercial incentives appear to have been virtually absent. It seems that it was part of a deliberate Inca strategy to transform previously existing trade relations into tribute (Salomon 1986a, 1986b). Distantly derived items signifying high status – such as *Spondylus* shell ornaments and tropical bird feathers – were not open to economic competition but controlled and conferred by the Inca elite. They were gifts, not commodities for sale on the market.

In his classical essay on *The Gift*, Marcel Mauss highlighted a fundamental distinction between purchased commodities and gifts (Mauss [1925] 2016). The gift typically retains a semiotic attachment to the person from whom it originates, whereas the commodity does not. The 'spirit of the gift' refers to how it evokes the person of the giver, whereas the fetishism of the commodity

derives from the invisibility of the producer. The gift expresses and perpetuates a social relation between the giver and the receiver, whereas the commodity obscures and arguably denies such social relations. However, although diametrically opposed, both contexts are conducive to magical animation of the objects that are exchanged, whether by imputing to them features of specific gift-givers or an autonomous 'life of their own.' In both cases, the etymological roots of 'fetishism' (as referring to magic) are appropriate.

Given these observations, it is highly relevant to consider the economic organisation of the Inca Empire of sixteenth-century Peru. Not only was Inca civilisation up until the Spanish conquest completely isolated from European societies; in lacking the markets and money that the Spaniards recognised in Mesoamerica, its economy appears to have been fundamentally different from that of Europe. Ethnohistorical evidence clearly shows that Inca society did not produce for sale (Murra 1956, 2017). Goods were generally transferred between people not through market exchange, but as gifts. The *corvée* labour of the peasants, the ceremonial redistribution of valuables, even sacrifices to the gods were conceived as gifts. Like gifts everywhere, their purpose was to maintain trust in social relations. Yet, like commodities, the objects redistributed by the Inca elite included various kinds of materially or symbolically useful items such as food, clothing, and ornaments that represented substantial volumes of embodied labour time and were disembedded from the contexts of their production. In these respects, the products that were transferred throughout *Tawantinsuyu* shared the features listed by Marx as characteristic of commodities. The crucial difference vis-à-vis capitalism appears to be that the goods were not assigned monetary exchange-values and subjected to market logic. The question to be explored is how significant this difference is for the operation (and our identification) of exploitation and unequal exchange. If the existence of money and wage labour is essential to the exploitative logic of capitalism, their absence in Inca society prompts us to consider other mechanisms of accumulation that would have contributed to its economic inequalities.

At the level of ideology, both the capitalists of Marx's time and the Inca elite were engaged in reciprocal exchange with the remainder of the population. Yet, both capitalist markets and Inca ritual should clearly be understood as arenas of *fictive* reciprocity, or there would have been no accumulation (cf. Godelier 1977). In different ways, the two elites were able to amass considerable material surpluses by representing asymmetric material flows as reciprocal. Given the historical and cultural distance, it is not difficult for us to conclude that the labour of Inca peasants on the emperor's terraced maize fields yielded vastly greater volumes of maize than the fraction of harvests that was used to brew the *chicha* with which they were compensated. To conclude that the exchange was asymmetric, we intuitively resort to biophysical metrics such as labour energy and crops. To

conduct a corresponding analysis of asymmetric exchange in capitalism, we would need to focus on the biophysical resource flows orchestrated by the predominant social institution for exchange, that is, the market. We would find, using modern methodologies such as Multi-Regional Input-Output (MRIO) analysis, that market prices in capitalism systematically obscure asymmetries in global transfers of biophysical resources such as embodied labour, land, energy, and materials (Dorninger *et al.* 2021). The comparison suggests, in other words, that the function of Inca ritual and neoclassical economics serve parallel purposes in the two societies: *both represent asymmetric exchange as if it were reciprocal*. To further pursue the analogy, we may consider the concept of 'capital accumulation' from a transhistorical and transcultural perspective. We might argue that the concept could be applied both to the textile factories of nineteenth-century Britain and to the agricultural terraces of the prehispanic Andes. In both cases, a productive, material infrastructure is expanded through a physically asymmetric exchange that is ideologically represented as reciprocal. This might qualify as a transhistorical and transcultural definition of capital.

A predictable objection, of course, would be that capital refers to money, which was absent in Inca society. This is indeed an incontrovertible fact, which would seem to invalidate any comparison with a capitalist economy, but the perspective introduced in the previous paragraph suggests that the biophysical metabolism of societies is a more 'real' (because more material) aspect of their organisation than the ideological idiom in which exchange is represented. 'Capital' can refer to both money and machines. A 'historical materialism' worthy of the name could be expected to focus on asymmetric flows of labour, energy, and materials, rather than flows of 'value.' There are certainly enormous differences between the British Empire and the Inca Empire, but at a deeper level we also find some intriguing parallels. In both societies, as we have seen, an elite minority subsists on the appropriation of embodied labour and other resources from an exploited majority, investing surplus resources in an expanding infrastructure designed to yield ever larger surpluses. Both societies are oriented toward military conquest of distant regions for the purpose of expanding the appropriation of human labour time and natural space, while justifying their expansion by referring to the superiority of their culture and religion. Elites in both societies are preoccupied with prestigious bodily decoration to communicate their privileged status, and much of this adornment – such as beaver hats in Britain and macaw feathers in the Andes (see below) – derive from distant regions (cf. Helms 1988; Sahlins 2017, 367-368). The list could continue; suffice to say that, at an abstract level, the differences are not as immeasurable as might be imagined at first sight. From a sociometabolic perspective, the decisive difference between preindustrial and industrial empires is that the latter are able to augment their *per capita* productivity by drawing on resources from their entire territory. Stated differently, they are able to locally mobilise efficiency-

enhancing technologies that are contingent on global resource flows. The *means* of time-space appropriation are different, compared to preindustrial regimes, but the aims are the same. As we shall see, the long-distance appropriation of human time and natural space is feasible with or without money, and with or without machines. In this sense, it is ultimately difficult to justify a decisive distinction between 'capitalist' and 'precapitalist' economies.

The materiality of prehispanic Andean gift economies

The material signs of elite status in ancient Andean kingdoms were not merely means of expressing the kinds of cosmological schemes that have been analysed by anthropologists, historians, and other researchers based in the humanities, but essential components of the sociometabolic logic through which the kingdoms emerged, reproduced themselves, and collapsed. They were as fetishised as money is to modern people, simultaneously charged with semiotic significance and material implications. This means that very practical matters regarding their availability could be of decisive importance for the fate of those societies. It thus seems unlikely that the recurrent core-periphery inversions in Andean culture history – tracing a sequence over two and a half millennia from Chavín de Huántar through Moche, Wari, Chan Chan, Cuzco, and almost also Quito – can be exhaustively accounted for in terms of emulation and what has been called 'galactic mimesis' (Tambiah 1985; Sahlins 2017, 353-354). Although predominant cultural narratives were definitely emulated by their neighbours, the political economy of these shifts no doubt implicated quite material factors that were literally beyond the horizons of the people who enacted them. If macaw feathers and *Spondylus* shell ornaments are insignia of power, then power hinges on controlling their supply. We must not only decode the signs of power but also confirm the *power of signs*. To acknowledge the interpenetration of semiotic and material aspects of political economy is to recognise that the procurement, control, and management of prestige goods such as feathers and shells – no less than the silver which lured the Spaniards – may determine the destinies of empires. It is noteworthy that we rarely deny the pivotal significance of precious metals in accounting for the economic history of European empires, while neglecting the role of preciousities in non-European ones. It suggests that we tend to think of silver and gold as 'real' values, while feathers and *Spondylus* are not.

To illustrate how premodern prestige goods, beyond serving as signifiers of social status, represent invisible but very material resource flows, we shall consider what Darryl Wilkinson has called 'the only true exotics' (D. Wilkinson 2018, 1372) of the prehispanic Andean world: *Spondylus* shells from the coasts of far northern Peru and Ecuador, and tropical bird feathers from Amazonia. The colourful Thorny Oyster (*Spondylus princeps*, *Spondylus calcifer*) does not occur naturally further

south than the far northern coast of Peru, but its shells – and beads and ornaments made from them – have been traded widely over the Andean area, beginning with imports to coastal Peru before 2000 BCE. While not as inaccessible as once thought, their extraction appears to have required considerable effort:

Diving for these shellfish, especially the deeper water resident *Spondylus princeps*, was likely not easy; strong currents, turbid waters, natural camouflage, and strong attachment to substrate may have made these shellfish difficult to harvest even at shallower depths than originally thought (Carter 2011, 63).

Archaeological discoveries of *Spondylus* are particularly prominent on the North Coast of Peru, from the Moche through the Chimú states, but the shells were also in great demand in highland polities from Chavín de Huántar through Wari to Inca. Recurrent finds of workshops devoted to manufacturing beads and ornaments from *Spondylus* indicate that huge amounts of labour were invested not only in harvesting the shells but also in processing and transporting them. The Inca established a special category of people (*mullu chasqui camayoc*) in charge of transporting *Spondylus* throughout the empire. An assessment of the scale of this trade in marine shells along the Peruvian coast and throughout the prehispanic Andes concludes that

it must have been of massive proportions, since the shells not only accompanied the wide expansion of Chavín [900-200 BCE], but had penetrated every part of the Peruvian sierra and coast by the beginning of the Early Intermediate Period [200 BCE-AD 500] (Paulsen 1974, 603).

The shells were undoubtedly carried by llama caravans as well as by human porters. It is of course impossible to estimate the amount of human and animal labour involved in extracting, processing, and transporting *Spondylus*, but when the Inca gained control of the trade in the fifteenth century, there were clearly many thousands of people dedicated to procuring and distributing these items. Each *mullu* artifact encountered archaeologically in the south-central Andes thus represents a formidable input of human labour.

Andean imports of colourful bird feathers from the Amazonian lowlands were also massive in scale but for reasons of poor preservation generally underestimated by archaeologists. Wilkinson refers to the established conviction among archaeologists that exchange in exotic goods is a key impetus for state formation:

In state-formation models that rely on trade in exotics, elites monopolise certain precious goods, which they use to provide sumptuary gifts to subordinate or provincial elites, thereby locking them into relations of dependency and obligation (D. Wilkinson 2018, 1367).

Wilkinson draws on historical evidence from the Spanish conquistadores and early colonisers to estimate the volume of this trade (ibid., 1366). A secretary to Francisco Pizarro in

1534 asserted that the storehouses in Inca Cuzco contained 100,000 dried birds. The chronicler Bernabé Cobo in 1653 remarked that the Inca valued feathered cloth above all other kinds, and he recorded a tribute payment to the Inca emperor that included 1,000 cages of birds. A census in 1549 recorded 200 people (a third of all weavers) merely in the Chupachu ethnic group specialised in the production of feathered textiles, prompting Wilkinson to conclude that ‘there must have been thousands across the entire empire.’ A single funerary cache from the Wari empire, several centuries earlier, contained 96 feathered panels covering around 150 m² and representing the feathers from 2,000-3,000 macaws (*Ara ararauna*). As Wilkinson concludes, ‘[t]he scale of labour represented by such objects – not just in terms of their manufacture, but also in the capture and transport of thousands of Amazonian macaws – is enormous’ (ibid., 1369). He suggests that the Wari state was able to control the trans-Andean trade in bird feathers in exchange for coastal goods such as cotton and *Spondylus* shell. Based on modern studies of bird-trapping in Amazonia, he estimates that the Andean demand for parrot feathers would have required a trapping zone of around 100,000 km².

Having reflected on the political significance of exotic artifacts and the material conditions for controlling them, we shall also consider the materiality of valuable goods that are locally produced. As we have seen, the political economy of premodern Andean societies such as the Inca was based on redistribution. This means that locally derived goods destined to become gifts to be distributed by the emperor or other members of the elite were produced as tribute. These items embodied substantial amounts of human labour-time as well as the requisite agricultural land to support the labourers and yield the resources to be processed, such as maize and camelid fleece. In principle, the amounts of labour and land thus embodied in each unit of tribute should be quantifiable. Although some might wonder what relevance such quantification could have for an understanding of Inca society, the answer is that the very feasibility of Inca society hinged on the ratio between the quantities of labour and land that were embodied in tribute, on the one hand, and the quantity of labour into which royal gifts could be converted, on the other.

Based on archaeological, historical, and ethnographical sources, Ragnheidur Bogadóttir has meticulously calculated the average expenditures of labour time and demands on agricultural land that were embodied in the production of some key artifacts central to the metabolism of Inca society: textiles made from camelid fleece, maize beer, and stone masonry (Bogadóttir 2016). Given that every household was required to deliver at least one tunic of *awasqa* cloth to the Inca state each year, that one such tunic required around 233 hours of labour time (ibid., 97), and that there may have been approximately one million households in the empire, the labour time embodied in these

garments alone would have amounted to around 80,000 person-year equivalents.⁷ Each tunic also required around 1,92 hectares of camelid grazing land, which means that the annual tribute of *awasqa* cloth represented a total of around 1,920,000 hectares of embodied land (Bogadóttir 2016, 98). Tracing the biophysical sources of such artifacts clearly evokes modern concerns with ‘commodity chains’ and ‘life cycle analyses.’

The finer cloth known as *qompi* was a form of wealth reserved for elite consumption and ritual purposes. A *qompi* tunic, Bogadóttir estimates, required an average of 2,759 hours of labour and 0,13 hectares of irrigated *bofedal* pasture (ibid., 97). Assuming that the Inca elite entitled to wearing *qompi* amounted to around 25,000 persons and that they consumed two garments annually, she estimates that their consumption of cloth required the labour of 47,000 tribute-payers and 6,500 hectares of *bofedal* pasture (ibid., 99).

If it were feasible to juxtapose such figures with estimates of the amounts of labour and land into which gifts of cloth and maize beer (*chicha*) could be converted, it would be possible to more rigorously define the application of concepts such as appropriation or exploitation in Inca society. This would be one way of complementing the semiotic analysis of value systems – which define the cultural significance of cloth and maize beer – with the material metabolism with which they are entwined. Such estimates can only be fragmentary, as when we consider that soldiers in the Inca army were presented with two *awasqa* tunics annually, implying an exchange of 466 hours of embodied labour – plus the labour tribute embodied in food, lodging, footwear, weapons, and so on – for a full year’s service. Public gifts of *chicha* can be similarly estimated, as when Bogadóttir calculates that some 50,000 participants in a ceremonial labour feast would have consumed maize beer embodying 58,000 days of labour and 59 hectares of agricultural land (ibid., 125). The production of *chicha* for these events also required huge amounts of firewood as well as pottery, all extracted through labour service to the Inca state.

Concluding his classic article *Cloth and Its Functions in the Inca State*, John Murra observes that, ‘in the Andean area, the artifact of greatest prestige and thus the most useful in power relations was cloth’ (Murra 1962, 721). It was customary for the Inca emperor to present gifts of cloth to the defeated kings of newly incorporated territories. Reflecting on what he calls ‘the paradox of the gift-laden conqueror,’ Murra pertinently explains how we should understand such ‘ceremonial gifts to the vanquished, at the moment of their defeat:’

[T]he compulsory issue of culturally valued commodities in a society without money and [with] relatively small markets can be viewed as the initial pump-priming step in a dependent relationship,

⁷ I estimate roughly 3,000 hours as a person-year equivalent.

since the ‘generosity’ of the conqueror obligates one to reciprocate, to deliver on a regular, periodic basis, the results of one’s workmanship to the Cuzco warehouses (Murra 1962, 721).

This observation is of crucial importance to our understanding of the social metabolism of stratified societies organised around principles of reciprocity. While a superficial interpretation of societies such as that of the Inca suggests an elite preoccupied with ‘symbolic’ things such as feathers, shells, and fine cloth, we have seen how flows of such artifacts are merely the medium through which the elite gains control over labour and other resources within and beyond its territories. In this sense, premodern and modern economies seem equally prone to focus on the semiotic values of the goods that are exchanged, while only vaguely aware of the quantities of human time and natural resources that are embodied in the goods. The ‘preciosities’ and ‘primitive valuables’ that propelled premodern exchange were no less material – in their origins and their consequences – than the commodities whose exchange-values preoccupy modern societies. To provide full accounts of either kind of social metabolism, we must acknowledge the embodied materiality of their economies.

Conclusions

The thrust of this paper has been to emphasize historical continuities over the *longue durée*. Whether we are looking for commodities, export production, money, market prices, wage labour, capital accumulation, or technologies contingent on world-systems, they can all be traced back to the Bronze Age. Although it is trivial to observe that the nature and scales of these phenomena have undergone fundamental transformations over the past five millennia, the continuities make it analytically difficult to identify a certain point in history at which ‘capitalism’ was born. To underscore this conclusion, I have considered some aspects of the metabolism of Inca society, which to many historians and anthropologists represent the very antithesis of capitalism.

The Inca example poses even more of a challenge to Eurocentric narratives of capitalism than the Bronze Age, because it illustrates how capital accumulation and exploitation through long-distance exchange can be identified even in the absence of money. It thus inspires comparison along a wider spectrum of societies than those conventionally accessible to economic history. Defining exploitation in terms of asymmetric transfers of embodied time and space means focusing on other universalising metrics than money, metrics that represent an incontrovertible biophysical reality rather than impalpable constructions of ‘value.’

To identify the occurrence of capital accumulation, exploitation, and unequal exchange in Inca society requires a conceptual framework divorced from the logic of money analysed by Marx.

Any artifact or product transferred to or from the imperial warehouses represented a quantity of embodied labour and land. In principle, calculations of such quantities could illuminate asymmetric transfers of resources, veiled not by monetary values in the form of market prices, as in capitalism, but by ritualised reciprocity. From this perspective, capitalist markets and Inca ritual suggest two alternative ways of obscuring physically unequal exchange by projecting illusions of reciprocity. The comparison might thus invoke the Inca economy to highlight the fictive nature of modern market reciprocity.

The vast stores of food, textiles, and other goods that had been accumulated in Inca warehouses at the time of the Spanish conquest confirm that much greater volumes were given the emperor in tribute than he redistributed among his subjects. These stores may seem to make quantitative estimates of asymmetric resource flows superfluous. Nevertheless, attempts at translating the metabolic flows of Inca society into human time and natural space do not only illuminate the material processes through which this society was reproduced but also highlight fundamental, sociometabolic regularities – the appropriation of time and space – that it shared with other stratified social systems, including what we think of as modern capitalism.

The Inca elite appropriated the labour of its subjects by systematically invoking traditional concepts of reciprocity recognised among local peasant communities. A labour force could thus be mobilised to work agricultural land claimed by the emperor or his provincial governors in exchange for a generous consumption of maize beer and other foodstuffs. Such arrangements evoked the recurrent, communal work parties (*minga*) with which peasants were thoroughly familiar. Rather than a reciprocal flow of services between households, however, the labor parties hosted by imperial authorities were clearly asymmetric in terms of social metabolism. The maize beer served at these events obviously represented a mere fraction of the maize that was harvested on the emperor's terraces. Most of it was destined for the royal storehouses. In a transcultural sense, both the stored maize and the terraces on which it was grown can be understood as capital. In applying physical, non-monetary metrics to the Inca economy, we are thus able to provide the concept of 'unequal exchange' with a tangible, material definition. Such an approach is close at hand when we consider a stratified society lacking money, but it is simultaneously conducive to rethinking the asymmetries of capitalist societies. The challenge, in applying it to capitalism, is to identify structurally similar, systematic asymmetries in the social flows of biophysical resources such as labour time, land use, energy, and materials. Viewed in this light, market prices in modern capitalism are analogous to the ideological veil of the imperial *minga*. The maize beer served by the Inca had a function similar to that of the modern wage. As Maurice Godelier has observed, our task is indeed to unravel how, in different societies, unequal exchange is represented as fair.

Is the fictive reciprocity of modern market prices an example of a more fundamental phenomenon of social metabolism that can be identified even in the non-monetary economies of the prehispanic Andes? If so, it suggests that what we conceive of as 'capitalism' cannot be distinctly delineated, and that our attention should rather be focused on the underlying structures of physically asymmetric exchange of which modern capitalism is an instantiation. No less than the cotton factories in industrialising Britain, the maize terraces of the Inca represented capital in the sense of a material, productive infrastructure continuously augmented through a cultural mystification of unequal exchange.

Asymmetric flows of embodied labour and various forms of capital accumulation have been fundamental to diverse civilisations for millennia. Thus, for instance, the investment of precious metals in Roman armies to capture new slaves and conquer new territories (and new mines for precious metals) is formally cognate to nineteenth-century British investments of money in new technologies with which to conquer the world market. Both these strategies generated expanding cycles of capital accumulation.

The real novelty of the modern era was the harnessing of fossil energy to augment the material asymmetries of world trade. The combined logic of global market exchange and steam-powered British cotton factories intensified the net transfers of embodied labour and other resources to the imperial core from its peripheries. What is becoming increasingly apparent in our time is the fact that the celebrated progress of the 'productive forces' in industrialising Britain were subsidised by slave labour in plantations, mines, and other extractive zones of the world-system. The money capital that continued to finance investments in technological infrastructure – and the global appropriation of time and space that it represented – came from profits earned through exploitation. To thus contextualise the Industrial Revolution in historical time and geographical space is not to downplay the critical role of all-purpose money in making the accelerating global resource transfers – and the new technologies – possible. Without money there would have been no machines.

Rather than absolving 'technological progress' from this global sociometabolic context, we must today recognise the role of industrial technology in the world-system as itself a new strategy of time-space appropriation. In displacing both work and environmental loads to the periphery, it accomplishes a delusory neutralisation of exploitation. A consequence of the Industrial Revolution was to delegate the severe inequalities of slavery to the combined logic of markets and machines. The low-wage masses of the Global South have replaced the slaves on the plantations. Chains and whips have been superseded by market forces and technological progress. Against this background, it is no coincidence that the first nation to industrialise, embrace free trade, and establish

neoclassical economic theory was also the first nation to abolish slavery. The judgement on the extent to which this should be viewed as a victory of 'civilisation' should not be left to its beneficiaries in the Global North.

References

- Barjamovic, Gojko. 'Interlocking commercial networks and the infrastructure of trade in Western Asia during the Bronze Age.' In *Trade and civilisation: Economic networks and cultural ties, from prehistory to the early modern era*, edited by Kristian Kristiansen, Thomas Lindkvist, and Janken Myrdal, pp. 113-142. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- Baudrillard, Jean. *For a critique of the political economy of the sign*. St. Louis: Telos, [1972] 1981.
- Beckert, Sven. *Empire of cotton: A global history*. New York: Vintage Books, 2014.
- Beckert, Sven, Ulbe Bosma, Mindi Schneider, and Eric Vanhaute. 'Commodity frontiers and the transformation of the global countryside: a research agenda.' *Journal of Global History* 16(3): 435-450, 2021.
- Berg, Maxine. 'Commodity frontiers: concepts and history.' *Journal of Global History* 16(3): 451-455, 2021.
- Bogadóttir, Ragnheidur. *Time-space appropriation in the Inka Empire: A study of imperial metabolism*. PhD dissertation, Lund University. Lund Studies in Human Ecology 15, 2016.
- Carter, Benjamin P. 'Spondylus in South American prehistory.' In *Spondylus in prehistory – new data and approaches: Contributions to the archaeology of shell technologies*, edited by Fotis Ifantidis and Marianna Nikolaidou, 63-89. BAR International Series 2216. Oxford: Archaeopress, 2011.
- Concise Oxford Dictionary of Current English*. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- Conde, Marta, and Mariana Walter. 'Commodity frontiers.' In *Degrowth: A vocabulary for a new era*, edited by Giacomo D'Alisa, Federico Demaria, and Giorgos Kallis, 71-74. London: Routledge, 2015.
- Dorning, Christian, Alf Hornborg, David J. Abson, Henrik von Wehrden, Anke Schaffartzik, Stefan Giljum, John-Oliver Engler, Robert L. Feller, Klaus Hubacek, and Hanspeter Wieland. 'Global patterns of ecologically unequal exchange: Implications for sustainability in the 21st century.' *Ecological Economics* 179: 106824, 2021.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800920300938>
- Earle, Timothy. *Bronze Age economics: The beginnings of political economies*. Boulder, CO: Westview Press, 2002.
- Findlay, Ronald, and Kevin H. O'Rourke. 'Commodity frontiers: a view from economic history.' *Journal of Global History* 16(3): 462-465, 2021.
- Frank, Andre G. *ReOrient: Global economy in the Asian age*. Berkeley, CA: University of California Press, 1998.
- Frank, Andre G., and Barry K. Gills, eds. *The world system: Five hundred years or five thousand?* London: Routledge, 1993.
- Godelier, Maurice. 'The concept of 'social and economic formation: The Inca example.' In *Perspectives in Marxist anthropology*, pp. 63-69. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
-

Graeber, David. 'Fetishism as social creativity: Or, fetishes are gods in the process of construction.' In *Possibilities: Essays on hierarchy, rebellion, and desire*, pp. 113-154. Oakland: AK Press, 2007.

Graeber, David. *Debt: The first 5,000 years*. Brooklyn: Melville House, 2011.

Harvey, David. *The limits to capital*. Oxford: Blackwell, 1982.

Hayden, Brian, and Timothy Earle. 'Political economy perspectives in trade before and beyond civilisations.' In *Trade before civilisation: Long distance exchange and the development of social complexity*, edited by Johan Ling, Richard J. Chacon, and Kristian Kristiansen, pp. 445-480. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

Helms, Mary W. *Ulysses' sail: An ethnographic odyssey of power, knowledge, and geographical distance*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

Hornborg, Alf. *The Magic of Technology: The Machine as a Transformation of Slavery*. London: Routledge, 2023.

Kristiansen, Kristian. 'From stone to bronze: The evolution of social complexity in northern Europe, 2300-1200 B.C.' In *Specialization, exchange and complex society*, edited by Elizabeth Brumfiel and Timothy Earle, pp. 30-51. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

Kristiansen, Kristian, Thomas Lindkvist, and Janken Myrdal, eds. *Trade and civilisation: Economic networks and cultural ties, from prehistory to the early modern era*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

Marx, Karl. *Capital*, vol. 1. Harmondsworth: Penguin Books, [1867] 1976.

Mauss, Marcel. *The gift*. Expanded edition. Translated by Jane I. Guyer. Chicago: HAU Books, [1925] 2016.

McNeill, D. *Fetishism and the theory of value: Reassessing Marx in the 21st century*. Houndmills, UK: Palgrave Macmillan, 2020.

Moore, Jason W. *Capitalism in the web of life: Ecology and the accumulation of capital*. London: Verso, 2015.

Morris, Rosalind C., and Daniel H. Leonard. *The returns of fetishism: Charles de Brosses and the afterlives of an idea*. Chicago: The University of Chicago Press, 2017.

Mostern, Ruth. 'Comments on time, space and method for the study of commodity frontiers and the transformation of the global countryside.' *Journal of Global History* 16(3): 456-461, 2021.

Murra, John V. *The economic organization of the Inca state*. PhD dissertation, Department of Anthropology, University of Chicago, 1956.

Murra, John V. 'Cloth and its functions in the Inca state.' *American Anthropologist* 64: 710-728, 1962.

Murra, John V. *Reciprocity and redistribution in Andean civilizations*. The 1969 Lewis Henry Morgan Lectures. Prepared by Freda Yancy Wolf and Heather Lechtman. Chicago: HAU Books, 2017.

Paulsen, Alison C. 'The Thorny Oyster and the voice of God: Spondylus and Strombus in Andean prehistory.' *American Antiquity* 39(4): 597-607, 1974.

Pomeranz, Kenneth. *The great divergence: China, Europe, and the making of the modern world economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

Pomeranz, Kenneth, and Steven Topik. *The world that trade created: Society, culture, and the world economy, 1400 to the present*. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1999.

- Sahlins, Marshall. *Culture and practical reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1976.
- Sahlins, Marshall. 'The cultural politics of core-periphery relations.' In David Graeber and Marshall Sahlins, *On kings*, pp. 345-376. Chicago: HAU Books, 2017.
- Salomon, Frank. *Native lords of Quito in the age of the Incas: The political economy of North Andean chiefdoms*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986a.
- Salomon, Frank. 'Vertical politics on the Inka frontier.' In *Anthropological history of Andean polities*, edited by John V. Murra, Nathan Wachtel, and Jacques Revel, pp. 89–117. Cambridge: Cambridge University Press, 1986b.
- Scott, James C. *Against the grain: A deep history of the earliest states*. New Haven: Yale University Press, 2017.
- Tambiah, Stanley J. *Culture, thought, and social action: An anthropological perspective*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.
- Tomich, Dale W. *Through the prism of slavery: Labor, capital, and world economy*. Lanham, MD: Rowland & Littlefield, 2004.
- Warburton, David A. 'Prices and values: Origins and early history in the Near East.' In *Trade and civilisation: Economic networks and cultural ties, from prehistory to the early modern era*, edited by Kristian Kristiansen, Thomas Lindkvist, and Janken Myrdal, pp. 56-86. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- Wilkinson, Darryl. 'The influence of Amazonia on state formation in the ancient Andes.' *Antiquity* 92 365: 1362-1376, 2018.
- Wilkinson, Toby C. 'Cloth and currency: On the ritual economics of Eurasian textile circulation and the origins of trade, fifth to second millennia BC.' In *Trade and civilisation: Economic networks and cultural ties, from prehistory to the early modern era*, edited by Kristian Kristiansen, Thomas Lindkvist, and Janken Myrdal, pp. 25-55. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- Wolf, Eric R. *Europe and the people without history*. Berkeley, CA: University of California Press, 1982.

Received: February 28, 2023

Approved: April 18, 2023

Dossiê: A história das mercadorias no mundo pré-industrial:
potencialidades e limites de uma abordagem

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2023.v29.40399>

**Perspectivas transhistóricas sobre mercadorias, fetichismo e sistemas mundiais:
Tecnologias de exploração ao longo de cinco mil anos***

*Transhistorical perspectives on commodities, fetishism, and world-systems:
Technologies of exploitation through five thousand Years*

Perspectivas transhistóricas sobre mercancías, fetichismo y sistemas-mundo: Tecnologías de explotación a través de cinco mil años

Alf Hornborg**

<https://orcid.org/0000-0003-2102-5875>

RESUMO: Mercadorias, produção de exportação, dinheiro, preços de mercado, trabalho assalariado, acumulação de capital e tecnologias dependentes de sistemas mundiais podem ser rastreados até a Idade do Bronze. As continuidades dificultam analiticamente a identificação de um determinado ponto na história em que o "capitalismo" nasceu. O exemplo inca ilustra como a acumulação de capital e a exploração por meio de trocas de longa distância podem ser identificadas mesmo na ausência de dinheiro. Os mercados modernos e o ritual inca sugerem duas formas alternativas de obscurecer a troca fisicamente desigual, projetando ilusões de reciprocidade. A cerveja de milho servida pelos incas tinha uma função semelhante à do salário moderno. A reciprocidade fictícia dos preços do mercado moderno parece ser um exemplo de um fenômeno mais fundamental do metabolismo social que pode ser identificado até mesmo nas economias não monetárias dos Andes pré-hispânicos. Assim como as fábricas de algodão na Grã-Bretanha industrializada, os terraços de milho dos incas representavam capital no sentido de uma infraestrutura material e produtiva continuamente ampliada por meio de uma mistificação cultural de trocas desiguais. Hoje, podemos reconhecer o papel da tecnologia industrial no sistema mundial como uma nova estratégia de apropriação do tempo-espço. A novidade da Revolução Industrial foi delegar a exploração e as desigualdades à lógica combinada de mercados e máquinas.

* Tradução de Fabio Morales e Leonardo Marques.

** Professor emérito de ecologia humana, Lund University, Sweden. Autor de *The Power of the Machine* (2001), *Global Ecology and Unequal Exchange* (2011), *Global Magic* (2016), *Nature, Society, and Justice in the Anthropocene* (2019), and *The Magic of Technology* (2023). alf.hornborg@hek.lu.se

Palavras-chave: Mercadorias. Fetichismo. Sistemas globais. Apropriação do tempo-espço. Acumulação de capital.

ABSTRACT: Commodities, export production, money, market prices, wage labour, capital accumulation, and technologies contingent on world-systems can all be traced back to the Bronze Age. The continuities make it analytically difficult to identify a certain point in history at which 'capitalism' was born. The Inca example illustrates how capital accumulation and exploitation through long-distance exchange can be identified even in the absence of money. Modern markets and Inca ritual suggest two alternative ways of obscuring physically unequal exchange by projecting illusions of reciprocity. The maize beer served by the Inca had a function similar to that of the modern wage. The fictive reciprocity of modern market prices appears to be an example of a more fundamental phenomenon of social metabolism that can be identified even in the non-monetary economies of the prehispanic Andes. No less than the cotton factories in industrialising Britain, the maize terraces of the Inca represented capital in the sense of a material, productive infrastructure continuously augmented through a cultural mystification of unequal exchange. We may today recognise the role of industrial technology in the world-system as a new strategy of time-space appropriation. The novelty of the Industrial Revolution was to delegate exploitation and inequalities to the combined logic of markets and machines.

Keywords: Commodities. Fetishism. World-systems. Time-space appropriation. Capital accumulation.

RESUMEN: Las mercancías, la producción para la exportación, el dinero, los precios de mercado, el trabajo asalariado, la acumulación de capital y las tecnologías dependientes de los sistemas-mundo pueden remontarse a la Edad de Bronce. Las continuidades hacen que sea analíticamente difícil identificar un punto determinado de la historia en el que nació el "capitalismo". El ejemplo inca ilustra cómo la acumulación de capital y la explotación a través del intercambio a larga distancia pueden identificarse incluso en ausencia de dinero. Los mercados modernos y el ritual inca sugieren dos formas alternativas de ocultar el intercambio físicamente desigual proyectando ilusiones de reciprocidad. La cerveza de maíz que servían los incas tenía una función similar a la del salario moderno. La reciprocidad ficticia de los precios del mercado moderno parece ser un ejemplo de un fenómeno más fundamental del metabolismo social que puede identificarse incluso en las economías no monetarias de los Andes prehistóricos. Al igual que las fábricas de algodón de la Gran Bretaña industrializada, las terrazas de maíz de los incas representaban el capital en el sentido de una infraestructura material y productiva continuamente aumentada a través de una mistificación cultural del intercambio desigual. Hoy podemos reconocer el papel de la tecnología industrial en el sistema-mundo como una nueva estrategia de apropiación del tiempo-espacio. La novedad de la Revolución Industrial fue delegar la explotación y las desigualdades en la lógica combinada de los mercados y las máquinas.

Palabras clave: Mercancías. Fetichismo. Sistemas-mundo. Apropiación espacio-temporal. Acumulación de capital.

Como citar este artigo:

Hornborg, Alf. “Perspectivas transhistóricas sobre mercadorias, fetichismo e sistemas mundiais: Tecnologias de exploração ao longo de cinco mil anos”. *Locus: Revista de História*, 29, n. 1 (2023): 14-39.

Introdução

Neste artigo, começarei examinando o conceito de 'mercadoria' conforme analisado por Karl Marx e como entendido pelos proponentes do conceito de 'fronteiras de mercadoria'.¹ Discutirei se é realmente válido pensar na mercantilização como uma descontinuidade histórica central e definidora do capitalismo, o que leva à questão de como definir o capitalismo e como identificar a descontinuidade fundamental entre as sociedades pré-modernas e modernas. Oferecerei paralelos entre os fluxos de mercadorias na Idade do Bronze e o contexto global da Revolução Industrial, enfatizando como pode ser enganoso separar conceitualmente uma tecnologia das relações sociais que estão na base de seu surgimento.

Como contraponto ao eurocentrismo da história econômica da expansão ocidental, discuto os reinos pré-hispânicos dos Andes, sociedades geralmente consideradas como as mais distantes do capitalismo europeu. Eles não eram apenas paradigmaticamente pré-modernos em termos de tempo histórico, mas também completamente isolados dos desenvolvimentos europeus em termos de espaço geográfico. A fim de testar o nosso uso de conceitos como “mercadoria” e “capital”, considerarei os contextos econômicos, sociais e culturais da acumulação e dos artefatos andinos pré-hispânicos, com ênfase no papel dos investimentos em recursos biofísicos, como tempo de trabalho e terras agrícolas. Em um nível abstrato, o que tinham as antigas infraestruturas e mercadorias comerciais andinas em comum com as da Grã-Bretanha do final do século XVIII, e em que sentido elas eram diferentes? É viável, por exemplo, pensar em termos de “cadeias mercantis” e “acumulação de capital” quando se fala da produção de tecidos e da construção de terraços nos Andes pré-hispânicos? Qual é o significado do dinheiro no estudo comparativo das trocas e da exploração? Até que ponto a compulsão moderna de atribuir valores monetários a tudo moldou nossa compreensão das relações sociais e humano-ambientais? Estas são algumas das questões que abordarei a seguir.

A mercadoria tal como analisada por Marx

¹ O *Concise Oxford Dictionary of Current English* (1990) define “mercadoria” como “um artigo ou matéria prima que pode ser comprada ou vendida” ou simplesmente como “uma coisa útil”.

Marx abriu a sua monumental análise d'*O Capital* com o famoso capítulo inicial chamado “A Mercadoria”. Uma mercadoria, diz ele, é um objeto que satisfaz necessidades humanas de qualquer tipo. Sua utilidade é condicionada por suas propriedades físicas: “É, portanto, o corpo físico da própria mercadoria, por exemplo, ferro, milho, um diamante, que é o valor de uso ou coisa útil” (Marx [1867] 1976: 126). O fato de duas mercadorias qualitativamente diferentes poderem ser equivalentes em termos de valor de troca para Marx significa que ambas são iguais a uma terceira coisa: “Cada uma delas, enquanto valor de troca, deve, portanto, ser redutível a essa terceira coisa”. Ele conclui que a única coisa que elas podem ter em comum é que são produtos de um trabalho socialmente necessário abstrato e médio. Esta é a fonte de seu valor:

Como, então, a magnitude desse valor deve ser medida? Por meio da quantidade da “substância formadora de valor”, o trabalho, contido no artigo. Essa quantidade é medida por sua duração, e o próprio tempo de trabalho é medido na escala particular de horas, dias etc. - tempo socialmente necessário para sua produção (Marx [1867] 1976, 129).

Nas primeiras cinco páginas d'*O Capital*, Marx usa três vezes a expressão “portanto” para sugerir que suas suposições fundamentais são logicamente incontestáveis, mas essas afirmações são todas questionáveis. O valor de uso de uma mercadoria pode ser condicionado tanto por propriedades simbólicas quanto físicas.² A “terceira coisa” que torna duas mercadorias comensuráveis pode ser simplesmente seu preço de mercado, isto é, uma certa quantidade de dinheiro. Isso representou um enigma até mesmo para Aristóteles na Grécia antiga (Marx [1867] 1976, 151-152). Finalmente, não há nenhum argumento robusto demonstrando que o valor econômico de um artigo é derivado exclusivamente do tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, seja na Grécia antiga ou na Grã-Bretanha do século XIX. No entanto, é sobre essas afirmações que o edifício d'*O Capital* é fundado. Mas tais brigas não devem nos deter aqui. De interesse mais imediato neste contexto é a definição de mercadoria de Marx:

Para se tornar uma mercadoria, o produto deve ser transferido para outra pessoa, para quem serve como valor de uso, por meio de troca. ... [A divisão entre valor de uso e valor] aparece na prática apenas quando a troca já adquiriu uma extensão e importância suficientes para permitir que coisas úteis sejam produzidas com o propósito de serem trocadas... (Marx [1867] 1976:, 131, 166).

A contribuição mais importante de Marx foi adotar o conceito de “fetichismo” na economia política. A palavra “fetiche” deriva de uma categoria portuguesa que se refere à adoração de ídolos na África Ocidental pré-moderna. Foi incorporada ao discurso europeu sobre a história da religião por meio de um texto publicado em 1760 por Charles de Brosses (Morris e Leonard 2017). Marx apontou que os europeus modernos também são fetichistas, no sentido de que atribuem agência autônoma às mercadorias e ao dinheiro, obscurecendo as relações sociais assimétricas por meio das quais esses

² Na primeira página do *Capital*, Marx nota que não faz diferença se a utilidade da mercadoria satisfaz as necessidades humanas “do estômago ou da imaginação” (ibid., 125).

artefatos são gerados. As formas mais tangíveis de fetichismo ocorrem quando objetos materiais (“coisas”) são dotados de poderes imaginários próprios. Nas palavras de Marx, as relações entre as pessoas são representadas como relações entre as coisas:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que a mercadoria reflete as características sociais do próprio trabalho dos homens como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como as propriedades sócio-naturais dessas coisas. ... Nada mais é do que a relação social definida entre os próprios homens que assume aqui, para eles, a forma fantástica de uma relação entre as coisas (Marx [1867] 1976, 164-165).

É nesse sentido que Marx vê uma diferença decisiva entre os modos de exploração capitalista e pré-capitalista. Na Europa pré-capitalista, escreve Marx,

as relações sociais entre os indivíduos na execução de seu trabalho aparecem, em todo caso, como suas próprias relações pessoais, e não se disfarçam como relações sociais entre coisas, entre os produtos do trabalho. ... Nos antigos modos de produção asiáticos, clássicos-antigos e outros, a transformação do produto em mercadoria e, portanto, a existência dos homens como produtores de mercadorias, desempenha um papel secundário ... As nações comerciais ... existem apenas nos interstícios do mundo antigo... (Marx [1867] 1976, 170, 172).

Para resumir este breve ensaio da posição de Marx, ele introduz *O Capital* com a afirmação de que a comensurabilidade das mercadorias no mercado se baseia no fato de que todas elas representam quantidades de tempo de trabalho socialmente necessário e que a forma-mercadoria assume prevalência geral apenas com a produção generalizada para a troca. Nas sociedades pré-capitalistas, a produção e a troca geralmente não alienam os trabalhadores dos produtos de seu trabalho a ponto dos produtos serem percebidos como fontes autônomas de poder. Ele, no entanto, admite que a produção para a troca (e o fetichismo da mercadoria?) ocorreu “nos interstícios” entre sociedades pré-capitalistas, embora desempenhando apenas “um papel subordinado”. Somente com o “modo de produção capitalista” a produção de mercadorias (e o fetichismo) domina a vida social.

Fronteiras de mercadorias antes e além do capitalismo europeu

Dados os incentivos, em constante expansão, para maximizar os lucros monetários, segundo a história convencional, o “modo de produção capitalista” gerou uma busca única e implacável de uma grande diversidade de mercadorias para o comércio ou o processamento industrial. A busca global por tais commodities, abarcando de alimentos, drogas, fibras, madeira, peixe e partes de animais a metais preciosos, pedras preciosas e outros minerais, levou, cada vez mais por todo o planeta, àquilo que Jason Moore e outros chamaram de “fronteiras da mercadoria” (Moore 2015; Beckert *et al.* 2021).

Para Moore, apenas um subconjunto dos recursos utilizados pelo capitalismo em expansão é explorado (definido como derivado do trabalho “pago”) por meio da economia do dinheiro; o restante – “uma zona global de reprodução (trabalho não remunerado) da família para a biosfera” – é *apropriado* “(fora da mercantilização, mas em servidão a ela)” (Moore 2015: 191) . Moore afirma que

as estratégias de mercantilização e exploração só podem funcionar na medida em que as naturezas não mercantilizadas são de alguma forma postas em prática, de graça ou a um custo muito baixo. Em suma, o capitalismo deve mercantilizar a vida/trabalho, mas depende da 'carona' da vida/trabalho não mercantilizados para fazê-lo. Daí a centralidade da fronteira (Moore 2015, 192).

A fronteira da mercadoria, nesta visão, pode ser entendida como a própria interface entre a operação “interna” da economia capitalista e os recursos “externos” não ou mal pagos – trabalho, alimentos, energia e materiais – que a subsidiam. Já expliquei em outro lugar porque acho essa estrutura teórica incoerente e não devo retomá-la aqui. Basta dizer que a distinção analítica entre “exploração” e “apropriação” é profundamente problemática. Se o primeiro significa ser “pago” e o último “não” ou “mal pago”, minha pergunta imediata é se o que se implica é que alguns trabalhadores assalariados estão sendo totalmente compensados por seu trabalho, enquanto todo o trabalho não ou mal pago deve ser considerado como “externalidade”, no mesmo sentido em que o termo é usado pelos economistas tradicionais. Se alguns trabalhadores assalariados são “mal pagos”, seu trabalho está sendo explorado ou apropriado? Por que a ocorrência de algum pagamento monetário (parcial) é uma distinção significativa a ser feita nesse contexto? Essa mesma distinção indica um fascínio pelo dinheiro que torna a análise confusa. É apenas abandonando a suposição implícita de que o dinheiro pode compensar a dissipação de energia e outros recursos que a teoria econômica pode se libertar das restrições conceituais impostas a ela – tanto em suas variantes ortodoxas quanto heterodoxas – pelo artefato do dinheiro para todos os fins.

Isso finalmente se resume, é claro, ao papel do dinheiro no que consideramos capitalismo. Uma perspectiva alternativa sobre a exploração global é a da “troca ecologicamente desigual” (TED) (Dorninger *et al.* 2021), que se concentra nos fluxos assimétricos de recursos materiais que convergem para áreas centrais de acumulação de capital. Nesta abordagem, o dinheiro e os preços de mercado são entendidos como meios de provocar (e obscurecer) tais fluxos assimétricos, independentemente dos recursos transferidos serem “pagos”, “mal pagos” ou “não pagos”. Os preços de mercado projetam uma imagem ilusória de reciprocidade, disfarçando a apropriação líquida global de tempo de trabalho incorporado, terra, energia e materiais. Ao focar na quantificação dos fluxos de recursos biofísicos, a perspectiva da TED é capaz de abandonar a preocupação dos economistas com a compensação monetária e o suposto “valor” desses recursos. A noção de que todas as mercadorias podem ser avaliadas em termos de uma teoria universal do valor, seja baseada no trabalho, na terra, na energia ou na utilidade, deriva, em última análise, do artefato do dinheiro para todos os fins, que não é apenas a fonte do capitalismo, mas também condiciona a forma como os críticos do capitalismo o pensam.

Embora o enquadramento teórico das fronteiras das mercadorias de Moore seja problemático, o conceito destaca de maneira útil como as assimetrias materiais globais do capitalismo podem ser iluminadas por meio de estudos empíricos de histórias específicas de mercadorias. Foi definido como

“o locus onde a extração se expande geograficamente, colonizando novas terras em busca de matérias-primas (petróleo, minerais, biomassa etc.)” (Conde e Walter 2015: 71). No site “*Commodity Frontiers and the Making of Global Capitalism*”, Sven Beckert, Ulbe Bosma e Eric Vanhaute definem as fronteiras da mercadoria como “processos de incorporação dinâmica de novos locais de recursos naturais na economia mundial” (acessado em 14 de novembro de 2022). O principal mérito do conceito é que ele amplia nossa visão sobre as condições para a acumulação capitalista, das preocupações míopes com o conflito de classe local dentro das nações industrializadas para perspectivas verdadeiramente globais sobre transferências assimétricas de recursos. Ele ressalta que o surgimento do capitalismo industrial na Grã-Bretanha era dependente de processos sistêmicos mundiais no século XVIII. Essa visão, sem dúvida, encorajará os historiadores a intensificar seus estudos sobre a miríade de especificidades empíricas de histórias particulares de mercadorias, mas também deve implicar uma mudança de paradigma em nossa compreensão da Revolução Industrial.³ A mudança para novas tecnologias de aproveitamento da energia fóssil estava inextricavelmente ligada à acumulação física, por meio do colonialismo e da escravidão, dos recursos materiais que tornaram essas tecnologias possíveis. Em outras palavras, o estabelecimento do capitalismo industrial na Grã-Bretanha do século XVIII não foi apenas uma questão de acumular dinheiro e encorajar engenharia inovadora, mas simultaneamente um processo de concentração material. A Revolução Industrial contou com conjunturas globais de *metabolismo social*. Como Beckert e seus co-autores observaram recentemente, a história da expansão das fronteiras das mercadorias é “um processo histórico tão abrangente espacial, social e estruturalmente que ainda aguarda sua análise persuasiva” (Beckert et al. 2021: 435). Além das bibliotecas que podem ser preenchidas com histórias empíricas de mercadorias, devemos fazer um esforço para reconceitualizar a própria história econômica por meio de uma lente genuinamente materialista, que finalmente consiga incorporar a matéria física à teoria social.

Ao mesmo tempo, porém, esse foco nas quantidades de recursos materiais incorporados que são transferidos em histórias de mercadorias específicas deve ser combinado com o reconhecimento das idiosincrasias semióticas que moldam as demandas, em constante transformação, por várias mercadorias. Uma sensibilidade para a semiótica cultural do consumo, nos moldes das palavras pioneiras de Jean Baudrillard ([1972] 1981), deve impedir a suposição injustificada de que uma perspectiva materialista expressa as histórias das mercadorias em um idioma pragmático. Tanto as contribuições teóricas quanto as visões globais empíricas mostram de forma convincente como os caprichos culturais arbitrários podem desempenhar papéis decisivos na propulsão de histórias da

³ Ainda que raramente seja um problema para historiadores, o “enorme acervo de estudos de caso existente não forma um todo sistematizado de conhecimento” (Beckert et al. 2021, 448).

mercadoria materialmente significativas (Sahlins 1976; Wolf 1982; Pomeranz e Topik 1999). A arqueologia confirma que a semiótica específica das economias humanas moldou o metabolismo social muito antes do século XV, o que é frequentemente referido como o alvorecer do capitalismo mercantil.

Embora a velocidade da expansão tenha claramente acelerado nos “últimos 600 anos” (Beckert *et al.* 2021: 435), as fronteiras da mercadoria estavam longe de ser novas para a história humana (Kristiansen *et al.* 2018). Já em 3.500 a.C., a antiga cidade mesopotâmica de Uruk importava cobre, estanho, chumbo, madeira, carvão, calcário, prata, ouro e pedras preciosas de fontes distantes (Scott 2017, 192, 243). Uma mercadoria como o estanho (para a produção de bronze) poderia ser extraída onde hoje é o Afeganistão. Para obter todas essas importações essenciais, Uruk exportou têxteis, grãos, cerâmica e produtos artesanais (Scott 2017, 192). A indústria têxtil de Uruk, empregando cerca de nove mil trabalhadores, foi particularmente crucial para este comércio (Scott 2017, 159). A estratégia subjacente, ou seja, a produção de têxteis para exportação com o objetivo de obter acesso a mercadorias remotas, era fundamentalmente a mesma empregada pelos industriais britânicos cinco mil anos depois.

Sistemas-mundo da Idade do Bronze à Revolução Industrial

A metalurgia do bronze é baseada na liga de cobre e estanho. Ela produz um metal que é mais duro que o cobre e, portanto, mais adequado para ferramentas e armas. No terceiro milênio a.C., este metal tornou-se um bem comercial de grande prestígio entre os reinos e impérios do Oriente Médio e do Mediterrâneo oriental. Como os minérios de estanho são naturalmente raros e a demanda era alta, a produção de bronze gerou amplas redes de comércio de longa distância. No segundo e terceiro milênios a.C., as sociedades da Idade do Bronze, do Egeu à Babilônia, fabricavam e comercializavam bronze, liga metálica que dependia crucialmente de fontes de estanho em regiões distantes, como Cazaquistão, Europa central, Península Ibérica e Cornualha. As importações de estanho e bronze para reinos e impérios em toda esta vasta área, por sua vez, exigiam uma variedade de exportações valiosas e promoviam a manutenção de redes de troca intensiva conectando políticas e fronteiras da mercadoria da Cornualha ao Cazaquistão.

O sistema mundial da Idade do Bronze ilumina o contexto da Revolução Industrial britânica não apenas no sentido de esclarecer o significado e a história profunda da produção para exportação, mas também por nos ajudar a transcender nossa distinção habitual entre tecnologia e sociedade. Ao considerar esses dois sistemas-mundo, separados por cinco milênios, tendemos a separar conceitualmente os artefatos materiais das relações sociais de troca que os tornam possíveis. Algumas tecnologias, no entanto, devem sua existência material às proporções específicas nas quais as substâncias de seus componentes são trocadas. A metalurgia do bronze foi uma manifestação material

das redes de comércio que abrangiam a Eurásia, contando com cadeias de transações de mercado, como aquelas fortuitamente reveladas por escavações na localidade turca de Kültepe (antiga Kanesh), onde, no século XIX a.C., mercadores assírios anualmente comercializavam enormes volumes de estanho da Ásia Central e têxteis da Babilônia por prata e ouro da Anatólia e zonas a oeste (Barjamovic 2018). Na cidade assíria de Assur, o valor econômico foi calculado com o estanho como moeda (Barjamovic 2018, 118). Como as taxas de troca da prata estanho determinavam a viabilidade da produção de bronze no Mediterrâneo, devemos concluir que os artefatos de bronze incorporavam relações sociais. Em outras palavras, é errôneo pensar nesses artefatos como separados de seus contextos globais de produção e comércio. Apresentei precisamente o mesmo argumento para as máquinas a vapor da Grã-Bretanha industrial. Assim como o fetichismo da mercadoria, do qual pode ser visto como uma extensão, o fetichismo tecnológico nos ilude ao nos fazer pensar nos artefatos como independentes das relações sociais de troca por meio das quais são engendrados.

Tanto a metalurgia do bronze quanto as máquinas a vapor dependiam do comércio de longa distância de recursos estratégicos, ambas eram fontes de acumulação de capital e ambas foram entendidas principalmente como produtos do conhecimento esotérico de especialistas, enquanto a necessária dependência de termos específicos de comércio foi desconsiderada e omitida dos entendimentos de como as tecnologias são constituídas. Meu ponto é que é enganoso representar a viabilidade do bronze ou de máquinas a vapor como simplesmente dependentes do estado do conhecimento humano, mantendo tal conhecimento conceitualmente separado da organização social dos fluxos de recursos. Tanto a tecnologia do bronze quanto a do vapor eram manifestações de extensos campos sociais, conceitualizados como sistemas-mundo, que eram simultaneamente incorporados e reproduzidos. Compreender a metalurgia do bronze e a engenharia a vapor principalmente como fenômenos técnicos, isolados do metabolismo dos sistemas-mundo, é fetichizar o que são, fundamentalmente, relações sociais em formas materiais purificadas. Parafraseando Marx, é representar as relações entre pessoas como relações entre coisas.

A produção de objetos de valor, como metais ou têxteis de prestígio, requer conhecimentos especializados e habilidades restritas a uma minoria. Brian Hayden e Tim Earle exemplificam isso com referência à China imperial, onde “o conhecimento de como produzir porcelanas, seda e chá foi cuidadosamente restringido para manter um monopólio de exportação e, assim, aumentar o valor das mercadorias desejadas internacionalmente” (Hayden e Earle 2022 : 450). Mary Helms fornece exemplos adicionais: “Mestres navegadores na Polinésia, ferreiros na África, metalúrgicos nas Américas, astrônomos e astrólogos na China imperial ou entre os maias evidenciaram o controle de formas especiais de conhecimento que lhes concediam status excepcional” (Helms 1988: 12). Ela continua: “Sigilo pode significar muitas coisas, mas comum a todos é a consequência de ocultação ou

reticência e a produção de uma mística” (Helms 1988*ibid.*, 13-14). Hayden e Earle sugerem que os chefes da Idade do Bronze na Europa também alegaram ter acesso a poderes mágicos ou sobrenaturais (Hayden e Earle 2022: 462-463). Earle escreve:

[D]urante o início da Idade do Bronze, a fabricação de bronze não era uma habilidade amplamente conhecida no norte da Europa. Seus segredos eram, sem dúvida, altamente esotéricos, quase mágicos, conhecidos apenas por algumas pessoas. A tecnologia envolvia complicadas habilidades pirotecnológicas necessárias para obter e regular altas temperaturas, trabalhar o metal e usar o sofisticado método de fundição por cera perdida... (Earle 2002: 316; cf. Kristiansen 1987).

Os objetos de bronze, aos olhos dos europeus da Idade do Bronze, deviam sua existência à arte esotérica da metalurgia do bronze. Como argumentamos, no entanto, esta não é toda a história. Para que o ferreiro do bronze possa praticar a sua arte, ele deve ter acesso às quantidades necessárias de cobre, estanho e outras substâncias. Para reunir tais componentes em quantidades adequadas em um determinado local, eles devem ser transportados por grandes distâncias e trocados em determinadas escalas. A arte do ferreiro do bronze europeu, em outras palavras, dependia do comércio de longa distância não apenas de metais, mas também de âmbar, gado, escravos e outros produtos de exportação pelos quais eram trocados.

Os ritmos pelos quais as mercadorias são trocadas são fenômenos sociais que devem ser incluídos em nossa conceitualização de tecnologias e outros artefatos que dependem de tal troca. Considerações sobre preços e “valores” de mercado preocupam os humanos desde a Idade do Bronze, sempre entrelaçados com questões morais de justiça e até religião (Warburton 2018). A partir do terceiro milênio a.C., há preocupações documentadas na Mesopotâmia e no Egito com equivalências entre pesos em prata e lã, volumes de grãos, áreas de superfície de campos, tempo de trabalho e outras medidas, sugerindo que a prata servia como dinheiro e uma medida do valor de troca para estimar preços baseados no mercado e até mesmo salários (Warburton 2018*ibid.*, 57, 61-62, 67). Por meio de transformações sutis, tais taxas de câmbio ou preços geraram uma reificação de “valor” na forma de moedas fiduciárias, idealmente *simbolizando* a equivalência abstrata, mas na prática fetichizadas em portadoras representativas de valor. Voltaremos ao tema do fetichismo adiante.

Teorizando a história das fronteiras de commodities

Uma agenda de pesquisa recente sobre a história global das fronteiras da mercadoria (Beckert *et al.* 2021) foi criticada por ser eurocêntrica e excessivamente concentrada nos últimos 600 anos (Berg 2021: 454-455; Mostern 2021: 458, 461). A abordagem também gerou críticas de historiadores econômicos por seus esforços em generalizar a história mundial, já que “o passado era muito mais complicado do que isso” (Findlay e O'Rourke 2021: 462). As duas críticas são contraditórias, pois a primeira sugere que as categorias poderiam ser estendidas no espaço geográfico e no tempo histórico,

enquanto a segunda parece desconfiar da própria ambição de generalização. Embora ninguém possa defender generalizações que são contrariadas por fatos históricos, a aplicação cuidadosa da teoria social aos processos históricos deve ser estimulada. Como observa Ruth Mostern, “há uma divisão metodológica grosseira entre cientistas sociais históricos de mentalidade conceitual e historiadores de mentalidade empírica”, mas “[t]esforços ponderados para superar o abismo... são sempre bem-vindos” (Mostern 2021: 457).

O conceito de fronteira da mercadoria, assim como o de troca ecologicamente desigual, destaca o fato de que é impossível teorizar o capitalismo sem incluir as periferias extrativistas que fornecem aos núcleos urbanos e industriais os recursos necessários para os seus processos de produção. As periferias, em outras palavras, são componentes tão significativos da expansão econômica e tecnológica quanto os centros de acumulação de capital com os quais ela está geralmente associada. Os setores extrativos foram conceitualizados em termos de “campo” e “agricultura” (Beckert *et al.* 2021, 437), em oposição a cidades e indústria, mas seria igualmente verdadeiro observar que o Sul Global como um todo é fundamental para o crescimento econômico e tecnológico do Norte Global. O deslocamento geográfico de carregamentos de trabalho e natureza da cidade para o campo e dos núcleos imperiais para suas colônias foi caracterizado por David Harvey como um “ajuste espacial” [*spatial fix*] (Harvey 1982). Argumentou-se que essa estratégia de expansão dominou o “regime capitalista inicial da mercadoria” desde a década de 1450 até a década de 1850, quando o “ajuste tecnológico” emergiu como a estratégia dominante do “regime industrial da mercadoria”, que durou até a década de 1970 (Beckert *et al.* 2021, 442-445). Esta pode ser uma maneira útil de teorizar dados históricos sobre fronteiras da mercadoria, mas algumas observações adicionais são necessárias. Primeiro, o “ajuste espacial” não é exclusivo dos últimos 600 anos, mas se aplica igualmente a centros urbanos e imperiais de Uruk a Roma. Em segundo lugar, o “ajuste tecnológico” estabelecido no século XIX é simultaneamente um “ajuste espacial”: o acúmulo de infraestrutura tecnológica na Grã-Bretanha industrial dependia do deslocamento dos volumes de natureza e da troca ecologicamente desigual no sistema-mundo (cf. Mostern 2021, 459). De fato, “ajustes espaciais [...] permanecem poderosos hoje, geralmente às custas de florestas tropicais, pastagens, comunidades indígenas e biodiversidade” (Beckert *et al.* 2021, 446). Olhando para as descontinuidades do século XIX, parece que a simultaneidade histórica da Revolução Industrial e da abolição da escravatura significou que a exploração violenta e fisicamente repressiva das vítimas do império estava sendo delegada ao poder coercitivo de máquinas, de mercados, e do livre comércio (Beckert 2014; Tomich 2004, 117; Hornborg 2023).

Considerando as definições de mercadorias e das fronteiras da mercadoria que discutimos até o momento, podemos concluir que a produção de mercadorias ocorreu por mais de cinco mil anos e

em uma variedade de contextos culturais.⁴ A grande descontinuidade⁵ representada pelo capitalismo industrial na Europa não era uma questão de inventar o trabalho assalariado e a produção para o mercado para acumular capital. Esses processos de mercantilização, estimulados pelo potencial de comensurabilidade generalizada inerente ao dinheiro, foram uma característica recorrente da vida urbana desde Uruk. A descontinuidade essencial foi o salto quantitativo na mecanização permitido pelo aproveitamento de combustíveis fósseis na Grã-Bretanha do final do século XVIII. Como observou André Gunder Frank, esse desenvolvimento tecnológico foi “um processo econômico mundial, que ocorreu na e por causa da estrutura da própria economia/sistema mundial” (Frank 1998: 204). A produção industrial de tecidos de algodão e outras mercadorias que transformaram a economia mundial naquela época foi em si uma resposta aos mercados criados pela escravidão e outras características do sistema-mundo colonial. Os incentivos para desenvolver novas tecnologias industriais não eram qualitativamente diferentes dos contextos anteriores de produção para a exportação, mas o expansivo sistema mundial dominado pelo Império Britânico deu, ao seu núcleo, acesso a volumes sem precedentes de recursos e de mão de obra coloniais. O progresso tecnológico da Grã-Bretanha foi espetacular porque ela conseguiu terceirizar suas necessidades de recursos de formas até então inéditas. A tecnologia do vapor surgiu das conjunturas globais do final do século XVIII. Ela representou um limiar na integração do sistema-mundo em que a produtividade local era fisicamente dependente de transferências globais de recursos. Essa dependência generalizada dos preços do mercado mundial é o que distingue a maioria das tecnologias modernas de suas predecessoras pré-modernas.

O fetichismo do dinheiro, das mercadorias e das máquinas

As deliberações de Marx sobre a comensurabilidade do mercado acabam se resumindo a uma investigação do que ele chama de “o mistério do dinheiro”: “Uma vez que a magnitude do valor de uma mercadoria representa apenas a quantidade de trabalho nela incorporada, segue-se que todas as mercadorias, *tomadas em certas proporções*, devem ser iguais em valor” (Marx [1867] 1976, 136, 139; grifo do autor). Em vez de reconhecer o artefato da moeda de uso geral como uma fonte do próprio conceito de valor, Marx entendeu o dinheiro (como o ouro) como uma mercadoria específica que gradualmente começou a servir como um equivalente universal. Em princípio, seguindo a visão de Marx, o valor do ouro deveria ser determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para extraí-lo. No

⁴ O argumento de que o sistema-mundo emergiu há cinco mil anos atrás foi feito há muito tempo em uma coletânea organizada por Andre Gunder Frank e Barry Gills (Frank and Gills 1993).

⁵ Kenneth Pomeranz menciona a “grande divergência” em fins do século XVIII entre Europa e centros comparáveis de civilização no Velho Mundo tal como a China (Pomeranz 2000).

entanto, a expectativa de que um sinal de dinheiro deve se referir a uma medida objetiva de valor, como tempo de trabalho gasto, é uma suposição naturalista que não se aplica a fenômenos sociais. De uma perspectiva marxista, o dinheiro deve se relacionar ao valor como a temperatura ao calor, o peso à gravidade e a área ao espaço: cada fenômeno é 'ontologicamente anterior' à sua medição (McNeill 2020, 136). Mas o calor, a gravidade e o espaço são fenômenos físicos, enquanto o valor é um fenômeno social. Termômetros, balanças e régua não criam realidade física, mas fenômenos socialmente construídos podem ser *produzidos por nossos modos de medi-los*. Ao aplicar analogias da ciência natural, Marx negligenciou o seu *insight* pioneiro sobre os fenômenos sociais, que era fundamental para grande parte de seu próprio pensamento: que as categorias humanas são constitutivas dos sistemas econômicos. Isso é o que justifica o uso que Marx faz do conceito de fetichismo, mas, ironicamente, suas implicações maiores acabam escapando a ele. Como observa David Graeber, o dinheiro no capitalismo paradoxalmente “representa o valor do trabalho, mas os trabalhadores assalariados trabalham para obter dinheiro; torna-se assim uma representação que traz à existência aquilo que representa” (Graeber 2007: 141).

Há uma inclinação geral nas sociedades humanas para que os objetos transitem de símbolos e outras representações não-indexadas para índices – esta é a essência do fetichismo. Um símbolo é um signo que se refere a algo por meio de um acordo social, enquanto um índice significa a identidade real daquilo a que se refere. A instância paradigmática do fetichismo é quando um amuleto ou ídolo do século XV na África Ocidental simbolizando um ser metafísico foi abordado como a sua manifestação material. Da mesma forma, um artefato que simboliza uma relação social, como um presente ou uma obrigação de retribuir um serviço, tende a ser identificado com essa relação. Embora saibamos que uma moeda fiduciária, como uma nota de papel, é apenas um pedaço de papel que representa valor econômico,⁶ esse pedaço de papel é simultaneamente o valor que ele representa. Por meio dessas transformações semióticas, artefatos como metais, tecidos e ornamentos foram dotados de valor por muitos milênios. As extensas redes comerciais nas quais Uruk esteve envolvida por vários milênios a.C. giravam em torno de artefatos fetichizados, alguns dos quais serviam como medidas de valor (T. Wilkinson 2018). A prata e os têxteis são exemplos proeminentes dessas formas iniciais de dinheiro. As propriedades materiais do metal, em particular, “facilitam seu uso como signo semiótico (símbolo/índice) para a natureza quantitativamente abstrata do valor” (T. Wilkinson 2018, 35). Esse aspecto semiótico dos objetos de valor é significativo, pois “metais e têxteis foram usados desde muito cedo para ornamentar o corpo e, assim, materializar os papéis sociais no corpo” (T. Wilkinson 2018,

⁶ David Graeber argumenta que o nosso dinheiro é, em última instância, uma representação da obrigação de outras pessoas, ou dívida, para conosco, e é por isso que ele serve como forma de reivindicação do tempo ou recursos de outras pessoas (Graeber 2011).

48). Os itens de decoração pessoal sempre foram muito procurados, não apenas porque comunicam a identidade de uma pessoa, mas porque são uma *fonte* de identidade: eles se tornam índices porque o status que eles representam é difícil de distinguir da capacidade do portador de adquirir e manter tais objetos. Esse aspecto do fetichismo da mercadoria tornou-se um fundamento geral do fenômeno moderno do "consumo".

Tendo considerado o fetichismo do dinheiro e das mercadorias, olhemos novamente para o fetichismo da tecnologia. O que em outro lugar denominei "fetichismo da máquina" é uma extensão do fetichismo da mercadoria no sentido de que ele se refere a como os artefatos (técnicos) são percebidos como separados das relações sociais por meio das quais são engendrados. Quando as mercadorias consideradas são objetos tecnológicos, o fetichismo ganha uma nova dimensão, pois o funcionamento da tecnologia tende a ser atribuído exclusivamente ao seu design, como se ela não estivesse ligada às relações sociais de troca que tornaram possível a montagem de seus componentes. Ao obscurecer as relações sociais, tal procedimento é tão ilusório quanto o fetichismo da mercadoria em geral, mas agora a ilusão se estende às capacidades da máquina, que são entendidas como derivadas completamente de seus poderes intrínsecos. Esta é a magia moderna da máquina, conceitualmente separada das assimetrias globais das quais ela é uma manifestação. Ficamos tão encantados com seu feitiço desde a transição oitocentista para combustíveis fósseis que agora imaginamos que, por pura engenhosidade, ela nos ajudará a abandonar a energia fóssil sem exigir qualquer fluxo global assimétrico de recursos.

As dádivas pré-modernas podem ser mercadorias?

Até a expansão dos transportes a granel no século XIX, movidos a combustíveis fósseis, a transferência de mercadorias por longas distâncias era geralmente limitada a "bens de prestígio" ou "preciosidades", como roupas finas, ornamentos preciosos e alimentos de luxo. As principais exceções foram os transportes a granel marítimos ou fluviais de cereais que remontam aos primeiros impérios agrários e também são evidentes, por exemplo, no Báltico do século XVI. Em todo o Velho Mundo pré-moderno, as rotas comerciais que conectavam sociedades distantes transferiam principalmente mercadorias de alto valor destinadas à exibição e consumo da elite. Por milênios, esse comércio forneceu incentivos para a produção de exportação especializada, bem como para os comerciantes. No México asteca, os comerciantes de longa distância não eram apenas mercadores, mas também emissários servindo à corte imperial. No Peru incaico, os fornecedores de importações de longa distância eram tão intimamente ligados à administração imperial que os incentivos comerciais estavam praticamente ausentes. Esta parece ter sido uma estratégia inca deliberada de transformar relações comerciais previamente existentes em tributo (Salomon 1986a, 1986b). Itens preciosos de origem

distante – como ornamentos de conchas *de Spondylus* e penas de pássaros tropicais – não estavam abertos à competição econômica, mas controlados e conferidos pela elite inca. Eram dons, e não mercadorias à venda no mercado.

Em seu ensaio clássico sobre *A dádiva*, Marcel Mauss destacou uma distinção fundamental entre mercadorias compradas e dons (Mauss [1925] 2016). A dádiva normalmente mantém um apego semiótico à pessoa de quem se origina, enquanto a mercadoria não. O “espírito do dom refere-se a como ele evoca a pessoa do doador, enquanto o fetichismo da mercadoria deriva da invisibilidade do produtor. O presente expressa e perpetua uma relação social entre o doador e o receptor, enquanto a mercadoria indiscutivelmente obscurece e nega tais relações sociais. No entanto, embora diametralmente opostos, ambos os contextos são propícios à animação mágica dos objetos que são trocados, seja atribuindo-lhes características de doadores específicos, seja uma 'vida própria' autônoma. Em ambos os casos, as raízes etimológicas de 'fetichismo' (como referindo-se à magia) são apropriadas.

Dadas essas observações, é altamente relevante considerar a organização econômica do Império Inca do Peru do século XVI. A civilização inca antes da conquista espanhola não estava apenas completamente isolada das sociedades européias; por carecer dos mercados e do dinheiro que os espanhóis reconheceram na Mesoamérica, sua economia parece ter sido fundamentalmente diferente da europeia. Evidências etnohistóricas mostram claramente que a sociedade inca não produzia para vender (Murra 1956; 2017). Os bens geralmente eram transferidos entre pessoas não por meio de trocas no mercado, mas como dádivas. O trabalho de corvéia dos camponeses, a redistribuição cerimonial de valores, até mesmo os sacrifícios aos deuses foram concebidos como dádivas. Como dádivas em todos os lugares, seu objetivo era manter a confiança nas relações sociais. No entanto, como mercadorias, os objetos redistribuídos pela elite inca incluíam vários tipos de itens materiais ou simbolicamente úteis, como alimentos, roupas e ornamentos, que representavam volumes substanciais de tempo de trabalho incorporado e eram desvinculados dos contextos de sua produção. Nesse sentido, os produtos que foram transferidos ao longo do *Tawantinsuyu* compartilhavam as características listadas por Marx como típicas das mercadorias. A diferença crucial em relação ao capitalismo parece ter sido que os bens não receberam valores monetários de troca e não foram submetidos à lógica do mercado. A questão a ser explorada é o quão significativa é essa diferença para a operação (e nossa identificação) de exploração e da troca desigual. Se a existência do dinheiro e do trabalho assalariado é essencial para a lógica exploradora do capitalismo, sua ausência na sociedade inca nos leva a considerar outros mecanismos de acumulação que teriam contribuído para as suas desigualdades econômicas.

No nível da ideologia, tanto os capitalistas da época de Marx quanto a elite inca estavam engajados em trocas recíprocas com o restante da população. No entanto, tanto os mercados

capitalistas quanto o ritual inca devem ser claramente entendidos como arenas de reciprocidade *fictícia*, ou não teria havido acumulação (cf. Godelier 1977). De maneiras diferentes, as duas elites conseguiram acumular excedentes materiais consideráveis ao representar os fluxos materiais assimétricos como recíprocos. Dada a distância histórica e cultural, não é difícil para nós concluir que o trabalho dos camponeses incas nos socalcos de milho do imperador rendeu volumes do grão muito maiores do que a fração das colheitas que foi usada para preparar a chicha com a qual eles foram *compensados*. Para concluir que a troca foi assimétrica, recorreremos intuitivamente a métricas biofísicas como energia do trabalho e colheitas. Para realizar uma análise correspondente da troca assimétrica no capitalismo, precisaríamos nos concentrar nos fluxos de recursos biofísicos orquestrados pela instituição social predominante para a troca, ou seja, o mercado. Descobriríamos, então, usando metodologias modernas como a análise Multi-Regional de Entrada e Saída (MRES) [*Multi-regional Input-Output analysis, MRIO*], que os preços de mercado no capitalismo sistematicamente obscurecem as assimetrias nas transferências globais de recursos biofísicos, como trabalho incorporado, terra, energia e materiais (Dorninger et al . 2021). A comparação sugere, em outras palavras, que a função do ritual inca e da economia neoclássica servem a propósitos paralelos nas duas sociedades: ambas representam uma troca assimétrica como se fosse recíproca. Para aprofundar a analogia, podemos considerar o conceito de “acumulação de capital” de uma perspectiva trans-histórica e transcultural. Poderíamos argumentar que o conceito poderia ser aplicado tanto às fábricas têxteis da Grã-Bretanha do século XIX quanto aos terraços agrícolas dos Andes pré-hispânicos. Em ambos os casos, uma infraestrutura produtiva e material é expandida por meio de uma troca fisicamente assimétrica que é ideologicamente representada como recíproca. Isso pode se qualificar como uma definição transhistórica e transcultural de capital.

Uma objeção previsível, é claro, seria que capital se refere a dinheiro, que estava ausente na sociedade inca. Este é de fato um dado incontestável, que pareceria invalidar qualquer comparação com uma economia capitalista, mas a perspectiva introduzida no parágrafo anterior sugere que o metabolismo biofísico das sociedades é um aspecto mais “real” (porque mais material) de sua organização do que o idioma ideológico pelo qual a troca é representada. “Capital” pode se referir tanto a dinheiro quanto a máquinas. Pode-se esperar que um “materialismo histórico” digno desse nome se concentre em fluxos assimétricos de trabalho, energia e materiais, em vez de fluxos de “valor”. Certamente existem enormes diferenças entre o Império Britânico e o Império Inca, mas em um nível mais profundo também encontramos alguns paralelos intrigantes. Em ambas as sociedades, como vimos, uma elite minoritária subsiste da apropriação de mão-de-obra corporificada e outros recursos de uma maioria explorada, investindo recursos excedentes em uma infraestrutura em expansão projetada para produzir excedentes cada vez maiores. Ambas as sociedades são orientadas para a

conquista militar de regiões distantes com o objetivo de ampliar a apropriação do tempo de trabalho humano e do espaço natural, ao mesmo tempo em que justificam sua expansão referindo-se à superioridade de sua cultura e religião. As elites em ambas as sociedades estão preocupadas com a decoração corporal de prestígio para comunicar seu status privilegiado, e muitos desses adornos – como chapéus de castor na Grã-Bretanha e penas de arara nos Andes (veja abaixo) – derivam de regiões distantes (cf. Helms 1988; Sahlins 2017: 367-368). A lista poderia continuar; basta dizer que, em nível abstrato, as diferenças não são tão imensuráveis quanto se pode imaginar à primeira vista. De uma perspectiva sociometabólica, a diferença decisiva entre impérios pré-industriais e industriais é que os últimos são capazes de aumentar sua produtividade *per capita* por meio de recursos de todo o seu território. Dito de outra forma, eles são capazes de mobilizar localmente tecnologias de aumento de eficiência que dependem de fluxos de recursos globais. Os *meios* de apropriação do espaço-tempo são diferentes, em comparação com os regimes pré-industriais, mas os objetivos são os mesmos. Como veremos, a apropriação a longa distância do tempo humano e do espaço natural é possível com ou sem dinheiro e com ou sem máquinas. Em última instância, é difícil determinar onde traçar a linha entre as economias 'capitalistas' e 'pré-capitalistas'.

A materialidade das economias de dádivas andinas pré-hispânicas

Os sinais materiais de status de elite nos antigos reinos andinos não eram apenas meios de expressar os tipos de esquemas cosmológicos que foram analisados por antropólogos, historiadores e outros pesquisadores das humanidades, mas componentes essenciais da lógica sociometabólica por meio da qual os reinos emergiram, reproduziram-se e entraram em colapso. Eles eram tão fetichizados quanto o dinheiro é para as pessoas modernas, simultaneamente carregados de significado semiótico e implicações materiais. Isso significa que questões muito práticas quanto à sua disponibilidade podem ser de importância decisiva para o destino dessas sociedades. Portanto, parece improvável que as recorrentes inversões centro-periferia na história da cultura andina – traçando uma sequência ao longo de dois milênios e meio de Chavín de Huántar por Moche, Wari, Chan Chan, Cuzco e quase Quito – possam ser exaustivamente explicadas em termos de emulação e o que tem sido chamado de 'mimese galáctica' (Tambiah 1985; Sahlins 2017, : 353-354). Embora as narrativas culturais predominantes fossem definitivamente emuladas por seus vizinhos, a economia política dessas mudanças sem dúvida dependia de fatores bastante materiais que estavam literalmente além dos horizontes das pessoas que as representavam. Se penas de arara e ornamentos de conchas *de Spondylus* são signos de poder, então o poder depende do controle de seu suprimento. Devemos não apenas decodificar os sinais de poder, mas também confirmar o *poder dos sinais*. Reconhecer a interpenetração dos aspectos semióticos e materiais da economia política é reconhecer que a aquisição, o controle e a gestão de bens de prestígio

como penas e conchas – não menos do que a prata que atraiu os espanhóis – pode determinar os destinos dos impérios. É digno de nota que raramente negamos a importância central dos metais preciosos na explicação da história econômica dos impérios europeus, mas negligenciamos o papel das preciosidades nos impérios não europeus. Isso sugere que tendemos a pensar na prata e no ouro como valores “reais”, enquanto penas e *Spondylus* não são.

Para ilustrar como os bens de prestígio pré-modernos, além de servirem como significantes de status social, representam fluxos de recursos invisíveis, porém materiais, consideraremos o que Darryl Wilkinson chamou de “os únicos exóticos verdadeiros” (D. Wilkinson 2018, 1372) do mundo andino pré-hispânico: conchas de *Spondylus* dos litorais do extremo norte do Peru e do Equador, bem como penas de pássaros tropicais da Amazônia. A colorida ostra espinhosa (*Spondylus princeps*, *Spondylus calcifer*) não ocorre naturalmente mais ao sul do que a costa norte do Peru, mas as suas conchas – e miçangas e ornamentos feitos a partir delas – têm sido amplamente comercializadas na área andina, começando com importações para o litoral do Peru antes de 2000 a.C. Embora não seja tão inacessível quanto se pensava, sua extração parece ter exigido um esforço considerável:

Mergulhar em busca desses mariscos, especialmente o *Spondylus princeps*, residente em águas profundas, provavelmente não foi fácil; correntes fortes, águas turvas, camuflagem natural e forte fixação ao substrato podem ter dificultado a colheita desses moluscos, mesmo em profundidades mais rasas do que se pensava originalmente (Carter 2011, 63).

Descobertas arqueológicas de *Spondylus* são particularmente proeminentes na costa norte do Peru, desde Moche até os estados de Chimú, mas as conchas também eram muito procuradas nas regiões montanhosas de Chavín de Huántar, Wari e Inca. Achados recorrentes de oficinas dedicadas à fabricação de miçangas e ornamentos de *Spondylus* indicam que grandes quantidades de mão-de-obra foram investidas não apenas na colheita das conchas, mas também em seu processamento e transporte. O Inca estabeleceu uma categoria especial de pessoas (*mullu chasqui camayoc*) encarregada de transportar *Spondylus* por todo o império. Uma avaliação da escala desse comércio de conchas marinhas ao longo da costa peruana e nos Andes pré-hispânicos conclui que

deve ter sido de proporções gigantescas, uma vez que as conchas não apenas acompanharam a ampla expansão de Chavín [900-200 aC], mas também penetraram em todas as partes da serra e costa peruanas no início do período intermediário inicial [200 aC-AD 500] (Paulsen 1974, 603).

As conchas foram, sem dúvida, transportadas por caravanas de lhamas, bem como por carregadores humanos. É claro que é impossível estimar a quantidade de trabalho humano e animal envolvido na extração, processamento e transporte de *Spondylus*, mas quando o Inca assumiu o controle do comércio no século XV, havia claramente muitas milhares de pessoas dedicadas a adquirir e

distribuir esses itens. Cada artefato *mullu* encontrado arqueologicamente no centro-sul dos Andes representa, portanto, uma formidável contribuição de trabalho humano.

As importações andinas de penas coloridas de pássaros das planícies amazônicas também foram enormes em escala, mas, por razões de má preservação, foram geralmente subestimadas pelos arqueólogos. D. Wilkinson refere-se à convicção estabelecida entre os arqueólogos de que a troca de mercadorias exóticas é um ímpeto fundamental para a formação do estado:

Em modelos de formação do estado que dependem do comércio de exóticos, as elites monopolizam certos bens preciosos, que usam para fornecer presentes suntuosos às elites subordinadas ou provinciais, prendendo-as em relações de dependência e obrigação (D. Wilkinson 2018, 1367).

D. Wilkinson baseia-se em evidências históricas dos conquistadores espanhóis e dos primeiros colonizadores para estimar o volume desse comércio (D. Wilkinson 2018, 1366). Um secretário de Francisco Pizarro, em 1534, afirmou que os armazéns na Cuzco incaica continham 100.000 aves secas. O cronista Bernabé Cobo, em 1653, observou que o Inca valorizava o tecido de penas acima de todos os outros tipos e registrou um pagamento de tributo ao imperador inca que incluía 1.000 gaiolas de pássaros. Um censo de 1549 registrou 200 pessoas (um terço de todos os tecelões) meramente no grupo étnico Chupachu, especializado na produção de tecidos com penas, levando Wilkinson a concluir que “deve ter havido milhares em todo o império”. Um único esconderijo funerário do império Wari, vários séculos antes, continha 96 painéis de penas cobrindo cerca de 150 m² e representando as penas de 2.000-3.000 araras (*Ara ararauna*). Como conclui Wilkinson, “[a] escala de trabalho representada por tais objetos – não apenas em termos de sua fabricação, mas também na captura e transporte de milhares de araras amazônicas – é enorme” (ibid., 1369). Ele sugere que o estado Wari foi capaz de controlar o comércio transandino de penas de pássaros em troca de produtos costeiros, como algodão e conchas de *Spondylus*. Com base em estudos modernos de captura de aves na Amazônia, ele estima que a demanda andina por penas de papagaio teria exigido uma zona de captura de cerca de 100.000 km².

Tendo refletido sobre o significado político de artefatos exóticos e as condições materiais para controlá-los, vamos também considerar a materialidade de bens valiosos que são produzidos localmente. Como vimos, a economia política das sociedades andinas pré-modernas, como a inca, baseava-se na redistribuição. Isso significa que bens derivados localmente destinados a se tornar dádivas, a serem distribuídos pelo imperador ou por outros membros da elite, foram produzidos como tributo. Tais itens incorporavam quantidades substanciais de tempo de trabalho humano, bem como a terra cultivável necessária para sustentar os trabalhadores e produzir os recursos a serem processados, como milho e lã de camelídeo. Em princípio, as quantidades de trabalho e terra assim incorporadas em cada unidade de tributo deveriam ser quantificáveis. Embora alguns possam se perguntar a respeito

da relevância que tal quantificação poderia ter para uma compreensão da sociedade Inca, a resposta é que a própria viabilidade da sociedade Inca dependia da proporção entre as quantidades de trabalho e terra incorporadas no tributo, por um lado, e a quantidade de trabalho em que as dádivas da nobreza poderiam ser convertidas, por outro.

Com base em fontes arqueológicas, históricas e etnográficas, Ragnheidur Bogadóttir calculou meticulosamente os gastos médios de tempo de trabalho e as demandas em terras agrícolas que foram incorporados na produção de alguns artefatos essenciais para o metabolismo da sociedade inca: tecidos feitos de lã de camélídeo, cerveja de milho e alvenaria de pedra (Bogadóttir 2016). Dado que cada família era obrigada a entregar pelo menos uma túnica de tecido *awasqa* ao estado inca anualmente, que essa túnica exigia cerca de 233 horas de trabalho (Bogadóttir 2016, 97), e que podem ter existido aproximadamente um milhão de famílias no império, o tempo de trabalho incorporado apenas nessas vestimentas teria chegado a cerca de 80.000 equivalentes de pessoa-ano.⁷ Cada túnica também exigia cerca de 1,92 hectares de pastagem de camélídeos, o que significa que o tributo anual de tecido *awasqa* representava um total de cerca de 1.920.000 hectares de terra incorporada (Bogadóttir 2016, 98). Rastrear as fontes biofísicas de tais artefatos claramente evoca preocupações modernas com “cadeias mercantis” e “análises do ciclo de vida”.

O pano mais fino conhecido como *qompi* era uma forma de riqueza reservada para o consumo da elite e para fins rituais. Uma túnica *qompi*, estima Bogadóttir, exigia uma média de 2.759 horas de trabalho e 0,13 hectares de pastagem *bofedal* irrigada (Bogadóttir 2016, 97). Supondo que a elite inca com direito a usar *qompi* totalizasse cerca de 25.000 pessoas, com o consumo de duas peças de vestuário anualmente, ela estima que a produção de tecidos exigia o trabalho de 47.000 contribuintes e 6.500 hectares de pastagem *bofedal* (Bogadóttir 2016, 99).

Se fosse viável justapor tais cifras com estimativas das quantidades de trabalho e terra nas quais dádivas de tecido e cerveja de milho (*chicha*) pudessem ser convertidas, seria possível definir com mais rigor a aplicação de conceitos como apropriação ou exploração na sociedade inca. Esta seria uma forma de complementar a análise semiótica dos sistemas de valor – que definem o significado cultural do pano e da cerveja de milho – com o metabolismo material com o qual estão entrelaçados. Tais estimativas só podem ser fragmentárias, como quando consideramos que os soldados do exército inca recebiam anualmente duas túnicas *awasqa*, o que significa uma troca de 466 horas de trabalho incorporado – mais o tributo não estimado do trabalho incorporado em alimentação, alojamento, calçados, armas, e assim por diante – por um ano completo de serviço. Dádivas públicas de *chicha* podem ser estimadas de forma semelhante, como quando Bogadóttir calcula que cerca de 50.000

⁷ Estimo em aproximadamente 3.000 horas como o equivalente a uma pessoa-ano.

participantes em uma festa cerimonial de trabalho teriam consumido cerveja de milho, incorporando 58.000 dias de trabalho e 59 hectares de terras agrícolas (Bogadóttir 2016, 125). A produção de *chicha* para esses eventos também exigia grandes quantidades de lenha e cerâmica, tudo extraído por meio de serviços prestados ao estado inca.

Na conclusão de seu artigo clássico, *Cloth and Its Functions in the Inca State*, John Murra observa que, “na área andina, o artefato de maior prestígio e, portanto, o mais útil nas relações de poder era o tecido” (Murra 1962, 721). Era costume o imperador inca apresentar dádivas de tecido aos reis derrotados de territórios recém-incorporados. Refletindo sobre o que ele chama de “o paradoxo do conquistador carregado de dádivas”, Murra explica pertinentemente como devemos entender tais “cerimoniais para os vencidos, no momento de sua derrota”:

[A] emissão compulsória de mercadorias culturalmente valorizadas em uma sociedade sem dinheiro e [com] mercados relativamente pequenos pode ser vista como o primeiro passo inicial em uma relação de dependência, uma vez que a 'generosidade' do conquistador obriga a retribuir, entregar de forma regular e periódica os resultados de sua obra aos armazéns de Cuzco (Murra 1962, 721).

Essa observação é de importância crucial para a nossa compreensão do metabolismo social de sociedades estratificadas e organizadas em torno de princípios de reciprocidade. Enquanto uma interpretação superficial de sociedades como a do Inca sugere uma elite preocupada com coisas "simbólicas" como penas, conchas e tecidos finos, vimos como os fluxos de tais artefatos são apenas o meio pelo qual a elite ganha controle sobre o trabalho e outros recursos dentro e fora de seus territórios. Nesse sentido, as economias pré-modernas e modernas parecem igualmente propensas a se concentrar nos valores semióticos dos bens que são trocados, embora apenas vagamente conscientes das quantidades de tempo humano e recursos naturais que estão incorporados nos bens. As “preciosidades” e “valores primitivos” que impulsionaram a troca pré-moderna não eram menos materiais – em suas origens e consequências – do que as mercadorias cujos valores de troca preocupam as sociedades modernas. Para fornecer cálculos completos de qualquer tipo de metabolismo social, devemos reconhecer a materialidade corporificada de suas economias.

Conclusões

O objetivo deste artigo foi enfatizar as continuidades históricas na *longa duração*. Quer estejamos procurando mercadorias, produção para exportação, dinheiro, preços de mercado, trabalho assalariado, acumulação de capital ou tecnologias dependentes de sistemas mundiais, tudo pode ser rastreado até a Idade do Bronze. Embora seja trivial observar que a natureza e as escalas desses fenômenos sofreram transformações fundamentais ao longo dos últimos cinco milênios, as continuidades tornam

analiticamente difícil identificar um determinado ponto da história em que o “capitalismo” nasceu. Para enfatizar esta conclusão, considere alguns aspectos do metabolismo da sociedade inca, que para muitos historiadores e antropólogos representam a própria antítese do capitalismo.

O exemplo inca representa um desafio ainda maior para as narrativas eurocêntricas do capitalismo do que a Idade do Bronze, porque ilustra como a acumulação e a exploração do capital por meio de trocas de longa distância podem ser identificadas mesmo na ausência de dinheiro. Assim, inspira a comparação em um espectro mais amplo de sociedades do que aquelas convencionalmente acessíveis à história econômica. Definir a exploração em termos de transferências assimétricas de tempo e espaço corporificados significa focar em outras métricas universalizantes além do dinheiro, métricas que representam uma realidade biofísica incontroversa em vez de fantasias impalpáveis sobre “valor”.

Identificar a ocorrência de acumulação de capital, exploração e troca desigual na sociedade inca requer um quadro conceitual divorciado da lógica do dinheiro analisada por Marx. Qualquer artefato ou produto transferido de (ou para) os armazéns imperiais representava uma quantidade de trabalho incorporado e terra. A princípio, os cálculos de tais quantidades poderiam iluminar transferências assimétricas de recursos, mascaradas não por valores monetários na forma de preços de mercado, como no capitalismo, mas por reciprocidade ritualizada. A partir dessa perspectiva, os mercados capitalistas e o ritual inca sugerem duas formas alternativas de obscurecer a troca fisicamente desigual, projetando ilusões de reciprocidade. A comparação pode, portanto, invocar a economia inca para destacar a natureza fictícia da reciprocidade do mercado moderno.

Os vastos estoques de alimentos, tecidos e outros bens acumulados nos armazéns incas na época da conquista espanhola confirmam que volumes muito maiores foram dados ao imperador em tributo do que ele redistribuiu entre seus súditos. Esses depósitos podem parecer tornar supérfluas as estimativas quantitativas dos fluxos de recursos assimétricos. No entanto, as tentativas de traduzir os fluxos metabólicos da sociedade inca em tempo humano e espaço natural não apenas iluminam os processos materiais através dos quais essa sociedade foi reproduzida, mas também destacam regularidades sociometabólicas fundamentais – a apropriação do tempo e do espaço – que ela compartilhava com outros sistemas sociais estratificados, incluindo o que pensamos como capitalismo moderno.

A elite inca se apropriou do trabalho de seus súditos invocando sistematicamente conceitos tradicionais de reciprocidade reconhecidos entre as comunidades camponesas locais. Podia-se, assim, mobilizar uma força de trabalho para trabalhar nas terras agrícolas reivindicadas pelo imperador ou pelos seus governadores provinciais em troca de um consumo generoso de cerveja de milho e outros alimentos. Tais arranjos evocavam os recorrentes grupos de trabalho comunais (*minga*) com os quais

os camponeses estavam totalmente familiarizados. Em vez de um fluxo recíproco de serviços entre as famílias, no entanto, os grupos de trabalhadores organizados pelas autoridades imperiais eram claramente assimétricos em termos de metabolismo social. A cerveja de milho servida nestes eventos obviamente representava uma mera fração do milho colhido nos terraços do imperador. A maior parte foi destinada aos armazéns reais. Num sentido transcultural, tanto o milho armazenado como os socalcos em que foi cultivado podem ser entendidos como capital. Ao aplicar métricas físicas e não monetárias à economia inca, somos capazes de fornecer ao conceito de “troca desigual” uma definição material palpável. Tal abordagem está próxima quando consideramos uma sociedade estratificada sem dinheiro, mas é simultaneamente propícia a repensar as assimetrias das sociedades capitalistas. O desafio, ao aplicá-lo ao capitalismo, é identificar assimetrias sistemáticas estruturalmente semelhantes nos fluxos sociais de recursos biofísicos, como tempo de trabalho, uso da terra, energia e materiais. Visto sob esta luz, os preços de mercado no capitalismo moderno são análogos ao véu ideológico da *minga* imperial. A cerveja de milho servida pelo Inca tinha função semelhante à do salário moderno. Como observou Maurice Godelier, nossa tarefa é de fato desvendar como, em diferentes sociedades, a troca desigual é representada como justa.

Seria a reciprocidade fictícia dos preços do mercado moderno um exemplo de um fenômeno fundamental do metabolismo social, que pode ser identificado mesmo nas economias não monetárias dos Andes pré-hispânicos? Se assim for, isso sugere que o que concebemos como “capitalismo” não pode ser delineado distintamente, e que nossa atenção deveria, ao contrário, se concentrar nas estruturas subjacentes da troca fisicamente assimétrica da qual o capitalismo moderno é um exemplo. Não menos que as fábricas de algodão na industrialização da Grã-Bretanha, os terraços de milho do Inca representavam o capital no sentido de uma infra-estrutura produtiva material continuamente aumentada por meio de uma mistificação cultural da troca desigual.

Fluxos assimétricos de trabalho incorporado e várias formas de acumulação de capital têm sido fundamentais para diversas civilizações por milênios. Assim, por exemplo, o investimento de metais preciosos nos exércitos romanos para capturar novos escravos e conquistar novos territórios (e novas minas de metais preciosos) é formalmente semelhante aos investimentos britânicos do século XIX em novas tecnologias para conquistar o mercado mundial. Ambas as estratégias geraram ciclos crescentes de acumulação de capital.

A verdadeira novidade da era moderna foi o aproveitamento da energia fóssil para aumentar as assimetrias materiais do comércio mundial. A lógica combinada da troca do mercado global e das fábricas britânicas de algodão movidas a vapor intensificaram as transferências líquidas de trabalho incorporado e outros recursos para o núcleo imperial de suas periferias. O que está se tornando cada vez mais aparente atualmente é o fato de que o célebre progresso das “forças produtivas” na

industrialização da Grã-Bretanha foi subsidiado pelo trabalho escravo em *plantations*, minas e outras zonas extrativistas do sistema-mundo. O capital monetário que continuou a financiar os investimentos em infraestrutura tecnológica – e a apropriação global do tempo e do espaço que ela representava – veio dos lucros obtidos com a exploração. Assim, contextualizar a Revolução Industrial no tempo histórico e no espaço geográfico não é subestimar o papel crítico da moeda de uso geral em tornar possíveis as transferências globais aceleradas de recursos – e as novas tecnologias. Sem dinheiro não haveria máquinas.

Em vez de isolar o "progresso tecnológico" desse contexto sociometabólico global, devemos hoje reconhecer o papel da tecnologia industrial no sistema-mundo como uma nova estratégia de apropriação do tempo-espaço. Ao deslocar as cargas de trabalho e ambientais para a periferia, ela realiza uma neutralização ilusória da exploração. Uma consequência da Revolução Industrial foi delegar as graves desigualdades da escravidão à lógica combinada de mercados e máquinas. As massas de trabalhadores com baixos salários do Sul Global substituíram os escravos nas plantações. Correntes e chicotes foram substituídos pelas forças do mercado e pelo progresso tecnológico. Diante desse cenário, não é por acaso que a primeira nação a se industrializar, abraçar o livre comércio e estabelecer a teoria econômica neoclássica também foi a primeira nação a abolir a escravidão. O julgamento sobre até que ponto isso deve ser visto como uma vitória da 'civilização' não deve ser deixado para seus beneficiários no Norte Global.

Bibliografia:

- Barjamovic, Gojko. 'Interlocking commercial networks and the infrastructure of trade in Western Asia during the Bronze Age.' In *Trade and civilisation: Economic networks and cultural ties, from prehistory to the early modern era*, edited by Kristian Kristiansen, Thomas Lindkvist, and Janken Myrdal, pp. 113-142. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- Baudrillard, Jean. *For a critique of the political economy of the sign*. St. Louis: Telos, [1972] 1981
- Beckert, Sven. *Empire of cotton: A global history*. New York: Vintage Books, 2014.
- Beckert, Sven, Ulbe Bosma, Mindi Schneider, and Eric Vanhaute. 'Commodity frontiers and the transformation of the global countryside: a research agenda.' *Journal of Global History* 16, 3 (2021): 435-450.
- Berg, Maxine. 'Commodity frontiers: concepts and history.' *Journal of Global History* 16(3) (2021): 451-455.
- Bogadóttir, Ragnheidur. *Time-space appropriation in the Inka Empire: A study of imperial metabolism*. Lund Studies in Human Ecology 15. PhD dissertation, Lund University, 2016.
- Carter, Benjamin P. 'Spondylus in South American prehistory.' In *Spondylus in prehistory – new data and approaches: Contributions to the archaeology of shell technologies*, edited by Fotis Ifantidis and Marianna Nikolaidou, pp. 63-89. BAR International Series 2216. Oxford: Archaeopress, 2011.
- Concise Oxford Dictionary of Current English*. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- Conde, Marta, and Mariana Walter. "Commodity frontiers". In *Degrowth: A vocabulary for a new era*, edited by Giacomo D'Alisa, Federico Demaria, and Giorgos Kallis, pp. 71-74. London: Routledge, 2015.
-

- Dorninger, Christian, Alf Hornborg, David J. Abson, Henrik von Wehrden, Anke Schaffartzik, Stefan Giljum, John-Oliver Engler, Robert L. Feller, Klaus Hubacek and Hanspeter Wieland. "Global patterns of ecologically unequal exchange: Implications for sustainability in the 21st century". *Ecological Economics* 179 (2021): 106824. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800920300938>
- Earle, Timothy. *Bronze Age economics: The beginnings of political economies*. Boulder, CO: Westview Press, 2002.
- Findlay, Ronald, and Kevin H. O'Rourke. "Commodity frontiers: a view from economic history". *Journal of Global History* 16, 3 (2021): 462-465.
- Frank, Andre G. *ReOrient: Global economy in the Asian age*. Berkeley, CA: University of California Press, 1998.
- Frank, Andre G., and Barry K. Gills, eds. *The world system: Five hundred years or five thousand?* London: Routledge, 1993.
- Godelier, Maurice. "The concept of 'social and economic formation': The Inca example." In *Perspectives in Marxist anthropology*, pp. 63-69. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- Graeber, David. 'Fetishism as social creativity: Or, fetishes are gods in the process of construction.' In *Possibilities: Essays on hierarchy, rebellion, and desire*, pp. 113-154. Oakland: AK Press, 2007.
- Graeber, David. *Debt: The first 5,000 years*. Brooklyn: Melville House, 2011.
- Harvey, David. *The limits to capital*. Oxford: Blackwell, 1982.
- Hayden, Brian, and Timothy Earle. "Political economy perspectives in trade before and beyond civilisations". In *Trade before civilisation: Long distance exchange and the development of social complexity*, edited by Johan Ling, Richard J. Chacon, and Kristian Kristiansen, pp. 445-480. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.
- Helms, Mary W. *Ulysses' sail: An ethnographic odyssey of power, knowledge, and geographical distance*. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- Hornborg, Alf. *The Magic of Technology: The Machine as a Transformation of Slavery*. London: Routledge, 2023.
- Kristiansen, Kristian. "From stone to bronze: The evolution of social complexity in northern Europe, 2300-1200 B.C." In *Specialization, exchange and complex society*, edited by Elizabeth Brumfiel and Timothy Earle, pp. 30-51. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- Kristiansen, Kristian, Thomas Lindkvist, and Janken Myrdal, eds. *Trade and civilisation: Economic networks and cultural ties, from prehistory to the early modern era*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- Marx, Karl. *Capital*, vol. 1. Harmondsworth: Penguin Books, [1867] 1976.
- Mauss, Marcel. *The gift*. Expanded edition. Translated by Jane I. Guyer. Chicago: HAU Books, [1925] 2016.
- McNeill, D. 2020. *Fetishism and the theory of value: Reassessing Marx in the 21st century*. Houndmills, UK: Palgrave Macmillan.
- Moore, Jason W. *Capitalism in the web of life: Ecology and the accumulation of capital*. London: Verso, 2015.
- Morris, Rosalind C., and Daniel H. Leonard. *The returns of fetishism: Charles de Brosses and the afterlives of an idea*. Chicago: The University of Chicago Press, 2017.
- Mostern, Ruth. 'Comments on time, space and method for the study of commodity frontiers and the transformation of the global countryside.' *Journal of Global History* 16, 3 (2021): 456-461.
- Murra, John V. *The economic organization of the Inca state*. PhD dissertation, Department of Anthropology, University of Chicago, 1956.
- Murra, John V. 'Cloth and its functions in the Inca state.' *American Anthropologist* 64 (1962): 710-728.
-

- Murra, John V. *Reciprocity and redistribution in Andean civilizations*. The 1969 Lewis Henry Morgan Lectures. Prepared by Freda Yancy Wolf and Heather Lechtman. Chicago: HAU Books, 2017.
- Paulsen, Alison C. “The Thorny Oyster and the voice of God: Spondylus and Strombus in Andean prehistory”. *American Antiquity* 39, 4 (1974): 597–607.
- Pomeranz, Kenneth. *The great divergence: China, Europe, and the making of the modern world economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.
- Pomeranz, Kenneth, and Steven Topik. *The world that trade created: Society, culture, and the world economy, 1400 to the present*. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1999.
- Sahlins, Marshall. *Culture and practical reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1976.
- Sahlins, Marshall. “The cultural politics of core-periphery relations”. In David Graeber and Marshall Sahlins, *On kings*, pp. 345-376. Chicago: HAU Books, 2017.
- Salomon, Frank. *Native lords of Quito in the age of the Incas: The political economy of North Andean chiefdoms*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986a.
- Salomon, Frank. “Vertical politics on the Inka frontier”. In *Anthropological history of Andean polities*, edited by John V. Murra, Nathan Wachtel, and Jacques Revel, pp. 89–117. Cambridge: Cambridge University Press, 1986b.
- Scott, James C. *Against the grain: A deep history of the earliest states*. New Haven: Yale University Press, 2017.
- Tambiah, Stanley J. *Culture, thought, and social action: An anthropological perspective*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.
- Tomich, Dale W. *Through the prism of slavery: Labor, capital, and world economy*. Lanham, MD: Rowland & Littlefield, 2004.
- Warburton, David A. “Prices and values: Origins and early history in the Near East”. In *Trade and civilisation: Economic networks and cultural ties, from prehistory to the early modern era*, edited by Kristian Kristiansen, Thomas Lindkvist, and Janken Myrdal, pp. 56-86. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- Wilkinson, Darryl. “The influence of Amazonia on state formation in the ancient Andes.” *Antiquity* 92, 365 (2018): 1362-1376.
- Wilkinson, Toby C. “Cloth and currency: On the ritual economics of Eurasian textile circulation and the origins of trade, fifth to second millennia BC”. In *Trade and civilisation: Economic networks and cultural ties, from prehistory to the early modern era*, edited by Kristian Kristiansen, Thomas Lindkvist, and Janken Myrdal, pp. 25-55. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- Wolf, Eric R. *Europe and the people without history*. Berkeley, CA: University of California Press, 1982.

Recebido: 28 de fevereiro de 2023

Aprovado: 18 de abril de 2023

Dossiê: A história das mercadorias no mundo pré-industrial:
potencialidades e limites de uma abordagem

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2023.v29.39944>

***Fetishizing the Past to Imagine the Present:
Mesoamerican Chocolate and Pulque in the World***

**Fetichizando o Passado para Imaginar o Presente:
O chocolate e o pulque mesoamericanos no mundo**

***Fetichizar el pasado para imaginar el presente:
El chocolate y el pulque mesoamericanos en el mundo***

Joan Bristol^{*}

<https://orcid.org/0000-0002-8419-9031>

ABSTRACT: This article focuses on Spanish colonialism in Mexico to compare the way that the Mesoamerican beverages chocolate and pulque have been fetishized in the modern global world. While global consumers have seen both beverages as powerful substances with magical properties, they have fetishized them differently. Chocolate has undergone the process of commodity fetishism, alienated from its Mesoamerican origins and the labor that produces it. Pulque has become an ethnic fetish, connected to an idea of the Mexican past rather than the present. Both commodity fetishization and ethnic fetishization began in the colonial period and serve capitalist ends by making their products appeal to consumers while alienating the creators and producers of these goods.

Keywords: Mexico. Colonial. Capitalism. Chocolate. Pulque

RESUMO: Este artigo se concentra no colonialismo espanhol no México para comparar a forma como as bebidas mesoamericanas chocolate e pulque foram festejadas no mundo global moderno. Embora os consumidores globais tenham visto ambas as bebidas como substâncias poderosas com propriedades mágicas, eles as fetichizaram de forma diferente. O chocolate passou pelo processo de fetichismo da mercadoria, alienado de suas origens mesoamericanas e do trabalho que o produz. O pulque se tornou um fetiche étnico, ligado a uma ideia do passado mexicano e não do presente. Tanto a fetichização de mercadorias quanto a fetichização étnica começaram no período colonial

* Associate Professor of History in George Mason University, Fairfax Virginia, USA. E-mail: jbristol@gmu.edu

e atendem aos objetivos capitalistas, tornando seus produtos atraentes para os consumidores e, ao mesmo tempo, alienando os criadores e produtores dessas mercadorias

Palavras-chave: México. Colonial. Capitalismo. Chocolate. Pulque

RESUMEN: Este artículo investiga el colonialismo español en México para comparar la forma en que las bebidas mesoamericanas, el chocolate y el pulque, han sido convertidas en fetiches en el mundo global moderno. Los consumidores globales han visto ambas bebidas como sustancias poderosas con propiedades mágicas, pero las han fetichizado de manera diferente. El chocolate ha pasado por el proceso de fetichismo de la mercancía, alienado de sus orígenes mesoamericanos y del trabajo que lo produce. El pulque se ha convertido en un fetiche étnico, vinculado a una idea del pasado mexicano más que del presente. Tanto la fetichización de las mercancías como la fetichización étnica comenzaron en el período colonial y sirven a los fines capitalistas al hacer que sus productos atraigan a los consumidores mientras alienan a los creadores y productores de estos bienes.

Palabras clave: México. Colonial. Capitalismo. Chocolate. Pulque

How to cite this article:

Bristol, Joan. "Fetishizing the Past to Imagine the Present: Mesoamerican Chocolate and Pulque in the World". *Locus: Revista de História*, 29, n.1 (2023): 40-55.

The Mesoamerican beverages chocolate and pulque have satisfied consumers' appetites for thousands of years.¹ Chocolate and pulque have also powerfully captured the imaginations of these consumers through their flavors, textures, physical effects, and symbolic meanings. This article investigates how consumers have described and imagined these beverages, and the role that colonialism has played in this process. Chocolate and pulque share similarities: both are processed beverages that have physical effects on the human body; chocolate as a stimulant, pulque as an inebriant. Both are native to Mesoamerica. Both are the result of extensive Mesoamerican innovation and development. Both have been exchanged and commodified for millennia, and both continue to be consumed today. Yet despite these similarities, the paths of chocolate and pulque have diverged markedly in the centuries since Spain colonized Mexico and these beverages entered the capitalist market. This article argues that, while both chocolate and pulque have been fetishized, seen as powerful substances with magical properties, they have been fetishized differently.

¹ I wish to thank the anonymous readers for LOCUS and Lisa Arellano, Susan Fernsebner, Alison Landsberg, and Randolph Scully.

Chocolate has undergone the process of commodity fetishism, alienated from its Mesoamerican origins and the labor that produces it. Pulque has become an ethnic fetish, connected to an idea of the Mexican past rather than the present. Both outcomes are linked to colonialism and capitalism.

Chocolate is globally ubiquitous; Africa is the main growing region for cacao beans today but processed chocolate, both beverage and candy, is produced all over the world. Because chocolate is so widely consumed, most chocolate devotees do not associate chocolate with Mesoamerica and Mesoamericans, nor do they think of chocolate as a beverage, instead associating it with the candy developed in Europe in the mid nineteenth century. If any countries are strongly identified with chocolate, they are European countries like Switzerland and Belgium which have a reputation for producing high quality chocolate. The modern history of pulque is very different from that of chocolate. Pulque is a mildly alcoholic beverage fermented from the sap of the maguey plant, a type of agave in the same family as those used to make tequila, and Mesoamericans have consumed pulque for millennia. Pulque remained popular in Mexico, especially among Indigenous and working-class groups, until the 1920s when government officials encouraged policies meant to replace the beverage with beer, which they saw as more modern and hygienic than pulque. (Gaytán 2014; Wright 2009). In the twenty-first century pulque has become popular again in Mexico. Mexican and international consumers and marketers characterize pulque as quintessentially Mexican and celebrate the drink for its origins in the distant, pre-conquest, past. Thus, while chocolate has been divorced from the idea of Mesoamerica, pulque has been linked to the region. This article begins by describing how chocolate and pulque are prepared and discusses the concepts of commodity fetishism and ethnic fetishization. Then we explore how these processes of fetishization began by looking at colonial ideologies surrounding these drinks. The conclusion offers some thoughts about how consumers understand these products today.

Production

Cacao comes from the *Theobroma cacao* L. tree, which first grew in South America and then spread to Mesoamerica where the beans were used to make chocolate. Cacao trees produce large pods containing beans surrounded by a fleshy pulp which is removed through fermentation. Producers then dry and roast the beans before grinding them to a powder. Consumers mix the powder with a liquid (water in Mesoamerica) to make the drink chocolate, called *cacua-tl* in the Nahuatl of central Mexico. Beginning long before the Spanish invasion Mesoamericans have served chocolate with flavorings such as achiote (also called annato), chile, and vanilla, and other ingredients including honey (and, after Spanish colonization, sugar), adding corn meal to make the drink *atole*. Mesoamerican consumers have blended and frothed chocolate with special pouring

techniques and with wooden tools. Like chocolate, pulque also requires significant processing. The mildly alcoholic drink is made from the agave plant, native to the Americas and more commonly known as maguey, a term especially used to refer to pulque agaves. The maguey is a succulent, with long thick spiky leaves growing out of a central base. When the plant flowers it produces a long stem which *tlachiqueros* (pulque harvesters) remove along with the leaves of the plant. They then scrape the heart of the plant, which eventually produces a sweet clear liquid called *aguamiel*. The aguamiel is fermented for 1-12 days depending on a variety of factors, resulting in a thick cloudy drink with 4-7% alcohol content. Flavorings like fruit and herbs are often added as well. Pulque must be consumed within a few days after fermentation is complete because it begins to spoil quickly, although beginning in the late twentieth century a few companies began to use preservatives and pasteurization to can and export pulque.

Fetishization

Karl Marx's concept of commodity fetishism provides a framework for understanding the place of chocolate and pulque in the modern global marketplace. According to Marx, when objects become commodities whose value is equated to money rather than use value or labor value they become fetishized: consumers see the commodity as a magical thing with an inherent value that is not derived from its utility or the labor that produced it. Instead, the commodity's value is expressed through its place in the market relative to other goods that are similarly seen as autonomous (Marx 1887, 26-101). Chocolate went through this process of commodity fetishism, with the result that global consumers see chocolate as a product with intrinsic worth deriving from its taste and appearance. Chocolate has also gained associations with childhood, love and romance, indulgence, and even recently health, as advertisers and others tout the antioxidant benefits of dark chocolate. Consumers generally enjoy chocolate without thinking of the intellectual or physical labor that produced it; Marcy Norton describes how chocolate became one "of the first commodity fetishes of the modern world" (Norton 2008, 12). Swiss chocolate manufacturer Lindt claims that "the chocolate that initially arrived in Europe was unrecognizable to the chocolate we know today; it was coarse and dry – it certainly did not melt in the mouth!" ("Explore the Innovation of Lindt" n.d.). This claim ignores the Mesoamerican origins and development of chocolate. The Belgian chocolate manufacturer Neuhaus emphasizes the Belgian lineage of their chocolate, writing that "the creation of our chocolates is carried out only in Belgium, in our atelier in Brussels," again making chocolate represent European innovation. ("About Us | Made in Belgium | Neuhaus Belgian Chocolate History" n.d.).

Pulque has not become a commodity fetish in the way Marx described. Rather than being alienated from its origins, pulque is strongly associated with Mexico both within the country and in the small international markets it occupies. Literature aimed at Spanish-speaking audiences emphasize the historical importance of pulque. A July 2020 article in Mexico's *La Prensa* introduces pulque as the "Ancient drink that they gave Quetzalcóatl to get drunk" clearly referencing the pre-colonial past with the mention of Quetzalcóatl, the Mesoamerican feathered serpent god that many Mesoamerican groups have venerated, including but not limited to the Nahua leaders of the fifteenth and early sixteenth-century Aztec empire. The *La Prensa* article bring the discussion up to the present, however, with anthropologist Jaime Cabrera reporting that, although pulque production has declined, it is still sold in bars in Mexico City, and directly by producers, "where several generations have extensive knowledge on how to handle this product" ("Repleto de Nutrientes, Curados de Pulque, Un Dulce Tormento" July 18 2020). Thus within Mexico pulque is clearly associated with Mexico, Indigenous history, and rural producers. The Mexican company Pulque Penca Larga advertises its product to Spanish and English-speaking audiences as "an icon of Mexico," and with the commonly-used descriptor "drink of the Gods," explaining that "pulque is the blood of Mexico." ("Quienes Somos - Penca Larga" n.d.). Outside of Mexico pulque is just as identified with Mexico but the connection to Mexican history tends to be flattened into an Aztec past.² An English language article about "pulque's comeback" in Mexico City explains that "pulque ... dates back to when the Aztecs and their gods ruled the roost. Consequently, the milky white substance is known in Mexico as the drink of the gods" (Lee 2015). Producers and consumers always describe pulque in relation to Mexico, and usually in relation to the pre-contact imperial past, particularly the Mexica-led Aztec empire that ruled central Mexico when the Spanish invaded.³

Thus advertisers and consumers have not fetishized pulque in the way that they have fetishized chocolate. If anything, pulque seems to challenge the idea of Marx's commodity fetish – this is a commodity whose value is derived precisely from its identification with a place, Mexico, and a people, Mexicans. Instead of becoming a commodity fetish, pulque has become an ethnic fetish, as devotees inside and outside of Mexico see the drink as representing an essential Mexicanness that is tied up in ideas about the Indigenous past. The pre-colonial central Mexican

² The Aztec Empire was made up of three central Mexican city-states that conquered large parts of what is today Mexico; the ethnic group is Nahua, but when people talk about pulque they often reference the Aztecs as if it is an ethnic group rather than the name for a political confederation.

³ Tequila, distilled from maguey, represents an interesting comparative example. Unlike pulque, tequila has become a global commodity: while tequila must be produced in Jalisco, many brands are owned by U.S.-based companies. Mexican companies seem to be focusing on other kinds of mezcal (tequila is a form of mezcal). Yet tequila remains associated with Mexico, with many U.S.-owned tequilas touting names like "Don Julio," and "Casamigos." Thus, while tequila is a global commodity it represents a kind of ethnic fetishization.

Aztec empire, rather than the modern Indigenous population of Mexico, is often the touchstone in advertisements and discussions about pulque, particularly those aimed at foreign audiences, even though almost 20% of Mexico's population identifies as indigenous and includes 68 different Indigenous groups ("En El País, 25 Millones de Personas Se Reconocen Como Indígenas: INALI" n.d.). Celebrating the imperial past can obscure the present.

Before Spanish colonization

Chocolate and pulque have had religious, social, and economic importance in Mesoamerica for millennia. Before colonization many Mesoamericans used cacao beans as currency and as a tribute good for imperial rulers. Indigenous Mesoamericans considered chocolate sacred, in part because its red-brown color and thick texture looked like blood and the blood sacrifices needed to placate the gods (McNeil 2006, 15). Elites often limited cacao consumption: according to one section of the sixteenth-century Florentine Codex only rulers or great warriors were allowed to drink chocolate, in part because it was rare and thus precious, although in another section the Franciscan friar Bernardino de Sahagún claimed that chocolate was given to servants during celebrations. Scholars have claimed that these limitations were probably ignored in areas where cacao was more abundant, however (McNeil 2006, 17-18).

Like cacao and chocolate, pulque was important in pre-colonial Mesoamerica (Corquera de la Mancera 1991, 11-14). The Nahuatl and other Mesoamericans used pulque as an offering to the gods (Boone 2007, 57). Mesoamericans also drank pulque as a ritual intoxicant and may have administered it to sacrificial victims to encourage compliance as they went to their deaths. The importance of pulque to the militaristic Mexica, leaders of the Aztec empire, is further indicated by the fact that it was often associated with warriors, a group of central importance to the conquering Mexica and their allies, and with agricultural and human fertility (Boone 2007, 62). As with cacao, pre-contact pulque consumption was limited in some areas; Aztec law restricted pulque consumption to nobility and religious authorities because its intoxicating qualities were seen as potentially dangerous. The numerous prohibitions against pulque consumption by commoners and young people, however, suggest that such rules were often violated, particularly on the frontiers of imperial domination (Taylor 1979, 28-30).

Colonial Rule and Commodification

The paths of chocolate and pulque began to diverge under Spanish colonialism and mercantile capitalism. At first Spaniards were not sure what to make of these beverages and they

debated the merits of both products (Norton 2008, 59; Bristol 2017, 131-132). It is in these sixteenth- and seventeenth-century discussions about religion, health, value, and money that we see colonial narratives emerging around chocolate and pulque. By the end of the sixteenth century Spaniards began exporting cacao to Spain and by the mid seventeenth century chocolate became part of elite European cultural practices. Spanish, French, and other Europeans learned to drink chocolate in the morning and in social occasions and to whip the chocolate into a foamy brew, just as Mesoamericans had (Norton 2008, 177). Pulque, however, was not exported to Europe, although it was commodified in the colony. Colonial Spaniards, Indigenous, and African-descent people drank pulque in Mexico, often in pulquerías, pulque bars that were popular gathering places. Both Spanish and Indigenous sellers made money from the sale of pulque; although Spaniards controlled pulque sales in Mexico City by the early eighteenth century, Indigenous sellers controlled the trade in Oaxaca through the late eighteenth century (Kicza 1980, 194-195). Colonial officials tried to regulate pulquerías to better tax and make money from the sale of pulque. They were also concerned about potential disorder arising in these establishments (Viquiera Albán, 1999, 44). Despite the wide market for pulque, however, colonial Mexicans of all groups often associated the drink with Indigenous Mesoamericans and their practices. This is discussed below.

There are material and ideological reasons to explain why chocolate became a global commodity and pulque did not. The material explanation is simple: pulque is hard to transport. It always exists in heavy liquid form and it is perishable. In contrast, the dried cacao beans used to make chocolate are long-lasting, durable, and relatively light. The Spanish Jesuit José de Acosta, writing about the cacao trade between Guatemala and central Mexico in the late sixteenth century, recognized this quality, writing “[cacao] is ... one of the richest and the greatest traffickes of New Spaine, for being a drie fruite, and [one] that keepes long without corruption, [and] they carry whole shippes loaden from the province of Guatimala” (Markham 2017, 211). This material explanation for the differences in commodification does not fully explain the trajectories of these drinks, however. These goods were fetishized differently because of the way that Native Mesoamericans and later Spaniards incorporated chocolate and pulque into their epistemologies as well as their diets.

Valuing Cacao and Chocolate

One reason that Spaniards commodified cacao and pulque differently is because they learned to value these substances from Native Mesoamericans. As Marcy Norton has shown, Indigenous Mesoamericans taught Spanish colonizers how to make and consume chocolate and tobacco. Europeans might not have understood the value of these products if Indigenous people

had not taught Spaniards how to think about these products as well as how to use them (Norton, 2008, 107-128). The same is true for pulque. We have already seen one reflection of the way that Indigenous Mesoamericans understood the different values of chocolate and pulque: while both were at times restricted, elites limited chocolate consumption because cacao was seen as precious. Pulque was restricted because of its potential dangers as an intoxicant. These pre-contact Indigenous ideas about the value and the nature of chocolate and pulque influenced the colonial ideas that followed.

Europeans understood immediately upon contact that Indigenous people valued the cacao from which chocolate was made. In 1502 Christopher Columbus captured a Maya merchant's canoe off the coast of Honduras; cacao beans were among the merchant's goods. Columbus's son wrote "They seemed to hold these almonds at a great price; for when they were brought on board ship together with their goods, I observed that when any of these almonds fell, they all stooped to pick it up, as if an eye had fallen" (Keen 1934, 232). Later Spanish chroniclers similarly noted how the Nahua, Maya, and others valued cacao as currency. When sixteenth-century Spanish chronicler (and fawning biographer of Cortés) López de Gómara described the abundance of the goods for sale in Mexican markets, including the huge number of fruits, he noted that "the most principal, that serves as money, are some like almonds, that they call cacauatl, and ours [call] cacao, like in the islands, Cuba, and Hayti." (López de Gómara 1554, 118). Sixteenth-century Franciscan friar Toribio de Motolinía noted that in New Spain "this cacao is food and drink, and currency [moneda] of this land." (Motolinía 2014, 184). The so-called anonymous conqueror discussed "cacao, that are some almonds that they use as currency [moneda], from which they make their brew [brebaje]" (Motolinía 2014, 463). In the late sixteenth century José de Acosta reported that "unto this day the custom continues amongst the Indians, as in the Provinces of Mexico, in steede of money they use cacao, which is a small fruit, and therewith buy what they will" (Markham 2017, 189). This seems like a precursor to commodity fetishism; even before Spanish invaders arrived the value of cacao was already defined in relation to other objects in the market place, rather than deriving solely from its labor or use value.⁴

Spaniards also noted how Indigenous people valued cacao as a tribute and trade good alongside other precious and important items. López de Gómara described how the Aztec emperor Moctezuma tried to appease Cortés before his arrival in Tenochtitlan by sending him a lavish gift

⁴ Kathryn Sampeck discusses what happens when the two money systems come into contact. She explains "the difference between the general form of value, which has money-like characteristics, vs. the money form of value." (Sampeck 2019, 539). The use of cacao here is a general form of value, in which the value of cacao is measured in relation to other goods rather than serving as a fungible representation of value.

of “ten gold plates, fifteen hundred cotton blankets, a large number of turkeys, bread, and cacao, and a certain wine that they made of those cacaos and centli [maize]” (López de Gómara 1554, 97). López de Gómara also reported that Moctezuma’s vassals sent him cacao as tribute, along with gold, silver, gems, and other food items, all things of value that represented their submission to the emperor (López de Gómara 1554, 111v). As a way of describing the wealth of Apoxpalón, the “most prosperous merchant” and ruler of Izancanac in Acalán, López de Gómara explained that Apoxpalon had been chosen because of his “huge trade in the land, of cotton, cacao, slaves, salt, [and] gold although little and mixed with copper and other things” (López de Gómara 1554, 257v). López de Gómara’s Spanish informants learned that cacao was economically valuable by seeing how Indigenous people valued it alongside other items that both Spaniards and Indigenous people valued. López de Gómara then publicized this value to his audience in Spain.

Spaniards also learned about other values of cacao from Mesoamericans, including its spiritual importance. In describing pre-contact rituals, which he saw as demonic, Franciscan friar Toribio de Motolinía described the lavish offerings that Mesoamericans made, writing “they bought many roses, and vials [cañutos] of perfume, cacao, which is another good brew [brebaje], and fruits” (Motolinía 2014, 41). Motolinía described how cacao remained a valuable offering to honor deceased ancestors under colonialism, noting that “in place of wine they give cacao” (Motolinía 2014, 75). Finally, Spaniards learned to appreciate the taste and experience of chocolate from Mesoamericans. López de Gómara described how “the best, most delicate and precious [cara] drink that they have is made of cacao flour and water. Sometimes they mix in honey, and flour of other legumes. This does not intoxicate but in contrast is very refreshing with heat and sweating” (López de Gómara 1554, 319). López de Gómara also described chocolate as a good drink for warriors because it was not inebriating (López de Gómara 1554, 312v). This praise of chocolate for its sobering rather than intoxicating qualities foreshadows the discussion of pulque, whose power to inebriate was not prized by Spaniards, particularly when the drinkers were Indigenous.

Pulque and Ethnic Fetishization

As with cacao and chocolate, Spaniards learned about the value and uses of pulque from Indigenous people. They learned about the drink’s ubiquity, with Bernal Diaz describing “maguey fields [magüeyales], that is what they make wine from” several times over the course of his description of the Spanish invaders’ march toward Tenochtitlan in 1519 (Díaz del Castillo 2011, 153, 205, 388). López de Gómara noted the popularity among the Nahuatl of “aguamiel, or their common wine” (López de Gómara 1554, 319v). The so-called Anonymous Conqueror, probably a member of Hernán Cortés’s forces, described “pulque, that is a wine that they drink,” and

“pulque, that they take as wine” (Motolinía 2104, 450, 461). Spaniards also learned that pulque could have both good and bad qualities from observing Indigenous consumption. Motolinía expressed his understanding of pulque’s multivalent qualities, writing “Before the wine is cooked with some roots that they put in it, it is clear and sweet like aguamiel. After cooking, it becomes sort of thick and smells bad, and those that get drunk with it, much worse” (Motolinía 2104, 34). Motolinía returned to this idea of purity and pollution, describing the process of harvesting the maguey juice by writing “This liquor then as it is taken from there is like honey water [aguamiel]: cooked and boiled on the fire, it makes a sweet wine, pure [limpio], which Spaniards drink and they say that it is very good and very substantial and healthy.” However, he went on to say that when it is “cooked in a jar like wine,” or fermented, and when “some roots that the Indians call ocpatlí” were added, it became stronger and led to drunkenness. Motolinía wrote “in their gentility the Indians used this wine to get very drunk, and to be more cruel and bestial. This wine has a bad odor, and worsens the breath [el aliento] of those who drink a lot of it; [although] in truth drunk moderately [templadamente] it is healthy and gives strength” (Motolinía 2104, 232). This double-sided approach, in which Motolinía acknowledged both good and bad values of pulque, reflects the pre-contact restrictions on pulque consumption discussed above, in which only certain people were allowed to drink pulque because of potential dangers.

While Spaniards celebrated the economic and spiritual value of cacao as well as its effects on the body, when Spaniards discussed pulque they focused more on its physical effects and potentially dangerous qualities. Their focus on the negative effects of pulque reflects ideas about indigeneity. It is clear that Spanish chroniclers associated pulque with Indigenous people. Despite the fact that many colonial residents drank pulque, including Spanish and African descent people, the drink was clearly linked to Indigenous people in the minds of Spaniards. The connection to indigeneity is obvious in the 1691 *Recopilacion de leyes de indias* which described the drink as “the beverage pulque, used by the Indians of New Spain,” warning that “the Indians of New Spain use a drink, called pulque, distilled from the maguey, plants that are very beneficial for many effects, and although [when pulque is] drunk with temperance it can be tolerated, because they are accustomed to it, many damages have occurred” (*Recopilación de Leyes de Los Reinos de Las Indias* 1973, 193). As others have shown, drinking and drunkenness were inextricably linked with ideas about Indians in the minds of Spaniards. This connection persisted long after the conquest and in places other than New Spain (Garrard-Burnett 2000; Earle 2014). This association of pulque with Indigenous people and the need to control its use helps explain why pulque did not become a commodity fetish; it was deeply rooted to a place and a people. This connection to indigeneity also begins to explain why pulque did become an ethnic fetish. When nineteenth and twentieth-century

Mexicans began to celebrate Mexico's Indigenous origins pulque became a symbol of Indigenous identity. The strong connection between indigeneity and pulque was strengthened and narrativized in the writings of Spanish colonizers.

European Context

Finally, we must look beyond Mesoamerica at the global context to understand the way chocolate and pulque became fetishized in such different ways. In the seventeenth century Europe was continuing the process, begun with the voyage of Vasco da Gama in 1498, of more directly integrating into the economy centered around the Indian Ocean, Middle East, and China. Europeans admired Asian culture and they eagerly consumed novel products from these regions, in part because they wanted to share in the sophistication of the Asian consumers of these products (Schivelbusch 1993, 8). In the mid seventeenth century when Europeans began importing coffee from the Middle East and tea from India and China, regular imports of chocolate had begun arriving just a few decades before, in the first half of the seventeenth century. The sugar that enhanced these drinks had been available in Europe for centuries but in the seventeenth century it was becoming more abundant and accessible due to colonial plantation production fueled by the labor of enslaved Africans. Thus seventeenth-century Europeans had increased access to new products that invigorated their palates and made them feel part of a global community oriented toward Asia and the Middle East.

That these new, bitter, hot, stimulating beverages were linked in the minds of Europeans is obvious in Philippe Dufour's 1671 French treatise, translated to English in 1685, *The manner of making of coffee, tea, and chocolate as it is used in most parts of Europe, Asia, Africa, and America, with their vertues* (Dufour 1685). Dufour collected three European-authored texts to provide a description of these newly arrived drinks "the use whereof has been but lately known amongst us, yet they become more famous every day ... by the frequent and dayly use we make of them, and with a success which is no less wonderful than profitable." (Dufour 1685, n.p.). The authors of the treatises on coffee and tea explicitly discuss the Asian origins of their subjects, writing of a "certain Bean of *Arabia* called *Bon*, whereof they make a Drink termed *Coffee*, which was heretofore in use amongst Arabians, and Egyptians; and which is now a dayes in very great request amongst the English, French, and Germanes" (Dufour 1685, 2-3). The treatise also offers suggestions on how to consume these drinks, describing how Turks and Arabs drank coffee in social settings: "they divert themselves in their Conversations, in publick Feasts or particular Recreations, sometimes the space of seven or eight hours" (Dufour 1685, 17). The author of the tea treatise similarly discusses how "The *Chinese* praise it wonderfully, and set a great value on the vertues and qualities of this drink,

for they use it Night and day, and present it as a great rarity to those they would regal” (Dufour 1685, 39). The sections of tea and coffee repeatedly emphasize their non-European origins and describe how and in what contexts Middle Easterners and Asians drank coffee and tea as if to instruct their European readers on the correct way to consume these beverages and how to think about them.

The treatise on chocolate included in Dufour’s text differs in significant ways from those on tea and coffee, however. As with the other treatises, the author discusses chocolate’s origins, describing how “*Chocolate* therefore, or *Chocolatl*, is an Indian word,” and explains how Indigenous Mesoamericans dissolved the cacao in water to make the chocolate beverages (Dufour 1685, 58). However, unlike the treatises on coffee and tea, the bulk of the chocolate treatise deals with the health value of chocolate and the way it influences the humors. Discussing the “fat parts” of chocolate and its effects on “the little Veins of the Liver,” the treatise advised moderation. In addition, “if he that takes thereof is bilious and subject to melancholly, instead of drinking it with common Water let him use therewith *Endive* water, ... but he that is troubled with the coldness of Liver, and full of obstructions shall take the same *Chocolate* with Water of *Rhubard*” (Dufour 1685, 112). Dufour’s treatise suggests that, although Europeans adopted chocolate as part of a complex of new drinks that were arriving in the seventeenth century, they understood chocolate in a different way than they understood coffee and tea. While Europeans wanted to share in Asian and Middle Eastern culture by drinking tea and coffee, they were not interested in sharing in what they saw as the inferior Indigenous culture of the Americas. Dufour’s book suggests that Europeans divorced the idea of chocolate from its Mesoamerica origins and that, while all three drinks went through processes of commodity fetishism, chocolate went through the process earlier. Norton describes how Europeans did not merely separate chocolate from its Mesoamerican origins but in fact claimed to civilize the beverage; this process erased Mesoamerican origins and produced commodity fetishism (Norton 2006, 686, 691). Pulque of course was not included in this new beverage complex. Even if it had been possible for Europeans to import pulque, there was no reason to do so: Europeans already had wine, and in fact they imported wine-making to the Americas. While Spaniards in the Americas drank pulque it did not replace wine.

Fetishisms today

In the end the two forms of fetishization work in similar ways: commodity fetishization discursively separated chocolate from Mesoamerican producers, so that it became unthinkable that aspects of European culture and economy could originate in Mesoamerica. Ethnic fetishization also served to discursively divorce indigenous Mexicans from the capitalist economy – while

Indigenous producers in fact participated in profit-making by selling pulque throughout the colonial period, Spanish chroniclers characterized pulque as something that was inextricably connected to Indigenous Mexicans and as such was backward, even diabolical, and outside of the realm of culture and commerce.

Within the past decades there have been changes in the way that chocolate is marketed that reveal the connections between commodity and ethnic fetishization. It has become popular for European and U.S. companies to advertise the origins of their chocolate, especially with reference to Mesoamerica. British company Green and Blacks, since 2005 a subsidiary of Cadbury, has a “Maya Gold” dark chocolate bar, described as “based on a traditional, spiced-chocolate drink from Belize, this rich, dark chocolate has a twist of orange, nutmeg, cinnamon and just a hint of vanilla” (“G&B Organic Maya Gold 90g Bar” n.d.). Of these flavors, only vanilla has American origins. Lake Champlain chocolates, a Vermont USA-based company advertises a “Spicy Aztec Organic Hot chocolate,” which invites consumers to “Discover the rich flavors of ancient Mexico!” These ancient Mexican flavors include Mesoamerican ancho and chipotle chilis as well as cinnamon, originally from Asia and imported by colonizers. (“Spicy Aztec Organic Hot Chocolate” n.d.). Godiva’s “Aztec Spice Truffle” is a “dark chocolate ganache flavored with cinnamon, vanilla, and exotic spices” (“Gourmet Dark Chocolate Truffles, 24 Pc. | GODIVA” n.d.).

This focus on Mesoamerican origins could be seen as an attempt to move away from commodity fetishism, in that companies are trying to turn the attention of consumers back to the Mesoamerican origins of chocolate and possibly toward innovators and producers in the global south. However, by referencing the fifteenth-century Aztec empire these products recall a remote imperial past, estranged from the consumer’s present with words like “exotic.” Perhaps the Maya Gold label is a reference to today’s Maya, but it is more likely that the advertisers are thinking of pre-contact Maya kingdoms. These companies seem to be engaging in the kind of ethnic fetishization observed in the marketing of pulque, in which chocolate production is romanticized with references to a hazy distant past. There are efforts to mitigate this effect; Neuhaus’s website has a section on “Honest Chocolate” which describes their cacao farm in Guayaquil Ecuador, efforts to improve working conditions for cacao producers, and efforts toward sustainability. Smaller fair-trade companies make these issues central to their message. For example, a Georgia USA-based “bean-to-bar” company called Xocolatl Chocolate emphasizes its work with Costa Rican chocolate producers (“Our Story Xocolatl Small Batch Chocolate” n.d.). More directly, Mexican non-profits such as Cacao Mexico work with growers to promote environmentally conservationist growing techniques and to ensure that Mexican growers, many of them in the Indigenous-identified state of Chiapas, are compensated fairly (“Cacao México” n.d.). Such

disparate for-profit and non-profit projects represent attempts to bridge the gap between labor and consumer and mitigate the effects of both commodity and ethnic fetishization.

Commodity fetishization and ethnic fetishization are closely related, perhaps different sides of the same coin, with roots in the colonial period. Consumers began to fetishize both chocolate and pulque when Mesoamerica was incorporated into the world capitalist system after Spanish colonization and these forms of fetishization function in similar ways to distance chocolate and pulque from their producers. Commodity fetishism distances cacao from its Mexican origins and its global south present; since cacao can only grow in within 20 degrees of the equator, it grows only in parts of Africa, South America, and Pacific Asia. Yet the companies that use cacao for chocolate are only beginning to reference its origins and the labor that produces it. Similarly, ethnic fetishization distances pulque from the Mexican present: when pulque is celebrated as an artifact of the distant past it is clouded with a romantic idea of Mexicanness that hides colonial and neo-colonial history as well as the stories of Indigenous people living in Mexico today. Thus both commodity fetishism and ethnic fetishism serve to present a carefully crafted narrative that makes their products more palatable to consumers and alienates the creators and producers of these goods.

Bibliography

- Boone, Elizabeth Hill. *Cycles of Time and Meaning in the Mexican Books of Fate*. 1st ed. Joe R. and Teresa Lozano Long Series in Latin American and Latino Art and Culture. Austin: University of Texas Press, 2007.
- Bristol, Joan. "Health Food and Diabolic Vice: Pulque Discourse in New Spain." In *Substance and Seduction*, edited by Stacey Schwartzkopf and Kathryn E. Sampeck, 128–46. Ingested Commodities in Early Modern Mesoamerica. University of Texas Press, 2017. <https://www.jstor.org/stable/10.7560/313862.10>.
- "Cacao México." n.d. Accessed November 5, 2022. https://cacaomexico.org/?page_id=70&lang=en.
- Corcuera de la Mancera, Sonia. *El fraile, el indio y el pulque: evangelización y embriaguez de la Nueva España (1523-1548)*. Historia. México D.F: FCE - Fondo de Cultura Económica, 2015
- Díaz del Castillo, Bernal. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España I*. Lingua Historia. Barcelona: Editorial Linkgua, 2011.
- Dufour, Philippe Sylvestre. *The Manner of Making of Coffee, Tea, and Chocolate as It Is Used in Most Parts of Europe, Asia, Africa, and America, with Their Vertues*. London: Printed for William Crook, 1685.
- Earle, Rebecca. "Indians and Drunkenness in Spanish America." *Past and Present* 222, supplement 9 (2014): 89–93. <https://doi.org/10.1093/pastj/gtt030>
- Garrard-Burnett, Virginia. 2000. "Indians Are Drunks and Drunks Are Indians: Alcohol and Indigenismo in Guatemala, 1890–1940." *Bulletin of Latin American Research* 19: 341–356.

Gaytán, Marie Sarita. 2014. “Drinking Difference: Race, Consumption, and Alcohol Prohibition in Mexico and the United States.” *Ethnicities* 14 (3): 436–57. <https://doi.org/10.1177/1468796813484442>.

Godiva. “Gourmet Dark Chocolate Truffles, 24 Pc.” n.d. Accessed January 2, 2023. <https://www.godiva.com/24pc-dark-chocolate-truffles/14229.html>.

Green and Blacks. “G&B Organic Maya Gold 90g Bar.” n.d. Accessed January 2, 2023. <https://www.greenandblacks.co.uk/green-black-s-organic-maya-gold-90g-bar.html>.

INALI. “En El País, 25 Millones de Personas Se Reconocen Como Indígenas: INALI.” n.d. Accessed December 20, 2022. <https://www.inali.gob.mx/en/comunicados/701-2019-02-08-15-22-50.html>.

Keen. 1934, Benjamin. *The Life Of The Admiral Christopher Columbus By His Son*. <http://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.185547>.

Kicza, John E. “The Pulque Trade of Late Colonial Mexico City.” *Americas* 37 (1980): 193–221. <https://doi.org/10.2307/981061>

La Prensa. “Repleto de Nutrientes, Curados de Pulque, Un Dulce Tormento” July 18, 2022. Accessed November 12, 2022. <https://www.la-prensa.com.mx/republica/repleto-de-nutrientes-curados-depulque-un-dulce-tormento-5509692.html>.

Lee, Lane. 2015. “Pulque’s Comeback: 5 Best Pulquerias in Mexico City.” *Chilled Magazine*. June 13, 2015. <https://chilledmagazine.com/pulques-comeback-5-best-pulquerias-in-mexico-city/>. <https://doi.org/10.2469/cfm.v26.n4.4>

Lindt Canada. “Explore the Innovation of Lindt Canada.” n.d. Accessed December 12, 2022. <https://www.lindtusa.com/the-lindt-invention>.

López de Gómara Francisco. *Historia de Mexico : con el descubrimiento dela Nueva España, conquistada por el muy illustre y valeroso principe don Fernando Cortes, marques del Valle*. Anuers [i.e., Anvers, i.e., Antwerp, Belgium]: En casa de Iuan Steelsio, 1554. <https://link.gale.com/apps/doc/CY0103070673/SABN?sid=bookmarkSABN&xid=0d0812dc&p=512>.

Markham, Clements R. *The Natural and Moral History of the Indies, by Father Joseph de Acosta: Reprinted from the English Translated Edition of Edward Grimston, 1604 Volume I: The Natural History (Books I, II, III and IV)*. Hakluyt Society, First Series. Taylor and Francis, 2017. <https://doi.org/10.4324/9781315555348>.

Marx, Karl. *Capital: A Critique of Political Economy* Volume I, Book I: The Process of Production of Capital. Chicago: Charles H. Kerr and Co. 1909, 1887.

McNeil, Cameron L. “Introduction,” *Chocolate in Mesoamerica: A Cultural History of Cacao*. Maya Studies. Gainesville: University Press of Florida, 2006.

Motolinía, Toribio de Benavente de, Toribio De Benavente De Motolinia, and Toribio De Benavente De Motolinia. *Historia de Los Indios de La Nueva España*. Barcelona, SPAIN: Editorial Linkgua USA, 2014. <http://ebookcentral.proquest.com/lib/gmu/detail.action?docID=3194205>.

Neuhaus. “About Us | Made in Belgium | Neuhaus Belgian Chocolate History.” n.d. Accessed December 12, 2022. https://www.neuhauschocolates.com/en_US/made-inbelgium/madeinbelgium.html.

Norton, Marcy. "Tasting Empire: Chocolate and the European Internalization of Mesoamerican Aesthetics." *The American Historical* 111, no. 3 (2006): 660-91. <https://doi.org/10.1086/ahr.111.3.660>

Norton, Marcy. *Sacred Gifts, Profane Pleasures: A History of Tobacco and Chocolate in the Atlantic World*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

Penca Larga. "Quienes somos" n.d. Accessed December 12, 2022. <https://pencalarga.com/quienessomos/>.

Recopilación de Leyes de Los Reinos de Las Indias. 1973. Vol. 1. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica.

Sampeck, Kathryn E. "Cacao and Violence: Consequences of Money in Colonial Guatemala." *Historical Archaeology* 53 (2019): 535–58. <https://doi.org/10.1007/s41636-019-00206-7>.

Schivelbusch, Wolfgang. *Tastes of Paradise: A Social History of Spices, Stimulants, and Intoxicants*. 1st Vintage Books ed. New York: Vintage Books, 1993.

Taylor, William B. *Drinking, Homicide, and Rebellion in Colonial Mexican Villages*. Redwood City: Stanford University Press, 1979.

Viqueira Albán, Juan Pedro. *Propriety and Permissiveness in Bourbon Mexico*. Trans. Sonya Lipsett Rivera. English ed. Latin American Silhouettes. Wilmington, Del: Scholarly Resources, 1999.

Wright, Amie. "La Bebida Nacional: Pulque and Mexicanidad, 1920–46." *Canadian Journal of History/Annales Canadiennes d'Histoire* 44 (2009): 1–24.

"Xocolatl Small Batch Chocolate." n.d. Xocolatl Small Batch Chocolate. Accessed November 15, 2022. <https://xocolatlchocolate.com/>.

Received: February 8, 2023

Approved: May 12, 2023

Dossiê: A história das mercadorias no mundo pré-industrial:
potencialidades e limites de uma abordagem

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2023.v29.39944>

**Fetichizando o Passado para Imaginar o Presente:
Chocolate e Pulque Mesoamericanos no Mundo ***

*Fetishizing the Past to Imagine the Present:
Mesoamerican Chocolate and Pulque in the World*

*Fetichizar el pasado para imaginar el presente:
El chocolate y el pulque mesoamericanos en el mundo*

Joan Bristol**

<https://orcid.org/0000-0002-8419-9031>

RESUMO: Este artigo se concentra no colonialismo espanhol no México para comparar a forma como as bebidas mesoamericanas chocolate e pulque foram festejadas no mundo global moderno. Embora os consumidores globais tenham visto ambas as bebidas como substâncias poderosas com propriedades mágicas, eles as fetichizaram de forma diferente. O chocolate passou pelo processo de fetichismo da mercadoria, alienado de suas origens mesoamericanas e do trabalho que o produz. O pulque se tornou um fetiche étnico, ligado a uma ideia do passado mexicano e não do presente. Tanto a fetichização de mercadorias quanto a fetichização étnica começaram no período colonial e atendem aos objetivos capitalistas, tornando seus produtos atraentes para os consumidores e, ao mesmo tempo, alienando os criadores e produtores dessas mercadorias

Palavras-chave: México. Colonial. Capitalismo. Chocolate. Pulque

ABSTRACT: This article focuses on Spanish colonialism in Mexico to compare the way that the Mesoamerican beverages chocolate and pulque have been fetishized in the modern global world. While global consumers have seen both beverages as powerful substances with magical properties, they have fetishized them differently. Chocolate has undergone the process of commodity fetishism, alienated from its Mesoamerican origins and the labor that produces it. Pulque has become an ethnic

* Tradução de Fabio Morales e Leonardo Marques.

** Associate Professor of History in George Mason University, Fairfax Virginia, USA. jbristol@gmu.edu

fetish, connected to an idea of the Mexican past rather than the present. Both commodity fetishization and ethnic fetishization began in the colonial period and serve capitalist ends by making their products appeal to consumers while alienating the creators and producers of these goods.

Keywords: Mexico. Colonial. Capitalism. Chocolate. Pulque

RESUMEN: Este artículo investiga el colonialismo español en México para comparar la forma en que las bebidas mesoamericanas, el chocolate y el pulque, han sido convertidas en fetiches en el mundo global moderno. Los consumidores globales han visto ambas bebidas como sustancias poderosas con propiedades mágicas, pero las han fetichizado de manera diferente. El chocolate ha pasado por el proceso de fetichismo de la mercancía, alienado de sus orígenes mesoamericanos y del trabajo que lo produce. El pulque se ha convertido en un fetiche étnico, vinculado a una idea del pasado mexicano más que del presente. Tanto la fetichización de las mercancías como la fetichización étnica comenzaron en el período colonial y sirven a los fines capitalistas al hacer que sus productos atraigan a los consumidores mientras alienan a los creadores y productores de estos bienes.

Palabras clave: México. Colonial. Capitalismo. Chocolate. Pulque.

Como citar este artigo:

Bristol, Joan. “Fetichizando o Passado para Imaginar o Presente: Chocolate e Pulque Mesoamericanos no Mundo”. *Locus: Revista de História*, 29, n. 1 (2023): 40-55.

O chocolate e o pulque, bebidas mesoamericanas, satisfazem o apetite de consumidores há milhares de anos¹. As duas bebidas também capturaram com força a imaginação desses consumidores por meio de seus sabores, texturas, efeitos físicos e significados simbólicos. Este artigo investiga como consumidores descreveram e imaginaram essas bebidas, e o papel que o colonialismo desempenhou nesse processo. O chocolate e o pulque têm semelhanças: ambos são bebidas processadas que têm efeitos físicos no corpo humano; o chocolate como estimulante, o pulque como inebriante. Ambos são nativos da Mesoamérica. Ambos são o resultado de extensa inovação e desenvolvimento da Mesoamérica. Ambos foram trocados e mercantilizados por milênios, e ambos continuam a ser consumidos hoje. No entanto, apesar dessas semelhanças, os caminhos do chocolate e do pulque divergiram acentuadamente nos séculos após a Espanha colonizar o México e essas bebidas entrarem

¹ Desejo agradecer aos leitores anônimos de LOCUS e Lisa Arellano, Susan Fernsebner, Alison Landsberg e Randolph Scully.

no mercado capitalista. Este artigo argumenta que, embora tanto o chocolate quanto o pulque tenham sido fetichizados, vistos como substâncias poderosas com propriedades mágicas, eles foram fetichizados de maneiras distintas. O chocolate passou pelo processo de fetichismo da mercadoria, alienado de suas origens mesoamericanas e do trabalho que o produz. O pulque tornou-se um fetiche étnico, ligado a uma ideia do passado mexicano e não do presente. Ambos os resultados estão ligados ao colonialismo e ao capitalismo.

O chocolate é globalmente onipresente; a África é a principal região de cultivo de grãos de cacau hoje, mas o chocolate processado, tanto para bebidas quanto para doces, é produzido em todo o mundo. Como o chocolate é tão amplamente consumido, a maioria dos devotos do produto não o associa à Mesoamérica e aos mesoamericanos, nem pensa no chocolate como uma bebida, associando-o ao doce desenvolvido na Europa em meados do século XIX. Se há países fortemente identificados com ele, são países europeus como a Suíça e a Bélgica, que têm a reputação de produzir chocolate de alta qualidade. A história moderna do pulque é muito diferente dessa. O pulque é uma bebida levemente alcoólica, fermentada a partir da seiva da planta maguey, um tipo de agave da mesma família das usadas para fazer tequila, com o consumo milenar por mesoamericanos. Ele permaneceu popular no México, especialmente entre os grupos indígenas e da classe trabalhadora, até a década de 1920, quando funcionários do governo incentivaram políticas destinadas a substituir a bebida pela cerveja, que consideravam mais moderna e higiênica (Gaytán 2014; Wright 2009). No século XXI, o pulque voltou a ser popular no México. Os consumidores e comerciantes mexicanos e internacionais caracterizam a bebida como quintessencialmente mexicana e a celebram por suas origens no passado distante, pré-conquista. Assim, enquanto o chocolate se divorciou da ideia de Mesoamérica, o pulque foi vinculado à região. Este artigo começa descrevendo como o chocolate e o pulque são preparados e discute os conceitos de fetichismo da mercadoria e fetichização étnica. Em seguida, exploramos como esses processos de fetichização começaram por meio da observação das ideologias coloniais em torno dessas bebidas. A conclusão oferece algumas reflexões sobre como os consumidores entendem esses produtos hoje.

Produção

O cacau vem da árvore *Theobroma cacao* L., que surgiu primeiro na América do Sul e depois se espalhou para a Mesoamérica, onde os grãos eram usados para fazer chocolate. Os cacauzeiros produzem grandes vagens contendo grãos envoltos por uma polpa carnosa que é removida por meio da fermentação. Os produtores então secam e torram os grãos antes de moê-los em pó. Os consumidores misturam o pó com um líquido (água, na Mesoamérica) para fazer a bebida achocolatada, chamada *cacua-tl* na língua náuatle da região central do México. Começando muito antes

da invasão espanhola, os mesoamericanos serviram chocolate com aromas como *achiote* (também chamado de *annato* [urucum]), pimenta e baunilha e outros ingredientes, incluindo mel (e, após a colonização espanhola, açúcar) e adicionando farinha de milho para fazer a bebida *atole*. Os consumidores mesoamericanos misturam e fazem espuma de chocolate com técnicas especiais de derramamento e com ferramentas de madeira. Como o chocolate, o pulque também requer um processamento significativo. A bebida levemente alcoólica é feita a partir da planta agave, nativa das Américas e mais comumente conhecida como maguey, termo usado especialmente para se referir aos agaves de pulque. O maguey é uma suculenta, com folhas longas, grossas e pontiagudas que crescem a partir de uma base central. Quando a planta floresce, ela produz um longo caule que os *tlachiqueros* (coletores de pulque) removem junto com as folhas. Eles então raspam o coração da planta, que eventualmente produz um líquido doce e transparente chamado *aguamiel*. Este líquido é fermentado por 1-12 dias, dependendo de uma variedade de fatores, resultando em uma bebida espessa e turva com 4-7% de teor alcoólico. Aromatizantes como frutas e ervas também são frequentemente adicionados. O pulque deve ser consumido alguns dias após o término da fermentação porque começa a estragar rapidamente, embora a partir do final do século XX algumas empresas tenham começado a usar conservantes e pasteurização para enlatá-lo e exportá-lo.

Fetichização

O conceito de fetichismo da mercadoria de Karl Marx fornece uma estrutura para entender o lugar do chocolate e do pulque no mercado global moderno. De acordo com Marx, quando os objetos se tornam mercadorias cujo valor é igualado ao dinheiro em vez de valor de uso ou valor-trabalho, eles se tornam fetichizados: os consumidores veem a mercadoria como uma coisa mágica com um valor inerente que não é derivado de sua utilidade ou do trabalho que a produziu. Em vez disso, o valor da mercadoria é expresso por meio de seu lugar no mercado em relação a outros bens que são igualmente vistos como autônomos (Marx 1887, 26-101). O chocolate passou por esse processo de fetichismo da mercadoria, fazendo com que os consumidores globais vejam o chocolate como um produto com valor intrínseco derivado de seu sabor e aparência. O chocolate também ganhou associações com a infância, amor e romance, indulgência e, até recentemente, com a saúde, já que anunciantes e outros divulgam os benefícios antioxidantes do chocolate amargo. Os consumidores geralmente apreciam o chocolate sem pensar no trabalho intelectual ou físico que o produziu; Marcy Norton descreve como ele se tornou um “dos primeiros fetiches de mercadoria do mundo moderno” (Norton 2008, 12). A fabricante suíça de chocolates Lindt afirma que “o chocolate que inicialmente chegou à Europa era irreconhecível em relação ao chocolate que conhecemos hoje; era áspero e seco – certamente não derretia na boca!” (“*Explore the Innovation of Lindt?*” s/d). Esta alegação ignora as

origens mesoamericanas e o desenvolvimento do chocolate. A fabricante de chocolates belga Neuhaus enfatiza a linhagem belga de seu chocolate, escrevendo que “a criação de nossos chocolates é realizada apenas na Bélgica, em nosso atelier em Bruxelas”, novamente fazendo com que o chocolate represente a inovação europeia. (“*About Us | Made in Belgium | Neuhaus Belgian Chocolate History*” s/d).

O pulque não se tornou um fetiche de mercadoria na forma descrita por Marx. Em vez de estar alienado de suas origens, ele está fortemente associado ao México, tanto dentro do país quanto nos pequenos mercados internacionais que ocupa. A literatura voltada para o público de língua espanhola enfatiza a sua importância histórica. Um artigo de julho de 2020 no *La Prensa* do México apresenta o pulque como a “bebida antiga que eles deram a Quetzalcóatl para embebedar-se”, referindo-se claramente ao passado pré-colonial com a menção ao deus mesoamericano, a serpente emplumada que muitos grupos mesoamericanos veneraram, incluindo - mas não se limitando a eles - os líderes nahuas do império asteca do século XV e início do século XVI. O artigo do *La Prensa* traz a discussão para o presente, porém, com o antropólogo Jaime Cabrera relatando que, embora a produção de pulque tenha diminuído, ainda é vendida em bares na Cidade do México, e diretamente pelos produtores, “onde várias gerações têm amplo conhecimento sobre como manusear este produto” (“*Repleto de Nutrientes, Curados de Pulque, Un Dulce Tormento*” 18 de julho de 2020). Assim, no México, o pulque está claramente associado ao próprio país, à história indígena e aos produtores rurais. A empresa mexicana *Pulque Penca Larga* anuncia seu produto para o público de língua espanhola e inglesa como “um ícone do México”, e com a descrição “bebida dos deuses”, explicando que o “pulque é o sangue do México”. (“*Quiénes Somos - Penca Larga*” s/d). Fora do país, o pulque também é identificado com o México, mas a conexão com a história mexicana tende a ser reduzida a um passado asteca². Um artigo em inglês sobre o “retorno do pulque” na Cidade do México explica que “o pulque ... remonta à época em que os astecas e seus deuses mandavam em tudo. Consequentemente, a substância branca leitosa é conhecida no México como a bebida dos deuses” (Lee 2015). Produtores e consumidores sempre descrevem a bebida em relação ao México, e geralmente em relação ao passado imperial pré-contato, particularmente o império asteca liderado por mexicas, que governava o México Central no momento da invasão espanhola³.

² O Império Asteca era formado por três cidades-estado mexicanas centrais que conquistaram grandes partes do que hoje é o México; o grupo étnico é nahua, mas quando as pessoas falam sobre pulque, muitas vezes se referem aos astecas como se fosse um grupo étnico, e não o nome de uma confederação política.

³ A tequila, destilada do maguey, representa um interessante exemplo comparativo. Ao contrário do pulque, a tequila se tornou uma commodity global: enquanto a tequila deve ser produzida em Jalisco, muitas marcas são de propriedade de empresas com sede nos Estados Unidos. As empresas mexicanas parecem estar se concentrando em outros tipos de mezcal (tequila é uma forma de mezcal). No entanto, a tequila continua associada ao México, com muitas tequilas americanas divulgando nomes como “Don Julio” e “Casamigos”. Assim, embora a tequila seja uma mercadoria global, ela representa uma espécie de fetichização étnica.

Assim, anunciantes e consumidores não fetichizaram o pulque da mesma forma que fizeram com o chocolate. No mínimo, o pulque parece desafiar a ideia do fetiche da mercadoria de Marx – uma mercadoria cujo valor deriva precisamente de sua identificação com um lugar, o México, e um povo, os mexicanos. Em vez de se tornar um fetiche de mercadoria, o pulque se tornou um fetiche étnico, já que os devotos dentro e fora do México veem a bebida como uma representação de uma mexicanidade essencial que está ligada a ideias sobre o passado indígena. O império asteca pré-colonial, em vez da população indígena moderna do México, costuma ser a pedra de toque em anúncios e discussões sobre o pulque, particularmente aquelas voltadas para o público estrangeiro, embora quase 20% da população do México se identifique como indígena e inclua 68 diferentes grupos indígenas (*“En El País, 25 Millones de Personas Se Reconocen Como Indígenas: INALI”* s/d). Celebrar o passado imperial pode obscurecer o presente.

Antes da colonização espanhola

Chocolate e pulque tiveram importância religiosa, social e econômica na Mesoamérica por milênios. Antes da colonização, muitos mesoamericanos usavam os grãos de cacau como moeda e como tributo para os governantes imperiais. Os indígenas mesoamericanos consideravam o chocolate sagrado, em parte porque sua cor marrom-avermelhada e textura espessa pareciam sangue, e os sacrifícios de sangue eram necessários para aplacar os deuses (McNeil 2006, 15). As elites muitas vezes limitavam o consumo de cacau: de acordo com uma seção do Códice Florentino do século XVI, apenas governantes ou grandes guerreiros podiam beber chocolate, em parte porque era raro e, portanto, precioso, embora em outra seção o frade franciscano Bernardino de Sahagún afirmasse que ele era dado aos criados durante as comemorações. Os estudiosos afirmam que essas limitações provavelmente foram ignoradas em áreas onde o cacau era mais abundante (McNeil 2006, 17-18).

Como o cacau e o chocolate, o pulque era importante na Mesoamérica pré-colonial (Corquera de la Mancera 1991, 11-14). Os nahuas e outros mesoamericanos usavam o pulque como oferenda aos deuses (Boone 2007, 57). Os mesoamericanos também bebiam pulque como intoxicante ritual e podem tê-lo administrado a vítimas de sacrifício para encorajar a obediência enquanto iam para a morte. A importância do pulque para os militarizados mexicas, líderes do império asteca, é ainda mais indicada pelo fato de que era frequentemente associado a guerreiros, um grupo de importância central para os conquistadores mexicas e seus aliados, e à fertilidade agrícola e humana (Boone 2007, 62). Assim como o cacau, o consumo de pulque pré-contato foi limitado em algumas áreas; a lei asteca restringia o consumo de pulque à nobreza e às autoridades religiosas porque suas qualidades intoxicantes eram vistas como potencialmente perigosas. As inúmeras proibições contra o consumo

da bebida por plebeus e jovens, no entanto, sugerem que tais regras foram frequentemente violadas, particularmente nas fronteiras da dominação imperial (Taylor 1979, 28-30).

Domínio colonial e mercantilização

Os caminhos do chocolate e do pulque começaram a divergir sob o colonialismo espanhol e o capitalismo mercantil. A princípio, os espanhóis não tinham certeza do que fazer com essas bebidas e debatiam os méritos de ambos os produtos (Norton 2008, 59; Bristol 2017, 131-132). É nessas discussões dos séculos XVI e XVII sobre religião, saúde, valor e dinheiro que vemos emergir narrativas coloniais em torno do chocolate e do pulque. No final do século XVI, os espanhóis começaram a exportar cacau para a Espanha e, em meados do século XVII, o chocolate tornou-se parte das práticas culturais da elite europeia. Espanhóis, franceses e outros europeus aprenderam a beber chocolate pela manhã e em ocasiões sociais, e a transformar o chocolate em uma bebida espumosa, assim como os mesoamericanos faziam (Norton 2008, 177). O pulque, porém, não era exportado para a Europa, embora fosse mercantilizado na colônia. Colonos espanhóis, indígenas e descendentes de africanos bebiam pulque no México, muitas vezes em *pulquerías*, bares que eram locais de encontro populares. Tanto os vendedores espanhóis quanto os indígenas ganhavam dinheiro com a venda do pulque; embora os espanhóis controlassem as vendas da bebida na Cidade do México no início do século XVIII, os vendedores indígenas controlaram o comércio em Oaxaca no final do século XVIII (Kicza 1980, 194-195). As autoridades coloniais tentaram regulamentar as *pulquerías* para tributar melhor e ganhar dinheiro com a venda de pulque. Eles também estavam preocupados com a possível desordem que surgia nesses estabelecimentos (Viqueira Albán 1999, 44). Apesar desse amplo mercado, no entanto, os habitantes de todos os grupos na colônia frequentemente associavam a bebida aos indígenas mesoamericanos e suas práticas, como discutido adiante.

Existem razões materiais e ideológicas para explicar por que o chocolate se tornou uma mercadoria global e o pulque não. A explicação material é simples: o pulque é difícil de transportar. Ele sempre existe na forma de um líquido pesado e é perecível. Em comparação, os grãos de cacau secos usados para fazer chocolate são duradouros, resistentes e relativamente leves. O jesuíta espanhol José de Acosta, ao escrever sobre o comércio de cacau entre a Guatemala e o México Central no final do século XVI, reconheceu tal qualidade, escrevendo “[o cacau] é... um dos maiores bens traficados da Nova Espanha, por ser uma fruta seca, e [uma] que se mantém por muito tempo sem estragar, [e] eles carregam navios inteiros carregados da província de Guatemala ” (Markham 2017, 211). No entanto, a explicação material para as diferenças na mercantilização não explica totalmente as trajetórias distintas dessas bebidas. Esses bens foram fetichizados de forma diferente por causa da

maneira como os nativos mesoamericanos e os espanhóis posteriores incorporaram o chocolate e o pulque em suas epistemologias, bem como em suas dietas.

A valorização do cacau e do chocolate

Uma das razões pelas quais os espanhóis mercantilizaram o cacau e o pulque de maneira distinta é porque aprenderam a valorizar essas substâncias com os nativos mesoamericanos. Como Marcy Norton demonstrou, os indígenas mesoamericanos ensinaram aos colonizadores espanhóis a fazer e a consumir o chocolate e o tabaco. Os europeus poderiam não ter entendido o valor desses produtos se os indígenas não tivessem os ensinado a pensar sobre eles e a usá-los (Norton 2008, 107-128). O mesmo vale para o pulque. Já vimos um reflexo da maneira como os indígenas mesoamericanos entendiam os diferentes valores do chocolate e do pulque: embora ambos fossem às vezes restritos, as elites limitavam o consumo de chocolate porque o cacau era visto como precioso. O pulque, por sua vez, foi restrito por causa de seus perigos potenciais como intoxicante. Essas ideias indígenas pré-contato sobre o valor e a natureza do chocolate e do pulque influenciaram as ideias coloniais que se seguiram.

Os europeus entenderam imediatamente após o contato que os indígenas valorizavam o cacau do qual era feito o chocolate. Em 1502, Cristóvão Colombo capturou a canoa de um comerciante maia na costa de Honduras; grãos de cacau estavam entre as suas mercadorias. O filho de Colombo escreveu: “Eles pareciam ter um grande apreço por essas amêndoas; pois quando foram trazidos a bordo do navio junto com seus bens, notei que quando qualquer uma dessas amêndoas caía, todos se abaixavam para pegá-la, como se um olho tivesse caído” (Keen 1934, 232). Cronistas espanhóis posteriores também notaram como os nahuas, maias e outros valorizavam o cacau como moeda. Quando o cronista espanhol do século XVI (e biógrafo bajulador de Cortés) López de Gómara descreveu a abundância de mercadorias à venda nos mercados mexicanos, incluindo o grande número de frutas, ele observou que “as mais importantes, que servem como dinheiro, são algumas como as amêndoas, que chamam cacauatl, e as nossas [chamam] cacau, como nas ilhas de Cuba e Hayti” (López de Gómara 1554, 118). O frade franciscano Toribio de Motolinía, do século XVI, observou que na Nova Espanha “este cacau é comida e bebida, e moeda [*moneda*] desta terra” (Motolinía 2014, 184). O assim chamado conquistador anônimo falou do “cacau, que são algumas amêndoas que eles usam como moeda [*moneda*], com a qual fazem sua bebida [*brebaje*]” (Motolinía 2014, 463). No final do século XVI, José de Acosta relatou que “até hoje o costume continua entre os índios, pois nas províncias do México, em vez de dinheiro eles usam o cacau, que é uma fruta pequena, e com isso compram o que querem” (Markham 2017, 189). Isso parece um precursor do fetichismo da mercadoria; antes mesmo da chegada dos invasores espanhóis, o valor do cacau já estava definido em

relação a outros objetos do mercado, e não apenas como consequência de seu valor de trabalho ou de uso⁴.

Os espanhóis também observaram como os indígenas valorizavam o cacau como um tributo e um bem comercial ao lado de outros itens preciosos e importantes. López de Gómara descreveu como o imperador asteca Moctezuma tentou apaziguar Cortés antes de sua chegada a Tenochtitlan, enviando-lhe um luxuoso presente de “dez pratos de ouro, mil e quinhentos cobertores de algodão, um grande número de perus, pão e cacau e um certo vinho que eles fizeram desses cacaus e centli [milho]” (López de Gómara 1554, 97). López de Gómara também relatou que os vassalos de Moctezuma lhe enviaram cacau como tributo, junto com ouro, prata, pedras preciosas e outros alimentos, todas coisas de valor que representavam a sua submissão ao imperador (López de Gómara 1554, 111v). Como forma de descrever a riqueza de Apoxpalón, o “comerciante mais próspero” e governante de Izancanac em Acalán, López de Gómara explicou que Apoxpalon havia sido escolhido por causa de seu “enorme comércio de terras, de algodão, cacau, escravos, sal, [e] ouro embora pouco e misturado com cobre e outras coisas” (López de Gómara 1554, 257v). Os informantes espanhóis de López de Gómara aprenderam que o cacau era economicamente valioso ao ver como os indígenas o valorizavam ao lado de outros itens que tanto os espanhóis quanto os indígenas valorizavam. López de Gómara então divulgou esse valor para seu público na Espanha.

Os espanhóis também aprenderam sobre outros valores do cacau com os mesoamericanos, incluindo a sua importância espiritual. Ao descrever os rituais pré-contato, que ele via como demoníacos, o frade franciscano Toribio de Motolinía descreveu as generosas oferendas que os mesoamericanos faziam, escrevendo que “eles compraram muitas rosas e frascos [*cañutos*] de perfume, cacau, que é outra bebida boa [*brebaje*], e frutas” (Motolinía 2014, 41). Motolinía descreveu como o cacau permaneceu uma oferta valiosa para homenagear os ancestrais falecidos sob o colonialismo, observando que “no lugar do vinho eles dão cacau” (Motolinía 2014, 75). Finalmente, os espanhóis aprenderam a apreciar o sabor e a experiência do chocolate dos mesoamericanos. López de Gómara descreveu como “a melhor, mais delicada e preciosa [*cará*] bebida que eles têm é feita de farinha de cacau e água. Às vezes eles misturam mel e farinha de outras leguminosas. Isso não intoxica, mas, ao contrário, é muito refrescante diante do calor e do suor” (López de Gómara 1554, 319). López de Gómara também descreveu o chocolate como uma boa bebida para os guerreiros porque não era inebriante (López de Gómara 1554, 312v). Esse elogio ao chocolate por suas qualidades sóbrias, em

⁴ Kathryn Sampeck discute o que acontece quando os dois sistemas monetários entram em contato. Ela explica “a diferença entre a forma geral do valor, que tem características semelhantes ao dinheiro, versus a forma monetária do valor”. (Sampeck 2019, 539). O uso do cacau aqui é uma forma geral de valor, na qual o valor do cacau é medido em relação a outros bens, em vez de servir como uma representação fungível de valor.

vez de intoxicantes, prenuncia a discussão sobre o pulque, cujo poder de embriaguez não era valorizado pelos espanhóis, principalmente quando os bebedores eram indígenas.

Pulque e fetichização étnica

Tal como acontece com o cacau e o chocolate, os espanhóis aprenderam sobre o valor e os usos do pulque dos povos indígenas. Eles aprenderam sobre a onipresença da bebida, com Bernal Díaz descrevendo “campos de maguey [*magueyales*], isto é, a partir do que eles fazem vinho” várias vezes ao longo de sua descrição da marcha dos invasores espanhóis em direção a Tenochtitlan em 1519 (Díaz del Castillo 2011, 153, 205, 388). López de Gómara observou a popularidade entre os nahuas de “aguamiel, ou seu vinho comum” (López de Gómara 1554, 319v). O chamado Conquistador Anônimo, provavelmente um membro das forças de Hernán Cortés, descreveu o “pulque, que é um vinho que eles bebem” e o “pulque, que eles tomam como vinho” (Motolinía 2104, 450, 461). Os espanhóis também aprenderam que o pulque pode ter boas e más qualidades ao observar o consumo indígena. Motolinía expressou sua compreensão das qualidades polivalentes do pulque, escrevendo que “[a]ntes do vinho ser cozido com algumas raízes que eles colocam nele, é claro e doce como aguamiel. Depois de cozida, torna-se meio espessa e cheira mal, e aqueles que se embriagam com ela, muito pior” (Motolinía 2104, 34). Motolinía voltou a esta ideia de pureza e poluição, descrevendo o processo de colheita do suco de maguey, escrevendo que “[e]ste licor então, como é tirado de lá, é como água de mel [*aguamiel*]: cozido e fervido no fogo, faz um vinho doce, puro [*limpio*], que os espanhóis bebem e dizem que é muito bom e muito substancial e saudável”. No entanto, ele ainda diz que quando é “cozido em uma jarra como vinho” ou fermentado, e quando “algumas raízes que os índios chamam de *ocpatli*” são adicionadas, ele fica mais forte e leva à embriaguez. Motolinía escreveu que “em sua gentileza, os índios usavam este vinho para ficarem muito bêbados, e para serem mais cruéis e bestiais. Este vinho tem mau cheiro, e piora o hálito [*el aliento*] de quem o bebe muito; [embora] na verdade bebido moderadamente [*templadamente*] é saudável e dá força” (Motolinía 2104, 232). Essa abordagem bilateral, na qual Motolinía reconhecia os valores bons e ruins do pulque, reflete as restrições pré-contato ao consumo do pulque discutidas acima, nas quais apenas algumas pessoas podiam consumir a bebida por causa dos perigos potenciais.

Enquanto os espanhóis celebravam o valor econômico e espiritual do cacau, bem como seus efeitos sobre o corpo, quando os espanhóis discutiam o pulque, eles se concentravam mais em seus efeitos físicos e qualidades potencialmente perigosas. Seu foco nos efeitos negativos do pulque reflete ideias sobre indianidade. É claro que os cronistas espanhóis associaram o pulque aos indígenas. Apesar de muitos residentes coloniais beberem pulque, incluindo descendentes de espanhóis e africanos, a bebida estava claramente ligada aos indígenas na mente dos espanhóis. A conexão com a indianidade

é óbvia na *Recopilacion de leyes de indias de 1691*, que descrevia a bebida como o “pulque, usado pelos índios da Nova Espanha”, alertando que “os índios da Nova Espanha usam uma bebida, chamada pulque, destilada do maguey, plantas que são muito benéficas para muitos efeitos, e ainda que [quando o pulque é] bebido com temperança pode ser tolerado, porque eles estão acostumados a isso, muitos danos ocorreram” (*Recopilación de Leyes de Los Reinos de Las Indias* 1973, 193). Como a bibliografia já mostrou, a bebida e a embriaguez estavam inextricavelmente ligadas a ideias sobre os índios na mente dos espanhóis. Essa conexão persistiu por muito tempo depois da conquista e em outros lugares além da Nova Espanha (Garrard-Burnett 2000; Earle 2014). Essa associação do pulque com os indígenas e a necessidade de controlar o seu uso ajuda a explicar por que o pulque não se tornou um fetiche da mercadoria; ele estava profundamente enraizado num lugar e num povo. Essa conexão com a indianidade também ajuda a entender porque o pulque se tornou um fetiche étnico. Quando os mexicanos dos séculos XIX e XX começaram a celebrar as origens indígenas do México, o pulque tornou-se um símbolo da identidade indígena. A forte ligação entre indígena e pulque foi fortalecida e narrativizada nos escritos dos colonizadores espanhóis.

O contexto europeu

Finalmente, devemos olhar para o contexto global, além da Mesoamérica, para entender como o chocolate e o pulque se tornaram fetichizados de maneiras tão diferentes. No século XVII, a Europa continuava o processo, iniciado com a viagem de Vasco da Gama em 1498, de integração mais direta na economia centrada no Oceano Índico, Oriente Médio e China. Os europeus admiravam a cultura asiática e consumiam avidamente novos produtos daquelas regiões, em parte porque queriam compartilhar da sofisticação dos consumidores asiáticos daqueles produtos (Schivelbusch 1993, 8). Em meados do século XVII, quando os europeus começaram a importar café do Oriente Médio e chá da Índia e da China, as importações regulares de chocolate começaram a chegar apenas algumas décadas antes, na primeira metade do século XVII. O açúcar que enriquecia essas bebidas já estava disponível na Europa há séculos, mas no XVII tornou-se mais abundante e acessível devido à produção de plantações coloniais, alimentada pelo trabalho de africanos escravizados. Assim, os europeus do século XVII tiveram maior acesso a novos produtos que revigoraram seus paladares e os fizeram sentir-se parte de uma comunidade global voltada para a Ásia e o Oriente Médio.

Que essas bebidas novas, amargas, quentes e estimulantes estavam ligadas nas mentes dos europeus fica evidente no tratado francês de Philippe Dufour de 1671, traduzido para o inglês em 1685, *The way of making of coffee, tea, and chocolate as it is used in most parts of Europa, Asia, Africa, and America, with their virtues* (Dufour 1685). Dufour coletou três textos de autoria europeia para fornecer uma descrição dessas bebidas recém-chegadas “cujo uso só foi conhecido recentemente entre nós, mas eles

se tornam mais famosos a cada dia... pelo uso frequente e diário que fazemos deles, e com um sucesso que não é menos maravilhoso do que lucrativo” (Dufour 1685, s/p). Os autores dos tratados sobre café e chá discutem explicitamente as origens asiáticas de seus objetos, escrevendo sobre um “certo feijão da *Arábia* chamado *Bon*, do qual fazem uma bebida denominada *café*, que até então era usada entre árabes e egípcios; e que hoje em dia é muito solicitado entre os ingleses, franceses e alemães” (Dufour 1685, 2-3). O tratado também oferece sugestões sobre como consumir essas bebidas, descrevendo como turcos e árabes tomavam café em ambientes sociais: “eles se divertem em suas conversas, em festas públicas ou recreações particulares, às vezes no intervalo de sete ou oito horas” (Dufour 1685, 17). O autor do tratado do chá também discute como “[o]s *chineses* o elogiam maravilhosamente e atribuem grande valor às virtudes e qualidades desta bebida, pois eles a usam noite e dia, e a apresentam como uma grande raridade para aqueles a quem oferecem” (Dufour 1685, 39). As seções sobre chá e café enfatizam repetidamente suas origens não européias e descrevem como e em quais contextos os orientais e asiáticos bebiam café e chá, como se pretendessem instruir seus leitores europeus sobre a maneira correta de consumir essas bebidas e como pensar sobre elas.

Entretanto, o tratado sobre chocolate incluído no texto de Dufour difere significativamente daqueles sobre chá e café. Como nos outros tratados, o autor discute as origens do chocolate, descrevendo como o “*Chocolate*, portanto, ou *Chocolatl*, é uma palavra indígena” e explica como os indígenas mesoamericanos dissolviam o cacau em água para fazer as bebidas de chocolate (Dufour 1685, 58). No entanto, ao contrário dos tratados sobre café e chá, a maior parte do tratado sobre chocolate trata do seu valor para a saúde e da maneira como ele influencia os humores. Discutindo as “partes gordurosas” do chocolate e seus efeitos nas “pequenas veias do fígado”, o tratado aconselhava moderação. Além disso, “se aquele que o tomar estiver bilioso e sujeito à melancolia, em vez de beber com água comum, use com ele água de endívia, ... mas aquele que está acometido por frieza no fígado e cheio de obstruções deve tomar o mesmo *Chocolate* com Água de *Ruibard*” (Dufour 1685, 112). O tratado de Dufour sugere que, embora os europeus tenham adotado o chocolate como parte de um complexo de novas bebidas que chegavam no século XVII, eles o entendiam de maneira diferente da que entendiam o café e o chá. Enquanto os europeus queriam participar da cultura asiática e médio-oriental bebendo chá e café, eles não estavam interessados em participar do que viam como a cultura indígena inferior das Américas. O livro de Dufour sugere que os europeus isolaram a ideia de chocolate de suas origens na Mesoamérica e que, enquanto todas as três bebidas passaram por processos de fetichismo da mercadoria, o chocolate passou pelo processo antes. Norton descreve como os europeus não apenas separaram o chocolate de suas origens mesoamericanas, mas de fato afirmaram ter civilizado a bebida; esse processo apagou as origens mesoamericanas e produziu o fetichismo da mercadoria (Norton 2006, 686, 691). O pulque, evidentemente, não foi incluído neste novo complexo

de bebidas. Mesmo que fosse possível para os europeus importar pulque, não havia razão para fazê-lo: os europeus já tinham vinho e, de fato, importavam a produção de vinho para as Américas. Embora os espanhóis nas Américas bebessem pulque, ele não substituía o vinho.

Fetichismos hoje

No final das contas, as duas formas de fetichização funcionam de maneira semelhante: a fetichização da mercadoria separou discursivamente o chocolate dos produtores mesoamericanos, de modo a tornar impensável que aspectos da cultura e economia europeias pudessem se originar na Mesoamérica. A fetichização étnica também serviu para separar discursivamente os indígenas mexicanos da economia capitalista – enquanto os produtores indígenas de fato participavam da obtenção de lucro vendendo pulque durante o período colonial, os cronistas espanhóis caracterizaram a bebida como algo que estava inextricavelmente ligado aos mexicanos indígenas e, como tal, era retrógrado, mesmo diabólico, e fora do reino da cultura e do comércio.

Nas últimas décadas, mudanças na forma como o chocolate é comercializado revelam as conexões entre mercadoria e fetichização étnica. Tornou-se popular para as empresas europeias e americanas anunciar as origens de seu chocolate, especialmente com referência à Mesoamérica. A empresa britânica *Green and Blacks*, desde 2005 uma subsidiária da *Cadbury*, tem uma barra de chocolate amargo chamada “*Maya Gold*”, descrita como “baseada em uma bebida tradicional de chocolate com especiarias de Belize, este rico chocolate amargo tem um toque de laranja, noz-moscada, canela e apenas uma pitada de baunilha” (“*G&B Organic Maya Gold 90g Bar*” s/d). Destes sabores, apenas a baunilha tem origem americana. Os chocolates *Lake Champlain* (uma empresa com sede em Vermont, EUA) apresentam-se como um “chocolate quente, orgânico, asteca, picante”, que convida os consumidores a “descobrir os ricos sabores do México antigo!”. Esses sabores mexicanos antigos incluem ancho mesoamericano e pimenta chipotle, bem como canela, originalmente da Ásia e importada pelos colonizadores (“*Spicy Aztec Organic Hot Chocolate*” s/d). O “*Aztec Spice Truffle*” da *Godiva* é um “ganache de chocolate amargo aromatizado com canela, baunilha e especiarias exóticas” (“*Gourmet Dark Chocolate Truffles, 24 Pc.* | GODIVA” s/d).

Esse foco nas origens mesoamericanas pode ser visto como uma tentativa de se afastar do fetichismo da mercadoria, na medida em que as empresas estão tentando voltar a atenção dos consumidores para as origens mesoamericanas do chocolate e possivelmente para inovadores e produtores do Sul Global. No entanto, ao fazer referência ao império asteca do século XV, esses produtos lembram um passado imperial remoto, distante do presente do consumidor com palavras como “exótico”. Talvez o rótulo *Maya Gold* seja uma referência aos maias de hoje, mas é mais provável que os anunciantes estejam pensando em reinos maias pré-contato. Essas empresas parecem estar

engajadas no tipo de fetichização étnica observada na comercialização do pulque, em que a produção de chocolate é romantizada com referências a um passado nebuloso e distante. Existem esforços para mitigar esse efeito; o site da *Neubaus* tem uma seção sobre “Chocolate Honesto” que descreve a sua fazenda de cacau em Guayaquil, Equador, os esforços para melhorar as condições de trabalho dos produtores de cacau e os esforços em direção à sustentabilidade. Empresas menores de comércio justo colocam essas questões no centro de sua mensagem. Por exemplo, uma empresa de chocolate artesanal [*bean-to-bar*] sediada na Geórgia, nos Estados Unidos, chamada *Xocolatl Chocolate*, enfatiza seu trabalho com produtores de chocolate da Costa Rica (“*Our Story Xocolatl Small Batch Chocolate*” s/d). De modo mais direto, organizações sem fins lucrativos mexicanas, como a *Cacao Mexico*, trabalham com produtores para promover técnicas de cultivo ambientalmente conservacionistas e garantir que os produtores mexicanos, muitos deles no estado indígena de Chiapas, sejam compensados de maneira justa (“*Cacao México*” s/d). Esses projetos díspares, com e sem fins lucrativos, representam tentativas de preencher a lacuna entre o trabalho e o consumidor e mitigar os efeitos da fetichização étnica e da mercadoria.

O fetichismo da mercadoria e a fetichização étnica estão intimamente relacionados, talvez como dois lados de uma mesma moeda, com raízes no período colonial. Os consumidores começaram a fetichizar tanto o chocolate quanto o pulque quando a Mesoamérica foi incorporada ao sistema capitalista mundial após a colonização espanhola, e essas formas de fetichização funcionam de maneira semelhante para distanciar o chocolate e o pulque de seus produtores. O fetichismo da mercadoria distancia o cacau de suas origens mexicanas e de seu presente no Sul Global; como o cacau só pode crescer dentro de 20 graus de distância da Linha do Equador, ele cresce apenas em partes da África, América do Sul e Pacífico Asiático. No entanto, as empresas que usam o cacau para fazer chocolate estão apenas começando a se referir às suas origens e à mão de obra que o produz. Da mesma forma, a fetichização étnica distancia o pulque do presente mexicano: quando ele é celebrado como um artefato do passado distante, é obscurecido por uma ideia romântica de mexicanidade que esconde a história colonial e neocolonial, bem como as histórias dos povos indígenas que vivem no México hoje. Assim, tanto o fetichismo da mercadoria quanto o fetichismo étnico servem para apresentar uma narrativa cuidadosamente elaborada que torna seus produtos mais palatáveis para os consumidores e aliena os criadores e produtores desses bens.

Referências bibliográficas

Boone, Elizabeth Hill. *Cycles of Time and Meaning in the Mexican Books of Fate*. 1st ed. Joe R. and Teresa Lozano Long Series in Latin American and Latino Art and Culture. Austin: University of Texas Press, 2007.

Bristol, Joan. "Health Food and Diabolic Vice: Pulque Discourse in New Spain." In *Substance and Seduction*, edited by Stacey Schwartzkopf and Kathryn E. Sampeck, 128–46. Ingested Commodities in Early Modern Mesoamerica. University of Texas Press, 2017. <https://www.jstor.org/stable/10.7560/313862.10>.

"Cacao México." s/d. Acessado em 05/11/2022. https://cacaomexico.org/?page_id=70&lang=en.

Corcuera de la Mancera, Sonia. *El fraile, el indio y el pulque: evangelización y embriaguez de la Nueva España (1523-1548)*. Historia. México D.F: FCE - Fondo de Cultura Económica, 2015.

Díaz del Castillo, Bernal. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España I*. Lingkua Historia. Barcelona: Editorial Linkgua, 2011.

Dufour, Philippe Sylvestre. *The Manner of Making of Coffee, Tea, and Chocolate as It Is Used in Most Parts of Europe, Asia, Africa, and America, with Their Vertues*. London: Printed for William Crook, 1685.

Earle, Rebecca. "Indians and Drunkenness in Spanish America." *Past and Present* 222, supplement 9 (2014): 89–93.

Garrard-Burnett, Virginia. "Indians Are Drunks and Drunks Are Indians: Alcohol and Indigenismo in Guatemala, 1890–1940." *Bulletin of Latin American Research* 19 (2000): 341–356.

Gaytán, Marie Sarita. "Drinking Difference: Race, Consumption, and Alcohol Prohibition in Mexico and the United States." *Ethnicities* 14, 3 (2014): 436–57. <https://doi.org/10.1177/1468796813484442>.

Godiva. "Gourmet Dark Chocolate Truffles, 24 Pc." s/d. Acessado em 02/01/2023. <https://www.godiva.com/24pc-dark-chocolate-truffles/14229.html>.

Green and Blacks. "G&B Organic Maya Gold 90g Bar." n.d. Acessado em 02/01/2023. <https://www.greenandblacks.co.uk/green-black-s-organic-maya-gold-90g-bar.html>.

INALI. "En El País, 25 Millones de Personas Se Reconocen Como Indígenas: INALI." n.d. Acessado em 20/12/2022. <https://www.inali.gob.mx/en/comunicados/701-2019-02-08-15-22-50.html>.

Keen, Benjamin. *The Life Of The Admiral Christopher Columbus By His Son*. 1934. <http://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.185547>.

Kicza, John E. "The Pulque Trade of Late Colonial Mexico City." *Americas* 37 (1980): 193–221.

La Prensa. "Repleto de Nutrientes, Curados de Pulque, Un Dulce Tormento". *La Prensa*. Publicado em 18/07/2022. Acessado em 12/11/2022. <https://www.la-prensa.com.mx/republica/repleto-de-nutrientes-curados-de-pulque-un-dulce-tormento-5509692.html>.

Lee, Lane. "Pulque's Comeback: 5 Best Pulquerias in Mexico City." *Chilled Magazine*. 13/07/2015. <https://chilledmagazine.com/pulques-comeback-5-best-pulquerias-in-mexico-city/>.

Lindt Canada. "Explore the Innovation of Lindt Canada." s/d. Acessado em 12/12/2022. <https://www.lindtusa.com/the-lindt-invention>.

López de Gómara Francisco. *Historia de Mexico : con el descubrimiento dela Nueva España, conquistada por el muy illustre y valeroso principe don Fernando Cortes, marques del Valle*. Anuers [i.e., Anvers, i.e., Antwerp, Belgium]: En casa de Iuan Steelsio, 1554. <https://link.gale.com/apps/doc/CY0103070673/SABN?sid=bookmark-SABN&xid=0d0812dc&pg=512>.

Markham, Clements R. *The Natural and Moral History of the Indies, by Father Joseph de Acosta: Reprinted from the English Translated Edition of Edward Grimston, 1604 Volume I: The Natural History (Books I, II, III and IV)*. Hakluyt Society, First Series. Taylor and Francis, 2017. <https://doi.org/10.4324/9781315555348>.

Marx, Karl. *Capital: A Critique of Political Economy* Volume I, Book I: The Process of Production of Capital. Chicago: Charles H. Kerr and Co., [1887] 1909.

McNeil, Cameron L. "Introduction," *Chocolate in Mesoamerica: A Cultural History of Cacao*. Maya Studies. Gainesville: University Press of Florida, 2006.

Motolinía, Toribio de Benavente de. *Historia de Los Indios de La Nueva España*. Barcelona: Editorial Linkgua, 2014. <http://ebookcentral.proquest.com/lib/gmu/detail.action?docID=3194205>.

Neuhaus. "About Us | Made in Belgium | Neuhaus Belgian Chocolate History." s/d. Acessado em 12/12/2022. https://www.neuhauschocolates.com/en_US/made-in-belgium/madeinbelgium.html.

Norton, Marcy. "Tasting Empire: Chocolate and the European Internalization of Mesoamerican Aesthetics." *The American Historical Review*, 111, no. 3 (2006): 660-91.

Norton, Marcy. *Sacred Gifts, Profane Pleasures: A History of Tobacco and Chocolate in the Atlantic World*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

Penca Larga. "Quienes somos" s/d. Acessado em 12/12/2022. <https://pencalarga.com/quienes-somos/>.

Recopilación de Leyes de Los Reinos de Las Indias. vol. 1. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica, 1973.

Rojas González, Francisco. "Estudio histórico-etnográfico del alcoholismo entre los indios de México". *Revista Mexicana de Sociología*, 4, no. 2 (1942): 113–114.

Sampeck, Kathryn E. "Cacao and Violence: Consequences of Money in Colonial Guatemala." *Historical Archaeology*, 53 3–4 (2019): 535–58. <https://doi.org/10.1007/s41636-019-00206-7>.

Schivelbusch, Wolfgang. *Tastes of Paradise: A Social History of Spices, Stimulants, and Intoxicants*. 1st Vintage Books ed. New York: Vintage Books, 1993.

Taylor, William B. *Drinking, Homicide, and Rebellion in Colonial Mexican Villages*. Redwood City: Stanford University Press, 1979.

Viqueira Albán, Juan Pedro. *Propriety and Permissiveness in Bourbon Mexico*. Trans. Sonya Lipsett-Rivera. English ed. Latin American Silhouettes. Wilmington, Del: Scholarly Resources, 1999.

Wright, Amie. "La Bebida Nacional: Pulque and Mexicanidad, 1920–46." *Canadian Journal of History/Annales Canadiennes d'Histoire* 44 (2009): 1–24.

"Xocolatl Small Batch Chocolate." n.d. Xocolatl Small Batch Chocolate. Acessado em 15/11/2022. <https://xocolatlchocolate.com/>.

Recebido: 08 de fevereiro de 2023

Aprovado: 12 de maio de 2023

Dossiê: A história das mercadorias no mundo pré-industrial:
potencialidades e limites de uma abordagem.

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2023.v29.39864>

**Escravos e Penhorados como “mercadorias” na África Central Antiga?
Sobre o Conceito de Alienação no Baixo Rio Congo (300 AEC – c. 1482)**

*Slaves and pawns as a “commodities” in Ancient Central Africa?
On the Concept of Alienation in the Lower Congo River (300 BCE – c. 1482)*

*¿Esclavos y peones como “mercancía” en la antigua África Central?
Sobre el concepto de alienación en el bajo río Congo (300 a. C. - c. 1482)*

*Marcos Abreu Leitão de Almeida**

<https://orcid.org/0009-0006-3386-7841>

RESUMO: O comércio de escravizados na história da África antiga é um tema controvertido na historiografia do continente. Por um lado, historiadores argumentam que estratégias escravistas e o comércio de gentes são práticas antigas no continente ao passo que outros pesquisadores sustentam que a comodificação de seres humanos só se tornou possível com a abertura do tráfico transatlântico de escravos. Recorrendo a evidências linguísticas produzidas a partir do método comparativo, este artigo sugere que a escravização é prática muito antiga entre as populações bantófonas do Baixo Congo, mas que não há evidências que sustentem a existência de um mercado de escravos na história antiga da região.

Palavras-chave: História da África; Escravidão; Linguística Histórica; Baixo Congo.

ABSTRACT: The slave trade in early African history is a controversial topic in the historiography of the continent. On the one hand, historians argue that slaving strategies is an ancient practice on the continent while other researchers maintain that the commodification of human beings only became possible with the opening of the trans-Atlantic slave trade. Using linguistic evidence based

* Marcos L. de Almeida atualmente realiza seu estágio de pós-doutoramento no Nicholas D. Chabreja Center For Historical Studies, Northwestern University. É Mestre História Social pela UNICAMP e Doutor em História da África pela Northwestern University. Realizou estágios de pós-doutoramento na UNICAMP, Univ. de Michigan e Harvard University. Publicou em periódicos de relevância internacional tais como o *Journal of African History* e *Azania: Archaeological Research in Africa*, entre outros. E-mail para contato: marcosrrs21@hotmail.com

on the comparative method, this paper suggests that enslavement is a very old practice among Bantu-speaking populations in the Lower Congo, but there is no evidence of a slave market in the ancient history of the region.

Keywords: History of Africa; Slavery; Lower Congo.

RESUMEN: La trata de esclavos en la historia del África antigua es un tema controvertido en la historiografía del continente. Por un lado, los historiadores sostienen que las estrategias de esclavitud y el comercio de personas es una práctica antigua en el continente, mientras que otros investigadores sostienen que la mercantilización de los seres humanos sólo fue posible con la apertura del comercio transatlántico de esclavos. Utilizando pruebas lingüísticas producidas a partir del método comparativo, este artículo sugiere que la esclavitud es una práctica muy antigua entre las poblaciones bantófonas del Bajo Congo, pero no hay pruebas de un mercado de esclavos en la historia antigua de la región.

Palabras clave: Historia de África. Esclavitud. Bajo Congo.

Como citar este artigo:

Almeida, Marcos Abreu Leitão de. “Escravos e Penhorados como “mercadorias” na África Central Antiga? Sobre o Conceito de Alienação no Baixo Rio Congo (300 AEC – c. 1482)”. *Locus: Revista de História*, 29, n. 1 (2023): 56-86.

Nos múltiplos relatos portugueses sobre as terras e os povos da África Central no século XVI, não foram poucos os que mencionavam, mais ou menos explicitamente, a antiguidade da escravidão na região. Já em 1508 Duarte Pereira dizia que no reino do Congo se poderia resgatar “alguns escravos,” embora “em pouca quantidade” (Pereira, 1991 [1505-1508], 134). Nos anos seguintes, a demanda portuguesa fomentou um intenso tráfico de seres humanos na região, acarretando Afonso I, rei do Congo, a reclamar com o rei de Portugal sobre os prejuízos que o comércio causava em seus domínios (Heywood 2009, 4; Thornton 2010, 42–45). Não obstante, viajantes europeus, sem dúvida interessados no comércio de almas, enfatizavam a naturalidade com a qual o trato era mantido pela população local. Duarte Lopes, por exemplo, escrevendo para o Rei de Portugal sobre as oportunidades que o tráfico de escravos oferecia na região, dizia que o tal comércio poderia se fazer “sem escrúpulos” e argumentava: “os escravos que si rescatan y venden alia entre los mismos gentiles, son sclauos tomados en las guerras que entre ellos hazen, y es la mas corriente moneda de aquellas partes (Lopes 1589, 515-516)”. Da mesma forma, falando sobre as

populações abundantes ao sul do reino do Congo, um relatório escrito em 1594 por jesuítas sobre a presença da companhia na conquista em Angola dizia que o comércio de escravos “há entre elles antiquíssimo e sempre usado, servindose de peças em lugar de dinheiro pera comprarem vestidos, e o mais que hão mister (Anônimo, 1594, 561).¹ Conquanto sejam argumentos interessados, tais declarações são ricos testemunhos sobre a utilização de seres humanos como mercadorias na África Central durante o século XVI. Eles sugerem que a mercantilização de escravos era na região um processo que em muito precedia o comércio Atlântico de escravos. Como, então, entender esse fenômeno?

A longa história da escravidão no reino do Congo é, sem dúvidas, polêmica e espelha a disparidade de opiniões que o tópico suscita entre historiadores do continente (Rodney 1966; Fage 1980; Cooper 1979). Por exemplo, Anne Hilton argumentou que os portugueses não apenas fomentaram a criação da instituição da escravidão na região durante o século XVI, como também intensificaram a prática nos séculos seguintes, um argumento que sem dúvida ecoa a hipótese de Walter Rodney segundo a qual a expansão europeia subdesenvolveu a África (Hilton 1985; Rodney 1966). John Thornton, por outro lado, recorreu a documentos escritos por europeus durante os séculos XVI e XVII para argumentar que líderes congolezes detinham o controle do comércio atlântico em suas terras e que seu engajamento no trato não corrompeu, pelo menos até 1665, os valores éticos que guiavam suas escolhas (Thornton 2004, 124). Quer dizer, a instituição da escravidão não era estranha à sua elite e, pelo contrário, era há muito praticada por centro-africanos. Porém, em livro clássico que trata da longa história da região, *Paths in the Rainforest*, Jan Vansina foi categórico ao afirmar que não há evidência de comércio escravo na África equatorial na história profunda do subcontinente, já que não há, segundo ele, evidência linguística para um “trade in people as commodities” (Vansina 1990, 94). E vai além: os termos que sugerem práticas escravistas, como ***-pikà** e ***-kódè**, só adquiriram seus significados (“escravo” e “prisioneiro de guerra”) a partir da formação de estados no Baixo Congo a partir do século XIV (***-kódè**) ou mesmo depois da abertura do comércio transatlântico de escravos (***-pikà**) (Vansina 1990, 155; Vansina 1989, 352).

Quero neste artigo rediscutir o problema a partir de novas evidências linguísticas com o intuito de redimensionar a história social da escravidão na África Central como um problema de

¹ O documento foi originalmente publicado pelo Padre Francisco Rodrigues em 1936 no Volume II do Arquivo Histórico de Portugal, mas seus nove capítulos foram compostos por ordem de Pero Rodrigues, que escreveu o primeiro. Não há informação direta a respeito da autoria do capítulo 5, citado neste artigo, razão pela qual optei por deixá-lo como anônimo.

longuíssima duração e não somente como uma questão ligada à formação de estados no século XIV ou à abertura do comércio Atlântico a partir do século XVI. Ao assim proceder, pode-se não apenas colocar sob nova perspectiva os frágeis testemunhos sobre o tema durante o primeiro século de contato com europeus, como também jogar luz sobre um velho problema historiográfico: é possível utilizar as evidências linguísticas para estabelecer uma cronologia para a commodificação de seres humanos na África Central?

A dúvida metodológica requer antes que analisemos certos paradigmas epistemológicos. Afinal, em seu clássico livro, Igor Kopytoff e Susanne Miers entenderam que a história antiga da escravidão no continente estaria para sempre perdida e, mesmo que se assim não estivesse, ela seria de todo modo desprovida de sentido (Miers e Kopytoff 1977, 66). Para os autores, a escravidão não era senão parte de um *continuum* de relações constituídas por parentesco e pertencimento, de um lado, e de “pessoas utilizadas como mercadorias (*chattels*)”, de outro. A escravidão, em outras palavras, era uma instituição através da qual líderes absorviam dependentes externos para múltiplas funções, eventualmente integrando-os às redes de parentesco locais (P-P Rey 1969, 415-20; MacGaffey 2008). Assim, para os autores, a escravidão na África antiga é completamente desprovida de historicidade, e a commodificação do homem uma questão dada, embora rejeitassem, *a priori*, a tese segundo a qual a escravidão e o tráfico interno surgissem na África apenas a partir de uma demanda exterior ao continente (Miers; Kopytoff 1977, 67).

A tese de Kopytoff e Miers mobilizava um conceito antigo segundo o qual a economia política da África era marcada pela acumulação incessante da força humana para gerar crescimento, uma vez que a terra, pela sua abundância, seria facilmente apropriada – ainda que Kopytoff, em particular, desse ao conceito uma dimensão política e cultural até então inexistente (Goody, 1963; Kopytoff, 1989, 46). Esse conceito, chamado de riqueza-em-pessoas (*Wealth in people*), guiou para muitos a forma como centro-africanos se engajaram com o comércio atlântico até o século XIX (Miller 1981; Vansina 1990; Schoenbrun 1998). Joseph Miller, por exemplo, viu na acumulação de pessoas, e na troca incessante de tais dependentes por mercadorias importadas pelo comércio Atlântico, o motor subjacente ao endividamento e dependência de elites centro-africanas ao capital mercantil europeu durante o comércio transatlântico de escravos entre os séculos XVI e XIX. Ao contrário de Kopytoff & Miers, entretanto, Miller argumentou que a riqueza-em-pessoas antes do início do mundo Atlântico operava em uma economia política pautada pela ideia de “dom”. Quer dizer, à medida em que as coisas detinham valor de uso, mas não valor de troca, o comércio era pautado por processos inerentemente sociais como a transmissão de heranças, a distribuição de favores, e o compartilhamento de objetos e alimentos (com a lógica subjacente segundo a qual o

receptor de hoje poderia muito bem ser o doador de amanhã) (Miller 1988, 42–62). Nesta lógica econômica, o escravo seria aquele que não poderia *dar* nada senão a sua própria subserviência, e líderes centro-africanos buscavam acumulá-los para aumentar seu séquito de seguidores, ainda que Miller sugerisse, *en passant*, que escravos poderiam ser repassados de mão em mão seguindo a lógica de uma economia do “dom” (Miller 1988, 51). Assim, na interpretação de Miller, nem as coisas, nem muito menos os homens e mulheres, poderiam ser vistos como “mercadorias” na África Central pré-Atlântica posto que careciam da qualidade mais marcante deste conceito: a sua total alienação (Miller 1988, 48–52; Appadurai 1988, 13–15; Patterson, 1982).

A crítica mais contundente ao conceito de riqueza-em-pessoas para a compreensão da política econômica da África central veio da antropóloga Jane Guyer (Guyer 1993; Guyer e Belinga 1995). Baseando-se em relatos de viajantes europeus e da coleção de objetos que adquiriram em suas viagens pela África Central, e que foram guardados no Museu Real da África Central em Bruxelas, Guyer mostrou que a dinâmica econômica da região não era bem compreendida pela lógica do “dom” e tampouco pela lógica mercantil. Afinal, o que se buscava não era *apenas* a *acumulação* de pessoas, como unidade básica de um trabalho abstrato comum em meio a um contexto de escassez demográfica, mas também a *composição* de uma riqueza baseada em dimensões qualitativamente diferentes. Como Guyer resume, “Wealth in people was a regime of quality as well as quantity” (Guyer 1993, 246). Nessa dinâmica, onde as pessoas eram valorizadas pela singularidade que apresentavam, o desenvolvimento da moeda e da mercadoria eram intimamente relacionados com a ideia de alienação, uma vez que, ao contrário do que sugere a teoria do dom, alienação era “the only way of accumulating assets without accumulating liabilities” (Guyer 1993, 257). Assim, o conceito de alienação era fundamental para garantir a lógica de crescimento de sociedades africanas, uma vez que pessoas e coisas poderiam livremente ser imobilizadas ou convertidas, inclusive aquelas que falharam em demonstrar qualquer singularidade na esfera pública e que poderiam ser, por conseguinte, dispensadas como escravizadas (Guyer 1993, 256). Ao contrário de Miller, portanto, Guyer sugeriu que “alienation was probably not a foreign idea introduced with the Atlantic trade” (Guyer 1993, 257).

Entender a historicidade do conceito de alienação de seres humanos na África Central se alinha a proposta mais recente de Miller em compreender a escravidão, no continente africano como de resto no mundo, como uma estratégia social em contextos históricos de rápida transformação (Miller 2009). Nesta estratégia, atores históricos em condição de marginalidade faziam valer seus interesses recorrendo a apreensão de estrangeiros e colocando-os a serviço de seus objetivos. Longe de ver a escravidão como uma instituição a-histórica, como a definição de

Kopytoff & Miers sugeria, Miller propôs que a escravidão tinha uma longa história no continente africano, começando com líderes de comunidades nômades que sacrificavam estrangeiros para reforçar, pela culpa, os laços que formavam na comunidade. À medida em que líderes ambiciosos recorriam a estratégias escravistas para amealhar as capacidades e energias de estrangeiros, eles inventavam novas formas de apreensão e cativeiro. Neste sentido, então, a alienação era parte inerente do processo de escravização na África Central Antiga, embora pouca ou nenhuma evidência tenha sido produzida para confirmar a tese (Almeida 2020a, 2020b).

Assim, o trabalho de Guyer e Miller abriram novos caminhos para que historiadores pensassem a economia política da África Central pré-Atlântica e a forma como atores históricos tais como caçadores, ferreiros, e camponeses construíram formas de pertencimento, e conceitos sócio-políticos, como etnicidade, maternidade, subsistência, e hospitalidade (Klieman 2003; Luna 2016; Stephens 2013; Schoenbrun 1998). O que resta ver, ainda, é a relação entre a vida comercial, escravização e comodificação que permanece como uma questão central não respondida pela historiografia.

É aqui que métodos interdisciplinares baseados na linguística histórica podem auxiliar o historiador. Como afirma Guyer, evidências linguísticas não são mais do que vestígios longínquos para se explorar a “matriz pré-colonial da comodificação,” mas “careful linguistic analysis does offer one piece of the larger reconstructive project”(Guyer 1993, 258).

Sobre os Vestígios Linguísticos: Árvores, Sons e Sentidos

Não existe melhor evidência para um historiador do que evidências linguísticas. Afinal, como bem afirma Joseph Miller, pessoas podem usar palavras para contar mentiras, “but the words they use to tell them, borrowed, modified, and invented in day-to-day conversations, cannot lie about what they thought important enough to dissemble”(Miller 2020, 8). De fato, as evidências linguísticas há muito são apontadas como cruciais para o ofício do historiador social que buscam na história das palavras, como afirmou Lucien Febvre, “capítulos exatos da história das ideias”(Febvre 1989, 208). E, em que pese o declínio da linguística histórica no século XX, as evidências linguísticas foram amplamente recuperadas e utilizadas como vestígios do passado por historiadores do continente africano que viam na reconstrução das palavras uma metodologia fundamental para superar os limites cronológicos e os silêncios dos documentos escritos por outsiders, mormente aqueles produzidos depois da expansão europeia a partir do século XVI (Ehret 1976; 2010; 2012a; Vansina 2006; Schoenbrun, 2018; Luna and Fleisher, 2018). Os vestígios

sociais que o uso e transmissão de determinadas palavras revelam sobre seus falantes, portanto, são importantes *demais* para que o historiador social ignore o potencial dessas fontes.

A linguística histórica oferece dois métodos fundamentais para o historiador: a classificação linguística e a reconstrução lexical. O primeiro método estabelece o grau de parentesco entre línguas contemporâneas. Ele estabelece o parentesco entre línguas modernas para compreender como um ancestral comum divergiu ao longo do tempo, formando o mosaico de línguas correlatas em determinada região do globo. Tais divergências decorrem do acúmulo de pequenas transformações ocasionadas por falantes e ouvintes à medida em que empregam e negociam os significados que aprenderam, enquanto crianças, de seus ancestrais. O efeito cumulativo dessas interações ao longo do tempo em cada dimensão do sistema linguístico (léxico, sintaxe, gramática, etc...) transforma o código linguístico utilizado, o que pode levar à criação de dialetos e à emergência de novas linguagens. Para entender este processo, linguistas e historiadores estudam línguas modernas em determinadas regiões através do método comparativo e modelam a relação histórica entre as variantes estudadas em uma árvore linguística. Cada “nó” desta árvore é compreendido como uma comunidade de fala chamada de “protolíngua”, quer dizer, uma comunidade que não deixou registros escritos e que pode ser reconstituída por inferência. Assim, quando reconstruímos a relação genética entre um grupo de línguas, nós também estabelecemos a existência histórica das sociedades que falaram essas línguas (Ehret 2010, 27). Uma árvore linguística também é objeto do historiador porque, como afirma David Schoenbrun, ela expressa uma relação de descendência genética cujos significados só podem existir na incessante rede social de uso e ação (Schoenbrun 2001, 4).

Uma vez estabelecida uma árvore linguística, a linguística histórica também fornece a possibilidade de reconstruir vocabulários para cada uma das protolínguas reconstituídas, permitindo ao pesquisador entender domínios semânticos pertencentes a diversas práticas sociais, como parentesco, tecnologia, instituições políticas, etc. (Ehret 2010, 29–32; Schoenbrun 2012; Geeraerts 2010). A reconstrução de uma raiz lexical é feita a partir de *regularidades* fonológicas e *padrões* semânticos encontrados em possíveis cognatos que historiadores descobrem em dicionários e documentos escritos nas línguas do mesmo grupo linguístico. A determinação da regularidade fonológica é fundamental para o processo de reconstrução lexical porque indica, com alto grau de confiabilidade, que certos reflexos lexicais (raízes ou morfemas) descendem de um mesmo ancestral comum (Mallory 2006, 50–52). Isto é, tais reflexos são cognatos e, portanto, permitem a reconstrução de uma protoforma.

Por exemplo, entre as línguas indo-europeias, uma língua como o português reteve o fonema /p/ ao passo que o inglês transformou o mesmo fonema para /f/. Assim, sabemos que palavras como “padre”, “peixe”, e “pé” em português são cognatas de “father”, “fish” e “foot” em inglês. De fato, todas descendem de raízes lexicais reconstruídas para o Protoindo-europeu: *pater, *pisk, *ped (Ver Tabela 1). Da mesma forma, as línguas do grupo Bantu no continente africano estão sujeitas a esta mesma regularidade. Sabemos que o verbo *-gakula* “Sacrificar, prestar tributos” em Ntandu, uma língua do leste do Baixo Congo, é cognato do verbo em Kisikongo *-vakula* porque a correspondência entre /g/ em Ntandu e /v/ em Kisikongo é regular, fato que é constatado quando se compara outros cognatos do mesmo grupo linguístico (p. ex. o par *-gáanga* em Ntandu e *-vanga* em Kisikongo, “fazer”) (Ver Tabela 2)(Almeida 2020). Nesse caso, podemos concluir que as palavras semelhantes em línguas vizinhas não podem ser explicadas por empréstimo ou por coincidência: sua regularidade fonológica só pode ser explicada porque tais palavras foram *transmitidas* de geração em geração (Labov 2007).

Tabela 1 - Comparação de três palavras indo-europeias

	*per- (“para”)	*ped-, *pod- (“Pé”)	*pisk- (“Peixe”)
Português	Para	Pé	Peixe
Espanhol	Para	Pie	Pez
Francês	Pour	Pied	Poisson
Alemão	Für	Fuß	Fisch
Inglês	For	Foot	Fish
Holandês	Voor	Voet	Vis

Tabela 2 - Comparação de três palavras em línguas do Baixo Congo

	*-pak- (“preencher”)	*-pang- (“fazer”)	*-pa- (“dar”)
Ntandu	-gak-	-gáang-	-gá-
Kisikongo	-vak-	-váng-	-va-
Punu	-βàγ-	-βáy-	-βáá-

Se a reconstrução fonológica de uma raiz lexical é um método há muito estabelecido, sua reconstrução semântica é tema controverso, posto que a capacidade de significação de homens e mulheres não obedece a regras gerais advindas do aparelho fonador humano (Sweetser 1991). Porém, nas últimas décadas, historiadores, linguistas, antropólogos tem chegado a um consenso sobre como a capacidade de significação do ser humano depende fundamentalmente da interação entre a inata capacidade cognitiva de sua espécie e a sua *experiência* histórica (Ortman 2000; Ortman

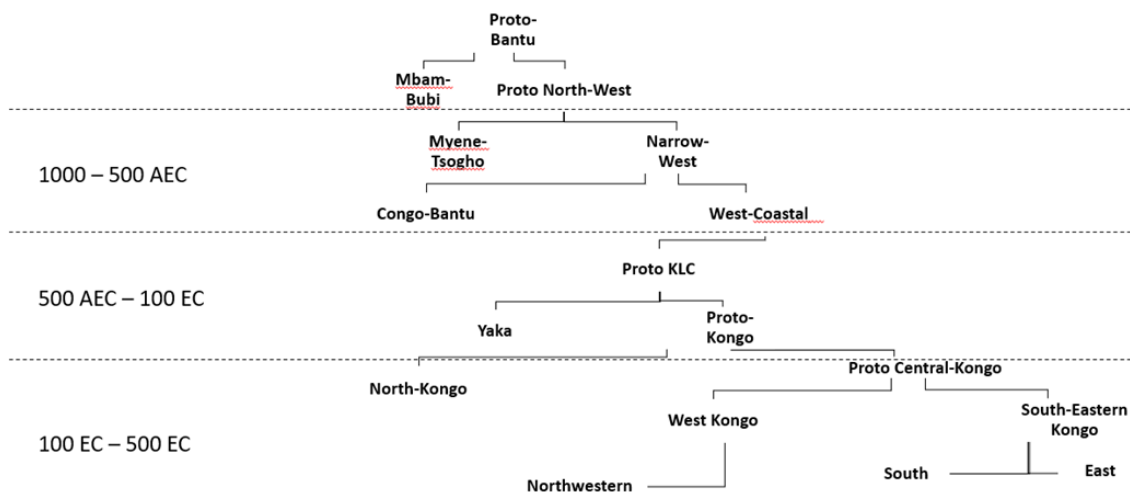
2011; Schoenbrun 2016). Assim, o significado não apenas é conferido pela arbitrariedade com que signos linguísticos se relacionam no interior de um sistema linguístico (como antônimos, sinônimos, etc...), conforme postulava o antigo estruturalismo Saussureano. Como agora se sabe, o processo de significação também é sujeito a alguma regularidade porque é *motivado* pelas experiências físicas de seus falantes (Rohrer 2010). Isto é, os significados derivam, via de regra, do significado mais básico para o mais abstrato. Por exemplo, em diversas línguas Bantu, o verbo para a ação prática de “comer” é também um verbo que significa “poder”, uma vez que falantes de diversas línguas desse grupo linguístico mapearam a experiência de destruir, consumir, crescer e transformar com a experiência que falantes tinham do conceito de poder (Schoenbrun 2012). Da mesma maneira, o substantivo para designar “neto” em Kisikongo, *ntékolo*, deriva do verbo “tekola”, isto é, “ramificar pela segunda vez” (Bentley 1895, 912). O processo de significação, assim, não é simplesmente uma projeção mental *sobre* o mundo, como se mente e corpo não se comunicassem, mas sim uma capacidade humana indissociável de sua presença (i.e., sua corporeidade, experiência e materialidade) *no* mundo, isto é, a experiência corporal é utilizada por seres humanos como um domínio básico através do qual significados, mesmo os mais abstratos, são construídos. A comparação não apenas de dicionários, mas de documentos etnográficos, são assim fundamentais para entender como determinadas expressões e palavras são *usadas* em determinadas línguas de um mesmo grupo linguístico (Luna; Fleisher; McIntosh 2012). Baseando-se em tais métodos, historiadores da África são capazes de traçar histórias não apenas de ideias, como diria Lucien Febvre, mas também de práticas, tecnologias, instituições sociais e políticas, bem como formas de subsistência e outros domínios semânticos. O método pode parecer estranho ao historiador porque ele elide o sujeito histórico que é, afinal, o grande protagonista da história humana. No entanto, ainda que o historiador do passado muito distante não consiga recuperar um determinado ato de fala em um espaço e tempo preciso, tais métodos sem dúvida são capazes de rastrear o *resíduo* de conversas, propostas e discussões a partir dos vestígios que tais debates deixaram na formação de novas palavras, das inovações morfológicas e semânticas que falantes do passado profundo resolveram legar, por uma razão ou por outra, a gerações futuras.

Isolamento, Dependência e Penhora entre Antigos Bantófonos

Portanto, para compreender a longa história das ideias em torno da alienação e escravização entre as populações do Baixo Congo é importante começar pelo contexto em que falantes das línguas bantas se dispersaram na África Equatorial. Conforme estudos baseados em evidências arqueológicas, linguísticas, e paleoclimáticas, antigos bantófonos aproveitaram as transformações

climáticas que abriram clarões na floresta equatorial no primeiro milênio AEC para se deslocarem do que hoje é o sul do Camarões, onde habitavam há muito, para ocupar regiões ao norte da floresta equatorial (Grollemund et al. 2015; Bostoen et al. 2015). Esse deslocamento, lento se levarmos em conta a perspectiva individual, mas relativamente rápido quando observado a partir do ritmo de divergências linguísticas no interior do grupo banto, fora motivado pelo reassentamento de novas gerações que migravam para o sul e deixavam para trás as vilas que um dia foram de seus pais (Vansina 1990, 55; Morin-Rivat et al. 2016). Em torno de 500 AEC, um evento climático abrupto causou a retração dramática das árvores que compunham o dossel florestal, formando um corredor de savanas que ligava o rio Sangha, ao norte, com o Lago Malebo, ao sul (Maley 2001; Garcin et al. 2018; Clist et al. 2018). A nova paisagem da África Central, bem como o espraiamento das populações bantófonas pela região, deu início a um período de prosperidade aos seus novos habitantes (Klieman 2003; Bostoen et al. 2015; Almeida 2020; Seidensticker et al. 2021). Com vilas estabelecidas em diversos pontos do território, e não raras vezes próximos a rios, os novos habitantes bantófonos criaram ampla rede de interações comerciais através das quais trocavam ferramentas, alimentos e conhecimentos, propiciando a rápida circulação da metalurgia, a propagação de novos alimentos mais resistentes e nutritivos, como o milhete e a banana, e o desenvolvimento de novas variantes dialetais que, com o tempo, se tornariam novas línguas bantas (Kahlheber; Bostoen; Neumann 2009; Kahlheber et al. 2014; Clist 2013; Klieman 2003).

Destaca-se neste período de rápido prosperidade e divergência linguística o surgimento de uma nova comunidade de fala que linguistas chamaram de *Kongo Language Cluster* (doravante KLC, ou, em tradução livre, *Grupamento Kongo*), que veio a ser a língua ancestral de todas as línguas modernas do Baixo Congo (Ver Figuras 1a e 1b) (De Schryver et al. 2015; De Schryver e Bostoen 2018). Esse novo ramo linguístico era, por sua vez, originário da comunidade bantófona que havia se estabelecido no lago Malebo em torno de 500 AEC. E, embora não seja possível datar com precisão o seu aparecimento, a nova variante deve ter surgido antes do primeiro milênio da Era Comum, posto que por volta deste período seus descendentes linguísticos já haviam se espalhado por diversos pontos do Baixo Congo há muito tempo (Almeida 2020, 103–6). As comunidades bantófonas, assim, ocuparam o Baixo Congo a partir de subsequentes migrações que tiveram início no lago Malebo e se estenderam até a costa Atlântica.



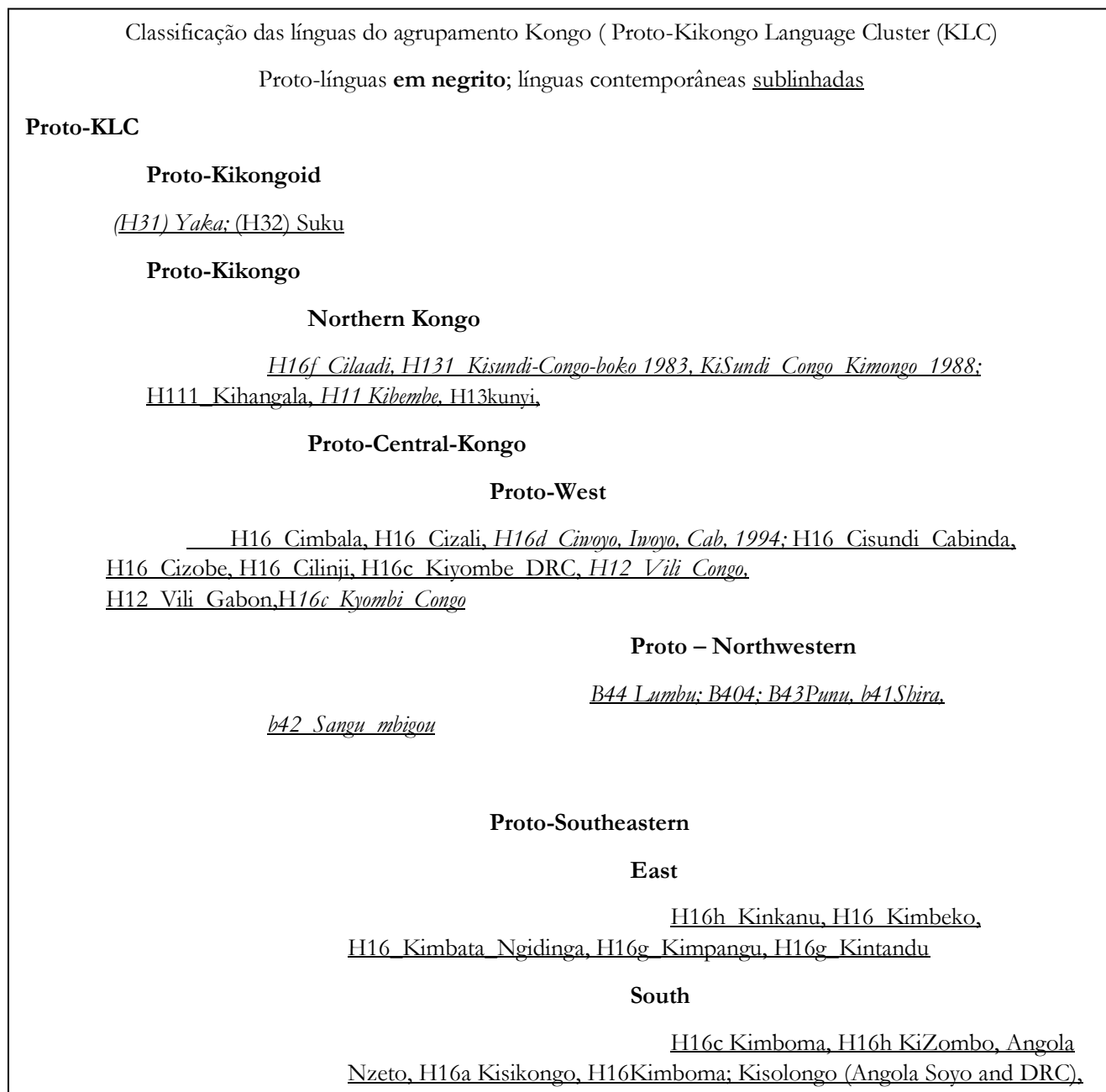


Figura 1a e 1b- Classificação Linguística das Línguas do Baixo Congo (Kongo Language Cluster, KLC)

O Baixo Congo já era há muito habitado por populações nômades e relativamente sedentárias, estas últimas provavelmente falantes de línguas Bantas de outros ramos linguísticos, quando descendentes do grupamento Kongo se estabeleceram na região (De Maret 1986; Denbow 2014; Denbow 2012). Entre esses descendentes, é importante destacar o aparecimento de falantes de um novo ramo linguístico, que pode ser chamado de Proto-Central-Kongo. Esse ramo veio a ser o ancestral de sub-ramos linguísticos que se estabeleceram na costa do Loango e na região ao sul do Rio Congo, que veio a se tornar, muito tempo depois, o centro político do reino do Congo

(De Schryver (G.-M.) et al. 2015; Almeida 2020). Com toda a probabilidade, os falantes de Proto-Central-Kongo eram os responsáveis pela tradição material chamada Kay Ladio (c. 30 – 475 d.C.), o que vale dizer, tais falantes viviam em vilas, eram ceramistas, e conheciam, produziam e manuseavam instrumentos de ferro (De Maret 1986; Clist, de Maret, and Bostoen 2018b; Maret, Clist, and Bostoen 2018).

Como se verá adiante, foi durante este processo de rápida transformação entre os bantófonos da floresta equatorial que as primeiras ideias sobre alienação de seres humanos começaram a aparecer. O que dizer, então, sobre a ideia de mercadoria humana? Por certo, evidências arqueológicas registram que itens como determinados tipos de conchas e pedras já eram trocados desde o início do primeiro milênio AEC ao sul do que hoje é o Camarões (Mbida 1995, 653). Porém, de acordo com Jan Vansina, as coisas não eram senão extensão de seus usuários, informadas que eram, e tão somente, pelo seu valor de uso (Vansina 2005, 29). Para o historiador, o primeiro conceito de propriedade e alienação é apenas visível na virada do milênio quando falantes de proto-Njila, ao sul do Baixo Congo, mobilizaram a raiz *-yéne para significar “proprietário por exclusão dos demais”, uma raiz que poderia ser ligada à lugares, coisas e pessoas, muito embora falantes de proto-Njila, ao utilizar o termo, também mantinham a relação intrínseca entre a coisa e a identidade do seu usuário, como acontecia com seus antepassados (Vansina 2005, 45–46).

Para historiadores da África Central Antiga, como Rhiannon Stephens, o argumento de Vansina requer evidências históricas mais precisas para escapar de modelos teóricos pré-estabelecidos, sejam estes marxistas ou evolucionistas (Stephens 2018, 404). E, de fato, ao rever as evidências linguísticas, é possível argumentar que a forma proto-Njila *-yéne não foi a primeira em que o conceito de alienação foi mobilizado entre as populações bantófonos. Christopher Ehret, por exemplo, sugeriu que falantes de um ramo ancestral da família Banto falado na África Oriental, Proto-Savana-Oriental, trocou o sentido do verbo *-gùla de “vender” para “comprar”, uma mudança de perspectiva na utilização do verbo (do “vendedor” para “comprador”) que só pode ser explicada por um contexto social em que tais atividades econômicas não eram mais abrangidas por um mesmo domínio conceitual, isto é, a “troca”(Ehret 1999, 80). Quer dizer, esta simples mudança semântica sugere a criação de uma atividade econômica impessoal em que mercadorias eram negociadas, e não apenas um jogo social em que presentes eram trocados. E, como afirma David Schoenbrun, ao refletir sobre a possível antiguidade da commodificação de pessoas na África Central:

Transfers of persons outside of pawning e marriage -- between households or institutional settings such as shrines-- may well be extremely ancient; certainly they are at least as old as the sorts of violence and ill-health that could produce exchangeable, socially dislocated persons (Schoenbrun 2006, 53-54).

Schoenbrun sugere assim que os contextos de comodificação de seres humanos são normalmente indissociáveis dos contextos de violência que produzem a vulnerabilidade do cativo. E posto que o vocabulário econômico é por demais vago e incerto para determinar em que momento pessoas poderiam ser comodificadas, é importante indagar sobre os momentos em que antigos bantófonos criaram formas arcaicas de escravidão, violência e de penhora para vislumbrar os momentos em que seres humanos pudessem ser vistos como “transferíveis”.

Assim, se levarmos em conta as evidências linguísticas, antigos bantófonos criaram formas de escravidão em três contextos históricos antes do ano 1000 da Era Comum: (1) no início do último milênio AEC, quando bantófonos antigos iniciaram sua migração pela África equatorial; (2) quando falantes de Proto-Kongo-Central, descendentes dos antigos bantófonos e localizados no Baixo Rio Congo, inventaram novas formas de violência em meio a contatos com antigos residentes da região entre 100 AEC – 500 EC; (3) e, finalmente, em torno de 600 EC, quando falantes de Pronto-Sudeste (Proto-Southeastern), descendentes de Proto-Kongo-Central localizados ao sul do Rio Congo, inventaram uma nova categoria de escravizados.

Analisemos o primeiro período quando, no início do primeiro milênio AEC, antigos bantófonos criaram o substantivo *-piká para expressar a ideia de “dependência extrema” e *-kódé para veicular a noção de captura e penhora. Tanto *-piká quanto *-kódé são reconstruções bastante conhecidas por historiadores. Porém, tenho argumentado que tais interpretações carecem de revisão (Almeida 2020; Almeida e FitzSimons 2022). Jan Vansina propôs que o termo *-piká havia sido criado no período em que a antiga comunidade proto-Bantu, o ancestral comum de todo grupo linguístico do mesmo nome, era falada ao sul dos Camarões há cerca de 4 mil anos atrás. Para Vansina, a raiz significava “dependente recém-chegado” posto que o termo supostamente derivava do verbo *-pik- “chegar”. De forma semelhante, a raiz *-kódé era igualmente antiga (i.e., já existia entre os falantes de proto-Bantu há 4 mil atrás) com o significado de “penhorado”. O termo fora reapropriado por líderes do Baixo Congo que, em torno do século XIV, mudara seu significado para “cativo de guerra” a medida em que seus líderes investiam em guerras para formar novos centros políticos. No entanto, uma análise baseada em todos os cognatos de ambas as reconstruções, bem como uma revisão de suas mudanças fonológicas de acordo com as atuais classificações linguísticas do grupo Banto, não confirma tais conclusões.

Para começar, a raiz *-pika era consideravelmente mais recente, sendo inovada por uma comunidade bantófona conhecida como Proto-Noroeste em torno de 700 AEC, quando alguns de seus falantes haviam se assentado ao norte da floresta equatorial. A etimologia do termo, através do qual podemos compreender como antigos falantes mobilizavam significados para construir novas categorias sociais, não deriva do termo *-píkà- “chegar”, como Vansina supôs, mas de *-pika, um obscuro verbo que expressava as ações “proibir, contradizer” e, mais literalmente, “colocar uma coisa em cima da outra” (note a diferença, nas duas raízes, entre a vogal fechada /i/ para a semifechada /ɪ/). Tal derivação etimológica, portanto, sugere um caminho distinto daquele proposto anteriormente (“chegar” □ “recém-chegado”) e oferece um indício importante para entendermos como antigos bantófonos construíram categorias sociais de dependência no passado distante. Afinal, o que surpreende na coleção de significados expressos nos cognatos do verbo *-pika é o conjunto de ações motivadas por aquilo que linguistas chamam de “dinâmica de força”, isto é, a projeção metafórica da relação física entre duas entidades (“uma coisa em cima da outra”) como relações sociais (“proibir”, “contradizer”, etc.) (Ver figura 2). Tal dimensão semântica, é bom lembrar, é extremamente comum na formação de sentidos. Basta mencionar que tanto português e inglês utilizam-na em formações simples na sua forma literal “ele está *submerso* (he’s *under water*)” ou em forma metafórica, “o país está *sob* lei marcial (the country is *under* martial law). Assim, em ambas as línguas, as preposições *sub* e *under* podem ser entendidas de forma literal (ex., debaixo d’água) ou metafórica (p.ex., submetido ao poder de outrem). No caso de *-pika, as motivações metafóricas derivadas da dinâmica de forças subjacentes ao verbo *-pika explica como antigos bantófonos categorizaram indivíduos em termos de “proibições, interdições” ou “suporte”, isto é, ações que pressupõem sujeitos em relação uns aos outros. De fato, em praticamente todas as línguas em que cognatos de *-pika foram encontrados, a raiz é tida como antônimo da raiz *-kúmú, que conceptualizava a liderança, a honra e o pertencimento individual dentro de uma comunidade (de Luna 2013). Assim, embora o termo não ignorasse que o sujeito categorizado como *-pika fosse de fato um ser humano (a raiz, afinal, utiliza os prefixos 1/2 que categoriza seres humanos nas línguas Banto), o termo sem dúvida expressava o isolamento e a ausência de direitos daqueles que não eram reconhecidos como pertencentes a uma comunidade.

Raiz: *-píkà (1/2) “dependente extremo, escravo”

Etimologia: derivação deverbal do verbo Proto-Bantu *-píkà. A pronúncia muda para *-fíkà entre os falantes de Proto-KLC.

Distribuição: 62 cognatos; exemplos:

North-West: Tsogo: ‘Mo-βeyà, escravo; Okande ‘movega, escravo; Viya: ‘mòvègà, escravo cativo, servo, lit. ‘apoio para a tocha dos brancos’

West-Coastal: Mbetè: ‘o-Yeèa, escravo’; Yaka ‘muhika, escravo’

Njila: Umbundu: ‘upika, escravo; ‘mubika, aquele que carrega’; Mbukushu, ‘escravo, indivíduo em completa submissão’;

Luban (Wide Eastern Bantu): Songe, ‘pika, bufika, escravo’; Luba-Lulua: ‘mufika, muhika’

Figura 2 - Raiz *-píkà (1/2) nas línguas do subgrupo Proto North-West

O segundo termo, *-kódè, surgiu no mesmo período em que antigos bantófonos se estabeleceram ao norte da floresta equatorial, por volta de 700 AEC. Como dito anteriormente, o termo é comumente traduzido como um “penhorado” *oferecido* por comunidades devedoras para aplacar ofensas ou sanar dívidas com seus credores (Vansina, 1990, 152–55). No entanto, uma pesquisa abrangendo a totalidade de seus cognatos não sustenta essa hipótese nem o argumento de que líderes no Baixo Congo alteraram seu significado para se referir a “cativos de guerra” durante as guerras de expansão no século XIV. De fato, embora a penhora de indivíduos seja frequentemente compreendida como uma transferência pacífica de dependentes dos endividados para os credores, o termo está claramente associado à aquisição violenta desses dependentes, sugerindo uma prática de captura *sancionada* por antigos povos bantófonos para sanar dívidas entre populações vizinhas (Almeida, 2020, 430–31). Basta para isso citar dois exemplos (Ver figura 3). Entre falantes de Kimbundu, em Angola, o cognato -kori significa uma “pessoa ou localidade que fica em poder do inimigo como garantia do cumprimento de paz”, ao passo que, em Bemba, no interior da África Central, o cognato -kole significa “pessoa capturada em um saque, mulher oferecida como oferta de paz” (Almeida, 2020, 430). O mesmo significado era utilizado no Baixo Congo até o século XVIII, o que descarta a sugestão de Vansina de que o termo havia sido modificado no século XIV no contexto das expansões políticas que deram origem ao reino do Congo (Caltanissetta 1970 [1691-1701], 31; Bentley, 1887). Não é o caso, e a resiliência semântica da raiz *-kódè oferece um poderoso testemunho da antiguidade de estratégias escravizantes na África Central.

Além disso, quando antigos bantófonos inventaram o termo, eles o fizeram de forma a focar no resultado da ação, isto é, no ato da captura violenta de outro indivíduo. Sabemos disso

porque a palavra é formada a partir de um radical (*-kód “tocar, apreender”) e um sufixo *-e, através do qual falantes de línguas Banto utilizavam para designar o *estado* da coisa ou pessoa como resultado de uma ação (Y. Bastin 1989). Ou seja, antigos bantófonos, no primeiro milênio AEC, desenvolveram uma categoria para designar um indivíduo aprisionado como um objeto inanimado e, portanto, desprovido de qualquer agência. Assim, sem ser simplesmente um “penhorado” ou um “cativo de guerra”, o termo *-kódè é melhor compreendido como um “cativo aprisionado para a sanar dívidas ou aplacar ofensas entre grupos vizinhos”.

Raiz: *-kódè (1/2) ‘penhorado tomado à força’

Etimologia: Inovação da comunidade Proto-Southeastern. Deriva de *-kód “tocar, prender” e é complementado pelo sufixo /*-e/

Congo Bantu: Ntomba: nkoli ‘prisonnier, otage’; Enya: lukole ‘Garantie pour un otage saisi de force’;

West Coastal: Teke-Mfumum: nkoli ‘captif’; Kimbundu: Kakori ‘pessoa ou localidade que fica em poder do inimigo como garantia do cumprimento do tratado de paz’; Luba-Lulua lukole: ‘a person of same village or family as the debtor who is held for the debt’

KLC: Kisikongo: nkole ‘captive’; Yombe: k’ole ‘pand, gage’; Kunyi: kodzi ‘prisonnier, rançon’

Figura 3 - Raiz *-kódè nas línguas do subgrupo Proto North-West. Fontes: Van Gheel (1652); Mamet (1955), Bittremieux (1927); Lumwamu (1974); De Jonghe (1949); Assis Junior (194-); Culloch (1911); Morrison (1906);

As inovações dessas raízes assinalam, assim, dois tipos de distinção social que revelam novas formas de dispensabilidade e aquisição de dependentes durante o último milênio AEC. Elas sugerem também a antiguidade de um conjunto de significados em torno de alienação, captura, vulnerabilidade através das quais antigos bantófonos mobilizavam em conflitos *entre* vilas e *dentro* delas. Porém, ainda que a alienação estivesse sem dúvida presente no significado de ambos os termos, nenhuma evidência inequívoca pode ser encontrada sobre a existência de um tráfico de seres humanos.

Após o surgimento e dissolução da comunidade de fala Proto-KLC no final do último milênio AEC, seus descendentes desenvolveram novas línguas afiliadas que vieram a ocupar o Baixo Congo. Porém, a região há muito era ocupada por fabricantes de instrumentos de cerâmica da tradição Ngovo, com as quais certamente mantiveram contatos em formas de troca e, talvez, comércio (Almeida 2020, 93; Clist, De Maret, and Bostoen 2018a, 50). Uma das novas variantes linguísticas do ramo KLC, que chamamos de Proto-Central-Kongo, se tornou o meio de

comunicação mais utilizado imediatamente ao norte do rio Congo. Não há como saber exatamente quando Proto-Central-Kongo veio a ser falado, mas, a julgar pela correlação entre os dados linguísticos e arqueológicos, estima-se que a comunidade de fala veio a existir entre os séculos I e V da Era Comum. Neste período, os falantes adotaram duas palavras importantes que indicam como as práticas beligerantes e estratégias de alienação de seres humanos foram renovadas em um contexto politicamente e socialmente diverso, onde a aquisição de estrangeiros era, não apenas perfeitamente possível, mas socialmente desejável (Clist, De Maret, and Bostoen 2018b, 443).

O primeiro termo é *-saanza (Figura 4). A mudança fonológica e a ampla distribuição deste verbo por todas as línguas dos ramos Kikongo e Yaka são testemunhos de sua antiguidade: o verbo era certamente conhecido pelos falantes de Proto-KLC quando estes habitavam o lago Malebo para se referir às ações de "espalhar", "dispersar" e "colocar desordenadamente". No entanto, as pessoas que falavam Proto-Central-Kongo alguns séculos depois tomaram esta mesma raiz para inventar um novo sentido: "pilhar". De fato, em todas as línguas que descendem da variante proto-Central-Kongo, a raiz está associada à agressão organizada de uma unidade política autônoma à outra. Por exemplo, em Solongo, uma língua pertencente ao sub-ramo Kongo Meridional (Kongo-South), a associação entre saque e adoção sugere que a aquisição de estrangeiros estava em evidência quando os falantes usavam a raiz. Assim, ao empregar o vago significado “dispersar as coisas” em um contexto de conflito interpessoal, os falantes de Central-Kongo recorreram a experiência sensorial de espalhar objetos para enquadrar, metaforicamente, a ação de produzir caos social, sugerindo a invenção de uma técnica de agressão organizada contra outras vilas.

Raiz: *-saanza ‘Saquear Vilas’

Etimologia: Inovação semântica do ramo Proto-Central-Kongo através de uma extensão metafórica de um verbo do período KLC *-saandza ‘Espalhar, desarrumar’

Kikongoid: Yaka, sáándzá: ‘éparpillar, mettre en desordre’

North KK: Laadi: sàansàlà ‘en desordre’

East KK: Ntandu: sanza, sansa ‘sanza gata, “raffler tout dans la village, pillar, butiner’

South KK: Kisikongo: sanza ‘To despoil, plunder’; praedor, rapio; Solongo: sansa ‘adopter, prendre pour fils’

West KK: Yombe, sáánza: ‘pillar, dépouiller, détruire, sanza buala ‘plunder villages’; Kakongo: sanza, s’emparer qq chose; senza ‘prendre terre’ Ibinda: usanza “to plunder, to depopulate”

Northwestern KK: Vili: sanza ‘Capturer’; Punu: usáánzá ‘chasser, expulser’; Isangu *usaandze* ‘to laugh at, to make fun of’

Figura 4 - Raiz *-saanza nas línguas KLC. Fontes: Van Gheel (1652); London + Besançon (1772+1773); Missão Evangelica d'Angola (s.d.); Butaye 1909; Bentley 1897; Mazunga (2015); Derouet (1896); Bittremieux 1922-7, Anon (1890); Ruttemberg (2000); Jacquot (1982); Polis (1938); De Grauwe (2009); Blanchon (2009); Visseq (1890).

Da mesma forma, os falantes de Proto-Central Kongo também inovaram uma segunda palavra que ligava a aquisição de estrangeiros a disputas morais entre diferentes comunidades, que pode ser reconstruída como *-ivi (7/8) (Ver figura 5). Esta raiz, pouco conhecida, está distribuída de forma desigual em todos os idiomas do Baixo Congo. A correspondência fonológica entre os cognatos é regular, o que significa que os falantes aprenderam e transmitiram a palavra durante um longo período de tempo. No século XVII, o missionário belga Joris Van Gheel havia registrado o substantivo como *qúyui* “pignus [peão, penhorado]” em seu dicionário. Da mesma forma, os dicionários dos séculos XIX e XX de diversas variedades faladas na região registraram cognatos semelhantes que mantiveram a ideia de que o termo significava uma pessoa penhorada, embora em uma ocorrência o termo também significasse “refém de guerra”.

Raiz: *-ivi (7/8), “penhorado [coisa roubada?]”

Etimologia: derivação deverbal do verbo Proto-Bantu *-jib- ‘roubar’

South KK: Kisikongo: ‘kiui, pignus; kivi, gage’

West KK: Yombe: ‘kivi’; Cabinda (“Fiote”): kivi; West (Laman): ki-ivi “gage, otage de guerre, garant”

Northwest KK: Vili: tSifi “Gage”;

Como vimos, a prática era antiga entre as comunidades bantófonas, que utilizavam a palavra *-kódè para se referir a penhorados desde o milênio anterior (Douglas 1964; Falola e Lovejoy 1994; Lovejoy e Falola, 2003). Porém, a invenção de um sinônimo pode ser compreendida a partir da importância e recorrência com que determinado objeto ou prática adquiriu entre os falantes de determinada língua. Que tais práticas estavam sendo praticadas durante o tempo da comunidade proto-Kongo-Central é sugerido pela invenção, no mesmo período, do verbo *-simbisia “penhorar”, ou literalmente, “causar a penhora”. O verbo *-simba, que significa “cessar, reter” é um termo muito antigo nas línguas bantas. No entanto, ao acrescentar o sufixo *-ici, os falantes do Kongo Central transmitiram a ideia de causatividade indireta, ou seja, os falantes tornavam claro que o devedor era, em última instância, *obrigado* a constringer e empenhar um de seus próprios. A invenção do verbo *-simbisia convencionava, assim, a obrigação ideológica e moral de ajustar contas no antigo Baixo Congo entre duas partes diferentes.

Como o antropólogo John Janzen destaca, a penhora forçada de um indivíduo era uma forma de reivindicar justiça no Baixo Congo (Janzen, 1982, 76). A etimologia do *-ivi ressalta a crescente necessidade de liquidar dívidas e ofensas, mas também indicava que a disputa legal poderia ser resolvida através do sequestro, e não simplesmente pela mera obrigação moral da penhora. Os falantes de Kongo-Central, afinal, derivaram a palavra usando a velha noção de *-jīb- "roubar". Ao fazer isso, eles usavam os prefixos nominais disponíveis em suas línguas para acrescentar um prefixo de classe 7 (que categoriza, entre outros domínios, os utensílios e ferramentas) para entender *-ivi como uma *coisa* viva (Katamba 2003). A palavra assim expressava a ideia de uma "coisa roubada", um indivíduo sem agência reconhecida que era tomado unilateralmente pela parte ofendida como um penhorado, um ato cuja violência levou os dicionaristas europeus a definir a palavra como um "refém de guerra". Assim, o surgimento desta nova raiz pode ser tomado como evidência de novas dinâmicas econômicas na região, sugerindo o aparecimento de credores e devedores, estabelecendo assim hierarquias não apenas dentro de linhagens e vilas, mas conflitos *entre* essas unidades sociais. Nestes conflitos, a posse sobre um indivíduo sem agência era transferida de uma comunidade à outra de forma completa (Douglas 1964).

Mais tarde, durante os séculos V e VI, a comunidade Proto-Sudeste, que descendia da comunidade Proto-Kongo-Central e habitava o norte de Angola, inventou pela primeira vez um termo de desprezo através da qual rotulavam forasteiros escravizados: *-pũmbũ (ver figura 6). Seus cognatos aparecem dispersos entre as línguas da região. Além disso, as mudanças fonológicas da primeira consoante (/ *p /) são consistentes com a correspondência regular entre os diferentes idiomas do subgrupo. Juntos, a distribuição e a regularidade da correspondência fonológica sugerem fortemente que falantes de Proto-Sudeste (*Southeastern*) inovaram este substantivo para rotular os indivíduos com o significado comum a todos os cognatos encontrados em idiomas modernos: "selvagem, ignorante, escravo".

Falantes de Proto-Sudeste inventaram o termo, mas ele circulou amplamente na região. Primeiro porque os idiomas do alto rio Congo retiveram a palavra para se referir a "escravos", sem dúvida em um contexto onde os agentes do tráfico de escravos espalharam o uso da palavra a medida em que buscavam escravos entre mercadores do lago Malebo, no interior. Segundo porque esta raiz também foi transferida para Kimbundu, onde foi pronunciada como *mumbumbu*, "ignorante, rude, um homem sem maneiras" (Assis Junior 1940, 382). Existem dois cenários diferentes que explicam este empréstimo linguístico. O aparecimento da raiz /-bumbu/ em Kimbundu pode sugerir que *-pũmbũ já havia sido tomado de empréstimo por seus ancestrais

antes que a mudança fonológica (*p>b) houvesse ocorrido em Kimbundu. Alternativamente, os falantes de Kimbundu tomaram esta palavra em um período posterior, acomodando as características fonológicas de seus vizinhos linguísticos ao som mais natural em sua própria língua, ou seja, a consoante /b/ (Crowley and Bower 2010, 24–25). De qualquer forma, esta situação é testemunho da importância que o termo adquiriu na longa história da região.

<p>Raiz: *-pumbu (1/2) ‘escravo, ignorante, selvagem’</p> <p>Etimologia: Inovação da comunidade Proto-Southeastern. Etimologia incerta. Empréstimo para os falantes de Kimbundu e para as línguas C no alto Rio Congo</p> <p>Proto-Southeastern:</p> <p style="padding-left: 40px;">East: Ntandu: nguumbu “eslave”;</p> <p style="padding-left: 40px;">South: Kisikongo: mvumbu ‘Being the name of a remote up-country tribe it has come to be used as a general term of contempt towards strangers, “bushman, stupid fellow, slave,”; tsotso: nhuumbu ‘escravo’</p> <p style="padding-left: 40px;">Línguas vizinhas: Kimbundu: mumbumbu ‘Rude, Grosseiro, Homem sem educação’; C language: pumbu ‘eslave’</p>
--

Figura 6 – Raiz *-pumbu

Sources: Bentley 1887, Butaye 1909, Polis 1938, Leitão de Almeida 2017; BLR3; Assis Junior (194-)

Como podemos desvendar o significado de *-pumbũ durante o período em que foi inventado, quer dizer, a segunda metade do primeiro milênio EC? A raiz se refere pejorativamente aos costumes e formas de ser daqueles que eram considerados estrangeiros para seus falantes. De fato, suas definições estão cheias de adjetivos porque o sufixo /-u/ sugere que a palavra é um substantivo de qualidade (próximo a um adjetivo das línguas do protoindo-europeu) (de Luna 2013, 139). Embora a etimologia ainda não esteja clara, o substantivo pode ser derivado do verbo *-pumb, “procurar, pedir”. O uso do sufixo /-u/ na raiz sugere que os falantes de Proto-Sudeste criaram um novo conceito para qualificar o indivíduo que vivia do comércio itinerante. Tal derivação se encaixa nas primeiras descrições sobre os “pombeiros”, palavra usada em documentos escritos em português após o século XVI para referir a escravos usados como mercadores no interior. Mas, de forma ainda mais significativa, a raiz acrescenta novas perspectivas sobre o que os próprios falantes de línguas do grupo KLC procuraram alcançar ao empregarem a palavra. Afinal, a invenção de um termo pejorativo sugere que as comunidades do sudeste do Baixo Congo se orgulhavam de uma superioridade que negavam ao estrangeiro, embora não tivessem problemas em empregar suas habilidades. Incorporar as capacidades do estranho enquanto humilhavam seu isolamento sugere, assim, a antiguidade de um discurso que estabelece uma diferença entre o interno e o externo (Glassman 2018). Em outras palavras, o termo ajudava falantes de Proto-Sudeste a traçar limites, limites carregados de noções sobre quem era civilizado e quem era

“bárbaro”, e conferia a seus falantes uma superioridade que era negada aos forasteiros compreendidos como *-pũmbũ.

Conclusão:

A história de vestígios linguísticos na forma de raízes lexicais diz muito sobre as transformações econômicas e políticas pelas quais seus falantes passaram. Sabemos, pelo trabalho de muitos historiadores, que o tráfico transatlântico de escravos tornou intercambiáveis palavras como “negro”, “escravo” e “peças”: palavras de escravização, racialização e comodificação sem as quais a história atlântica seria impossível de contar (Marcocci 2011). Essas palavras foram criadas em diversos momentos, e sabemos quanto uma palavra como “escravo”, por exemplo, é capaz de nos revelar sobre o contexto medieval em que ela foi criada (Kahane e Kahane 1962). Entre os povos do Baixo Congo não é diferente: de fato, em períodos em que as fontes escritas não alcançam mais do que 500 anos, a história de palavras, seus sons e, sobretudo, seus sentidos, é fundamental para que possamos entender a história social e intelectual da região.

Este artigo utilizou evidências linguísticas para responder se a escravização e existência de um mercado de escravos tinham, no Baixo Congo, uma longa duração. As evidências discutidas geraram uma série de hipóteses que podem ser desenvolvidas no futuro à medida em que novas descobertas arqueológicas e linguísticas sejam feitas. A mais importante de todas é que a alienação, enquanto um processo central em práticas escravistas, tem uma longuíssima história na África Central. De fato, palavras como *-pikà, *-kódè, e *-ivi contém em sua morfologia sinais claros de que falantes de diversas línguas Banto entre 700 AEC e 500 EC criaram novos status sociais que apontam para a importância da alienação na produção de novas subjetividades. As duas primeiras palavras foram criadas em um contexto de rápida transformação na paisagem ocasionada por uma profunda mudança climática, o que, por sua vez, permitiu o espraiamento de línguas bantu na África Equatorial, a circulação de novas formas de subsistência e o aparecimento e aumento de novas vilas. A raiz *-ivi surgiu em um momento em que falantes de Proto-Kongo-Central estavam em pleno contato com outras comunidades residentes do Baixo Congo. Tais inovações lexicais, portanto, reforçam a sugestão de Jane Guyer de que a alienação de seres humanos não era uma ideia inventada no contexto da abertura do comércio com o Atlântico no século XV em diante.

A história da palavra *-pikà, neste sentido, é muito clara. Por um lado, a etnografia comparada sugere que a atribuição do status implicava o completo desenraizamento do indivíduo categorizado como tal de sua terra natal, o que é ainda reforçado pelo fato de que a categoria *-pikà era o antônimo de *-kúmú, através da qual antigos bantófonos conceptualizavam a noção de

honra como inseparável da ideia de pertencimento (Iliffe 2005). Por outro lado, é inegável que falantes antigos de línguas Bantu na floresta equatorial jamais deixaram de reconhecer que aqueles denominados como *-pikà preservavam a sua humanidade, posto que o termo era utilizado a partir da classe 1/2, justamente o prefixo nominal que categorizava seres humanos. Do ponto de vista histórico, tal ambiguidade só pode ser compreendida a partir dos limites que aqueles que detinham o poder senhorial se defrontavam em uma sociedade em que os meios de coerção e controle eram ainda muito reduzidos. Mesmo assim, é possível observar mudanças nas relações entre *-kúmú e *-pikà na África Central antes do século XV. Por exemplo, na depressão de Upemba, falantes de uma língua banto chamada Proto-Luba muito provavelmente sacrificavam escravizados para honrar e servir membros da elite. Neste caso, a alienação, enquanto conceito, era total e o escravizado era completamente convertido em um bem de prestígio social para a manutenção da ordem (Almeida 2020).

Os dados linguísticos existentes, porém, sugerem um processo mais ambíguo para a commodificação e a ampla comercialização de seres humanos na região. Antropólogos como Igor Kopytoff e arqueólogos como Timothy Taylor tem sugerido, cada qual ao seu modo, que o processo de commodificação de um indivíduo prefigura, ou mesmo antecede, a commodificação das coisas (Taylor 2005). Não é outra a razão pela qual Taylor foi categórico ao afirmar que a escravidão era a forma original da ideia de propriedade. David Schoenbrun, por sua vez, sugeriu que historiadores poderiam ver nos contextos de intensa violência entre grupos um período em que a comercialização de cativos podia florescer. Porém, não há, como Vansina notou, um conjunto vocabular que dê provas inequívocas da existência de um mercado de escravos na floresta equatorial antes do ano 1500 EC, ainda que, na África Central antes da virada do milênio, e no Baixo Congo até 500 CE, falantes de línguas bantas criaram diversos conceitos para rotular a existência de escravizados que deixavam claro a existência de ideias de alienabilidade em contextos de violência em suas sociedades (Almeida 2020).

Mesmo assim, este artigo sublinha a importância de estudos interdisciplinares para aprofundar debates sobre a escravidão na África Central e, mais especificamente no Baixo Congo. De fato, esta abordagem coloca de lado antigas questões sobre se os africanos conheciam a "instituição da escravidão" antes do contato com os europeus para levantar uma questão mais interessante: que formas de escravidão surgiram como resultado de estratégias sociais promovidas por agentes que procuravam provocar mudanças sociais a seu favor, em contextos específicos? Quando encaradas à luz desta questão, as categorias sociais que os europeus encontraram na área, e que podem ser linguisticamente reconstruídas, não são meramente uma hierarquia sincrônica de

escravizados, mas um conjunto de rótulos sobre escravização, penhora e alienação com *temporalidades* distintas, através dos quais agentes sociais promoveram processos de mudança ao longo da história do Baixo Congo.

Tal perspectiva de longa duração sem dúvida é fundamental para entender a história da escravidão no famoso Reino do Congo a partir do século XIV (Thornton 2018). Após sua expansão—e posterior engajamento com a demanda externa de escravizados por agentes do comércio Atlântico – a elite congoleza criou palavras para rotular os diferentes indivíduos que estavam sendo capturados em guerras por todas as fronteiras do Reino - ou sendo trazidos como cativos por longas rotas de comércio que ligavam Mbanza Kongo com o interior do continente. Quando o Reino implodiu no século XVII e o comércio de escravos atingiu um número sem precedentes, falantes das línguas do reino, como Kisikongo e Solongo, resignificaram estas categorias, colocando-as ao lado de uma nova série de categorias para escravizados. Juntos, estas palavras criaram sistemas de classificação que refletiram e ajudaram aos falantes de línguas do *grupamento Kongo* a dar sentido aos níveis impressionantes de violência, guerra e insegurança que marcaram a região nos séculos 18 e 19. Esta história, no entanto, deve ser objeto de outro artigo.

Quando levamos em consideração a longa genealogia dos conceitos de escravidão na região, fica claro que os relatos de europeus que visitaram a região no século XVI, e que foram analisados por John Thornton, merecem crédito a despeito do óbvio interesse que seus propositores mantinham sobre o tráfico de almas na região. A linguagem da escravidão e da dependência no Baixo Congo é de fato um antigo labirinto de categorias de diferentes períodos e, embora não sejam evidências conclusivas, elas sugerem fortemente a antiguidade do conceito de alienação na África Central.

Bibliografia:

Almeida, Marcos Abreu Leitão de. “Speaking of Slavery: Slaving Strategies and Moral Imaginations in the Lower Congo (Early Times to the Late 19th Century).” Evanston, IL: Northwestern University, 2020.

_____, e William FitzSimons. “Early Slavery in Bantu and Nilotic-Speaking Africa:

The Evidence from Historical Linguistics.” In *Oxford Research Encyclopedia of African History*. Org. Thomas Spear, New York: Oxford University Press, 2022. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190277734.013.842>.

_____. “Slave Sacrifices in the Upemba Depression? Reinterpreting Classic Kisalian Graves in the Light of New Linguistic Evidence”. *Azania: Archaeological Research in Africa* 55, 4, (2020): 421–38. <https://doi.org/10.1080/0067270X.2020.1841965>

Anon. História da Residência dos Padres Da Companhia de Jesus em Angola, e Cousas Tocantes ao Reino e Conquista, em *Monumenta Missionaria Africana* (vol. IV), org. António Brásio [e Miguel Jasmíns Rodrigues]. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011. CD ROM

Appadurai, Arjun. “Introduction: Commodities and the Politics of Value.” Em: *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*, Arjun Appadurai, 3-63. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511819582.003>

Assis Junior, A. de. *Dicionário Kimbundu-Português, Linguístico, Botânico, Histórico e Corográfico. Seguido de Um Índice Alfabético Dos Nomes Próprios*. Luanda: Argente, Santos & Ca, 1940.

Bastin, Y. "Les Déverbatifs Bantous En -E." *Journal of African Languages and Linguistics* 11 (1989): 151-174. <https://doi.org/10.1515/jall.1989.11.2.151>

Bentley, W. Holman. *Dictionary and Grammar of the Kongo Language as Spoken at San Salvador, the Ancient Capital of the Old Kongo Empire, West Africa*. London: Baptist Missionary Society, 1887.

———. *Appendix to Dictionary and Grammar of the Kongo Language*. London: Baptist Missionary Society & Kegan Paul, Trench, Trubner, & Co Ltd, 1895.

Bittremieux, Leo. *Moyambsch idioticon*. Koninklijke Vlaamse Academie voor Taal- en Letterkunde. Uitgaven. Reeks VII, nr. 7. Gent, Erasmus, 1922.

Blanchon, Jean. “Dictionnaire Pounou-Français.”, 2009 (Manuscrito)

Bostoen, Koen, Bernard Clist, Charles Doumenge, Rebecca Grollemund, Jean-Marie Hombert, Joseph Koni Muluwa, and Jean Maley. “Middle to Late Holocene Paleoclimatic Change and the Early Bantu Expansion in the Rain Forests of Western Central Africa.” *Current Anthropology* 56, 3 (2015): 354–84. <https://doi.org/10.1086/681436>

Butaye, R. *Dictionnaire Kikongo-Français, Français-Kikongo*. Roulers: Jules de Meester, imprimeur-éditeur, 1909.

Candido, Mariana P. *Wealth, Land, and Property in Angola: A History of Dispossession, Slavery, and Inequality*. New York: Cambridge University Press, 2022. <https://doi.org/10.1017/9781009052986>

Clist, Bernard, Pierre de Maret, and Koen Bostoen. “Les Débuts de La Céramique, de La Sédentarisation et de La Métallurgie.” em *Une Archéologie Des Provinces Septentrionales Du Royaume Kongo*, orgs. Bernard Clist, Pierre de Maret, e Koen Bostoen. London: Archaeopress, 2018a.

———. “L’Histoire Du Royaume Kongo Revisitée Par l’Archéologie.” em *Une Archéologie Des Provinces Septentrionales Du Royaume Kongo*, orgs. Bernard Clist, Pierre de Maret, and Koen Bostoen. London: Archaeopress, 2018b.

Mbida, C. *L’émergence de Communautés Villageoises Au Cameroun Méridional: Étude Archéologique Des Sites de Nkang et de Ndindan*. Brussels: Université Libre des Bruxelles, 1995.

Caltanisetta, Fra Luca da. *Diaire Congolaise Da Fra Luca Da Caltanisetta*. Org. François Bontick. Louvain: Edition Nauwelaerts, 1970.

Ehret, Christopher. “Subclassifying Bantu: The Evidence of Stem Morpheme Innovation” Em *Bantu Historical Linguistics: Theoretical and Empirical Perspectives*, orgs. Larry Hyman e Jean-Marie Hombart. Stanford: CSLI publications, 1999.

Clist, Bernard. “Our Iron Smelting 14C Dates from Central Africa: From a Plain Appointment to a Full Blown Relationship”. Em *The World of Iron*, org. Jane Humphris and Thilo Rehren. London: Archetype Books, 2013.

- Clist, Bernard, Koen Bostoën, Pierre de Maret, Manfred K. H. Eggert, Alexa Höhn, Christophe Mbida Mindzié, Katharina Neumann, e Dirk Seidensticker. “Did Human Activity Really Trigger the Late Holocene Rainforest Crisis in Central Africa?” *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 115, 21 (2018): E4733–34. <https://doi.org/10.1073/pnas.1805247115>
- Cooper, Frederick. “The Problem of Slavery in African Studies.” *The Journal of African History* 20, 1 (1979): 103–25. <https://doi.org/10.1017/S0021853700016741>
- Crowley, Terry, and Claire Bowern. *An Introduction to Historical Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2010.
- Culloch, J. *Vocabulaire français-ijumu (batéké) précédé d'éléments de grammaire*. Paris: PGeuthner, 1911.
- De Maret, Pierre. “The Ngovo Group: An Industry with Polished Stone Tools and Pottery in Lower Zaïre.” *African Archaeological Review* 4,1 (1989). <https://doi.org/10.1007/BF01117037>
- De Schryver, Gilles-Maurice, R. Grollemund, S. Branford, e K. Bostoën. “Introducing a State-of-the-Art Phylogenetic Classification of the Kikongo Language Cluster.” *Africana Linguistica* 21 (2015): 87–162. <https://doi.org/10.3406/aflin.2015.1044>
- Denbow, James. “Pride, Prejudice, Plunder and Preservation: Archaeology and the Re-Envisioning of Ethnogenesis on the Loango Coast of the Republic of Congo. (Research)(Report).” *Antiquity* 86, 332 (2012). <https://doi.org/10.1017/S0003598X00062839>
- Denbow, James R. *The Archaeology and Ethnography of Central Africa*. New York: Cambridge University Press, 2014. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139629263>
- Derouet, Jean. *Dictionnaire Français-Fiote: Dialect Kivili*. Loango: Impr. de la Mission Catholique, 1896.
- De Schryver, Gilles-Maurice, e Koen Bostoën. “Langues et Évolution Linguistique Dans Le Royaume et l'aire Kongo”. Em *Une Archéologie Des Provinces Septentrionales Du Royaume Kongo*, editado por Bernard Clist, Pierre de Maret, e Koen Bostoën, 153–72. London: Archaeopress, 2018.
- Douglas, Mary. “Matriliney and Pawnship in Central Africa.” *Africa: Journal of the International African Institute* 34, 4 (1964): 301–13. <https://doi.org/10.2307/1157471>
- Ehret, Christopher. “Linguistic Evidence and Its Correlation with Archaeology.” *World Archaeology* 8, 1(1976): 5–18. <https://doi.org/10.1080/00438243.1976.9979649>
- . *History and the Testimony of Language*. Los Angeles: University of California Press, 2010.
- . “Linguistic Archaeology.” *African Archaeological Review* 29, 2 (2012): 109–30. <https://doi.org/10.1007/s10437-012-9116-x>
- Fage, J. D. “Slaves and Society in Western Africa, c. 1445-c. 1700.” *The Journal of African History* 21, 3(1980): 289–310. <https://doi.org/10.1017/S0021853700018314>
- Falola, Toyin e Paul E. Lovejoy. *Pawnship In Africa: Debt Bondage In Historical Perspective*. Boulder: Westview Press, 1994.
- Febvre, Lucien. *Combates Pela História*. Lisboa: Presença, 1989 [1952].
- Geeraerts, Dirk. “Prospects for the Past: Perspectives for Cognitive Diachronic Semantics.” em *Historical Cognitive Linguistics*, orgs. Margaret E. Winters, Heli Tissari, e Kathryn Allan. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010. <https://doi.org/10.1515/9783110226447.333>
- Garcin, Yannick, Pierre Deschamps, Guillemette Ménot, Geoffroy de Saulieu, Enno Schefuß, David Sebag, Lydie M. Dupont, et al. “Early Anthropogenic Impact on Western Central African
-

Rainforests 2,600 y Ago.” *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115, 13 (2018): 3261–66. <https://doi.org/10.1073/pnas.1715336115>

Glassman, Jonathon. "Ethnicity and Race in African Thought." Chichester, UK: John Wiley & Sons, Ltd, 2018. <https://doi.org/10.1002/9781119063551.ch11>

Goody, Jack. “Feudalism in Africa?” *The Journal of African History* 4, n.1 (1963): 1–18. <https://doi.org/10.2307/179609>.

Grollemund, Rebecca, Simon Branford, Koen Bostoen, Andrew Meade, Chris Venditti, and Mark Pagel. "Bantu Expansion Shows That Habitat Alters the Route and Pace of Human Dispersals." *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 112, 43 (2015): 13296–301. <https://doi.org/10.1073/pnas.1503793112>

Guyer, Jane I. "Wealth in People and Self-Realization in Equatorial Africa." *Man* 28, no. 2 (1993): 243–65. <https://doi.org/10.2307/2803412>.

_____, and Samuel M. Eno Belinga. “Wealth in People as Wealth in Knowledge: Accumulation and Composition in Equatorial Africa.” *The Journal of African History* 36, 1 (1995): 91–120.

Heywood, Linda M. “Slavery and Its Transformation in the Kingdom of Kongo: 1491-1800.” *The Journal of African History* 50, 1(2009): 1–22.

Hilton, Anne. *The Kingdom of Kongo*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1985.

Iliffe, John. *Honour in African History*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2005.

Jacquot, André. *Lexique Laadi (koongo)*. Paris: Société d'études linguistiques et anthropologiques de France, 1982.

Janzen, John M. *The Quest for Therapy in Lower Zaire Janzen*. Los Angeles : University of California Press, 1982.

Jonghe, Ed. and Vanhove, Julien De. *Les Formes d'Asservissement Dans Les Societes Indigenes Du Congo Belge*. Bruxelles : Librairie Falk fils / Georges van Campenhout, Successeur, 1949.

Katamba, Francis. “Bantu Nominal Morphology”. Em *The Bantu Languages*, orgs. Derek Nurse and Gérard Phillipson. New York: Routledge, 2003.

Kahane, Henry, and Renée Kahane. “Notes on the Linguistic History of Slavu”. Em *Studi In Onore Di Ettore Lo Gatto E Giovanni Maver*, org. por Giovanni; Gatto [Maver Lo], 345–60. Florence: G. C. Sansoni Editore, 1962.

Kahlheber, Stefanie, Koen Bostoen, and Katharina Neumann. “Early Plant Cultivation in the Central African Rain Forest: First Millennium BC Pearl Millet from South Cameroon.” *Journal of African Archaeology* 7,2 (2009): 253–72. <https://doi.org/10.3213/1612-1651-10142>

Kahlheber, Stefanie, Manfred K. H. Eggert, Dirk Seidensticker, and Hans-Peter Wotzka. “Pearl Millet and Other Plant Remains from the Early Iron Age Site of Boso-Njafo (Inner Congo Basin, Democratic Republic of the Congo).” *African Archaeological Review* 31,3 (2014): 479–512. <https://doi.org/10.1007/s10437-014-9168-1>.

Klieman, Kairn A. “The Pygmies Were Our Compass”: Bantu and Batwa in the History of West Central Africa, Early Times to c. 1900 C.E. Portsmouth: Heinemann, 2003.

Kopytoff, Igor. *The African Frontier: The Reproduction of Traditional African Societies*. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

Labov, William. “Transmission and Diffusion.” *Language* 83,2 (2007): 344–87.

<https://doi.org/10.1353/lan.2007.0082>.

Laman, K. E. (Karl Edvard). *Vocabulaire Kikongo-Français, Français-Kikongo*. Kinshasa: Eglise évangélique du Congo Kinshasa, 1953.

Lopes, Duarte. Relatório de Duarte Lopes (14 de Dezembro de 1589) Em *Monumenta Missionaria Africana: Edição digital* (Vol. IV), org. António Brásio [e Miguel Jasmins Rodrigues]. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011. CD ROM

Lovejoy, Paul E., and Toyin Falola, eds. *Pawnship, Slavery, and Colonialism in Africa*. Trenton: Africa World Press, 2003.

Luna, Kathryn M. de. "Affect and Society in Precolonial Africa." *International Journal of African Historical Studies* 46, no. 1 (2013): 123–50.

_____. *Collecting Food, Cultivating People: Subsistence and Society in Central Africa*. New Haven: Yale University Press, 2016.

_____ e Jeffrey B. Fleisher. *Speaking with Substance: Methods of Language and Materials in African History*. New York: Springer, 2018.

_____, e Jeffrey B. Fleisher, and Susan Keech McIntosh. "Thinking Across the African Past: Interdisciplinarity and Early History." *The African Archaeological Review* 29, no. 2/3 (2012): 75–94. <https://doi.org/10.1007/s10437-012-9123-y>

Lumwamu, F.. “Eléments Pour Un Lexique Kongo-Français (Dialects Dondo-Kamba-Kuni).” *Dimi: Bulletin Du Centre de Linguistique Appliquée et de Littérature Orale*, no. 2 (1974): 20–87.

MacGaffey, Wyatt. “Kongo Slavery Remembered by Themselves: Texts from 1915.” *The International Journal of African Historical Studies* 41, n.1 (2008): 55–76.

Maley, Jean. "La Destruction Catastrophique Des Forêts d'Afrique Centrale Survenue Il y a Environ 2500 Ans Exerce Encore Une Influence Majeure Sur La Répartition Actuelle Des Formations Végétales." *Systematics and Geography of Plants* 71, no. 2 (2001): 777–96. <https://doi.org/10.2307/3668717>.

Mallory, J. P. *The Oxford Introduction to Proto-Indo-European and the Proto-Indo-European World*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Mamet, M. *La langue ntomba telle qu'elle est parlée au Lac Tumba et dans la région avoisinante (Afrique centrale)*. Annalen van het Koninklijk Museum van Belgisch Congo, Tervuren, België. Reeks in 80, Wetenschappen van de mens. Linguistiek, v.11. Tervuren: Tervuren, 1955.

Marichelle, C. *Dictionnaire Vili-Français*. Michigan State University africana. Loango: Imprde la Mission, 1912.

Marcocci, Giuseppe. “Escravos Ameríndios e Negros Africanos: Uma História Conectada.

Teorias e Modelos de Discriminação No Império Português (ca. 1450-1650).” *Tempo* 16, 30 (2011): 41–70.

Maret, Pierre de, Bernard Clist, and Koen Bostoen. “Regards Croisés Sur Le Royaume Kongo”. Em *Une Archéologie Des Provinces Septentrionales Du Royaume Kongo*, org. Bernard Clist, Pierre de Maret, and Koen Bostoen. London: Archaeopress, 2018.

Mazunga, Silvino. *Dicionário: Português-Ibinda*. Cabinda [Angola]: Diocese de Cabinda, 2015.

Miers, Suzanne, and Igor Kopytoff (orgs.), *Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives*. Madison: University of Wisconsin Press, 1977.

Miller, Joseph C. *The Problem of Slavery as History: A Global Approach*. New Haven: Yale University Press, 2009.

Miller, Joseph Calder. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

Morin-Rivat, Julie, Achille Biwolé, Anaïs-Pasiphaé Gorel, Jason Vleminckx, Jean-François Gillet, Nils Bourland, Olivier J Hardy, et al. “High Spatial Resolution of Late-Holocene Human Activities in the Moist Forests of Central Africa Using Soil Charcoal and Charred Botanical Remains.” *The Holocene* 26, 12(2006): 1954–67. <https://doi.org/10.1177/0959683616646184>.

Morrison, W. M. *Grammar and Dictionary of the Buluba-Lulua Language as Spoken in the Upper Kasai and Congo Basin*. New York: American Tract Society, 1906.

Ortman, Scott. “Using Cognitive Semantics to Relate Mesa Verde Archaeology to Modern Pueblo Languages”. Em *Rethinking Anthropological Perspectives on Migration*, orgs. Graciela Cabana and Jeffery Clark. Florida: University of Florida Press, 2011.

Ortman, Scott G.. “Conceptual Metaphor in the Archaeological Record: Methods and an Example from the American Southwest.” *American Antiquity* 65, 4 (2000): 613–45. <https://doi.org/10.2307/2694419>.

Patterson, Orlando. *Slavery and Social Death: A Comparative Study*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

Pereira, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação, 1991.

Rey, Pierre-Philippe. 1969. “Articulation Des Modes de Dépendance et Des Modes de Reproduction Dans Deux Sociétés Lignagères (Punu et Kunyi Du Congo-Brazzaville).” *Cahiers d’Études Africaines* 9, 35 (1969): 415–40.

Rodney, Walter. “African Slavery and Other Forms of Social Oppression on the Upper Guinea Coast in the Context of the Atlantic Slave-Trade.” *The Journal of African History* 7, 3 (1966): 431–43. <https://doi.org/10.2307/180112>.

Rohrer, Tim. “Embodiment and Experientialism.” In *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*, orgs. D Geeraerts and Hubert Cuyckens. New York: Oxford University Press, 2010. Ruttenberg, Piet. 2000. *Lexique Yaka-Français, Français-Yaka. Languages of the world. Dictionaries* 27. München: LINCOM Europa.

Schoenbrun, David L. *A Green Place, A Good Place: Agrarian Change and Social Identity in the Great Lakes Region to the 15th Century*. Portsmouth: Heinemann, 1998.

_____. “Pythons Worked: Constellating Communities of Practice with Conceptual Metaphor in Northern Lake Victoria, ca Ad. 800 to 1200.” em *Knowledge in Motion: Constellations of Learning Across Time and Place*, orgs. Andrew Roddick and Ann B. Stahl. Tucson: University of Arizona Press, 2016.

Schoenbrun, David. “Representing the Bantu Expansions: What’s at Stake?” *The International Journal of African Historical Studies* 34, 1 (2001): 1–4. <https://doi.org/10.2307/3097284>.

_____. “Mixing, Moving, Making, Meaning: Possible Futures for the Distant Past.” *The African Archaeological Review* 29, 2/3(2012): 293–317. <https://doi.org/10.1007/s10437-012-9120-1>

_____. “Early African Pasts: Sources, Interpretations, and Meanings.” Em *Oxford Research Encyclopedia of African History*, org. Thomas Spear. New York: Oxford Press, 2018 <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190277734.013.147>.

Seidensticker, Dirk, Wannes Hubau, Dirk Verschuren, Cesar Fortes-Lima, Pierre de Maret, Carina M. Schlebusch, and Koen Bostoen. "Population Collapse in Congo Rainforest from 400 CE Urges Reassessment of the Bantu Expansion." *Science Advances* 7, 1, (2021). <https://doi.org/10.1126/sciadv.abd8352>

Stephens, Rhiannon. *A History of African Motherhood: The Case of Uganda, 700-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139344333>

_____. "Poverty's Pasts: A Case for Longue Durée Studies." *The Journal of African History* 59, 3 (2018): 399-409. <https://doi.org/10.1017/S0021853718000415>

Sweetser, Eve. *From Etymology to Pragmatics: Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511620904>

Taylor, Timothy. "Ambushed by a Grotesque: Archaeology, Slavery, and the Third Paradigm". Em *Warfare, Violence and Slavery in Prehistory*, org. Michael Parker Pearson e I.J.N. Thorpe, 115-129. Oxford: Archaeopress, 2005.

Thornton, John Kelly. *A África e Os Africanos: Na Formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Ed. Elsevier, 2004.

_____. “African Political Ethics and the Slave Trade.” Em *Abolitionism and Imperialism in Britain, Africa, and the Atlantic*, org. Derek Peterson. Athens: Ohio University Press, 2010.

_____. "The Origins of Kongo: A Revised Version". Em *The Kongo Kingdom: The Origins, Dynamics and Cosmopolitan Culture of an African Polity*, org. Koen Bostoen e Inge Brinkman, 15-48. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

Van Gheel, Joris. “Vocabularium Latinum, Hispanicum, e Congense.” Mss. Varia, 274. *Biblioteca Nazionale Centrale di Roma*, 1652.

Vansina, Jan. *Paths in the Rainforests: Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*. Madison.: University of Wisconsin Press, 1990.

_____. *How Societies Are Born: Governance in West Central Africa before 1600*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2005.

_____. "How to Distil Words and Obtain Culture History." *History in Africa* 33 (2006): 499-511. <https://doi.org/10.1353/hia.2006.0023>

Visseque, Alexandre. *Dictionnaire Fiot-Français*. Paris: Maison-mère, 1890.

Recebido: 01 de fevereiro de 2023

Aprovado: 12 de abril de 2023

Dossiê: A história das mercadorias no mundo pré-industrial: potencialidades e limites de uma abordagem

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2023.v29.39332>

**Moeda e Munição, mas Principalmente Farinha:
Farinha de Mandioca, Tropas Urbanas e Expedições de Conquista
nas Capitanias do Norte (séculos XVII-XVIII)**

*Money, Munition and Flour:
Manioc Flour, Urban Troops, and Conquest Expeditions in Northern Brazil
(XVII-XVIIIth Centuries)*

*Moneda, Munición y Harina:
Harina de Mandioca, Tropas Urbanas y Expediciones de Conquista en las
Capitanías del Norte del Estado de Brasil (Siglos XVII y XVIII)*

*Kalina Vanderlei Silva**

<https://orcid.org/0000-0002-8370-1894>

RESUMO: Neste artigo analisamos alguns dos muitos papéis sociais e políticos desempenhados pela farinha de mandioca no contexto das capitanias do norte do Estado do Brasil nos séculos XVII e XVIII, observando-a enquanto parte integral da montagem das expedições expansionistas no contexto da ‘guerra dos bárbaros’, e como mercadoria fundamental na manutenção da disciplina das tropas aquarteladas em meio urbano. Para tanto, trabalhamos com a correspondência administrativa dos governos dessas capitanias, pertencentes aos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, e da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, analisadas a partir do cotejamento com resultados historiográficos acerca da estrutura militar colonial, da produção de gêneros alimentícios e da expansão colonial para o sertão. Concluímos que se no processo de expansão continental a farinha se assumiu como uma variável das mais importantes para garantir a própria

* Professora Associada da Universidade de Pernambuco, Doutora em História pela UFPE, Pós-doutora pela Universidad de Salamanca, Livre Docente pela UPE, autora de ‘Nas Solidões Vastas e Assustadoras: A Conquista do Sertão de Pernambuco pelas Vilas Açucareiras nos Séculos XVII e XVIII’ (2010), e coautora de ‘Dicionário de Conceitos Históricos’ (2005) e de ‘O Brasil na Monarquia Hispânica’ (2016), atualmente trabalhando com História Colonial a partir da perspectiva do protagonismo indígena e das estruturas militares e coordenando o canal Kmaykya – Histórias Indígenas no Instagram: @kmaikya. Email institucional: kalina.silva@upe.br.

presença colonial nas fronteiras, nas cidades litorâneas já consolidadas, ela se tornou uma ferramenta de controle das tropas estacionadas.

Palavras-chave: Farinha. América portuguesa. Sertão. Tropas.

ABSTRACT: This paper analyzes the social and political roles played by manioc flour in the context of territorial expansion of Northern States of Portuguese America in Seventeenth and Eighteen Centuries. It observes cassava flour as an integral component of the military expeditions against indigenous peoples in the hinterlands, as well as fundamental in the established of social control amongst the soldiers in the urban spaces of the region. To fulfil this objective, the paper analyzes administrative correspondence written by colonial authorities, especially Pernambuco's Governor and the Brazilian Governor General, today archived in the AHU (Lisbon) and the Nacional Library (Rio de Janeiro), studying those sources through the lens of the historiography specialized in military colonial structures, food production and imperialist expansion in Portuguese America. It concludes that if in the process of continental expansion flour became one of the most important variables to guarantee the colonial presence on the borders, in the coastal cities already consolidated, it became a tool of control of stationed troops.

Keywords: Manioc. Portuguese America. Troops. Conquest.

RESUMEN: En este artículo buscamos estudiar los papeles sociales y políticos desarrollados por la harina de mandioca en la expansión territorial de las capitánias del norte del Estado do Brasil en los siglos XVII y XVIII, estudiando-la como parte importante de las expediciones de conquista y del control social sobre las tropas urbanas. Para alcanzar este objetivo estudiamos la correspondencia administrativa de las autoridades coloniales, principalmente los gobernadores, lo General y lo de Pernambuco, que está hoy en los archivos del AHU (Lisboa) e de la Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro. Y leemos estos documentos a partir de las reflexiones de autores que estudian la estructura militar colonial de la América portuguesa, la producción de géneros alimenticios y la expansión de la América portuguesa. Concluimos que, si en el proceso de expansión continental la harina se convirtió en una de las variables más importantes para garantizar la presencia colonial en las fronteras, en las ciudades costeras ya consolidadas, se convirtió en una herramienta de control de las tropas estacionadas.

Palabras clave: Harina. América portuguesa. Tropas. Conquista.

Como citar este artigo:

Silva, Kalina Vanderlei. "Moeda e Munição, mas Principalmente Farinha: Farinha de Mandioca, Tropas Urbanas e Expedições de Conquista nas Capitânicas do Norte (séculos XVII-XVIII)". *Locus: Revista de História*, 29, n. 1 (2023): 87-105.

Introdução

A importância da mandioca e seus derivados, principalmente a farinha, na alimentação colonial é uma temática clássica nos estudos sociais brasileiros, responsável por incitar um variado corpo de trabalhos que, a partir de diferentes abordagens, usaram-na, ora pensada como alimento ora pensada como mercadoria, para analisar diferentes aspectos da sociedade colonial (Barickman 2003; Dias 2009; Cruz 2013; Pedroza 2014; Rodrigues 2017; Apolinário 2019; Panegassi 2021). Uma conexão entre farinhas e estruturas sociais em particular, que já inspirou análises historiográficas, mas que ainda carece de aprofundamentos é aquela entre farinha e abastecimento militar. Isso porque a farinha de mandioca foi o gênero básico não apenas na manutenção de tropas regulares urbanas, mas também em seu sustento durante as expedições de conquista do sertão. A historiografia já vem abordando algumas dessas funções no sustento das tropas, aquarteladas ou em campanha (Puntoni 2008; Silva 2010; Nascimento 2012) principalmente a partir da paradigmática obra de Evaldo Cabral de Mello (2007) e de seu amplo estudo da farinha nas guerras holandesas, mas em muitos casos a relação farinhas\tropas toma a forma de uma temática secundária na maioria dos trabalhos, com poucos realmente se dedicando a esmiuçar as muitas funções políticas e sociais dessa mercadoria na estrutura militar e na máquina de guerra colonial da América portuguesa.

E essas funções foram múltiplas, de gênero alimentício indígena apropriado pelos colonos e transformado em produção em larga escala (Barickman 2003; Rodrigues 2017), à ração básica das tropas regulares e irregulares em expedições de conquista (Silva 2010; Nascimento 2012), até soldo regulamentar das tropas aquarteladas nos grandes núcleos urbanos (Silva 2020) e motivo para o desencadeamento de revoltas. Funções que foram se multiplicando especialmente nas capitâneas do norte do Estado do Brasil nos séculos XVII e XVIII, região que se estendia do norte do rio São Francisco à Serra da Ibiapaba, limite do Estado do Brasil com o Grão Pará e Maranhão, e era integrada por várias capitâneas político e economicamente influenciadas pelas decisões da Capitania de Pernambuco (Alveal e Dias 2020).

Em termos de recorte temporal, os séculos XVII e XVIII, por sua vez, não podiam ter sido mais diferentes nessa região. Nos Seiscentos, essas capitâneas foram espaço de constantes conflitos em torno da expansão territorial colonial: a virada do XVI consolidou a inclusão das capitâneas de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte nas possessões portuguesas com a assinatura do tratado de paz com os Potiguar em 1599 (Gonçalves 2011); já o Maranhão, que logo

seria desligado do Estado do Brasil, foi conquistado dos franceses em 1615 (Cardoso 2017); a presença da holandesa WIC entre 1630 e 1654 dominaria os esforços da Coroa portuguesa – primeiro, inserida na Monarquia Católica e logo independente (Mello 2007); o crescimento do Quilombo de Palmares significou um obstáculo à expansão colonial (Silva 2010); obstáculo ampliado e intensificado pelos muitos movimentos de resistência indígena nos sertões que a administração colonial denominou de ‘guerra dos bárbaros’ que se estendeu entre meados do XVII até as primeiras décadas do XVIII (Silva 2010). Em todos esses eventos foi intensa a presença tanto das tropas de livres pobres recrutadas nos maiores núcleos urbanos da região, como Recife e Salvador, e de contingentes numerosos de flecheiros indígenas, aliados e aldeados (Silva 2019). E na base logística de todo esse processo, a produção e emprego como moeda e ração da farinha de mandioca.

Já os Setecentos, por sua vez, vivenciaram a consolidação das estruturas coloniais tanto na área açucareira quanto no sertão, com a ampliação do número de engenhos, mas também o crescimento da pecuária e suas indústrias associadas, como a do couro e da própria farinha (Melo 2017). Além disso, os núcleos urbanos se multiplicaram assim como sua população, havendo também uma diminuição dramática de conflitos bélicos na região após o final da ‘guerra dos bárbaros’. Isso significou que as tropas aquarteladas em fortalezas e cidades foram se tornando um problema político e social difícil de controlar (Silva 2010), mas cujo controle passava, também, pelo seu pagamento em farinha.

Então, a discussão que objetivamos nesse artigo pretende abordar as funções atribuídas à farinha de mandioca dentro da estrutura militar colonial das capitânicas do norte do Estado do Brasil nos séculos XVII e XVIII em relação a dois fenômenos: a mobilização de tropas dos núcleos açucareiros em expedição de conquista nas empreitadas expansionistas conhecidas como conquista do sertão, na segunda metade do século XVII e primeiras décadas do séculos XVIII; e o aquartelamento dessas tropas nos mesmos núcleos urbanos ao longo do século XVIII. Em ambos os contextos a farinha, além da função primária de gênero alimentício básico, foi assumindo outras, e enquanto nas empreitadas de jornada do sertão funcionou como objeto-instrumento-peça logística fundamental na montagem das expedições, no cenário dos aquartelamentos urbanos setecentistas ela assumiu o papel de soldo e foi usada para manter a disciplina entre os soldados.

Para construir essas reflexões, trabalhamos principalmente com correspondência administrativa gerada pelo Governo Geral e pelos governos das capitânicas de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, a partir do acervo digitalizado da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, tanto a coleção Documentos Históricos (DHBN), quanto os manuscritos do Arquivo Histórico

Ultramarino de Lisboa (AHU) através das cópias digitais pelo Projeto Resgate Barão de Rio Branco. Essas fontes foram analisadas, após transcrição paleográfica (Acioli 1994), e cotejadas com trabalhos que descrevem estrutura militar das capitânicas do Norte antes e depois a ‘guerra dos bárbaros’ (Lopes 2003; Puntoni 2008; Silva 2010; Alencar 2017; Silva 2019) e estudos sobre a inserção da farinha de mandioca na economia e sociedade colonial (Barickman 2003; Dias 2009; Rodrigues 2017). Em tudo isso, consideramos a farinha de mandioca não apenas enquanto um gênero alimentício, mas como uma mercadoria a qual a sociedade escravista e a estrutura burocrática imperial logo atribuíram um valor não apenas monetário, mas também político no controle social da população livre e pobre e das tropas.

Quem produzia farinha? Cultivo e Distribuição nas Capitânicas do Norte:

Nas capitânicas do norte, a farinha de mandioca era onipresente, como Câmara Cascudo (2004) já estabeleceu em sua obra canônica. E isso se devia principalmente ao consumo popular. Segundo Barickman (2003, 91), soldados, escravos e presos consumiam em torno de meio quilo de farinha por dia na Salvador da segunda metade do século XVIII. E se ela não era o único gênero alimentício distribuído, ainda assim respondia por uma parcela considerável da alimentação popular com os números para Salvador no final do século XVIII indicando que o ingresso de arroz, feijão e milho no Celeiro Público correspondiam a apenas 12% dos gêneros adquiridos, e a farinha de mandioca aos outros 88% (Barickman 2003, 91).

Seu amplo consumo entre os indígenas (Cascudo 2004; Barickman 2003; Rodrigues 2017), assim como sua ampla difusão por todas as camadas populacionais, seu papel no tráfico atlântico de escravizados (Melo 2017), seu uso no abastecimento das frotas e sua adaptação como comida de escravizados e pobres livres rurais e urbanos (Araújo 1993, 303-304; Cascudo 2004, 225; Apolinário 2019) fizeram dela uma mercadoria onipresente tanto no cotidiano popular, quanto no comércio internacional, garantindo assim que sua produção passasse a ocupar não apenas pequenos cultivadores livres e comunidades indígenas, mas também latifundiários (Barickman 2003).

Essa produção é mais bem estudada para o Recôncavo baiano, principalmente graças a obra de Katia Mattoso (1978), Barickman (2003) e mais recentemente Marcelo Henrique Dias (2009) que trouxeram à tona a região não apenas como um grande polo canavieiro, mas também como responsável pela produção de diversos gêneros em torno de núcleos urbanos como Cachoeira, Jaguaripe e Maragogipe, desde milho, peixe seco e farinha de mandioca, até louça. (Mattoso 1978; Jancsó 1996; Tavares 2001; Barickman 2003). Mas tal produção em larga escala também ocorria nas capitânicas sob jurisdição de Pernambuco e análises recentes da obra de Frans Post têm

mostrado que engenhos dessa capitania já no século XVII se ocupavam de moer farinha e não apenas cana (Soares 2009). E a produção saída dessas moendas, já em meados dos Seiscentos, tinha finalidade comercial, ultrapassando em muito os cultivos de subsistência (Rodrigues 2017).

Mas tanto o cultivo quanto a distribuição da farinha estiveram sempre entremeados de problemas. Em termos de dificuldades produtivas, havia em primeiro lugar, uma preferência dos latifundiários por cultivos mais lucrativos, como a cana de açúcar e mesmo a criação de gado (Rodrigues 2017). Em segundo, os senhores de engenho se recusavam a plantar mandioca mesmo que direcionada apenas para alimentar seus escravos (Mello 2007). Já no que diz respeito ao comércio e distribuição, constantes eram as queixas de escassez de farinha nos mercados urbanos e na alimentação das tropas, principalmente porque seus produtores lucravam mais com o abastecimento das frotas do que vendendo para os celeiros públicos.

A correspondência dos governadores gerais é prolífica em situações que ilustram bem os problemas entre produtores e o governo enquanto comprador, principalmente aqueles que envolviam as fecundas vilas do Recôncavo. Essas eram obrigadas a enviar uma cota regular de farinha a ser vendida à população de Salvador, e a venderem diretamente à Coroa aquela destinada às tropas, estando sujeitas à inadimplência da Fazenda Real, o que, por sua vez, levava as câmaras a suspender novos envios enquanto a administração não pagava sua dívida. A obrigatoriedade dessa cota foi estabelecida pelo chamado ‘conchavo da farinha’ que, como Marcelo Dias (2009) informa, ao mesmo tempo que permitia a inclusão de pequenos produtores no mercado, prejudicava os grandes lavradores que deveriam vender a preços fixados pela administração colonial. Situação que levou os produtores a procurarem constantemente fugir das obrigações do conchavo.

Isso foi exatamente o que ocorreu em 1650, como registrado em uma carta do Conde de Castel Melhor, então governador do Estado do Brasil, para o governador de Ilhéus, sobre a farinha que deveria ser remetida dali para a infantaria regular baiana. Nela, Castel Melhor ordena ao governador de Ilhéus que comprasse toda a farinha necessária para a tropa, mandando seus produtores cobrarem à Fazenda Real em Salvador. E encomendava também:

a farinha que as vilas são obrigadas a dar para o sustento ordinário daquela gente [população de Salvador]; porque é grande a omissão com que as câmaras procedem em remetê-la; e não é justo, que por lhes conceder o alívio de não irem soldados em sua busca, padeçam a falta da sua ração. (...) Vossa Mercê faça vir quanta puder, que ainda, que por ora se lhe retarde a satisfação (o que Vossa Mercê lhes não dará a entender por não impossibilitar o efeito) com toda pontualidade se lhe dará do primeiro dinheiro, que a fazenda permitir tirar do sustento os soldados, para o qual escassamente chega (DHBN vol. III, 85).

Segundo essa fala, prioritariamente deveria ser coletada a farinha destinada às tropas e, só em segundo lugar, aquela para a população de Salvador. Mas enquanto a farinha para a ração dos

soldados deveria ser logo paga pela Fazenda – ou pelo menos, deveria ser logo cobrada à Fazenda – aquela destinada aos mercados públicos não recebia o mesmo tratamento. E enquanto o governador geral reclamava da omissão das câmaras do Recôncavo em seu provimento, ordenando a Ilhéus que providenciasse seu envio, nem mesmo permitia que os produtores cobrassem seu devido pagamento diretamente da Fazenda Real, como no caso daquela para os soldados. Não apenas isso, mas já informava que o pagamento certamente atrasaria, e que era melhor nem mencionar isso aos cultivadores. Por fim, a única promessa de pagamento dessa farinha destinada os celeiros públicos era a da pontualidade dos primeiros dinheiros que “houverem de sobra”, e não a pontualidade do pagamento a contra entrega. Dessa forma, não é surpresa que os produtores do Recôncavo tentassem se esquivar de abastecer a população de Salvador.

E assim, entre melhores ofertas e atrasos da Coroa, as câmaras das vilas produtoras de Farinha desviavam os envios que deveriam ir abastecer os mercados urbanos, causando muitos problemas que, por sua vez, incitavam respostas drásticas, fossem de seus consumidores ou dos administradores. E faltava farinha em Salvador: “É grandíssima a falta que aqui se padece de farinhas porque as que trouxe Balthazar Nunes mal chegaram a se dar ração aos soldados.” (DHBN vol. 40, 98-99). Essa falta levava a motins populares, e também inspirava ameaça de sanções armadas feitas pelos governadores contra os produtores.

Esse foi o caso ocorrido com o desenrolar da situação descrita por Castel Melhor em 1650, pois, um ano depois, nada havia sido resolvido, o que o levou a escrever diretamente para as câmaras do Recôncavo avisando que:

Tenham Vossas Mercês entendido, que se não há de descaminhar dessa vila, nem mais um só prato de farinha, e que toda há de vir por ordem de Sua Majestade a este porto na forma da instrução, que lhe dei; com advertência, que se algum de Vossas Mercês, ou outra qualquer pessoa violar por algum modo a proibição das farinhas há de ser castigado asperamente, que só por meio de violência se saberá aí acertar nas obrigações do serviço de Sua Majestade (DHBN vol. III, 94-95).

Essa ameaça de uma cobrança violenta já havia sido sugerida quando Castel Melhor afirmou que essas câmaras só providenciavam as farinhas quando o governo enviava tropas “em sua busca”. E esse é apenas um episódio da infundável querela das farinhas entre o governo geral e as câmaras municipais baianas. Querela que estava longe de ser um problema apenas da Bahia e que pelo menos em Pernambuco, no governo de D. Tomás José de Melo, terminou por colocar em prática a ameaça de punição daqueles produtores que propositalmente desviavam a farinha, já que em 1788, durante um período de seca prolongada quando os produtores de farinha esconderam o gênero, D. Tomás mandou prendê-los e confiscar seus depósitos para vender a mercadoria à população do Recife (Casculo 2004).

Mas a repressão não era a única forma de lidar com os plantadores que desviavam a mercadoria. No estilo favorito dos senhores de Pernambuco, outra opção era o perdão das dívidas dos cultivadores como incentivo à produção: Jaime Rodrigues (2017) analisou o privilégio dado pelo Conselho Ultramarino aos lavradores de Pernambuco em 1703 “de não terem suas dívidas executadas com a perda de suas propriedades -, a fim de sanar a falta de farinha “para o sustento destes povos e a expedição das frotas”.” O perdão das dívidas aos senhores de engenho foi uma estratégia política muito empregada em Pernambuco (Lisboa 2013), e aparentemente estendida aos lavradores de mandioca como forma de incentivá-los a manterem o sustento da região.

No começo do século XVIII, com a gradativa fixação de colonos nas ribeiras dos rios sertanejos, a produção comercial de farinha também foi se expandido para o sertão. Mas ao longo do século XVII, nas décadas de guerra entre os povos indígenas sertanejos e as forças coloniais que compuseram a chamada ‘guerra dos bárbaros’, fora dos territórios indígenas onde continuava a ser cultivada de forma tradicional (Lopes 2003), a farinha deveria vir do litoral, e era levada com o fim único de sustentar as tropas da conquista (AHU-PARAIBA, cx 9, d. 1, AHU_ACL_CU_014, Cx 8, d 706.).

Farinha e as Expedições de Conquista do Sertão

Do ponto de vista das autoridades coloniais, os problemas na arrecadação da farinha estavam intimamente ligados à manutenção das tropas. E nos Seiscentos essa questão era inseparável daquelas que envolviam as empreitadas expansionistas coloniais, na série de eventos que ficaram conhecidos como conquista do sertão.

A segunda metade do século XVII foi um período de muitas ‘jornadas para o sertão’; expedições organizadas a partir dos núcleos açucareiros e enviadas para explorar territórios interioranos e submeter povos indígenas que resistiam aos avanços coloniais. Eram expedições organizadas em torno de um pequeno contingente de soldados regulares e um comandante oficial, mas dependendo totalmente dos conhecimentos de ‘práticos do sertão’, de flecheiros indígenas recrutados dos aldeamentos e de mantimentos requisitados das aldeias e vilas do interior (Silva 2010; Silva 2019), principalmente farinha, como ilustra essa portaria passada pelo governador geral, Conde de Óbidos, em 1666:

O Ajudante de Índios Sebastião Ferrás, que ora envío a entrada de uns mocambos de que tem notícia, vá a aldeia da Torre, de que é capitão André Dias e tome dela todos os índios, que lhe forem necessários, para fazer esta diligência. E bem assim levava todos os índios que estiverem por casa dos moradores pertencentes à dita aldeia: E todos os escravos que prender nesse mocambo os virá entregar na cadeia desta cidade. E pelas paragens por donde for se dará ao dito ajudante o favor, e ajuda, e mantimentos de farinha, que se pagará dos negros que se tomarem (DHBN vol. VI, 262).

Essa década de 1660 foi de intensa movimentação do governo geral contra mocambos e povos indígenas no Recôncavo, o que deixou uma trilha de portarias e ordens referentes à organização dessas jornadas. Todas seguindo as mesmas linhas e que deixam transparecer a dependência da farinha para o andamento da expedição, a ponto de ser o único gênero constantemente requisitado dos moradores, o único com o qual a administração colonial parecia se preocupar.

Situação que pode ser vista novamente em 1664, em uma portaria passada pelo governador geral para os capitães da vila de Maragogipe requisitando dessa “40 alqueires de farinha para 40 homens, e cem índios” além de 14 a 16 espingardas, que os “moradores de Maragogipe, serão obrigados a dar pelo benefício que recebem nesta entrada” (DHBN vol. 44, 193-194). Nessa portaria, que separa os flecheiros indígenas dos “homens” em um processo de bestialização dos atores sociais indígenas bem típico do discurso colonial, apesar de haver uma requisição de armas de fogo, essa é bem limitada quando comparada à de mantimentos. Diferente do documento anterior, de 1666, que pelo menos promete pagar as requisições com os prisioneiros que a expedição fizesse na jornada, aqui não há menção a pagamento, apenas a sugestão de que os moradores se beneficiariam de seu resultado, o que, presumivelmente, deveria os contentar, na opinião do governador.

Se isso acontecia na Bahia, na jurisdição de Pernambuco não era diferente. Em 1674 a Câmara de Alagoas, capitania de Pernambuco, requisitou ao governador trezentos alqueires de farinha além de todo o peixe possível para se armar tropas que seriam enviadas contra Palmares. Já em 1699, o sesmeiro Oliveira Ledo solicitou do capitão mor da Paraíba “alguma gente e munições, para nas ditas Piranhas fazer arraial”. O capitão-mor lhe concedeu “40 cariris e 16 índios que tirara das aldeias, e dez soldados daquelas praças, mando-lhe consertar as armas e dando-lhe quatro arrobas de pólvora e bala, quarenta alqueires de farinha, e algumas carnes.” Ledo já contava com o apoio dos Arius, o que insere essa expedição no formato dominante das jornadas do sertão, dominada pela mão-de-obra bélica indígena, enquadrada por um comando institucional, e montada sobre 40 alqueires de farinha fornecido pelo governo da capitania (AHU, PE, cód. 265, fl. 135 v-136).

Se esse era um formato comum para as expedições de conquista, outra estratégia utilizada foi o estabelecimento de muros do sertão, principalmente com o deslocamento de aldeias indígenas aliadas para as proximidades de núcleos urbanos coloniais, funcionando como defesa entre os colonos e quilombos e aldeias adversárias (Silva 2010). Notável que essas comunidades indígenas não deveriam apenas defender as áreas coloniais de ataque, mas fornecer mão-de-obra para suas

propriedades, e produzir eles próprios gêneros, principalmente farinha. Uma variante dessa estratégia, tentada no Rio Grande do Norte, por outro lado, envolvia a fixação de uma guarnição de soldados regulares em um presídio no sertão. Em 1657, a Câmara de Natal decidiu instalar uma guarnição no sertão do rio Açu, epicentro de muitos conflitos com povos tarairiú, e para a manutenção dessa guarnição o capitão mor da capitania, que estava “sem efeitos da Real Fazenda de Vossa Majestade”, requisitou a farinha dos moradores para garantir “o sustento dos que nele assistissem pelo tempo de seis meses enquanto se dava posse ao governador Geral” (AHU_ACL_CU_018, Cx 1, D 42. Fl. 02.). Certamente, outros gêneros se faziam necessários para a manutenção de uma guarnição nas fronteiras da capitania, mas a urgência e a preocupação estão associadas apenas à farinha. O capitão mor não fala de pólvora, armas, nem mesmo de materiais de construção ou de outros víveres, apenas da farinha, preocupado aparentemente com garantir seu fornecimento imediato.

O conflito com os Tarairiú no Rio Grande do Norte se estendeu por décadas, levando as autoridades coloniais a diversas estratégias para derrotá-los. Mas por décadas povos como os Janduí, os Ariú, os Pega, os Corema, os Panati, todos Tarairiú, fizeram frente aos avanços da colonização em seu território (Medeiros 2000). Enquanto isso colonos e capitães mores do Rio Grande do Norte reclamavam constantemente à Coroa da destruição que essa resistência causava em seu capital. Em 1690, por exemplo, o Conselho Ultramarino comentou uma dessas reclamações e a resposta rio grandense, que foi fundar dois quartéis na ribeira do Rio Açu, com “150 homens, quarenta infantes e os mais índios domésticos” socorridos com farinhas enviadas de Pernambuco, e uma vez que esses presídios distavam pelo menos setenta léguas de Natal “havendo alguma demora em Pernambuco no socorro da farinha, e podendo-se com algum modo ainda sustentar, contudo se tumultuaram de sorte que se viu o Cabo obrigado a descer com todos, deixando uma peça de artilharia de bronze enterrada” (AHU_ACL_CU_018, Cx 1, D 31. Fl. 02.). Ou seja, os soldados se revoltaram, obrigando o comandante a retirá-los do sertão, deixando para trás inclusive peças praticamente insubstituíveis de artilharia. A resposta do Capitão mor do Rio Grande do Norte a esse ocorrido foi dar “logo conta ao Governador de Pernambuco, de onde era essa gente” (AHU_ACL_CU_018, Cx 1, D 31. Fl. 02.).

A queixa a Pernambuco foi feita provavelmente para que o governador dessa capitania sanasse o problema do fornecimento da farinha, além de punir a falta de disciplina de seus homens. Esse governo foi, de fato, responsável pelo fornecimento dos terços regulares e milicianos para combater no Açu, assim como pela contratação dos terços sertanistas paulistas (Silva 2010). Contingentes que combateram os Tarairiú fortemente apoiados pelas muito mais numerosas forças

de flecheiros indígenas aliados (Silva 2019). E todos esses atores sociais eram dependentes do fornecimento de farinha de mandioca que deveria ser requisitado dos moradores do Rio Grande do Norte, como mostra a carta de 1657, ou enviados de Pernambuco.

Na medida em que os assentamentos coloniais foram se fixando, com a rendição dos Tarairiú em parte forçada pelas epidemias, o fornecimento de farinha para os soldados foi se tornando mais complexo, menos emergencial, o que deu lugar a cobranças do pagamento do soldo em moeda. Essa situação aparece no Rio Grande do Norte da década de 1710, quando o provedor da Fazenda escreve reclamando de todo um contrabando de aguardente e gêneros alimentícios como mel para os soldados aquartelados no Açú que deveriam receber apenas ração de farinha e carne. Segundo o provedor, os soldados empenhavam seu soldo nessas mercadorias ficando sem ter com que se fardar (AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 1, D 67. AHU_ACL_CU_018, cx 1, D. 67). Aparentemente, esse terço estava já então cercado por colonos e currais de gado que, segundo o provedor, poderiam “socorrer o terço com o necessário” em caso de escassez de mantimentos, e a preocupação principal desse oficial parecia ser com coibir os gastos dos soldados para que esses andassem “mais bem fardados” e, claro, evitar os contrabandos que escamoteavam a Coroa. A farinha, entretanto, continua a ser um gênero básico, sendo estabelecida em contrato – nesse momento já também com a carne – para fornecimento regular para os soldados.

Nesse momento o fornecimento de farinha parecia vir da própria região, sendo o capelão local o responsável por seu provimento para o Terço de Infantaria do Açú. Também no Ceará, poucos anos depois, eram os próprios moradores que produziam essa munição de boca. E tanto era seu investimento que em 1717 a Câmara de São José do Ribamar exigiu que os soldados de Pernambuco que guarneciam os presídios da capitania fossem pagos em moeda:

por se lhe evitar o prejuízo que visto sentiam os que iam presidir de Pernambuco àquela Fortaleza, os Capitães de Infantaria, que iam de guarnição para ela todos os anos arrogavam assente interesse que até ali era dos Capitães mores, dando-se lhe o sustento como dano do aumento daquela capitania por se não espalhar o dinheiro pelos moradores dela, e com grande opressão por lhe tomarem as farinhas das suas roças as quais lhes fazem desmanchar antes do tempo em que experimentam perda, e com a fazenda que eles levam que lhe vendem por exorbitante preços a fim de ficarem embolsado do dinheiro todo dos soldados, cortando também carne tudo em grande diminuição do limitado contacto que a dita Câmara arremata (Livro 10^a de Ordens Reais. Fl. 223-225).

Essa Câmara sertaneja alegava categoricamente a importância econômica que os soldados burocráticos de Pernambuco tinham para o Ceará, inclusive solicitando à Coroa que não lhes enviasse rações, mas sim que os pagasse em dinheiro para que esse dinheiro se espalhasse pelos moradores. A Câmara insinuava que o fato da Coroa não pagar em dinheiro levava os capitães a espoliar os moradores locais que lavravam mandioca, tornando-se atravessadores, extorquindo igualmente os soldados ao venderem a farinha e as ‘fazendas’ por preços elevados. Uma situação

que prejudicava tanto os moradores quanto os soldados. Vê-se então que a produção de farinha de mandioca no sertão já estava bem estabelecida entre os colonos, e que, apesar das disputas em torno de contrabandos, pagamento de soldo em moeda e outros gêneros, seu fornecimento aos soldados era um fenômeno naturalizado.

Comparando essa situação cearense em 1717 com a requisição de farinhas aos moradores de Natal em 1657, percebe-se as mudanças em torno dos significados da farinha enquanto ferramenta não apenas de abastecimento de tropas do sertão, mas de barganha política. A segunda metade do século XVII, auge dos conflitos com os indígenas, tornava a requisição, compra e envio de farinhas para os combatentes em questões urgentes e problemáticas para a Coroa. Mas à medida que os assentamentos coloniais sertanejos começaram a produzir farinha, os próprios colonos queriam agora vender seu produto às tropas e solicitavam o fim do fornecimento pela Coroa. O controle da farinha para as tropas no sertão passava assim a ser disputado, visto o lucro que esse comércio gerava.

Farinha e o Pagamento de Tropas Urbanas Açucareiras

Mas se nesse início do século XVIII as câmaras sertanejas, produtoras de farinha, urgiam as autoridades coloniais a pagarem seus soldados em numerário para que pudessem elas mesmas lhes vender diretamente esse gênero, a situação das tropas aquarteladas nos grandes núcleos urbanos das capitânicas do norte se tornava bem diferente, com o investimento cada vez maior dos governadores no pagamento das tropas apenas em farinha.

Essas tropas deveriam ser pagas pela Fazenda Real, oficialmente em numerário, mas já durante as guerras holandesas pelo menos parte do pagamento era feito em mercadoria (Mello 2007). Após a guerra, os pagamentos em farinha continuaram e se tornaram a regra para as tropas das capitânicas açucareiras, a ponto de se tornarem um elemento constantemente associado à miséria dos soldados urbanos pelo imaginário colonial (Silva 2010) e por cronistas estrangeiros. Thomas Lindley em Salvador de 1802, por exemplo, afirmou que “Impressiona-me não a miséria, mas como podem sobreviver, sustentando-se apenas de bananas e farinha, e comendo dois ou três peixes pequenos de vez em quando, pois o soldo não lhes permite melhor passadio” (Araújo 1993). Na mesma época, Henry Koster escrevia sobre como eram negligenciados os quartéis em Pernambuco, e como esses homens recebiam basicamente uma porção de farinha por semana (Koster 2003). Esses eram os mesmos soldados que foram guarnecer os presídios no Açu e no Ceará durante os conflitos com os Tarairiú: brancos e pardos pobres recrutados forçados nas vilas açucareiras (Silva 2010).

A importância da farinha de mandioca na alimentação e sobrevivência desses homens fica patente na volumosa correspondência administrativa sobre ela que sugere que se o atraso no pagamento dos soldos era tolerado pelos soldados, o da farinha não era. E esses atrasos eram constantes, a julgar pela correspondência dos governadores (DHBN, vol. 40, pg. 98-9; DHBN, vol. 40, pág. 99-100; DHBN, vol. 53, pág. 80). Governadores gerais e governadores de Pernambuco aplicavam multas, faziam requisições, davam isenções para evitar a escassez da farinha nos núcleos urbanos açucareiros e principalmente nas tropas. E durante as épocas de chegada dos comboios anuais das frotas mercantes a situação de abastecimento das cidades costeiras piorava, já que as frotas também se abasteciam de farinha e, como pagavam o melhor preço, davam sumiço ao gênero nos mercados.

Por outro lado, não apenas o sustento das tropas com farinha custava menos do que o pagamento em moeda de seus soldos – que para serem pagos em numerário ainda deveriam enfrentar a falta de moeda corrente (Silva 2010) –, mas ela era usada como importante ferramenta de controle social desses personagens no meio urbano. De fato, a farinha desempenhou um papel primordial na manutenção da obediência das tropas regulares nos núcleos urbanos da América açucareira. Em Pernambuco, especificamente em Recife e Olinda onde estavam estacionadas as tropas regulares, os soldados, que tinham seus soldos atrasados por vezes em até dois anos, viviam basicamente de rações de farinha. E tão eficaz era essa relação fornecimento de ração em farinha\manutenção da ordem que vários foram os motins que estouraram entre soldados pelo atraso das mesmas, caso do ocorrido em Salvador em 1688 que estourou:

por lhe haverem faltado com a farinha de alguns mezes, e o pagamento de uns quartéis, e começando por poucos se mettem a noite, e se foram chegando mais com que se fez o numero de trezentos soldados, e se encontraram á casa da pólvora, dizendo que lhe pagassem o que lhe deviam, que logo tornariam para as suas Bandeiras (D.H. vol. 33, 334-337).

E após receberem suas farinhas os amotinados realmente voltaram a suas companhias. No entanto, apesar dessa ter sido uma revolta espontânea e fraca, aparentemente facilmente desbaratada, ela preocupou a Coroa, com o governador geral prestando contas ao rei do “perigo em que se viu com o excesso e levantamento dos soldados” e com o rei ordenando que era preciso considerar a matéria “com a ponderação que pedia sua importância”, devendo-se usar de “todos os meios de prudência” para se evitarem novas perturbações (D.H. vol. 33, 334-337). Essa era uma preocupação real, em vista inclusive da frequência de motins urbanos causados por soldados por diferentes razões, mas principalmente por atrasos no pagamento, como um ocorrido em Recife em 1723 e de novo em 1726 (Costa 1983, 326; Miranda 1997, 198) e problemas de abastecimento. E até mesmo a chamada ‘revolta dos alfaiates’ em 1798, que contou com grande contingente de

soldados pardos, não escapou de um certo caráter de motim de farinha, pois como Jancsó (1996) já demonstrou, os pasquins dos revolucionários abordavam vários problemas sociais e um dos mais lembrados pela população era justamente o fornecimento de farinha.

Bastante ciente da importância da ração na manutenção da ordem em tropas inchadas, a Coroa procurava sanar esses problemas autorizando, por exemplo, em 1651, o governador geral a manter pela Fazenda Real duzentos escravos na Bahia cultivando roças para produção de farinha e outros frutos da terra, tanto para a matalotagem das frotas quanto para o sustento regular da infantaria (DHBN vol. 66, 4). Se esse plano foi implementado ele teve pouco impacto a julgar pelo volume de reclamações sobre o mesmo tema na documentação posterior, e as revoltas continuaram, assim como os problemas de fornecimento da mercadoria.

O século XVIII viu o crescimento populacional nos núcleos urbanos das capitânicas do norte e períodos de escassez de gêneros, não apenas de farinha, mas também de carne (OFÍCIO a Fernando José de Portugal sobre a falta de carne e farinha na capitania de Pernambuco. Projeto Resgate Barão de Rio Branco). Secas vieram apenas acirrar esse quadro, e em tudo isso a administração mantinha sua preocupação com o fornecimento de farinha para as tropas. Pois se a farinha sustentava a plebe urbana e não apenas as tropas, a prioridade era absoluta para essas últimas, a ponto dela ser retirada da alimentação do grosso da população, e mesmo em período de escassez geral, as autoridades coloniais procuravam resguardar a prioridade de seu fornecimento para os soldados. Em 1710, por exemplo, entre os conflitos das câmaras de Olinda e Recife nos eventos conhecidos como guerra dos mascates, tropas olindenses procuraram bloquear o acesso dos recifenses aos mantimentos que vinham do interior. O comandante do Recife pediu socorro ao governo geral para sustentar os moradores e a Infantaria que então estavam se mantendo com “açúcar e alguns mariscos”. O governador geral atendeu, mandando duzentos alqueires de farinha, 300 sírios de feijão e 50 de arroz pilado “para que a Infantaria e o povo da Praça do Recife não pereça de fome” (DHBN vol. 53, 95.). No discurso burocrático a tropa tinha sempre prioridade.

E que a farinha suplantava em importância o próprio pagamento em dinheiro fica claro em distintos registros, como a requisição feita pela guarnição da Paraíba em 1733, e na resposta que lhe foi dada pelas autoridades. Nesse episódio, os oficiais e soldados da capitania haviam solicitado da Coroa que iguallassem seu soldo com o que então estava sendo pago no Rio de Janeiro e na Bahia e que além disso “se lhe desse munição de farinha da mesma sorte que nas referidas partes”. O Conselho Ultramarino respondeu que o soldo já havia sido igualado, mas que a farinha ainda estava pendente. Isso porque ambos dependiam do dinheiro que ia de Pernambuco e dos subsídios do açúcar da própria capitania, mas com o atraso no pagamento de Pernambuco, atrasavam-se

também a compra das farinhas. Enquanto o governo da Paraíba afirmava que a ordem original havia se perdido, os oficiais e soldados reclamavam que esse governo na verdade simplesmente não queria obedecer e não queria lhes pagar o “pão de munição” de dez em dez dias como fora determinado (AHU-PARAIBA, cx 9, d. 1, AHU_ACL_CU_014, Cx 8, d 706. Paraíba, 17 de junho de 1733.). Interessante que a disputa – que rendeu diversos anexos ao parecer original do conselho – fosse não pela recusa do governo da Paraíba em pagar os soldos, mas em fornecer a farinha. E que a justificativa da falta de dinheiro fosse dada apenas para essa, e não para os soldos.

Talvez isso ocorresse porque o custo da farinha, fornecida a cada dez dia como queriam os militares, ultrapassariam em muito o dos soldos. Seja como for, os registros no processo indicam a insistência dos soldados e oficiais na farinha e não no numerário. Em outros episódios essa situação transparece, quando após dois anos de atraso de pagamento os soldados só se rebelaram quando a farinha atrasou. A razão para essa supervalorização da farinha pelos militares estava no fato de que a mesma não apenas era consumida, mas também era vendida por eles, fazendo com que a insistência em seu fornecimento fosse consideravelmente maior do que a energia dedicada por eles à cobrança de soldos atrasados.

Essa situação continuou até o final do século pelo menos e em 1792 o governador de Pernambuco ainda se encontrava respondendo a uma ordem régia, intermediada pelo governo geral, para que o pagamento das tropas fosse feito apenas em farinha e não em dinheiro. A ordem regia dizia que o governador poderia comprar diretamente a mercadoria ou a fazer arrematar pelo menor preço, ao que D. Tomás, o governador, respondeu que aquilo era impraticável por causa da “nunca vista esterilidade, e total falta que há do dito gênero, causada pela seca” em Pernambuco e Anexas. Por causa disso, ele solicitou então ao governo geral que este comprasse farinha na Bahia e enviasse para Pernambuco para “provimento da sobredita tropa, da guarnição da Ilha de Fernando, e das embarcações de Sua Majestade que se esperam nesse porto”, isso a despeito de ter descrito anteriormente a situação de penúria dos moradores das capitânicas sob seu comando. Ou seja, o governador de Pernambuco, apesar de ter ele mesmo falado das “apertadas circunstâncias” nas quais os moradores da capitania estavam vivendo, tendo que deixar suas casas e se alimentar de frutos silvestres, muitas vezes “perniciosos”, não os mencionou na solução que encontrou para abastecer a capitania. Sua preocupação continuava a ser apenas com o abastecimento das tropas, e do comboio do rei (OFÍCIO de Tomás José de Melo e deputados da junta da Real Fazenda de Pernambuco. Projeto Resgate Barão de Rio Branco). Interessante também ver a mudança de conjuntura da Bahia entre a ‘guerra dos bárbaros’ e o final dos Setecentos, agora em situação de

fornecer ela mesma farinha para tropas de outras capitâneas, o mesmo que aconteceu com outras regiões, como o sertão do Ceará e do Rio Grande do Norte.

Considerações Finais

Em tudo isso observamos o quanto a farinha de mandioca assumiu um papel muito mais complexo do que o de simples gênero alimentício nas capitâneas do norte. Ser a base alimentar dessa sociedade não era fenômeno de pouca valia, mas para além dele ela desempenhou a função de soldo, e, através dessa, de controle disciplinar e social sobre as tropas, além de ter embasado toda a logística de conquista dos interiores dessas capitâneas, assumindo assim um valor político ímpar.

Então, nos dois contextos trabalhados, a conquista do sertão seiscentista e o aquartelamento das tropas nos núcleos urbanos açucareiros setecentistas, a farinha assumiu funções bem específicas, no primeiro caso como a base logística que permitiu a expansão colonial, e no segundo como uma ferramenta de controle social dos soldados. Funções que sugerem seu grande valor político naquelas capitâneas e que contribuíram para que sua produção, coleta e distribuição fossem prioridades para os governadores.

Se a farinha foi mais do que um gênero alimentício nessas capitâneas, importantíssimo para o abastecimento das tropas, ela também assumiu um caráter de soldo tanto nas vilas, como na expansão sertaneja, E nos primeiros tempos desta, quando a fixação de colonos era pequena nas fronteiras e todo o abastecimento das tropas tinha que vir do litoral, a farinha era o gênero que ocupava a maior parte dos esforços logísticos da Coroa. No entanto, e à medida que mais colonos foram se fixando no sertão e se tornando eles próprios produtores, as preocupações dos governadores se tornaram mais diversificadas, não apenas com outros produtos que deveriam ser fornecidos, mas também com o pagamento das tropas em dinheiro, que foi sendo mais reivindicado à medida que o fornecimento de farinha, agora feito localmente, deixou de ser um problema. Isso significa que a farinha de guerra era o gênero que respondia as emergências nas fronteiras da colonização, onde se assumia como moeda e comida.

Já as cidades açucareiras setecentistas que abrigavam as tropas regulares já fora de ação das jornadas de conquista do sertão, essas tiveram que lidar com não apenas com o abastecimento dessas tropas, mas também com sua disciplinarização: duas questões que eram resolvidas com farinha. Com inchados contingentes, desocupados e mal pagos, nas vilas açucareiras ameaçando desordens, as rações de farinha eram oferecidas como resposta. Assim, esse foi um gênero alimentício de muitos significados sociais e políticos: sempre assumiu nessas capitâneas a função de

soldo; também enquanto mercadoria recebida pelos soldados, era vendida por eles para ajudar em seu sustento; já do ponto de vista militar, foi uma arma na expansão colonial pelo semiárido, basilar na logística dessas expedições. E se tornou também uma ferramenta de controle social dos soldados pela administração colonial.

Referências bibliográficas

- Acioli, Vera Lúcia. *A escrita no Brasil Colônia*. Recife: Massangana, 1994.
- Alencar, Julio Cesar. *Para que enfim se colonizem estes sertões: a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722)*. Natal: UFRN, 2017.
- Alveal, C. e Dias, T. A. “Por uma história das Capitânicas do Norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil”. *História Unicap*, 7, 13 (2020): 10–32.
- Apolinário, Juciene. “Sabores, saberes e o ‘pão dos trópicos’: contatos interétnicos entre indígenas e colonizadores a partir da circulação e uso da mandioca”. *Revista Patrimônio & Memória*, 15, 01 (2019): 28-46.
- Araujo, Emanuel. *O teatro dos vícios*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1993.
- Barickman, B. J. *Um Contraponto Baiano – Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Cardoso, Alírio Carvalho. *A Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)*. São Paulo: Alameda, 2017.
- Cascudo, Luis da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Ed. Global, 2004.
- Costa, Pereira. F. A. *Anais Pernambucanos*. Vol. 03, Recife: Governo de Pernambuco, 1983.
- Cruz, Roberto. “A Farinha de Mandioca e Suas ‘Inconveniências’ na Obra de João Daniel”. *Outros Tempos*, 10, 15 (2013).
- Dias, M. H. “A ‘farinha de pau’ da capitania de Ilhéus: produção estratégica e circulação vigiada, séculos XVII-XVIII”. *História Econômica & História de Empresas*, 12, 2 (2009).
- Gonçalves, Regina Célia. “Povos indígenas no período holandês: anotações de uma pesquisa”. Congresso Internacional Pequena Nobreza Nos Impérios Ibéricos De Antigo Regime, Lisboa, 2011.
- Jancsó, István. *Na Bahia, Contra o Império – História do Ensaio de Sedição de 1798*. São Paulo/Salvador: Hucitec/Edufba, 1996.
- Koster, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 12 ed. Vol 1. Trad. de Câmara Cascudo. Rio, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2003.
- Lisboa, Breno. “Como Conservar ‘Essa Parte Tão Nobre Do Corpo Da Monarquia’: Poderes Da Coroa E Elites Locais Na Capitania De Pernambuco Após As ‘Alterações’”. XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH, Natal, 2013.
- Lopes, Fátima Martins. *Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.
- Mattoso, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A Cidade de Salvador e seu Mercado no Século XIX*. Salvador: Hucitec, 1978.
-

Medeiros, Ricardo Pinto. “O Descobrimento dos Outros: Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial”. Tese de Doutorado, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

Mello, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editoria 34, 2007.

Melo, Felipe. “O Negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e Transporte na Segunda Metade do século XVIII”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2017.

Miranda, Carlos Alberto Cunha. *A Prática da Medicina No Brasil Colonial – Limites E Espaços Da Cura*. Tese de doutorado em História. UFPE, Recife, 1997.

Nascimento, Romulo. “Navegar, sim, comer... pouco’: algumas observações acerca da navegação e abastecimento no Brasil holandês”. Em: *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. org. Paulo Possamai, 157-166, São Leopoldo: Oikos, 2012.

Panegassi, Rubens. “Sistemas alimentares, mediação cultural e ambiguidades em tempos de carestia”. *Revista Centro de Pesquisa e Formação*, 12 (2021): 161-180.

Pedroza, Manuela. “A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial”. Em: *O Brasil Colonial, volume 3 (1720 – 1821)*. orgs. João Fragoso e Maria de Fátima Gouveia, 381-418, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Puntoni, Pedro. *A Guerra Dos Bárbaros. Povos Indígenas E A Colonização Do Sertão Nordeste Do Brasil. 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2008.

Rodrigues, Jaime. “De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica”. *Revista Brasileira de História*, 75, 37 (2017).

Silva, Kalina Vanderlei. “Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na ‘Guerra dos Bárbaros’ (1651-1704)”. *Estudos Ibero-Americanos*, 45, 02 (2019): 78-91.

Silva, Kalina Vanderlei. “Guerra Indígena como Guerra Colonial na América Portuguesa do sec. XVI: Táticas e Estratégias Tupi na Conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, (2020).

Silva, Kalina Vanderlei. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras: A Conquista do Sertão de Pernambuco pelas Vilas Açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: CEPE, 2010.

Soares, Mariza. “Engenho sim, de açúcar não o engenho de farinha de Frans Post”. *Varia história*, 25, 41 (2009).

Tavares, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Unesp/Salvador: Edufba, 2001.

Fontes Primárias

AHU, PE, cód. 265, fl. 135 v-136.

Carta do Capitão mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira Ravasco, ao Rei sobre decisão dos oficiais da Câmara e moradores de Natal de se fazer um presidio no Açú, que seria sustentado por seis meses pelas farinhas dadas pelos moradores. Natal, 25 de abril de 1697. AHU_ACL_CU_018, Cx 1, D 42. Fl. 02

Carta do conde de Castel Melhor ao Governador de Ilhéus, de 18/12/1650. DHBN, vol. III, p. 85.

Carta do conde de Castel Melhor. DHBN, vol. III. p. 94-95.

Carta do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, José Barbosa Leal, ao rei sobre a forma como se deveria pagar aos soldados do terço que assiste no Açú para impedir de comprar aguardente e facilitar-lhes o sustento e o fardamento. Natal, 10 de julho de 1710. AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 1, D 67. AHU_ACL_CU_018, cx 1, D. 67.

Carta para o Capitão Manuel Álvares sobre fazer remeter farinha para o povo desta Cidade, e não consentir que do Recôncavo a vão buscar daqueles distritos, de 21/5/1704. DHBN, vol. 40, pág. 99-100.

Carta para o capitão Paulo Dias Laços sobre remeter farinha para o povo desta Cidade, e por todo o cuidado, para que se não levante o cerco dela. Bahia, 21/5/1704. DHBN, vol. 40, pg. 98-9.

Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D Pedro II sobre carta do capitão mor do Rio Grande do Norte, Agostinho César de Andrade, acerca da destruição da capitania com os ataques dos tapuias e sobre a falta de mantimentos para os soldados aquartelados na ribeira do Açú, o que os obrigava a abandonar o posto. Lisboa, 10 de novembro de 1690. AHU_ACL_CU_018, Cx 1, D 31. Fl 02.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (DHBN), vol. 53, fl. 95.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (DHBN), vol. 66, pág. 4.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (DHBN), vol. 40. Pg. 98-9.

Livro 10^a de Ordens Reais: Provisões e Cartas Régias (1717-1720). Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco. Fl. 223-225.

Ofício a Fernando José de Portugal sobre a falta de carne e farinha na capitania de Pernambuco. Recife, 28\05\1788. Biblioteca Nacional, Projeto Resgate Barão de Rio Branco.

Ofício de Tomás José de Melo e deputados da junta da Real Fazenda de Pernambuco a Fernando José de Portugal e aos deputados da junta da Real Fazenda da Bahia, comunicando ordem real de se pagarem os vencimentos da tropa em farinha e visto faltar o referido produto em Pernambuco, encomendam-no na Bahia. Pernambuco, 22\11\1792. Biblioteca Nacional, Projeto Resgate Barão de Rio Branco.

Portaria com que foi o capitão Manoel da Costa ter prevenido farinha e espingardas para os soldados que vão ao sertão”. 29\9\1664. Conde de Óbidos. (DHBN), vol. 44, p. 193-194.

Portaria do governador geral ao provedor mor sobre se mandar farinha para o RJ diz. 25/3/1711. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (DHBN), vol. 53, pág. 80).

Portaria passada pelo governador geral conde de Óbidos. 23\7\1666. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (DHBN), vol. VI, p. 262.

Requerimento dos oficiais e soldados da capitania da Paraíba ao rei solicitando mandar cumprir a ordem de lhes daram a ração de farinha a cada dez dias. AHU-PARAIBA, cx 9, d. 1, AHU_ACL_CU_014, Cx 8, d 706. Paraíba, 17 de junho de 1733.

Recebido: 19 de fevereiro de 2023

Aprovado: 03 de maio de 2023

Dossiê: A história das mercadorias no mundo pré-industrial:
potencialidades e limites de uma abordagem

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2023.v29.39594>

As drogas do sertão na Amazônia colonial e a construção de um modelo de economia Atlântica-sertaneja (séculos XVII e XVIII)

Spices from sertão in the colonial Amazon and the construction of an Atlantic-sertanejo economy model (17th and 18th centuries)

Drogas del sertão en la Amazonía colonial y la construcción de un modelo económico atlántico-sertanejo (siglos XVII y XVIII)

André José Santos Pompeu*
<https://orcid.org/0000-0002-2077-1019>

RESUMO: O presente texto discute a economia das drogas do sertão, consideradas as principais mercadorias transacionadas na Amazônia portuguesa, a partir do seu caráter múltiplo. A economia das drogas do sertão foi desenvolvida sobre uma série de influências, tanto do mercado europeu de gêneros asiáticos, das conexões entre diferentes estados europeus nas monarquias ibéricas, quanto da marcante influência indígena. Todos esses fatores, no bojo de um nascente capitalismo e uma economia mais conectada, fazia com que as drogas do sertão estivessem numa encruzilhada desses mundos, o que nos leva até a ideia de um modelo de economia Atlântico-sertaneja para lidar com as mercadorias amazônicas.

Palavras-chave: Drogas do sertão. Economia Amazônica. Mercado Atlântico. Sertão.

ABSTRACT: This text discusses the economy of sertão spices, considered the main goods traded in the Portuguese Amazon, based on their multiple character. The spices economy of the sertão was developed under a series of influences, both from the European market of Asian genres, from the connections between different European states in the Iberian monarchies, as well as from the marked indigenous influence. All these factors, in the midst of a nascent capitalism and a more connected economy, made the spices of the sertão to be at a crossroads of these worlds, which leads us to the idea of an Atlantic-sertaneja economy model to deal with Amazonian goods.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Pará. Professor Substituto da Faculdade de História do Campus de Bragança da Universidade Federal do Pará. Possui interesse em história econômica da Amazônia colonial e história do capitalismo. E-mail: andre.pompeu@yahoo.com.

Keywords: Sertão Spices. Amazon Economy. Atlantic Market. Hinterland.

RESUMEN: Este texto analiza la economía de las drogas sertão, consideradas los principales bienes comercializados en la Amazonía portuguesa, a partir de su carácter múltiple. La economía de la droga del sertão se desarrolló bajo una serie de influencias, tanto del mercado europeo de géneros asiáticos, de las conexiones entre diferentes estados europeos en las monarquías ibéricas, como de la marcada influencia indígena. Todos estos factores, en medio de un capitalismo naciente y una economía más conectada, hicieron que las drogas del sertão estuvieran en una encrucijada de estos mundos, lo que nos lleva a la idea de un modelo de economía atlántico-sertaneja para enfrentar mercancías amazónicas.

Palabras clave: Drogas del Sertão. Economía Amazónica. Mercado Atlántico. Sertão.

Como citar este artigo:

Pompeu, André José Santos. “As drogas do sertão na Amazônia colonial e a construção de um modelo de economia Atlântica-sertaneja (séculos XVII e XVIII)”. *Locus: Revista de História*, 29, n. 1 (2023): 106-125.

Introdução

Parte do processo de colonização que o império português encetou no mundo americano esteve associado a busca de mercadorias que pudessem enriquecer seu comércio ultramarino. Principalmente, durante o reinado de D. Manuel I, cognominado como “O Venturoso”, Portugal se estabeleceu como uma grande nação de comerciantes (Coelho 2000, 57-76). Sobretudo, comerciantes de mercadorias asiáticas, em grande medida, encontradas nas Ilhas das Especiarias – hoje Ilhas Molucas – e redistribuídas pelos principais portos asiáticos. O objetivo português era, justamente, controlar esses portos e, conseqüentemente, controlar o comércio dessas mercadorias. Tomando o lugar de árabes, genoveses e venezianos, que dominavam esse mercado (Crowley 2016).

Apesar do relativo sucesso na empreitada, Sanjay Subrahmanyam nos recorda que ainda no século XVI começou a declinar o controle português do comércio asiático. Entre os fatores apontados pelo historiador estavam a implementação do regime de capitanias hereditárias no Estado do Brasil, o que dividia os investimentos portugueses em duas frentes muito amplas; a expansão do império Otomano sob o reinado do sultão Solimão I; as disputas entre hindus e muçulmanos no subcontinente indiano, desarticulando parte do complexo comercial do golfo de

Bengala (Subrahmanyam 2012, 83-84). Além disso, Subrahmanyam ainda indica que o período da União Ibérica foi fatal para os negócios portugueses na Ásia, sendo o período de algumas das piores derrotas portuguesas no Indico (Subrahmanyam 2012, 153-189).

Dentro desse contexto de crise e retrocesso econômico, sentido com as perdas das possessões asiáticas ao longo do século XVII, autores como Frédéric Mauro (1989) e Luiz Felipe de Alencastro (2000) indicam que foi nesse momento que houve a mudança do eixo econômico do império português do Indico para o Atlântico, em um processo conhecido como “atlantização do império português”. Esse processo é fundamental para este texto, pois foi no bojo do processo de “atlantização” que mercadorias como as drogas do sertão ganharam espaço dentro do sistema econômico do império.

O processo de colonização da Amazônia portuguesa esteve associado ao período da União Ibérica, de início do século XVII, quando os inimigos dos Habsburgo se tornam, também, os inimigos de Portugal. De modo que através de investidas militares, as tropas lusitanas, somadas ao enorme contingente de indígenas aliados, iniciam um processo de expulsão de outras potências europeias do vale amazônico e que, encontra como seus maiores pontos de culminância a tomada de São Luís, em 1615, e a fundação de Belém, em 1616. Como afirma Rafael Chambouleyron, o primeiro ímpeto econômico dos colonizadores na recém conquistada Amazônia portuguesa, foi de transferir o modelo econômico ao qual eles estavam habituados no Brasil, que era a plantação de cana-de-açúcar, que por uma série de razões não prosperou, mas também, não foi abandonado (Chambouleyron 2010, 121-145).

Nesse contexto, o cenário apresentado é de ausência de uma mercadoria que pudesse ser utilizada pelos portugueses e que fosse proveniente do mundo amazônico. Nesse ponto que o caminho da “atlantização” e da crise do império na Ásia acaba convergindo com o desenvolvimento da sociedade amazônica. Várias autoridades portuguesas, em meados do século XVII, já mantinham uma retórica de que as especiarias asiáticas poderiam ser encontradas em território amazônico, ou poderiam ser transplantadas da Ásia para serem plantadas no vale amazônico, em uma assimilação de que as duas regiões teriam o mesmo clima (Pompeu 2021, 28). Já na segunda metade do século XVII, segundo Rafael Chambouleyron, os governadores que chegavam ao antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará traziam ordens da metrópole para incentivar a busca e a descobertas de drogas que pudessem encontrar valor econômico no mercado atlântico (Chambouleyron 2013, 79-99).

Através do dicionário do jesuíta Raphael Bluteau, somos informados que as drogas podem ser sinônimos das especiarias asiáticas, assim como produtos aromáticos, ou ainda, no caso do Brasil, poderiam significar açúcar ou pau-Brasil (Pompeu 2020, 307). Desse modo, as drogas do

sertão poderiam se encaixar em uma infinidade de produtos, desde que alcançassem algum valor de mercado, ou seja, se tornassem mercadorias. Além disso, tudo indica que as drogas do sertão, enquanto mercadorias, estão associadas a uma rede de produtos naturais, que tem o seu centro na Europa, no papel de principal compradora. Essa rede se estendia pelas especiarias asiáticas e, paulatinamente, para a sua substituição por mercadorias extraídas do mundo atlântico – que em nosso caso, interessam mais os produtos amazônicos. Existe um grande circuito desses produtos dentro da economia do império português, de forma que, as drogas do sertão eram mais uma das ramificações do mercado colonial.

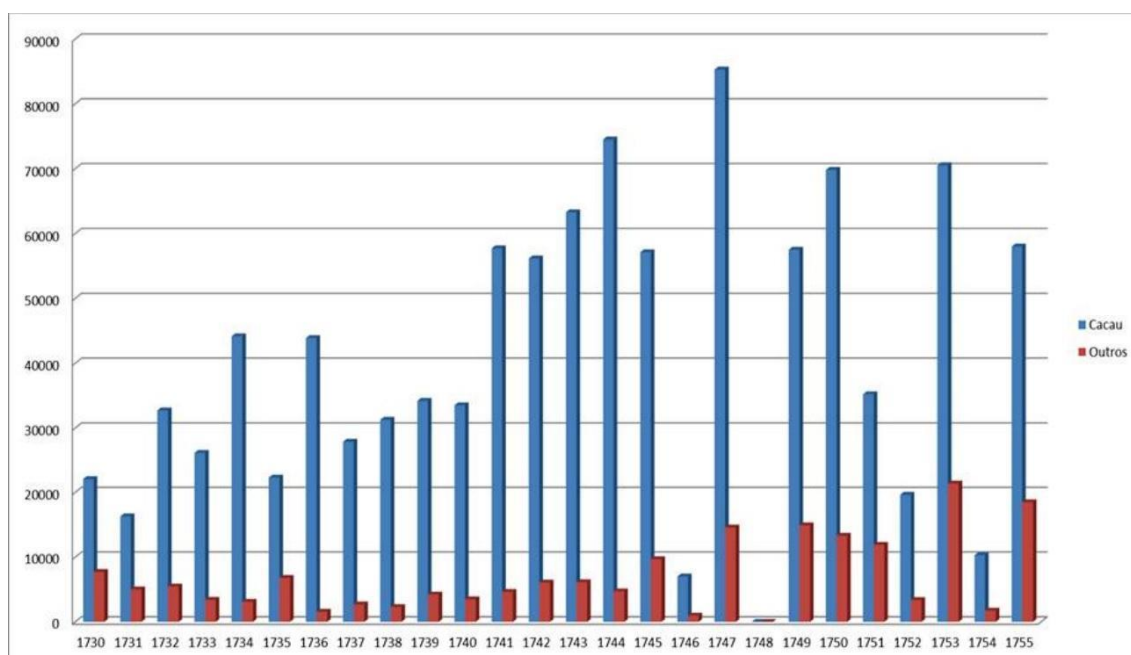
Desta feita, ao tratar sobre as drogas do sertão, o presente artigo pretende demonstrar como o processo de expansão do capitalismo e da economia-mundo ensejou o desenvolvimento de inúmeras formas de mercadorias, como são as drogas do sertão na Amazônia portuguesa. Uma atividade econômica caracterizada como espaço de interseção, entre um modelo capitalista de exploração de mercadorias naturais. Mas, ao mesmo tempo, um modelo desenvolvido no sertão e que era menos suscetível pela ação do mercado Atlântico. Com sociabilidades que independiam do mercado e que já se praticavam muito antes do processo de contato entre portugueses e indígenas. Enfim, uma atividade econômica que podemos identificar como Atlântica-sertaneja.

As drogas que vieram do sertão amazônico

Foram inúmeros os produtos que foram abarcados pelas drogas do sertão. Desde produtos de tinturaria, produtos odoríficos, alimentos e até óleos que compuseram a farmacopeia do Novo Mundo. Como seria exaustivo indicar todos os produtos que ficaram sob o termo drogas do sertão, podemos delimitar aqueles que foram as principais mercadorias dentro desse gênero. Desses podemos destacar o cacau, o cravo fino, o cravo grosso e a salsaparrilha. Através deles podemos ter noção da organização da extração e comercialização das drogas.

O cacau é reconhecido pela historiografia como a principal mercadoria do mundo amazônico, tendo sido amplamente comercializada desde o último quartel do século XVII até o final do período colonial – na verdade, até o século XXI o Pará ainda é o maior exportador de cacau no Brasil. Autores como Manoel Barata (1973), no início do século XX, Dauril Alden na década de 1970 (1976) e Barbara Sommer no ano 2000 (2000) concordam que o cacau foi a principal mercadoria na Amazônia colonial. Existem algumas diferenças entre os autores, como o fato de Manoel Barata acreditar que o cacau cultivado já era mais importante que o coletado, ao longo do século XVIII. No entanto, todos estão de acordo com o grau de importância do cacau como a principal mercadoria da Amazônia.

Gráfico 1 – Comparativo entre a exportação de cacau e todos os outros gêneros na Capitania do Pará (1730-1755)



Santos, Marília Cunha Imbiriba dos. Família, trajetória e poder no Grão-Pará colonial: os Oliveira Pantoja. Dissertação de mestrado. Belém: Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2015, p. 51.

Infelizmente, não temos dados precisos sobre a exportação de cacau para períodos anteriores a 1730, no entanto, através do gráfico fica evidente a supremacia do cacau sobre todas as outras mercadorias amazônicas, o que não inclui apenas as drogas do sertão. Desse modo, seria muito difícil lidar com as mercadorias amazônicas – principalmente, as drogas do sertão – sem levar em conta o cacau e sua primazia.

Além disso, o cacau precisa ser entendido sob uma outra lógica que não apenas a da exportação no circuito comercial atlântico. Estamos lidando, na Amazônia colonial, com uma economia com ausência de circulação de moeda metálica, de modo que, quem fazia o papel dessa moeda era, em larga escala, o cacau. O uso do cacau como “moeda da terra” era expressivo no Grão-Pará, enquanto no Maranhão a “moeda da terra” mais utilizada era o algodão. Mesmo que os dois circulassem livremente entre as duas Capitanias. Assim sendo, a natureza garantia a

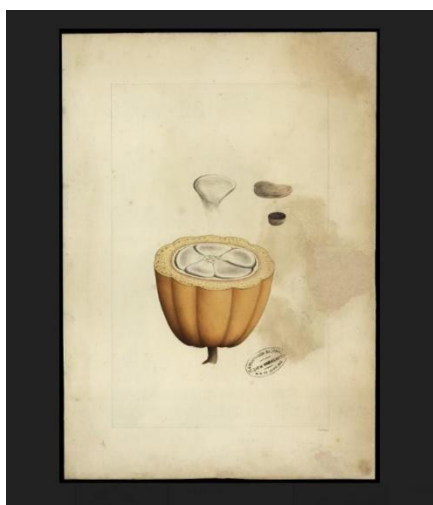
economia da região, o sustento da sociedade e, também, a circulação de numerário (Lima 2006 29-30). E o cacau era amplamente utilizado não por falta de interesse em introduzir a moeda metálica na região, mas pela concepção do Conselho Ultramarino, de que uma economia que era formada, principalmente, por grupos indígenas, não encontraria uso nas moedas metálicas, pois os indígenas tinham muito mais interesse em trocar mercadorias do que moedas (Lima 2006, 158-159).

O cacau era encontrado em vários locais da Amazônia, mas segundo a documentação, era abundante, principalmente, nas margens dos rios Solimões e Madeira, bem como nas ilhas fluviais do Cabo do Norte¹ – atual Estado do Amapá. Havia duas safras que possibilitavam a coleta do cacau, uma delas no verão, que se estendia de janeiro até meados de abril, e que também era conhecida como “safra dos macacos”, pois era comum encontrar tais mamíferos nas árvores comendo o cacau. A segunda safra era a do inverno, que acontecia no final de agosto (Alden 1976, 115). Esse regime de safra diz respeito ao cacau bravo, ao seja, aquele encontrado naturalmente na floresta, enquanto o cacau cultivado, chamado de “manso”, em grande medida, tinha apenas uma safra no ano.

Do cacau, geralmente, se utilizam as amêndoas da fruta para a fabricação do chocolate, ou outras bebidas congêneres. Na própria Amazônia, o Ouvidor Mauricio de Heriarte indica que os indígenas produziam um licor a base do cacau para se embebedarem (Heriarte 1874, 28). Além disso, como apenas as amêndoas interessavam enquanto mercadoria, os indígenas aproveitavam para comer a polpa da fruta, que envolve as amêndoas (Daniel 2004, 85). Motivo pelo qual, os indígenas preferiam coletar o cacau, pois era encontrado nas margens dos rios, com melhor acesso à comida e água. Se alimentando tanto dos macacos, no verão, quanto da polpa, para comer ou produzir licor.

¹ “Carta do Governador Gomes Freire de Andrade para o rei D. Pedro II, sobre as informações relativas ao governo do Estado deixadas para o seu sucessor, Arthur de Sá e Meneses, quando da sua chegada”. 19/07/1687. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Pará, Cx. 3, doc. 263. “Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. Pedro II, sobre o missionário jesuíta castelhano Samuel Fritz, ter ido às aldeias dos coxiguares e cambebas persuadir os índios a irem para a sua missão”. 12/11/1697. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Pará, Cx. 4, doc. 340. “Carta dos oficiais da Câmara de Belém, sobre o preço do cacau e outras drogas”. 26/09/1730. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Pará, Cx. 12, doc. 1149. “Consulta do conselho ultramarino, sobre uma carta do ouvidor-geral do Pará, Manoel Antônio da Fonseca, de 10 de setembro de 1736”. 30/01/1737. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Pará, Cx. 19, doc. 1813. “Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco, ao rei D. João V, em resposta a provisão de 4 de abril de 1739”. 16/09/1739. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Pará, Cx. 22, doc. 2077.

Figura 1 – O cacau da Amazônia



“Gravura do cacau amazônico, da viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. *Acervo da Biblioteca Nacional Digital*. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/noticias/desenhos-botanicos-da-expedicao-de-alexandre-rodrigues-ferreira-no-pinterest/>

Outra mercadoria dentre às drogas do sertão era o cravo. Este era uma árvore, encontrada apenas em alguns rios da região, sobretudo nas proximidades da bacia do Tapajós e do Xingu. O controle do cravo, inclusive, promoveu uma intensa contenda entre portugueses e indígenas na região do rio Xingu ao longo do século XVII (Chambouleyron 2008, 51-74). No caso do cravo, ele se tornava uma mercadoria de duas formas. A primeira dizia respeito ao cravo fino, produzido a partir de uma fina camada da casca da árvore que era retirada pelos indígenas e, depois, vendida no comércio atlântico. Esse era o estágio no qual o cravo alcançava o maior valor de mercado e, também, era exportado em menores quantidades. A segunda forma era o conhecido cravo grosso. Nessa situação a árvore de cravo era derrubada e, em seguida, retalhada em quadrados.

O problema nesse sistema era que o cravo não era cultivado na Amazônia (até os dias de hoje não encontramos uma forma eficaz de cultivar essas árvores) portanto, ao derrubar a árvore, largos passos eram dados para a extinção tanto da planta, quanto da atividade econômica à qual ela estava atrelada. Segundo o jesuíta João Daniel, parecia que os indígenas faziam essa derrubada de propósito com a intenção de não terem mais a necessidade de ir ao sertão coletar o cravo. Diferentemente do cacau, o cravo só era encontrado em regiões de “terra firme”, alguns

quilômetros distantes das margens dos rios, o que provocava jornadas mais longas e com o perigo de faltar comida e água para o empreendimento, o que o tornaria mais penoso aos indígenas (Daniel 2004, 86).

Por fim, a salsaparrilha, outro gênero que encontrou boa entrada no mercado atlântico, também não era encontrada nas margens dos rios, assim como o cravo. O que, no mesmo caso do cravo, tornava mais difícil a sua coleta. Além disso, no caso da salsaparrilha, a mercadoria em si era formada pelas raízes de uma planta, que eram amplamente utilizadas para questões medicinais. Para piorar a situação, a planta possuía grandes espinhos, o que tornava o seu trabalho de coleta ainda mais penoso para os indígenas. A salsaparrilha, enquanto raiz, também pode ser encontrada em plantas similares na região do Mediterrâneo, o que provavelmente, foi a causa da sua coleta e comercialização como produto importante no império português. Não se trata, exatamente, do mesmo tipo de planta, mas, na verdade, de uma série de plantas da mesma família que acabavam garantindo as raízes da salsaparrilha nessas diferentes regiões.

Entretanto, quando pensamos em outras mercadorias entre as drogas do sertão, como os já citados cravo e cacau, precisamos ter em mente que estamos lidando com outra formulação de mercadoria. Por exemplo, no caso do cravo, a sua introdução enquanto mercadoria se dá pela perda dos negócios asiáticos do império português (Cardoso 2010, 9-26). O próprio nome atribuído à árvore é bastante sugestivo, pois, está diretamente associado ao cravo-da-Índia. No entanto, diferente do seu congêneres indiano, em que se secam as flores para diferentes consumos, no cravo do Maranhão era utilizada a casca da árvore por ter um aroma similar ao da Índia. Mesmo que os aromas não fossem totalmente iguais, mas, apenas aproximados, o seu valor enquanto mercadoria estava associado a uma substituição de mercadorias já conhecidas, dentro do processo de “atlantização”. A lógica de mercado do cravo-da-Índia devia ser aplicada ao cravo do Maranhão.

O cacau, por sua vez, tinha uma situação bem particular. Como sabemos o consumo do cacau se dava, principalmente, na forma do chocolate, um consumo que mantinha suas lógicas ligadas ao mundo mesoamericano. Após o processo de conquista e colonização, o chocolate se tornou uma bebida apreciada pelos espanhóis, que cada vez mais formavam um aquecido mercado para o cacau, junto com o próprio vice-reinado da Nova Espanha (Quiroz 2014, 39-64). O cacau é uma espécie típica do continente americano – da região amazônica, para ser mais preciso – mas quando os portugueses iniciaram o seu processo de colonização no vale amazônico, tanto o chocolate e, conseqüentemente, o cacau, já eram apreciados e largamente comercializados no mundo hispânico.

Segundo Rafael Chamboleyron, a economia do cacau na Amazônia portuguesa era uma herança deixada pela União Ibérica, que tornava o comércio de cacau hispânico o modelo ideal a

ser seguido pelo mundo português na Amazônia. A própria montagem dessa economia foi desenvolvida, na segunda metade do século XVII, por pessoas autorizadas pela coroa e que comprovavam ter experiência no mundo hispânico durante o período da União Ibérica (Chambouleyron 2014, 23-43). O mercado que se pensava alcançar era o espanhol; no entanto, o cacau do Maranhão era reconhecido como sendo de uma qualidade inferior ao cacau da Venezuela, de modo que seria ideal aos lusitanos se inserir na rede mercantil maior do cacau, ou criar a sua própria rede mercantil, que desse conta do cacau produzido pela Amazônia portuguesa e se tornasse uma mercadoria de valor. Como salientado, o cacau foi o principal produto da região amazônica em exportações, o que indica relativo sucesso nas redes mercantis do cacau global.

De fato, encontramos três mercadorias que foram fundamentais para a economia da Amazônia frente ao mercado Atlântico. As três, como percebemos, ganharam projeção por motivos diversos. A salsaparrilha amazônica, se torna uma mercadoria pela sua familiaridade com a congênera encontrada em outras partes do mundo, inclusive, no mundo europeu. O cravo do Maranhão, como o nome já indica, era uma aproximação ao cravo-da-Índia, que era coletado nas Ilhas Molucas. Ambos os produtos se aproximavam, sobretudo, pelo mesmo aroma, de modo que o cravo do Maranhão deveria se tornar uma mercadoria com o intuito de substituir um negócio já existente dos portugueses na Ásia e que perdia fôlego ao longo dos anos. Foi uma mercadoria pensada para substituir um gênero que não poderia mais ser acessado na Ásia pelos portugueses.

Já no caso do cacau, a passagem para o status de mercadoria se deu na transição da União Ibérica para Portugal independente, sobretudo, baseada na herança de uma economia aquecida pelo cacau venezuelano e por um corpo consumidor tanto na península, quanto nas colônias. O cacau amazônico deveria replicar o sucesso do seu congênera mesoamericano, mesmo que as amêndoas coletadas na Amazônia fossem consideradas de menor qualidade; mesmo assim, o cacau alcançou o status de grande produto de exportação da Amazônia. Segundo Frederik Matos, após chegar em Lisboa – já no século XVIII – esse cacau era revendido em grandes leilões e reexportado da metrópole para os mais diversos estados europeus, não apenas ao mundo hispânico (Matos 2019). Desse modo, podemos perceber que não foi uma mera inserção mercantil no mercado consumidor hispânico, mas sim um reflexo da entrada portuguesa em novos mercados com o cacau amazônico.

Os sujeitos envolvidos com as drogas do sertão

Quem atribui valor às mercadorias são os sujeitos, pelos mais diferentes motivos, de modo que, seria difícil falar sobre as drogas do sertão sem mencionar esses sujeitos dentro da equação. Já citei a presença de grupos indígenas dentro desse processo, no entanto, eles não eram os únicos

envolvidos. Existe um debate historiográfico a respeito de uma predominância, ou em alguns casos, de um monopólio da Companhia de Jesus diante da economia das drogas do sertão. De maneira que os padres seriam os maiores envolvidos na coleta e exportação dessas mercadorias. Sob a minha ótica, esse posicionamento não está totalmente correto. No que diz respeito ao presente texto, saliento que ao tratar a respeito dos sujeitos envolvidos na economia das drogas do sertão e, até para evitar entrar no referido debate, optei por não listar a Companhia de Jesus. Assim sendo, vamos lidar com os chamados “particulares”. Geralmente, homens de negócios que, sozinhos ou em grupos, organizavam as canoas para fazer a coleta no sertão e exportar as mercadorias produzidas.

Como o nome já indica, essas mercadorias eram encontradas no sertão amazônico. Esse sertão teria uma infinidade de sentidos dentro da lógica portuguesa, sendo que um dos sentidos possíveis é aquele indicado por John Russell-Wood, de que o sertão era o espaço sempre em frente ao projeto colonizador português, um espaço sempre em vias de se colonizar e onde, grosso modo, havia pouca interferência colonial, ou uma maior liberdade para os sujeitos. Seria uma fronteira do mundo colonial (Russell-Wood 2014, 279-302). Era nesse espaço de possibilidades onde as mercadorias que perfaziam as drogas do sertão eram encontradas. Por se tratar de um ambiente fronteiro, móvel e sempre em vias de ser colonizado, podemos entender como um ambiente pouco ou nada conhecido. Se aventurar no sertão era uma empreitada que exigia habilidades dos sujeitos envolvidos, o que nos leva até os práticos do sertão.

O termo “práticos do sertão” é comumente encontrado na documentação do período. Era um termo, geralmente, atribuído a portugueses ou a mestiços e que indicava um largo conhecimento e habilidades a respeito das mais diferentes regiões do interior da Amazônia. Segundo Rafael Chamboyleuron, o vasto território amazônico não é uniforme, de forma que os seus principais rios mantem especificidades bem distintas entre si. Dentro dessa ótica, os práticos se tornam especializados em determinadas regiões, sendo conhecidos como prático do Xingu, do Tapajós, do Madeira ou qualquer outro (Chamboyleuron 2013, 79-99). Cada uma dessas regiões ensejava uma coleta diferente de produtos, assim como, em cada uma dessas regiões era abundante um tipo de produto. Um prático do rio Madeira, vasto em cacau, não teria a mesma expertise com relação ao rio Xingu, abundante em cravo, o que poderia determinar o sucesso ou não do empreendimento.

Esses sujeitos, práticos do sertão, são fundamentais nesse processo, pois eles são os conhecedores das potencialidades econômicas da jornada ao sertão. Boa parte desse conhecimento sobre o sertão veio do contato e da aliança com grupos indígenas, o que possibilitou que esses práticos se tornassem grandes conhecedores do interior da Amazônia, sobretudo de áreas

específicas dela. Não havia expedição ao sertão sem a presença dos indígenas, que serviam como remeiros e como coletores de mercadorias no sertão, assim como não havia expedição sem a presença desses práticos.

Dentro da organização das expedições ao sertão, geralmente, aos práticos do sertão cabia o papel de cabos das canoas. Nem todo prático do sertão atuava como cabo de canoa, mas, todo cabo de canoa deveria ser um prático do sertão; alguém experiente e experimentado na lide do sertão e que conhecesse as possibilidades econômicas que determinados rios, furos ou igarapés poderiam garantir. Essa questão é importante, pois muitos dos homens de negócio do Grão-Pará, ou do Maranhão, também eram práticos do sertão. Eram os mesmos homens que organizavam o mercado em Belém e viviam a experiência do sertão nas canoas. O jesuíta João Daniel, ao escrever sobre os negócios do sertão, indicava que poucos eram os cidadãos que iam pessoalmente até o sertão, mas que contratavam um cabo que seria o seu representante na viagem. Estes, por sua vez, praticavam tais atividades até angariar cabedal suficiente e mudarem de vida (Daniel 2004, 91).

Através dessa lógica, é possível que os homens de negócio do Grão-Pará tenham surgido a partir de práticos do sertão, que, na medida que enriqueciam com as mercadorias do sertão, se tornavam figuras de ponta, enviando outros práticos do sertão em seu lugar. E assim, a economia continuaria a girar numa sucessão de trocas de papéis sociais. O problema, na verdade, reside na documentação presente no Arquivo Público do Estado do Pará, que parece mostrar uma tendência contrária àquela exposta pelo jesuíta. Analisando a documentação referente às expedições de canoas para o negócio do sertão, entre os anos de 1738 e 1767, foram encontrados 1.690 registros². Em primeiro lugar, precisamos ter em mente que esse número deve significar o mínimo de canoas enviadas dentro desse período, pelo fato de a documentação ser lacunar e, da possibilidade de inúmeros registros terem se perdido nesses anos. Em segundo lugar, sabemos que as canoas que praticavam o descaminho das mercadorias não aparecem em nenhum tipo de registro oficial ou de cobrança fiscal. Mas, fato é que, desse universo de registros encontrados, em mais de 50%, o próprio armador da canoa – ou o seu proprietário – era quem assumia a função de cabo e viajava até o sertão.

A informação por si só já enfraquece a afirmação do padre João Daniel, mas, é possível que como em qualquer sociedade, a sua elite fosse composta por uma minoria, e que era ela que enviavam terceiros como cabos de suas canoas em busca das drogas do sertão. Alguns exemplos ajudam a ilustrar o argumento. Em 28 de outubro de 1738, os irmãos Manoel e Francisco Oliveira

² “Termos de responsabilidades e inquéritos”. 1738-1798. *Arquivo Público do Estado do Pará*, Secretaria da Capitania, Códice 032, não numerado

Pantoja partiram em canoas ao sertão³. O grupo familiar dos Oliveira Pantoja fora um dos mais importantes no Grão-Pará do século XVIII, com um sem-número de sesmarias, engenhos, além de controle sobre cargos públicos e participação efetiva na Câmara da cidade de Belém (Santos 2015). Outro exemplo, desta feita com os irmãos José e André Miguel Ayres, que partiram em 23 de outubro de 1738. Os dois irmãos chegaram ao posto de mestre-de-campo, um deles em Belém e o outro em São José de Macapá. José Miguel Ayres serviu como capitão-mor de Gurupá, da Ilha Grande de Joanes e da Capitania do Pará, enquanto André Miguel foi capitão da Fortaleza do Tapajós. Ambos eram sesmeiros, sendo que José Miguel ainda possuía uma fábrica de anil (Pompeu 2022, 282-295). Ou seja, estamos falando de dois irmãos pertencentes à elite do Grão-Pará.

Para além desses dois exemplos, de duas das principais famílias do Grão-Pará setecentista, vários outros nomes das figuras mais proeminentes da sociedade paraense estavam pessoalmente envolvidos no trato das drogas do sertão e poderiam ser citados. E o que é mais importante, mesmo entre as duas famílias aqui listadas, apesar de ter citado apenas o exemplo do ano de 1738, até o final da série, algum membro tanto dos Oliveira Pantoja, quanto dos Ayres, sempre estava no sertão. Desta feita, a afirmação do padre João Daniel parece mais enfraquecida. Estamos lidando com uma elite de homens de negócios que era envolvida em diversos ramos, tanto da administração colonial, das forças militares, da agricultura, do extrativismo e do comércio. E, mais ainda, que mesmo estando envolvidos nessas diferentes frentes, esses sujeitos ainda mantinham a sua vivência dentro do sertão. O sertão era o centro econômico no qual orbitam esses sujeitos, era o sertão que garantia as mercadorias que esses mesmos sujeitos transacionavam no mercado Atlântico.

Tais homens de negócio armavam e equipavam as suas canoas para fazer a coleta das drogas do sertão no interior da Amazônia, com expedições que poderiam levar até oito meses viajando nos rios da região. O primeiro passo nessa organização era obter uma canoa, João Daniel afirma que quem não tinha uma canoa própria poderia alugar uma para a expedição (Daniel 2004, 79). Além disso, para empreender esse tipo de expedição, eram necessários entre 200 e 300 alqueires de farinha para alimentar a tripulação (Daniel 2004, 80). Sem falar que os indígenas envolvidos na expedição, caso não fossem escravos, deveriam receber salários por cada mês de viagem – esse salário variava entre tecidos, porções de sal, agulhas e outros itens (Daniel 2004, 80). Ainda segundo o jesuíta, o custo para se equipar uma expedição dessa monta girava em pelo menos 300 mil réis (Daniel 2004, 79). Acredito que o valor apontado por João Daniel fosse um pouco menor do que de fato era. Se levarmos em conta que, apenas para adquirir uma canoa os preços variavam entre

³ Ibidem.

300 e 500 mil réis⁴, fora todo o restante de equipamentos, mantimentos e salários, os valores investidos por esses homens de negócio parecem ser maiores que os 300 mil réis indicados pelo missionário.

Dentre a tripulação da canoa, o maior contingente de indivíduos era formado por indígenas. Desde o piloto, o proeiro e os remeiros, todos eram indígenas. Nas poucas referências em que foi possível identificar a presença de negros nas embarcações, eles estavam na posição de cabo da canoa, sob a confiança dos seus senhores. Com o passar do século XVIII e o aumento do fluxo de escravizados africanos, fornecidos pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, alguns desses escravizados participaram das canoas na expedição do sertão. No entanto, tudo indica que a maioria dos envolvidos nessa atividade eram indígenas.

Como indicado anteriormente, os indígenas envolvidos nas expedições, caso não fossem escravos, deveriam receber salários por cada mês de trabalho nas expedições. Esses salários envolviam quantidades de roupas, tecidos, chapéus, sal, agulhas, enfim, vários itens, em quantidades determinadas. No caso dos pilotos os salários eram mais altos, com quantidades maiores de mercadorias em seus pagamentos. Sobretudo, por se tratar de uma profissão especializada e extremamente necessária, os pilotos guiavam as canoas e conheciam profundamente os rios da região. Eram essenciais ao trabalho. O sistema de pagamentos, no caso das Vilas e Lugares do Diretório dos índios, era um pouco diferente, pois envolvia certa participação nos lucros da canoa. Foi mencionado anteriormente a questão da moeda metálica na Amazônia portuguesa, e de como a sua introdução foi postergada, pois as autoridades coloniais indicavam que os indígenas não encontravam valor nela, preferindo receber em mercadorias pelos seus serviços. Segundo David Sweet, já havia uma longa tradição de trocas de mercadorias entre os grupos indígenas da Amazônia, mesmo entre grupos que habitavam localidades distantes. Um sistema no qual a cerâmica era trocada por alimentos produzidos, ou mercadorias manufaturadas, dependendo dos interesses dos grupos (Sweet 1974). Desse modo, podemos conjecturar que os grupos indígenas mantinham seu sistema, em um estágio em que os europeus estavam sendo adicionados, baseados nas novas mercadorias às quais tinham acesso.

Infelizmente, não temos informações a respeito de quais grupos indígenas eram recrutados para as expedições das drogas do sertão. Tanto poderia ser uma prática generalizante, de se utilizar do trabalho de qualquer indígena, independente do seu grupo étnico, como poderia haver etnias recrutadas com mais afincos para serem utilizadas nas jornadas. Através da informação sobre grupos

⁴ “Relação dos bens das Companhia de Jesus que poderiam gerar dízimos para a Fazenda Real, feita por Alexandre de Sousa Freire”. Biblioteca Pública de Évora, Códice CXV 2-13, fl. 224v-232.

específicos, poderíamos identificar os tipos de mercadorias envolvidas no seu sistema de trocas. Segundo relatos, como do jesuíta João Daniel, esses indígenas eram entregues aos particulares por meio de portarias passadas pelo Governador do Estado, que atestava a quantidade de indígenas que seriam recrutados e de quais aldeias eles poderiam vir. Ainda segundo o missionário, os particulares recolhiam um ou dois indígenas de cada aldeia, onde também compravam farinha, até terem reunido toda a sua tripulação (Daniel 2004, 79).

A informação de João Daniel é corroborada por listadas, presentes no acervo do Arquivo Público do Pará, que fazem a contagem dos indígenas cedidos ao trabalho. Apesar dessas listagens também não indicarem nomes ou grupos étnicos, podemos visualizar a quantidade de indígenas entregues para cada particular – esses sim, em uma listagem nominal – e de quais aldeias ou aldeamentos eles vinham⁵. De fato, como indica João Daniel, a tendência era de recrutamento de um ou dois indígenas por aldeamento. O que pode ser entendido como uma estratégia, tanto das autoridades coloniais, quanto dos particulares, para evitar qualquer tipo de revolta e fuga, caso um número grande de tripulantes fosse proveniente da mesma localidade. Não obstante, o que podemos perceber dentro da economia das drogas do sertão é que os diferentes sujeitos envolvidos possuíam visões muito diferentes dos papéis desempenhados. De um lado, havia tendências da nascente economia-mundo, por outro, havia questões de mobilidade e sistemas ancestrais de troca. As drogas do sertão, enquanto mercadorias de um sistema econômico, estavam entre vários mundos.

Uma economia Atlântica-sertaneja

É perceptível que existiam diversas influências sobre a economia das drogas do sertão e que, essas influências precisavam estar em constante diálogo. Estamos diante de uma atividade econômica que se faz em múltiplas espacialidades e recebe influências dessas espacialidades. Uma comparação com a Bolívia colonial pode ser elucidativa. Segundo Brooke Larson, na região de Cochabamba, a sociedade se assentou em grupos mestiços e nativos, que no seu processo de interação formaram um mundo mestiço interior, dentro da cordilheira dos Andes. A autora delimitou aqueles mundos como “locais dispersos de microcoletividade”. Um ambiente que sentia influências da economia externa e das mudanças que ela sofria na Época Moderna, mas que ao mesmo tempo estava desconectada de muitas transformações, e onde, nos Andes, poucas dessas mudanças faziam sentido para aquela sociedade mestiça, que mantinha sua organização, seus ritos, suas festas (Larson 1998). Enfim, tratava-se de um espaço fluido de interações.

⁵ “Registro geral”. 1750-1820. *Arquivo Público do Pará*, Secretária da Capitania, Códice 59.

As expedições de coleta das drogas do sertão já foram caracterizadas por sua fluidez, ou melhor, por sua “cultura de mobilidade” por Heather Flynn Roller. Segundo a autora, podemos perceber essa mobilidade pelas interações que existem dentro das expedições. Eram viagens que poderiam durar vários meses, em um território com pouco ou nenhuma influência do poder colonial e, mais ainda, onde o único representante na expedição, o cabo da canoa, permitia que os indígenas passassem semanas distantes da canoa enquanto realizavam o processo de coleta. Dentro dessa lógica, aos indígenas era preferível participar das expedições de coleta do que de outras atividades laborais, como no caso das obras das fortificações. Essas expedições permitiam o deslocamento desses indígenas para regiões que poderiam ser de seu interesse, como na visita de parentes distantes e, também, permitia auferir lucros, fosse de forma legal ou através de descaminhos (Roller 2014).

Já é possível enxergar, mesmo dentro da lógica da mobilidade e da fluidez da economia das drogas do sertão, que ela estava associada a um caráter múltiplo, como no caso das percepções indígenas de mobilidade que eram possíveis nessas expedições, assim como na demanda que o nascente capitalismo exercia por produtos naturais – sobretudo, o cacau – fundamentais dentro da economia europeia. Como apontam Fernand Braudel (Braudel 2009) e Immanuel Wallerstein (Wallerstein 2011), guardadas as diferenças entre os autores, estamos lidando com a consolidação da economia-mundo europeia. Das diferentes pressões exercidas por essa economia-mundo, podemos elencar o consumo de mercadorias naturais provenientes de regiões distantes. Foi o que ocorreu com as especiarias asiáticas, que fomentaram um largo comércio com a Europa e, como já citado, serviram de modelo no processo de substituição, no Império português, das especiarias pelas drogas do sertão.

Existe uma influência da economia-mundo no desenvolvimento da economia das drogas do sertão, como principal mercadoria da Amazônia portuguesa. Uma influência que era sentida através desse comércio de longa duração entre Europa e Ásia, e que acabou sendo fundamental na atlantização portuguesa. Para além disso, a principal mercadoria entre as drogas do sertão, no âmbito do mercado atlântico, era o cacau. O cacau foi amplamente utilizado na fabricação de chocolate, uma bebida que tinha suas origens atreladas aos povos mesoamericanos. Isso pode nos levar a pensar junto da economia-mundo, a influência do processo de mundialização, debatido por Serge Gruzinski e, centrado, em elementos culturais (Gruzinski 2014). A economia e a cultura podem explicar o fomento do consumo de chocolate, através da circulação cultural de pessoas e saberes por esse novo mundo conectado, ou “mundializado”, como atesta Gruzinski. De modo que, o consumo de uma bebida mesoamericana – que sofreu transformações nesse processo – criou hábitos de consumo na Europa e incrementou a economia das drogas do sertão. Em seu

estudo do Piemonte italiano, Giovanni Levi já apontava questões próximas. Sobretudo, ao indicar as influências em questões de sociabilidade e cultura, que afetavam o mercado legal e as relações econômicas no geral (Levi 2000).

Por outro lado, temos a efetiva – e imprescindível – participação indígena nessa economia. Grupos indígenas envolvidos nas expedições de coleta das drogas do sertão tinham conhecimento sobre as implicações econômicas gerais da coleta das mercadorias na floresta. Não era segredo que essas mercadorias eram revendidas para a metrópole e que, lá, longe da Amazônia, elas tinham grande valor – afinal, anualmente se organizavam expedições para garantir o fluxo de mercadorias. No entanto, se a economia-mundo e a possibilidade de auferir capital – econômico e simbólico – era o que motivava os particulares, a razão da participação dos grupos indígenas não era exatamente a mesma.

Já mencionei, através de Roller, que os indígenas buscavam ganhos econômicos com as expedições, o que os aproxima dos interesses dos particulares. Roller, no entanto, ainda nos informa de razões dispares para o envolvimento dos indígenas. A autora nos aponta o quanto essas sociedades eram móveis e fluídas antes do contato, assim como essas expedições serviam para manter essas características. Os indígenas visitavam parentes distantes, aldeias distantes, trocavam produtos e faziam um ritmo de trabalho de coleta de mercadorias, da forma que fosse mais interessante (Roller 2013, 201-240). Havia uma forma de liberdade perante o sistema colonial que só era possível no sertão, e que era praticada por meio da principal atividade econômica da Amazônia colonial, que era a extração das drogas do sertão.

O mundo colonial, conectado à economia-mundo, estava marcadamente presente na economia das drogas do sertão, mas o mundo fluído, móvel e livre do sertão, propriamente dito, também estava lá, em várias camadas. Segundo David Sweet, os indígenas amazônicos mantiveram seu complexo de trocas mesmo após a chegada dos europeus (Sweet 1983, 283-304). Esse sistema anterior a uma economia de mercado podia muito bem conviver dentro das expedições das drogas do sertão, como uma camada dessa economia, possibilitada pela mobilidade experimentada por esses grupos indígenas, grupos esses que poderiam ser escravos ou não. Existia um grau de liberdade, mesmo dentro desse sistema transamazônico de escravidão indígena.

Mais ainda, precisamos lembrar, como já citado, de que as drogas do sertão, sobretudo, o cacau, serviam como moeda da terra. A base da economia, mesmo aquela que estava atrelada ao mercado atlântico e, conseqüentemente, à economia-mundo, se mantinha a base da troca de mercadorias. De modo que o cacau era a principal mercadoria transacionada, tanto entre os particulares nas praças coloniais, quanto entre os particulares e o mercado Atlântico. A natureza garantia a manutenção tanto da economia interna, quanto da economia externa. Por isso, era

essencial que anualmente aquelas canoas partissem, e o movimento de fazer as canoas partirem ensejava investimentos dos particulares que armavam as canoas. Não obstante, nem todos os participantes dessa economia estavam focados nas questões do mercado Atlântico, mas de alguma forma estavam conectados a ele ao participarem das expedições.

A própria condição de manutenção da economia da Amazônia colonial estava na continuidade das expedições de coleta das drogas do sertão, tanto para a sua manutenção interna, quanto para manter a manutenção de conexão com o mercado Atlântico. Desse modo, acredito que o mundo amazônico criou o seu próprio “local disperso de microcoletividade”, a exemplo daquilo que Brooke Larson verificou para a Cochabamba colonial. Essa economia das drogas do sertão, em um espaço de interseção entre o mundo Atlântico, da economia-mundo, e o mundo do sertão, que não obedece às mesmas lógicas, mas que não deixam de estar de alguma forma ligados, no caso amazônico, pode ser classificada como uma economia Atlântico-sertaneja.

Esta recebe influências totais nem de um lado e nem de outro, mas mantém ativo esse ponto de interseção entre o interior da Amazônia e a economia-mundo que se formava e se centrava no mundo europeu da Época Moderna. De alguma forma, podemos estar caminhando junto de Karl Polanyi, visualizando uma proposta de “imersão” baseada na economia das drogas do sertão. Onde, ao lançarmos mão de um olhar para as influências sociais e culturais que orbitam essa atividade econômica, podemos perceber que as suas influências são preponderantes na sua montagem, as quais venho tentando apontar aqui (Polanyi 2000). A montagem e a classificação da atividade das drogas do sertão como uma economia Atlântico-sertaneja estiveram conectadas às influências culturais exercidas pelo mundo do sertão e pelo mundo Atlântico. Um espaço de interseção entre sertão e Atlântico, mas que também podemos encarar como o espaço de interseção entre europeus, indígenas e mestiços, base de uma atividade econômica específica.

Considerações finais

Ao classificar a economia das drogas do sertão como uma economia Atlântico-sertaneja, estamos assumindo o seu lugar de ponto de interseção entre distintos mundos. Esse ponto de interseção liga o ascendente capitalismo – ou a consolidação da economia-mundo – com os interiores da região amazônica, um ambiente de fronteira, disputado por nações indígenas e nações europeias – mesmo que a disputa, em alguns casos, tenha sido forjada através da negociação e das alianças. As lógicas vivenciadas pelos sujeitos não eram as mesmas. Enquanto os particulares estavam muito mais atrelados à economia Atlântica, os principais participantes dessa economia, que eram os grupos indígenas, que de fato coletavam as mercadorias, seguiam as suas próprias lógicas. Ainda temos aí a presença dos mestiços, que poderiam pender para ambos os lados. Entre

esses extremos temos uma série de camadas de sociabilidade, que também perfazem a atividade econômica das drogas do sertão.

Ao admitirmos o seu caráter de ponto de interseção, enquanto atividade Atlântica-sertaneja, começamos a dar visibilidade para essas camadas internas, além de possibilitar o entendimento de que, na Época Moderna, nem tudo estava atrelado a uma economia de mercado – ou a ascensão dessa economia. Do mesmo modo que, nem tudo estava alheio. Existem pontos entre essas questões e a atividade das drogas do sertão era um desses pontos. Apesar de estarmos lidando com mercadorias que não chegaram a ter o mesmo valor ou o mesmo volume de exportação do açúcar, ou do ouro, por exemplo, estamos diante das principais mercadorias da Amazônia portuguesa e de um bom exemplo para entender como uma região de fronteira se conecta com o restante da economia do império português, justamente, como um ponto de interseção entre mundos. Por isso o estudo da economia das drogas do sertão é também uma forma de entender os múltiplos sujeitos que nela estiveram envolvidos.

O quadro não está, de maneira alguma, fora da realidade. Segundo Fernand Braudel, tanto a economia-mundo, quanto o nascente capitalismo vivia a base da heterogeneidade de mercadorias produzidas, ou das forças e regimes de trabalho. Para Braudel, esse sistema capitalista se apoiava na diferença, aglutinando regiões que utilizavam a servidão, o trabalho escravo e o trabalho livre ao mesmo tempo. Assim como, a diferenciação entre regiões mais centrais dentro da economia-mundo, quanto regiões mais distantes do centro, dentro desse amplo complexo econômico (Braudel 1987, 57-61). Portanto, o quadro das drogas do sertão, com suas características Atlântico-Sertanejas, era uma das muitas facetas do quadro mais amplo e heterogêneo da ascensão do capitalismo e da produção de mercadorias na Época Moderna.

Referências bibliográficas:

Alden, Dauril. “The significance of cacao production in the Amazon Region during the late colonial period: an essay in comparative economic history.”. In: *Proceedings of the American Philosophical Society*, vol. 120, nº 2, 1976, pp. 103-135.

Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

Barata, Manoel. *Formação histórica do Pará: obras reunidas*. Belém: EdUFPA, 1973.

Braudel, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: Séculos XV-XVIII*. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Braudel, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

Cardoso, Alírio. “Outra Ásia para o Império: fórmulas para a integração do Maranhão à economia oceânica (1609-1656)”. In: Chambouleyron, Rafael, José Luis Ruiz-Peinado Alonso.

(Org.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açaí, 2010, pp. 9-26.

Chambouleyron, Rafael. “Como se hace en Indias de Castilla?: El cacao entre la Amazonía portuguesa y las Indias de Castilla (siglos XVII y XVIII)”. In: *Revista Complutense de História da América*, v. 40 (2014): 23-44.

Chambouleyron, Rafael. “A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII)”. In: *Outros Tempos*, vol. 10, n° 15 (2013): 79-99.

Chambouleyron, Rafael. “O sertão dos Taconhapé. Cravo, índios e guerras no Xingu seiscentista”. In: Sousa, César Martins, Alírio Cardoso. (Org.). *Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (XVII-XXI)*. Belém: Editora da UFPA, 2008, p. 51-74.

Chambouleyron, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Açaí, 2010.

Coelho, Antônio Borges. “Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro (Séculos XV-XVI)”. In: José Tengarrinha. (org.). *História de Portugal*. Bauru/São Paulo/Lisboa: EDUSC/EdUNESP/Instituto Camões, 2000, pp. 57-76.

Crowley, Roger. *Conquistadores: como Portugal forjou o primeiro império global*. São Paulo: Crítica, 2016.

Daniel, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Vol. II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Gruzinski, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte, EdUFMG; São Paulo, EdUSP, 2014.

Heriarte, Maurício. *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas [1662]*. Viena: Carlos Gerold, 1874.

Larson, Brooke. *Cochabamba, 1500-1900: Colonialism and agrarian transformation in Bolivia*. Durham: Duke University Press, 1998.

Levi, Giovanni. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Lima, Alam José da Silva. *Do “dinheiro da terra” ao bom dinheiro: moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

Matos, Frederik Luiz de Andrade. *O comércio das “Drogas do sertão” sob o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

Mauro, Frédéric. *Portugal, Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Lisboa: Estampa, 1989.

Polanyi, Karl. *A grande transformação: a origem da nossa época*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Pompeu, André. “A ação dos cabos de canoas no negócio das drogas do sertão na Amazônia colonial (século XVIII)”. In: Slemian, Andréa, Jaime Rodrigues, José Carlos Vilardaga, Marina Passos Tufolo. (org.). *Dinâmicas imperiais, circulação e trajetórias no mundo ibero-americano*. Guarulhos: Departamento de História/UNIFESP, 2020, pp. 306-321.

Pompeu, André. “As rotas de comércio indígena na montagem da economia das drogas do sertão”. In: *Revista em Favor da Igualdade Racial*, v. 4, (2021): 22-35.

- Pompeu, André. *As drogas do sertão e a Amazônia colonial (1677-1777)*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.
- Quiroz, Enriqueta. “Circulación y consumo de cacao en la Ciudad de México en el siglo XVIII”. In: *Secuencia*, N° 88, (2014): 39-64.
- Roller, Heather F. *Amazonian Routes: Indigenous, Mobility and colonial communities in Northern Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2014.
- Roller, Heather Flynn. “Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no Sertão amazônico (1750-1800)”. In: *Revista de História*, N° 168 (2013): 201-243.
- Russell-Wood, John. *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- Santos, Marília Cunha Imbiriba dos. *Trajatória e poder no Grão-Pará setecentista: Os Oliveira Pantoja*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2015.
- Sommer, Barbara Ann. *Negotiated settlements: native Amazonias and portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Novo México, Albuquerque, 2000.
- Subrahmanyam, Sanjay. *The Portuguese Empire in Asia: A political and economic history (1500-1700)*. 2ª Ed. Oxford: Wiley-Brackwell, 2012.
- Sweet, David. “Francisca: escrava da terra”. In: *Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará*, tomo XIII. Belém: SECULT, 1983, p. 283-304.
- Sweet, David. *A rich realm of nature destroyed: The middle Amazon valley (1640-1750)*. Tese de doutorado, Faculty of History, University of Wisconsin-Madison, 1974.
- Wallerstein, Immanuel Maurice. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600–1750*. Berkeley: UC Press, 2011.

Recebido: 28 de janeiro de 2023

Aprovado: 30 de fevereiro de 2023

Juiz de Fora e o golpe civil-militar de 1964*

Juiz de Fora and the civil-military coup of 1964

Juiz de Fora y el golpe cívico-militar de 1964

Jorge Ferreira**

<https://orcid.org/0000-0002-3330-8947>

RESUMO: O artigo tem por objetivo contribuir para a reflexão sobre o golpe civil-militar de 1964 a partir da abordagem metodológica de redução de escala, alternando da análise nacional para a local, em especial, para a cidade Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais. Recorrendo a diversos jornais, livros de memórias e ao relatório final da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, o artigo trata do cotidiano repressivo na cidade durante os primeiros dias do golpe de Estado, da perseguição aos líderes sindicais – em particular a Clodsmidt Riani –, da maneira como a imprensa local apoiou o movimento golpista e, por fim, da festiva recepção ao general Olímpio Mourão Filho e a suas tropas militares quando retornaram da Guanabara para Juiz de Fora.

Palavras-chave: Golpe civil-militar de 1964. Golpe de 1964 em Juiz de Fora. Juiz de Fora e a ditadura militar.

ABSTRACT: The article aims to contribute to the reflection on the civil-military coup of 1964 from the methodological approach of scale reduction, alternating from national to local analysis, especially for the city of Juiz de Fora, in the state of Minas Gerais. Using several newspapers, memoirs and the final report of the Juiz de Fora Municipal Truth Commission, the article deals with the repressive daily life in the city during the first days of the coup d'état, the persecution of union leaders - in particular Clodsmidt Riani –, the way in which the local press supported the coup

* A pesquisa recebeu financiamento do CNPq.

** Professor aposentado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), credenciado nos Programa de Pós-Graduação em História da UFF e da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e autor de *João Goulart – uma biografia* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011) e *Elisa Branco – uma vida em vermelho* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023). Também publicou, em co-autoria com Angela de Castro Gomes, *1964. O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014). E-mail: jorgeferreirauff@gmail.com

movement and, finally, the festive reception of General Olímpio Mourão Filho and his military troops when they returned from Guanabara to Juiz de Fora.

Keywords: Civil-military coup of 1964. Coup of 1964 in Juiz de Fora. Juiz de Fora and the military dictatorship

RESUMEN: El artículo tiene como objetivo contribuir a la reflexión sobre el golpe cívico-militar de 1964 desde el enfoque metodológico de reducción de escala, alternando el análisis nacional para el local, especialmente para la ciudad de Juiz de Fora, en el estado de Minas Gerais. Utilizando varios periódicos, memorias y el informe final de la Comisión Municipal de la Verdad de Juiz de Fora, el artículo aborda la cotidianidad represiva de la ciudad durante los primeros días del golpe de Estado, la persecución de los dirigentes sindicales - en particular Clodsmidt Riani -, la forma en que la prensa local apoyó el movimiento golpista y, finalmente, la recepción festiva del general Olímpio Mourão Filho y sus tropas militares cuando regresaron de Guanabara a Juiz de Fora.

Palabras clave: Golpe cívico-militar de 1964. Golpe de 1964 en Juiz de Fora. Juiz de Fora y la dictadura militar.

Como citar este artigo:

Ferreira, Jorge. “Juiz de Fora e o golpe civil-militar de 1964”. *Locus: Revista de História*, 29, n. 1 (2023): 126-152.

O golpe de Estado que, nos dias 31 de março e 1º de abril de 1964, derrubou da presidência da República João Goulart é um dos acontecimentos mais marcantes na história política brasileira contemporânea. A cada dez anos inúmeros eventos são organizados em universidades e instituições de pesquisa para debater o golpe de 1964 e a ditadura que o seguiu. Algo similar não ocorre com outras rupturas institucionais vivenciadas na história republicana, a exemplo da Revolução de 1930 ou do golpe de 1937, que impôs a ditadura do Estado Novo.

Atualmente, o estudioso dispõe de vasta bibliografia sobre o golpe, a começar pelas obras que aludiam à “crise do populismo” para explicar 1964, caso das de Octávio Ianni (1968) e Francisco Weffort (1978). A alternativa interpretativa veio com o livro do cientista político Moniz Bandeira (1977). Embora considere a atuação de empresários, latifundiários, classes médias, imprensa e militares de oposição a Goulart, Bandeira enfatiza a ação desestabilizadora do governo dos Estados Unidos para explicar o golpe. O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (1986), por sua vez, defendeu a tese de que o golpe resultou de um sistema político polarizado que provocou “paralisia decisória” governamental.

Posteriormente, diversos historiadores contribuíram para a compreensão do golpe. Como não há espaço suficiente para discutir a vasta bibliografia sobre o tema, limito-me a três interpretações que se tornaram as principais matrizes interpretativas atuais. A primeira continua sendo a de Moniz Bandeira, que ressalta a intervenção dos Estados Unidos na América Latina no contexto da Guerra Fria e da Revolução Cubana. A segunda é a de René Dreifuss (1987), que examina duas organizações políticas – o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) – entendendo-as como o “Estado Maior da burguesia multinacional-associada”. Dreifuss define o golpe de 1964 como um “golpe de classe”. A terceira interpretação é de Argelina Figueiredo (1993), cuja tese central é a de que, entre 1961 e 1964, escolhas e ações dos atores políticos da época impediram a implementação das reformas dentro do regime democrático. A radicalização entre direitas e esquerdas provocou o consenso negativo para a solução dos conflitos, resultando na desestabilização do governo e no próprio golpe desferido pelas direitas.

O artigo tem por objetivo contribuir para a reflexão sobre o golpe civil-militar de 1964 a partir da abordagem metodológica de redução de escala (Revel 1998), alternando da análise global para a local. Dos grandes centros urbanos onde o movimento golpista repercutiu com amplitude nacional – como a Guanabara, Brasília e Porto Alegre –, a escala da análise é direcionada para a história local, para a cidade Juiz de Fora. A alternância na escala de observação permite articular o contexto do golpe de 1964 a enredos mais específicos. Cabe ressaltar, no entanto, que, para Revel, não há hiato ou oposição entre história local ou global: “a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber uma modulação particular da história global” (Revel 1998, 28). Ainda segundo Revel, “uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos” (Revel 1998, 20). Estamos, portanto, diante da prática historiográfica conhecida como micro-história. Revel a define, ao mesmo tempo, como uma metodologia de pesquisa e uma técnica narrativa. É a partir desses procedimentos – o método e a narrativa – alternando a escala de observação, que pretendo contribuir para a compreensão do golpe civil-militar de 1964.

As fontes documentais utilizadas para a pesquisa revelam atitudes, comportamentos e expectativas não apenas das autoridades civis e militares que desfecharam o golpe, mas dos diversos atores sociais que vivenciaram aqueles dias na cidade, tanto dos apoiadores do golpe quanto dos partidários do projeto político derrotado, dando-se conta também das perseguições que esse grupo sofreu. Assim, recorro à imprensa, aos livros de memórias e ao relatório final da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora.

A antevéspera do golpe

O general de divisão Olympio Mourão Filho conspirou contra João Goulart desde a sua posse na presidência da República, em 7 de setembro de 1961. Em setembro de 1963, o general assumiu o comando da 4ª Região Militar (RM) e da 4ª Divisão de Infantaria (DI) na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Nos anos 1930, Mourão fora integrante da Ação Integralista Brasileira (AIB), sendo conhecido por ser o autor do conhecido Plano Cohen, utilizado como pretexto para o golpe de Estado de novembro de 1937.

Em seu livro de memórias, o general Mourão comenta as várias reuniões, em Belo Horizonte, com o governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, o comandante da 4ª Infantaria Divisionária (ID-4) daquela capital, general Carlos Luiz Guedes, e o Secretário de Segurança Pública do estado, coronel José Geraldo. O objetivo dos encontros era conspirar contra o presidente Goulart e pensar na maneira mais eficaz de retirá-lo do governo (Mourão Filho 1978, 265-266). Os conspiradores formavam o que, muitos anos mais tarde, militares definiram como “ilhas de conspirações”, querendo com isso dizer que não houve um “amplo e bem elaborado plano conspiratório” contra o governo Goulart (D’Araujo e Soares e Castro 1994, 16). Minas Gerais formava uma dessas “ilhas”, sendo sua liderança política exercida pelo governador Magalhães Pinto – não casualmente candidato nas eleições presidenciais de 1965.

Na noite do dia 30 de março, Mourão ouviu o discurso de Goulart no Automóvel Clube. O general já havia preparado as tropas da 4ª RM e da 4ª DI. Às 2h da manhã do dia 31, recebeu a visita de secretários de estado de Magalhães Pinto com o manifesto do governador contra João Goulart. Era o aval de Magalhães Pinto para que ele agisse. Caberia a Mourão decidir quando marchar para a Guanabara. As tropas do general começaram a se deslocar de Juiz de Fora para a Guanabara às 4h ou às 5h da manhã do dia 31 de março (Mourão 1978, 308; 310).

Antes de partir com a tropa, Mourão lançou um manifesto à nação. No texto, exigia que Goulart renunciasse à presidência da República. Era marcante no manifesto o anticomunismo, sentimento que Mourão alimentava desde o início de sua carreira militar. O texto atacava o movimento sindical, os comunistas e o governo Goulart, denunciado por seus supostos planos de impor um regime “totalitário” no Brasil. Algo era central nas acusações, tanto de Mourão como de outros militares golpistas: a quebra da hierarquia e da disciplina instigada pelo próprio presidente da República².

² “Gen. Mourão exige saída de Goulart”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964, p. 2. Em fins de março de 1964, o ministro da Marinha proibiu que marinheiros e fuzileiros comemorassem o segundo ano de fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). No dia 25 eles se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos, iniciando um motim contra o ministro. Parte dos fuzileiros enviada para prendê-los – vivos ou mortos – aderiu ao movimento. O ministro da Marinha renunciou ao cargo. As negociações envolveram o presidente da

Depois, de improviso, o general falou para militares, empresários, jornalistas, políticos e autoridades civis os motivos de sua atitude; denunciou a quebra da hierarquia militar, referindo-se à anistia concedida por Goulart aos marinheiros amotinados, e as “evidências de que o presidente da República está arrastando o Brasil para o comunismo”. Com a permissão do general Mourão, um comitê de imprensa foi instalado no quartel-general³.

Na Guanabara havia outra “ilha de conspiração”, composta pelos generais Castelo Branco, Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias, entre outros. Para o general Castelo Branco, a deposição de Goulart estava marcada para o dia 21 de abril. Todos ficaram surpresos ao saber que tropas vinham de Juiz de Fora para a Guanabara. Castelo Branco não confiava em Mourão por considerá-lo um desequilibrado. No prédio do Ministério da Guerra, ele conversou por telefone com o general Carlos Luiz Guedes e com Magalhães Pinto. Argumentou que não havia nenhuma articulação militar na Guanabara e que, em razão disso, certamente, as tropas de Mourão seriam massacradas. O melhor a fazer seria a tropa retornar para Juiz de Fora. “Se não voltarem agora”, argumentou com Magalhães Pinto, “voltarão derrotados” (Gaspari 2002, 70). Como seus apelos não foram ouvidos, Castelo Branco enviou o general Antonio Carlos Muricy para assumir o comando do destacamento militar, ainda na estrada.

Clodesmidt Riani, naquele momento, estava na Guanabara. Ele atuava no movimento sindical e na política partidária desde os anos 1950. Quando o general Mourão saiu de Juiz de Fora, Riani era deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) por Minas Gerais, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), central sindical que ajudou a fundar com apoio de sindicalistas trabalhistas e comunistas. Além disso, era membro do Conselho Administrativo do Bureau Internacional do Trabalho (Paula e Campos 2005).

Riani foi personagem de destaque durante o governo Goulart, participando ativamente do movimento pelas reformas de base e sendo um dos organizadores do Comício de 13 de março, na Central do Brasil. Ele representava tudo o que era mais repudiado pela ampla e heterogênea coligação direitista golpista que derrubou o presidente da República.

República, o novo ministro da Marinha, ministros próximos a Goulart e o Comando Geral dos Trabalhadores. Ao final, os amotinados se entregaram ao Exército no dia 27. Logo depois veio a anistia. As informações ainda são desconhecidas e não se sabe se a anistia partiu de Goulart ou do novo ministro da Marinha. Seja como for, a anistia atingiu algo caro para a oficialidade das Forças Armadas: a hierarquia e a disciplina. Os próprios oficiais janguistas ficaram sem argumentos diante dos colegas de farda golpistas.

³ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 135.



Fig.1: Na sede do CNTI, o presidente do CGT, o trabalhista Clodsmidt Riani (segurando o microfone) coordena a assembleia da central sindical, em 27 de dezembro de 1963. À sua direita está o vice-presidente do CGT, o comunista Dante Pellacani. Paulo Mello Bastos, presidente da Confederação Nacional dos Transportes Aéreos, Ferroviários e Terrestres e membro do secretariado do CGT, está com os braços cruzados,
(Arquivo Nacional. Fundo Correio da Manhã)

Juiz de Fora nos primeiros dias do golpe de Estado

No dia 2 de abril de 1964, o jornal *Gazeta Comercial*, de Juiz de Fora, chegava às bancas com a manchete: “Vitorioso o movimento chefiado pelo governador Magalhães Pinto”. Logo no início da matéria, o evento é chamado de “movimento revolucionário”. Já no dia 1º de abril o golpe de Estado começou a ser definido como uma “revolução”⁴.

Organizações conservadoras uniram-se pela vitória do “movimento revolucionário”. A cúpula militar golpista juizforense acreditava no apoio do prefeito da cidade, Achemar Rezende de Andrade, do Partido Democrata Cristão (PDC). Tanto que ele foi convidado para ouvir a leitura que Mourão faria de seu manifesto. Mesmo assim, os militares criaram a figura do “prefeito militar” de Juiz de Fora, nomeando provisoriamente por dez dias o general Frederico Adolpho Fassheber para o cargo. Assim que se tornou prefeito militar, Fassheber emitiu, no dia 1º de abril, nota à população, publicada na primeira página de *Gazeta Comercial* no dia seguinte. Com o objetivo de

⁴ “Vitorioso o movimento chefiado pelo governador Magalhães Pinto”. *Gazeta Comercial*. Juiz de Fora, 2 de abril de 1964, p. 1.

proporcionar ao “movimento vitorioso” o alcance de seus objetivos, o “restabelecimento da ordem e da tranquilidade públicas”, ele determinava o seguinte:

“1 – Fica proibido o uso de fogos explosivos de qualquer espécie; 2 – Fica proibido a venda ou fornecimento de bebidas alcoólicas; 3 – Na oportunidade, solicita-se, igualmente, à população ordeira e laboriosa de Juiz de Fora que evite a permanência em grupos, em quaisquer ruas da cidade, após às 23 (vinte e três) horas”. A quarta e última determinação era a de que as autoridades confiavam no “espírito compreensivo e democrático de nosso povo”⁵.

Magalhães Pinto tomou decisões que afetaram a cidade. Uma delas foi a ocupação das redações de jornais e das emissoras de rádio e televisão por forças militares. O propósito era evitar qualquer comunicado de opositores do golpe à população. Outra medida do governador foi o feriado bancário. Todos os bancos e os estabelecimentos de crédito, incluindo-se o Banco do Brasil, fecharam suas portas. A rodoviária de Belo Horizonte foi tomada pela Polícia Militar, impedindo-se qualquer viagem intermunicipal⁶.

O *Diário Mercantil* noticiou outra medida do general Olímpio Mourão Filho. Antes de partir para a Guanabara, Mourão proclamou estado de guerra em sua jurisdição. A partir daí, o juiz auditor da 4ª RM e da 11ª RM, e o promotor militar entraram em entendimento sobre o funcionamento da Justiça Militar. O plantão na sede da auditoria passaria a ser diário.⁷ O Departamento de Correios e Telégrafos e a Central Telefônica foram tomados por forças militares. No dia 30 de março, um capitão da Polícia Militar (PM) percorreu os postos de gasolina e determinou que fosse suspensa a venda de metade dos estoques, cerca de 850 mil litros, para o caso de “eventuais manobras”⁸.

Nos dias depois do golpe de Estado, os cidadãos de Juiz de Fora ficaram sob lei seca, toque de recolher, censura dos meios de comunicação, sem acesso aos bancos, e impossibilitados de telefonar, comprar combustíveis e viajar para outras cidades. Juiz de Fora ficou isolada do resto do país.

Também no dia 1º de abril, a Associação Comercial, a União Comercial dos Varejistas, o Centro Industrial e a Associação Rural de Juiz de Fora emitiram nota conjunta, publicada na *Gazeta Comercial*, no dia seguinte. A nota fazia um “apelo ao comércio de gêneros, principalmente, e aos demais ramos que mantenham seus estabelecimentos funcionando ao máximo ao povo de nossa cidade a aquisição de gêneros alimentícios”⁹.

⁵ “Aviso da Prefeitura Militar. Nota expedida pelo Prefeito Militar de Juiz de Fora, Gen. Frederico Adolpho Fassheber”. *Gazeta Comercial*. Juiz de Fora, 2 de abril de 1964, p. 1

⁶ “Minas em Pé-De-Guerra: deslocamento de tropas”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964, p. 2.

⁷ “A Justiça Militar processará os ‘pelegos comunistas’”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 4 de abril de 1964, p. 6.

⁸ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 135.

⁹ “Ao Comércio e ao Povo de Juiz de Fora”. *Gazeta Comercial*. Juiz de Fora, 2 de abril de 1964, p. 1.

Na mesma página daquele jornal, D. Geraldo Maria de Moraes Penido, arcebispo metropolitano, também emitiu nota para os fiéis da Arquidiocese de Juiz de Fora. Para ele, o momento em que viviam era de vibração cívica. “Despertou-se a consciência dos bons brasileiros numa legítima eclosão dos sentimentos sagrados. É a defesa da Pátria, da liberdade, da família, da ordem, da tranquilidade e do trabalho que incita os brasileiros a esta legítima defesa”. O arcebispo declarou que conversou com o general Mourão antes de sua partida para a Guanabara, oferecendo a ele sua solidariedade. Ao final, D. Geraldo pediu que os fiéis confiassem e rezassem: “ajoelhem-nos aos pés da padroeira do Brasil e alcancemos Dela a salvação da Pátria! Sob seu manto, o Brasil saberá livrar-se das garras do Comunismo”¹⁰.

A imprensa, por sua vez, insistia na “normalidade” na vida política do país. Outro jornal da cidade, *Diário da Tarde*, com a manchete “O ambiente em JF é de paz e trabalho”, afirmava que a cidade voltava à “vida normal”, já no dia 2 de abril. Segundo matéria publicada, “o povo voltou às suas ocupações e locais de trabalho, certo de que o flagelo passou”. No entanto, a notícia admitia que havia certa apreensão com o que ocorria no Rio Grande do Sul, referindo-se aos pronunciamentos pelas rádios¹¹. Certamente tratava-se dos chamamentos de Leonel Brizola à resistência ao golpe. De Porto Alegre, o líder trabalhista tentava reviver a Campanha da Legalidade.

A imprensa de Juiz de Fora se alinhou ao golpe de Estado. Três jornais eram os de maior tiragem. O mais importante era *Diário Mercantil*; e o de linha editorial mais popular era o *Diário da Tarde*. Os dois jornais pertenciam ao grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand. O grupo também possuía a Rádio Sociedade. Com linha editorial conservadora, a emissora apoiou o golpe de Estado com entusiasmo. O terceiro jornal era a *Gazeta Comercial*, produzida pela Associação Comercial de Juiz de Fora¹². Outros três periódicos também apoiaram o golpe: os jornais *Folha Mineira*, *A Tarde* e a revista *O Lince*. Ao lado do governo Goulart, havia o pequeno jornal *O Binômio*, logo fechado com a vitória do golpe. As duas rádios que apoiavam o governo Goulart, *Difusora* e *Industrial*, foram censuradas.

Apesar do tom triunfante dos jornais, os grupos sociais dominantes não subestimavam a percepção dos operários de que o golpe de Estado era contra eles. Embora os trabalhadores não tivessem voz nos jornais da grande imprensa, a iniciativa da diretoria do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora não foi casual. Em nota publicada na primeira página de *Diário Mercantil* e voltada para os trabalhadores daquelas indústrias, a diretoria do sindicato de empresários

¹⁰ “O momento impõe calma e oração”. Mensagem do arcebispo diocesano”. *Gazeta Comercial*. Juiz de Fora, 2 de abril de 1964, p. 1.

¹¹ “O ambiente em JF é de paz e trabalho”. *Diário da Tarde*. Juiz de Fora, 3 de abril de 1964, p. 2.

¹² O *Diário Mercantil* foi fundado em 1912 e fechado em 1982; o *Diário da Tarde* surgiu em 1942 e foi extinto em 1983; e o *Gazeta Comercial* começou a circular em 1924, sendo fechado em 1976. Ver: Lisieux 2013, p. 3.

esclarecia que os direitos, “conquistados e consolidados conforme a legislação trabalhista e social vigente”, não seriam cancelados ou alterados, conforme boatos de “indivíduos sem escrúpulos”. Entre os direitos trabalhistas, a nota citava o salário mínimo, as férias, a indenização por tempo de casa, o repouso semanal remunerado, o décimo-terceiro salário, a estabilidade, o auxílio-família e demais direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – todos seriam “respeitados, pois são intocáveis em respeito às leis já votadas e sancionadas pelos Poderes da República”¹³. O teor da nota dos empresários era, portanto, defensivo.

As elites políticas da cidade logo se mobilizaram em apoio ao general Mourão e ao governador de Minas Gerais pela derrubada de João Goulart da presidência da República. No dia 3 abril, no Rotary Club de Juiz de Fora, o presidente do clube, dono de indústria local, exaltou a atuação do general e do governador no “movimento em favor da defesa da democracia contra a ação perniciosa dos comunistas e dos pelegos”. A seguir, convidou um médico para falar sobre os males da hepatite.¹⁴ A Associação Comercial de Juiz de Fora enviou telegramas a comandantes militares e ao governador do estado de Minas Gerais, exaltando a intervenção das Forças Armadas no “movimento democrático”¹⁵.

Também no dia 3 de abril, manchete publicada no jornal *Diário da Tarde* convocava a população para a passeata na cidade. O título do evento era: “Democracia, amor e combate ao comunismo”. O texto dizia:

Amanhã, domingo, às 17 horas, saindo do Largo do Riachuelo, será realizada a grande passeata da fraternidade, quando Juiz de Fora, representada por todas as classes, evidenciará, mais uma vez, seu sentimento cívico, democrático e cristão. Após a passeata, vários oradores usarão da palavra, tendo como temas: democracia, combate ao comunismo, desarmamento de espíritos, amor e caridade. A concentração não terá nenhum cunho político-partidário, conforme determinação do Sr. Arcebispo Metropolitano. Toda a população está convidada para a grande promoção¹⁶.

O golpe de Estado encontrou apoio de diversos setores sociais. Cidadãos opositores ao governo Goulart receberam da Polícia Civil autorização para portarem armas. Possivelmente era uma medida preventiva para caso ocorresse uma guerra civil. A nota assinada pelo delegado-geral de polícia de Juiz de Fora, no dia 8 de abril, é reveladora. O texto foi publicado no jornal *Diário da Tarde* com o seguinte título: “Aviso aos civis que colaboraram com a polícia”. O texto revelava o conluio de cidadãos com a Secretaria de Segurança, em apoio ao golpe de Estado. Dizia a nota:

“Consoante ordem do exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, faço chegar ao conhecimento de todos os cidadãos que receberam credenciais desta Delegacia Geral para exercerem funções policiais

¹³ “Aos trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p. 1.

¹⁴ “Rotary Club exalta atuação de Mourão Filho e Magalhães Pinto”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 4 de abril de 1964, p. 6.

¹⁵ “Classes Produtoras de JF exaltam ação de militares e de outras autoridades”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p. 5.

¹⁶ “Democracia, amor e combate ao comunismo”. *Diário da Tarde*. Juiz de Fora 4 de abril de 1964, p. 1.

e consequente autorização para porte de armas, que, desta data em diante, não prevalecerão os aludidos documentos que deverão ser devolvidos a esta Delegacia dentro do menor prazo possível. Prevaleço-me da oportunidade para externar de público, os agradecimentos da Polícia Civil local a todos aqueles que lhe emprestaram sua valiosa colaboração durante os dias agitados e intranquilos por que passou o país¹⁷.

Juiz de Fora e a Operação Limpeza

O golpe de Estado foi contra o PTB, as esquerdas – particularmente o PCB –, e contra o movimento sindical afinado com os dois partidos. No caso de Juiz de Fora, o planejamento para o golpe incluiu a prisão de sindicalistas e funcionários públicos ainda antes de Mourão chegar à Guanabara. Foi o caso, por exemplo, de Misael Cardoso Teixeira, diretor regional dos correios da cidade. Possivelmente, no dia 30 ou 31 de março, ele foi detido por militares e levado para as dependências da 4ª RM. Misael foi preso diante da mulher, Maria, e dos filhos, tendo sido impedido de se despedir deles. Enquanto foi levado por militares, a família ficou refém no prédio dos correios, sem luz e água. Após muita procura, Maria localizou o marido, dias depois, na Base Aérea de Lagoa Santa. Também o presidente do Sindicato dos Bancários e da Cooperativa de Consumo dos Bancários, José Villani Côrtes, foi preso. Documento colhido pela Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMVJF) comprova sua prisão ainda na manhã do dia 30 de março, antes, portanto, da saída de Mourão da cidade. José Villani Côrtes foi levado para a Delegacia da Polícia Civil, na Rua Batista de Oliveira, e depois para o quartel da 4ª RM. O sindicalista passou a noite sozinho sobre um cobertor estendido no chão. Possivelmente José Villani tenha sido o primeiro preso político do golpe de Estado¹⁸.

A prisão do diretor dos correios fazia parte da Operação Silêncio, cujo objetivo era impedir qualquer comunicação de oposição ao regime. A estação telefônica da cidade foi tomada por um grupo de soldados por ordens de Mourão (Silva 1975, 366). Desse modo, com o Departamento de Correios e Telégrafos e a Central Telefônica silenciados e com o apoio dos jornais e das emissoras de rádio e televisão, o “silêncio” para a execução do golpe estava garantido. A prática, aliás, foi comum nos golpes militares dos países latino-americanos. Os meios de comunicação também sofreram censura, a começar pela *Rádio Sociedade*. Os jornais *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde* foram censurados pelos militares, mas também praticaram autocensura¹⁹.

Junto com a Operação Silêncio entrou também em ação a Operação Gaiola, visando impedir reações do movimento sindical e de partidos políticos ao golpe. A prisão do presidente do

¹⁷ “Aviso aos civis que colaboraram com a polícia”. *Diário da Tarde*. Juiz de Fora, 9 de abril de 1964, p. 5.

¹⁸ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 46-47

¹⁹ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 157.

Sindicato dos Bancários fez parte dessa operação, que continuou após a vitória do golpe. Ainda no dia 2 de abril, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, com sede em um prédio na Rua Harlfeid, chamado pelo jornal *Diário da Tarde* de “Núcleo Perigoso”, foi invadido pela Polícia do Exército. Os agentes prenderam Armond de Matos, acusado de comunista e de portar “grande quantidade de material subversivo”²⁰. A Operação Silêncio e a Operação Gaiola garantiram a terceira, a Operação Popeye. Assim nomeada por Mourão Filho, a Operação Popeye fora organizada para depor Goulart com as tropas que avançaram para a Guanabara. O nome da operação era devido ao cachimbo usado por Mourão, associado com o do conhecido personagem do desenho animado²¹.

As Auditorias da Justiça Militar da 4ª e da 11ª RM, como vimos anteriormente, tornaram-se responsáveis pelos processos instaurados nos estados de Minas Gerais, Goiás e no Distrito Federal, razão pela qual personagens como Leonel Brizola, Dilma Rousseff, Fernando Pimentel, entre outros, foram ali julgados. Tratava-se da primeira instância da Justiça Militar. Os acusados tinham que comparecer a sua sede, na Praça Antônio Carlos, também conhecida como “Praça do Canhão”, em Juiz de Fora. Se condenados, cumpriam pena na penitenciária de Linhares²².

O *Diário da Tarde* informou que a Auditoria da Justiça Militar processaria os “pelegos comunistas”. Só pela expressão usada, o jornal já os condenava. Em depoimento ao jornal, o general Carlos Luiz Guedes afirmou que o “comunista” Sinval Bambirra, já preso, seria processado junto com os sindicalistas Clodesmidt Riani, Misael Teixeira, Armond Matos, entre outros que também estavam detidos²³.

As perseguições a sindicalistas, militantes de esquerda e políticos trabalhistas em Juiz de Fora, a exemplo de Riani, Misael e Armont, faziam parte de outra operação, a Operação Limpeza. Em notícia do *Diário da Tarde*, a expressão foi utilizada para descrever a ação de militares e agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Mas não apenas deles. Matéria do mesmo jornal afirmava que dezenas de “estudantes democratas” estiveram na sede do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora examinando “farta documentação de propaganda subversiva”²⁴.

²⁰ “Núcleo Perigoso”. *Diário da Tarde*. Juiz de Fora, 3 de abril de 1964, p. 1.

²¹ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 48.

²² Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 52.

²³ “A Justiça Militar processará os ‘pelegos comunistas’”. *Diário da Tarde*. Juiz de Fora, 4 de abril de 1964, p. 5.

²⁴ “Estudantes democratas, inocentes úteis, nas mãos dos vermelhos”. *Diário da Tarde*. Juiz de Fora, 4 de abril de 1964, p. 1.

Os militares foram chamados para depor Goulart com apoio de ampla coalizão formada por organizações da sociedade e de políticos conservadores, tendo o presidente do Congresso Nacional, Auro Moura Andrade, convocado as Forças Armadas para a intervenção política ainda no dia 30 de abril. Os militares depuseram o presidente, mas decidiram ficar e governar o país, com o apoio daquela mesma coalizão. Visavam, nas palavras dos chefes militares, à “obra de reconstrução nacional”.

Para isso, puniram e alijaram da vida pública parlamentares, funcionários públicos, militares, sindicalistas, militantes políticos, entre outros. Esse era o teor da Operação Limpeza. Em outras palavras, o governo militar perseguiu aqueles que apoiaram o governo deposto. As perseguições tiveram o apoio do *Diário Mercantil*, no editorial “Legítima defesa”, ali definidas como “verdadeiro processo de defecção, que precisa ser realizado, em todos os setores da vida nacional”, para evitar a ameaça comunista desagregadora “da família e inimigo de Deus”. Nesse sentido, a posição do jornal não deixava dúvidas: as Forças Armadas, definidas como “forças libertadoras” da Nação, não permitiriam que “políticos oportunistas, com objetivos partidários inconfessáveis”, escapassem da ação da justiça. Eles precisavam pagar pelo “crime tenebroso” de tentar instalar o caos social e econômico na sociedade brasileira para servir à causa do “imperialismo marxista”. Goulart e os “maus cidadãos” que o acompanharam para arruinar o país deveriam ter “cassado os seus mandatos e todos os direitos políticos, para que não mais [pleiteassem] cargos eletivos”. Todos teriam que ser punidos “sob pena de falhar a Revolução nos seus propósitos e nos seus fins”. O golpe de Estado recebeu o nome de revolução e o governo militar logo revelou seus propósitos repressivos. O principal deles foi punir e banir da vida pública brasileira os “maus cidadãos”, ou seja, trabalhistas, comunistas, sindicalistas – todos de esquerda – militares funcionários públicos e demais membros da sociedade civil que apoiassem o governo Goulart²⁵.

O primeiro grupo de prisioneiros políticos de Juiz de Fora foi levado para a Delegacia de Política Civil e depois para a 4ª RM, no bairro de Mariano Procópio. Após prestarem depoimentos, os presos seguiram para Belo Horizonte. José Villani Côrtes, por exemplo, viajou na caçamba de um caminhão militar ao lado de recipientes de combustíveis. Durante a viagem até Belo Horizonte, todos ouviam ameaças dos militares. Ao entrarem na sede do Dops, eles tiveram que enfrentar o “corredor polonês”, recebendo chutes e socos. Após novos interrogatórios, foram levados para a Base Aérea de Lagoa Santa. Alguns retornaram para Juiz de Fora e ficaram detidos no 10º Regimento de Infantaria e no 2º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar²⁶.

²⁵ “Legítima Defesa”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p. 2.

²⁶ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 50-51.

Nos primeiros dias do golpe em Juiz de Fora qualquer indiciado por “subversão” era detido e levado para a Delegacia de Polícia Civil. O professor Itamar Bonfatti foi um deles. Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora ele lembrou que a antiga sede da delegacia tornou-se o Conservatório Estadual de Música Haidée França Americano. Mesmo muito tempo depois, para ele, era difícil passar por aquela rua. Preso logo após o golpe, Itamar Bonfatti admitiu que:

Fisicamente eu não fui torturado. Eu fui muito humilhado né... Foi muito difícil para mim [...]. A Cadeia no atual... Conservatório. Então foi muito difícil passar pela Getúlio Vargas e na Batista de Oliveira de mão algemada. Então, o que é que eu fiz? Eu entrei assim [mostra mãos como se estivessem algemadas]. Pra todo mundo ver. E pessoas que me conheciam ficavam assim, espantadas. Eu fiz assim. E lá na cadeia nós fomos fichados como criminosos, com identidade, com fotografia e tudo, porque era um esquema de humilhação. A algema e a fixação de... das pessoas como criminosos – nós éramos criminosos – fazia parte do esquema de humilhação e fazia parte do esquema de humilhação a nudez. A nudez fazia muito parte da humilhação²⁷.

Outro depoimento é de Antônio Holandino de Araújo, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Preso logo após o golpe foi levado para a o presídio em Juiz de Fora. Em carta à mulher, datada de 3 de maio de 1966, ele contou como eram tratados os presos políticos naquela cidade:

Nós tivemos notícia de que íamos ser mandados embora nesta semana, mas as coisas aqui se arrastam, quando é a nosso favor, porém quando é contra, é rápido. Ontem, não tivemos banho de sol; isto para nós é uma grande coisa, mas estamos à mercê de alguém que é nosso inimigo. Mesmo o que temos direito, não nos proporcionam com regularidade. Ficamos dependendo da boa vontade do oficial do dia para nos dar uma mísera meia hora de sol. Mas nos vingamos mostrando alegria, pois o prazer deles é nos ver tristes²⁸.

Levantamento realizado pela Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora revela que, somente no mês de abril, 31 pessoas foram detidas na cidade. No total, ao longo da ditadura, 151 pessoas sofreram violações em seus direitos, sendo que em 63 “há alguma menção à tortura ou a maus tratos”, sendo que 20 delas apontam menções vagas; em 43 “há relatos mais detalhados e melhor documentados”²⁹. De acordo com o relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, nos primeiros dias do golpe, ocorreram maus-tratos, espancamentos e humilhações. As torturas, como as conhecemos, vieram a seguir, em um crescente contínuo, até se institucionalizarem como política de Estado, com o AI-5. Tortura, assassinatos e desaparecimentos ocorreram em diversos casos em Juiz de Fora, assim como em todo o país.

Militares também sofreram punições. Em particular, os que se recusaram a participar do golpe de Estado, negando-se a acompanhar Mourão em sua marcha até a Guanabara. Foi o caso

²⁷ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 58 e 60.

²⁸ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 100.

²⁹ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 85 e 96-97.

do sargento Ubirajara Gomes de Carvalho e de outros colegas de farda. Eles serviam na cidade de São João del Rei e foram convocados a se apresentar em Juiz de Fora para, dali, partirem para a Guanabara. Ubirajara não cumpriu a ordem. Recusava-se a participar do golpe de Estado. Segundo relato da filha, ele ficou detido por dez dias junto com outros sargentos. Depois, Ubirajara foi transferido para Aquidauana, no Mato Grosso. Sua família viajou até lá em um *container* no trem, em condições precárias de higiene e alimentação – a própria viagem foi uma forma de punir o militar³⁰.

A fúria repressora não partia apenas dos militares que tomaram o poder. Vinha de diversos setores da sociedade e da vida política do país. Em Juiz de Fora, além do próprio *Diário Mercantil*, o Diretório Municipal do Partido Libertador publicou nota na primeira página indicando à Câmara Municipal “a imperiosa necessidade de se cassar o mandato de vereadores comprometidos, porventura, com os crimes e atentados contra o regime e as instituições democráticas do país”.³¹ Como ocorreu na Câmara Federal, o partido mais perseguido na Câmara de Vereadores de Juiz de Fora foi o PTB. Havia coação do comando da 4ª RM sobre os vereadores para cassar mandatos, mas muitos deles apoiavam e elogiavam a intervenção militar. No dia 7 de maio, os vereadores cassaram os mandatos dos quatro parlamentares trabalhistas – Nery Mendonça, Jair Rhein, Peralva de Miranda Delgado e Francisco Pinheiro³².

Riani e suas decisões

Ao final da tarde do dia 31 de março, Clodsmidt Riani e sindicalistas da Guanabara se reuniram na Federação dos Estivadores, deliberando pela greve geral. Mas a desarticulação era imensa e sequer conseguiram se comunicar com sindicalistas de Minas Gerais.

Na tarde de 1º de abril, Riani pregou a resistência pelos microfones das rádios Nacional e Mairink Veiga. Segundo seu depoimento, falar nas rádios contra o golpe era a única arma que dispunha. Na Rádio Nacional, ele falaria após o marechal Henrique Teixeira Lott: “lutei até a última hora” afirma Riani, “com as armas que tive, que puseram ao meu alcance. Quando terminei a minha fala, a rádio foi invadida, mas consegui sair porque não fui reconhecido” (Paula e Campos 2005, 320).

No dia 4 de abril, junto com um motorista da CNTI, partiu para Juiz de Fora. O próprio Riani dirigiu o automóvel. Em certo momento, passou pelas tropas do general Mourão, mas sem

³⁰ Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 51-52.

³¹ “Partido Libertador”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p. 1.

³² Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade, 2016, p. 199-201.

ser reconhecido. Riani chegou a sua casa, na Rua Josefina Tristão, no bairro de Santa Terezinha, por volta das 4h da manhã do dia 5. Por sorte, não havia policiais naquele momento, mas, até o dia anterior, um plantão de homens da Polícia do Exército, da Polícia Militar e da Polícia Civil, esperava por sua chegada (Paula e Campos 2005, 323).

Uma hora depois, Riani foi com o pai e o filho de 21 anos à missa. Quando o padre foi ao púlpito fazer o sermão, ele retirou-se. Sabia que o religioso iria criticá-lo pessoalmente, chamando-o de comunista. Riani não queria revidar com a igreja cheia. Dali foi com o filho para a 4ª RM. O soldado ficou surpreso com sua aparição. Ele foi levado à presença de um tenente-coronel, com quem travou o diálogo a seguir reproduzido. Decepcionado, Riani testemunhou várias pessoas atuando como informantes dos militares.

– O tenente-coronel foi logo ao assunto: “– Ó Riani, bom que você se apresentou. Porque precisamos da sua colaboração”.

– Ao que Riani respondeu: “– Coronel, não há mais colaboração do que essa. Enquanto os outros estão fugindo, estou aqui me apresentando porque lá em casa me disseram que estão me procurando e eu vim, mas depende da colaboração que o senhor deseja”.

– O tenente-coronel lhe respondeu: “– É coisa à toa. É só você assinar uma cartinha, confirmando que o Jango e o Brizola são comunistas”.

– Riani recusou a proposta: “– Isso não posso fazer. Não é numa hora dessa que vou fazer isso contra eles, porque não são comunistas. Essa carta não posso assinar” (Paula e Campos 2005, 323;324).

Com a recusa, ele foi enviado para os fundos do quartel, onde encontrou vários presos. Os soldados, comandados por um oficial, insultavam a todos. A seguir, ordenaram que os presos pusessem as mãos no muro. Os militares, com seus coturnos, começaram a chutar os presos nos tornozelos. Ao final, todos estavam sangrando. Riani ainda recebeu dois socos nos rins, o que lhe causou profunda dor. A seguir, receberam ordens de subir em um carro militar, sendo levados para Belo Horizonte. No caminho, os soldados receberam um lanche, pão com salame. Um deles pôs a baioneta de lado, partiu o sanduíche ao meio e ofereceu a metade a Riani. Segundo relato do sindicalista: “Peguei e lágrimas saíram de emoção em ver que um soldado teve essa dignidade, essa solidariedade humana de me oferecer o alimento. Chegamos a Belo Horizonte à noite” (Paula e Campos 2005, 324; 325).

Na edição de 7 de abril do *Diário Mercantil*, Riani aparece em duas fotografias. Numa delas, está cercado por homens da Polícia do Exército; na outra, por outros presos políticos, entre eles o ex-vereador Jair Reihn, o ex-diretor do Departamento de Correios e Telégrafos Misael Cardoso e

outros detidos. Segundo descrição do jornal, Rianni, que presidiu “centros de agitação que tanto intranquilizaram a Nação”, ficou preso na instalação militar³³.

A Operação Limpeza implicava não apenas prender e cassar mandatos eletivos, mas também pôr fim às reputações. Um dos mais achacados foi Clodesmidt Riani. A matéria publicada no *Diário da Tarde* estava repleta de acusações caluniosas. Riani era descrito como “um dos maiores agitadores do Brasil, pelego comunista que vinha inquietando a Nação.” A matéria do *Diário da Tarde* também fez menção ao comportamento contraditório de Riani, que, se no primeiro momento, resistiu falando nos microfones das rádios Nacional e Mairink Veiga, depois, ao perceber a vitória do general Mourão, segundo o jornal, o “valentão” Riani “fugiu, como fogem os covardes, deixando completamente desamparados seus comandados, alguns comunistas e desordeiros, mas, outros, verdadeiros inocentes úteis que acreditavam nos Rianis”. Ele foi para Juiz de Fora, mas escondeu-se no caminho em várias localidades. Ao perceber que a fuga seria inútil, apresentou-se em um quartel militar. “Apresentou-se, assim, não por valentia”, continuou o jornal, “não por ser homem com inicial maiúscula, mas por amar a própria pele e por gostar da vida de nababo que vinha levando e que pretende continuar a levar”³⁴.

No dia 7 de abril, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais cassou o mandato de deputado estadual de Riani – antes mesmo da decretação do Ato Institucional (AI), dois dias depois. O AI suspendeu os seus direitos políticos, sendo ele o 11º da lista. Além disso, Riani foi indiciado em um Inquérito Policial Militar (IPM), na Lei de Segurança Nacional. Em 1965, foi condenado pelo Superior Tribunal Militar a dezessete anos de prisão. No ano seguinte, em 1966, com recursos dos advogados, a pena foi reduzida para dez anos. Em 1968, com novo recurso, a sentença foi novamente reduzida para um ano e dois meses. Riani estava preso desde abril de 1964. Foi a época do arbítrio judicial. Sindicalista e trabalhista, Riani não escapou da violência e da prepotência da ditadura militar. Depois, foi novamente condenado, acusado de corrupção pela diretoria da CNTI, afinada com a ditadura. Enfrentou mais um ano e seis meses de detenção, vivendo os horrores do presídio da Ilha Grande, no Rio de Janeiro.

Em 1971 Riani retornou a Juiz de Fora. Desde 1964, seus filhos sofreram discriminações devido à prisão, principalmente dificuldade de encontrar emprego. A mulher ficou adoentada. Caminhando nas ruas centrais da cidade, não foram poucas as pessoas que passaram por ela e fingiram não a conhecer.

³³ “Clodsmid Riani, presidente da CNTI, apresentou-se preso às autoridades”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril p. 6.

³⁴ “Depois de duro e ininterrupto cerco foi preso o agitador Clodsmid Riani”. *Diário da Tarde*. Juiz de Fora, 6 de abril de 1964, p. 6.

A imprensa de Juiz de Fora e as primeiras versões para o golpe

O *Diário Mercantil* não circulava às segundas-feiras. Desse modo, na edição de 5 e 6 de abril, de domingo e segunda-feira, a manchete afirmava: “Movimento democrático exige eleição de *presidente enérgico* para o país”. Não havia definição clara para “presidente enérgico”. O “movimento revolucionário” passou a ser chamado de “movimento democrático”, mas o jornal dizia ser necessário um presidente “enérgico”. Naqueles primeiros dias após a deposição de Goulart da presidência da República, a palavra “democracia” era pronunciada indiscriminadamente por líderes e apoiadores do golpe de Estado. O automeado ministro da Guerra, general Arthur da Costa e Silva, fez proclamação afirmando: “a História da Pátria registrará, com a devida ênfase, a ação vitoriosa das forças democráticas”³⁵.

João de Medeiros Calmon, deputado federal pelo PSD capixaba, tornou-se homem de confiança de Assis Chateaubriand, assumindo a direção dos Diários Associados no início dos anos 1960. Ele era diretor do prestigiado jornal *Estado de Minas* como também escrevia editoriais nos jornais associados. No *Diário Mercantil*, João Calmon publicou o editorial do dia 7 de abril. Com o texto, a direção do jornal expunha, com absoluta clareza, sua posição política diante dos acontecimentos dos dias 31 de março e 1º de abril. O título do editorial era revelador: “Legítima defesa”. O texto inicia descrevendo o retorno das tropas da 4ª RM para Juiz de Fora. Para o editorialista: “aquelas [eram] forças da Democracia que, na primeira hora, se puseram em marcha contra a prepotência e o arbítrio do ex-presidente João Goulart, para evitar que ele, aliado ao sindicalismo político espúrio, realizasse a comunização do Brasil”³⁶. Essa, portanto, foi uma das primeiras versões apresentadas pelos defensores do golpe militar, a qual foi assumida pela imprensa conservadora: Goulart, aliado a sindicalistas pelegos, implantaria o comunismo no Brasil. A explicação não encontra nenhum fundamento na história daquele governo, mas a imaginação anticomunista a transformou em narrativa aceita por muitos. Contudo, o editorial revelava algo novo que, embora não previsto, seria apoiado pelo grupo Diários Associados:

Parece-nos, aliás, que existe entre os ilustres chefes militares da Revolução, naturalmente apoiados por democratas sinceros e patriotas, o firme desígnio de consolidar, em bases sólidas, a obra de reconstrução nacional, para este fim alijando dos postos eletivos, administrativos e de chefia castrense, todos os que, comunistas declarados, ou com este mancomunados, vinham solapando, através da subversão, as vigas mestras em que se assentam nossas instituições.³⁷

Em poucos dias as versões foram tomando tom ainda mais ameaçador: o editorial de *Diário Mercantil* publicado em 8 de abril demonstra como a imaginação conservadora avançava. Segundo

³⁵ “Movimento democrático exige eleição de *presidente enérgico* para o país”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 5 e 6 de abril de 1964, p. 1.

³⁶ “Legítima defesa”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril de 1964, p. 2.

³⁷ “Legítima defesa”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril de 1964, p. 2.

o jornal, estava em curso no país uma revolução comunista, a ser deflagrada no dia 1º de maio, com liderança de João Goulart e assessoria do CGT, do Pacto de Unidade e Ação (PUA) e da União Nacional dos Estudantes (UNE). A revolução tinha em Leonel Brizola o “ardor revolucionário” e no ministro da Justiça Abelardo Jurema, um “apelegado”, a “pseudociência”. Havia também o apoio do “cérebro cubanizado” do “professor” San Thiago Dantas, cujo objetivo era aglutinar as esquerdas. Os “moscovitas”, continua o editorial, tinham em Jânio Quadros o defensor da “origem popular” de todos os meios de comunicação, enquanto Juscelino Kubitschek adotaria “política de salvação dos amigos do peito para colocá-los na gerência dos soviets que seriam espalhados pelo Brasil”. Miguel Arraes, por sua vez, seria aquele que lançaria o manifesto comunista, dando início à sublevação vermelha. Portanto, segundo o editorial, todos os personagens estariam unidos com um único objetivo: implantar o comunismo no Brasil. Algo que contrariava completamente a história política recente do país, uma vez que, entre os personagens citados, havia diferenças políticas, divergências partidárias, desconfianças mútuas e, até mesmo, rivalidades pessoais. Aliás, nada disso era segredo. Seja como for, alegava o editorial, Minas Gerais se levantava e, sob o comando de seus “valorosos filhos”, Mourão e Magalhães, ia ao encontro dos anseios do povo. No momento, a tarefa era a de “reconstrução nacional”³⁸.

De volta a Juiz de Fora

Quando o general Mourão Filho chegou à Guanabara, nas primeiras horas do dia 2 de abril, Goulart não era mais presidente: havia sido destituído do cargo pelo presidente do Congresso Nacional, Auro Moura Andrade. O general Costa e Silva se autoproclamou ministro da Guerra. Restou a Mourão apresentar-se ao seu superior hierárquico, o ministro da Guerra. Os soldados de suas tropas se concentraram no estádio do Maracanã.

Somente na manhã do dia 2 de abril o general Mourão e Magalhães Pinto se encontraram no gabinete de Costa e Silva (Mourão 1978, 312)³⁹. No dia 5 de abril, os portões do Maracanã foram abertos ao povo. No antigo Maracanãzinho, a Rádio Nacional instalou equipamentos para transmitir o programa *César de Alencar*, cujo apresentador – que tinha o mesmo nome do show – havia logo aderido ao golpe. Magalhães Pinto discursou ao povo, afirmando que a vitória não fora “somente dos soldados mineiros, mas de todo o Brasil”. O general Mourão também falou ao povo,

³⁸ “Ameaça ao futuro da nação”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 8 abril p. 2.

³⁹ Em seu livro de memórias, Mourão critica duramente Magalhães Pinto e Carlos Luiz Guedes, insultando-os de “irresponsáveis”, “idiotas” e “traidores” (Mourão 1978, p. 368). Pelo general Costa e Silva ele manifesta absoluto desprezo, mas essa é uma versão *a posteriori*. No dia 2 de abril de 1964, quatorze anos antes, portanto, em entrevista a *O Globo*, Mourão apresentou imagem bastante positiva do ministro da Guerra. Costa e Silva é descrito como “chefe e amigo”, com Mourão ressaltando sua bravura. “O Gen. Mourão conta a história da revolta”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1964, p. 12. Muito possivelmente o sentimento negativo veio mais tarde, quando, segundo versão de Mourão, o ministro da Guerra tentou impedir sua promoção à general de Exército.

afirmando ter sido necessário “pôr um paradeiro à desordem”⁴⁰. Ainda naquele dia as tropas prepararam-se para o retorno a Juiz de Fora.

Segundo descrição do *Diário Mercantil*, no dia 6 de abril, a multidão em Juiz de Fora esperava a chegada do general Mourão e de suas tropas: o 10º Regimento de Infantaria de Juiz de Fora, o 11º Regimento de Infantaria de São João Del Rei, o 12º Regimento de Infantaria de Belo Horizonte, o 4º Regimento de Obuses de Pouso Alegre, o 4º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado de Juiz de Fora, o 2º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais e a Companhia Leve de Manutenção. O general Antônio Carlos Murici acompanhava Mourão. As tropas avançaram pela BR-3, atual BR-040. Às margens da rodovia, pessoas aplaudiam os soldados e jogavam-lhes flores⁴¹.

Em território mineiro, após passar pelo pequeno município de Levy Gasparian, as tropas alcançaram a cidade seguinte, Simão Pereira, distante 34 quilômetros de Juiz de Fora. Na localidade, a população praticamente obrigou as tropas a estacionarem. O prefeito fez entusiasmado discurso. O general Mourão recebeu de um grupo de mulheres uma corbelha de flores.⁴² Crianças do grupo escolar da cidade cantaram hinos patrióticos e jogaram flores sobre as viaturas militares. Mourão recebeu a chave simbólica do estado de Minas Gerais⁴³.

Às 14h30, estavam todos no município de Matias Barbosa, distante cerca de 20 quilômetros de Juiz de Fora. Naquela cidade, as tropas desfilaram pela rua principal, tomada por milhares de pessoas. Alunos do grupo escolar perfilaram-se portando flores e bandeirinhas. Não faltaram o prefeito e um grupo de vereadores. A multidão entoava em coro: “Mourão! Viva o Brasil! Viva a Liberdade!”. Falando ao repórter do *Diário Mercantil*, Mourão declarou: “o povo ama a liberdade e por ela não mede sacrifícios. A vitória não é somente nossa, mas, sim, de todo o Brasil”⁴⁴. Uma hora mais tarde, a tropa tomou a estrada rumo a Juiz de Fora.

⁴⁰ “Magalhães Pinto e chefes militares foram aclamados pelo povo que lotou o Maracanã”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1964, p. 5.

⁴¹ “A população de JF veio para a rua confirmar o seu **não** ao comunismo. O povo, em lágrimas e com flores, recebeu a tropa da liberdade”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p. 1.

⁴² “A data de 6 de abril jamais se apagará da lembrança do democrata juizforano”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 8 abril, p. 1.

⁴³ “Simão Pereira homenageou as tropas vitoriosas”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 12 e 13 abril, p. 11.

⁴⁴ “A população de JF veio para a rua confirmar o seu **não** ao comunismo. O povo, em lágrimas e com flores, recebeu a tropa da liberdade”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p. 1.



Fig. 2: Mourão cumprimenta moradores de cidade próxima à Juiz de Fora, possivelmente Simão Pereira ou Matias Barbosa.
(Mapro- Fundação Museu Mariano Procópio)

No centro da cidade, os veículos tiveram dificuldade de avançar devido à grande multidão ali presente. À frente das tropas, o general Mourão foi recebido com entusiasmo pela população nas ruas. O governador Magalhães Pinto – que chegara à cidade pouco antes – subiu na viatura em que estava o general Mourão. Ainda segundo relato do *Diário Mercantil*, flores, confetes e serpentinas cobriram as duas lideranças do golpe. Em uma das viaturas, o capelão mostrava ao povo uma imagem de Nossa Senhora de Aparecida. A dificuldade de avançar foi grande porque muitas pessoas se postavam em frente aos veículos, querendo saudar o governador e o general. O *Diário Mercantil* elegeu Juiz Fora como a “Capital da Democracia”⁴⁵.

⁴⁵ “A população de JF veio para a rua confirmar o seu **não** ao comunismo. O povo, em lágrimas e com flores, recebeu a tropa da liberdade”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p. 1.



Fig. 3: A imagem de Nossa Senhora de Aparecida desfilou pelas ruas da cidade junto dos carros militares. (Mapro - Fundação Museu Mariano Procópio)

Na Avenida Rio Branco, cordões de isolamento não conseguiram conter a multidão. Todos queriam se aproximar dos líderes do golpe de Estado – Mourão e Magalhães. Um palanque foi montado para as autoridades na Praça Halfeld. Entre os oradores, estavam o general Mourão, o governador Magalhães Pinto, o marechal Odílio Denys, o general Carlos Luiz Guedes e o arcebispo Don Geraldo Maria de Moraes Penido⁴⁶.

⁴⁶ “A população de JF veio para a rua confirmar o seu **não** ao comunismo. O povo, em lágrimas e com flores, recebeu a tropa da liberdade”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p. 1.



Fig.4: No palanque, destacam-se o governador Magalhães Pinto, de terno preto, e o general Mourão, fazendo “V” com os dedos da mão direita.
(Mapro - Fundação Museu Mariano Procópio)



Fig.5: Tropas desfilam pelas ruas centrais de Juiz de Fora, sendo saudadas pelos populares. Cartazes com os dizeres “GAP Grupo de Ação Patriótica saúda a vitória dos democratas” eram vistos em vários lugares.
(Mapro - Fundação Museu Mariano Procópio)

Sem largar o cachimbo, Mourão foi presenteado por um grupo de mulheres da Campanha da Mulher em Defesa da Democracia (Camde) com um terço, “símbolo da revolução que salvou o Brasil”, segundo a presidenta da organização feminina⁴⁷.

O desfile continuou percorrendo as ruas de Juiz de Fora de maneira lenta. A multidão que tomou as ruas impedia que as 210 viaturas avançassem de maneira mais ágil. Segundo texto triunfante do *Diário Mercantil*, “Juiz de Fora viveu o maior dia de sua História. Primeiro Capital da

⁴⁷ “A data de 6 de abril jamais se apagará da lembrança do democrata juizforano”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 8 de abril, p. 1.

Revolução, depois Capital da Vitória e ontem, dia 6 de abril de 1964, consagrou-se como a Capital da Liberdade”⁴⁸.

A cidade de Juiz de Fora tornou-se o centro das atenções de setores conservadores da sociedade brasileira. Em um ônibus vindo da cidade de São Paulo, nove integrantes da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC que lutaram na guerra civil de 1932 chegaram à cidade. Já eram 18h30, mas ainda dava tempo de acompanhar as festividades de recepção à “Força da Liberdade”, nome que *Diário Mercantil* deu ao desfile militar e à solenidade na Praça Halfeld. Um dos integrantes da comitiva paulista declarou ao jornal que o movimento que derrubou o presidente Goulart era a continuação “do que iniciamos 32 anos depois, com a mesma finalidade, devendo ser levado em conta de que o perigo presente tinha raízes mais profundas, pois que tentavam, rasgando a Constituição brasileira, levar o país e entrega-lo a países estranhos: aos comunistas”⁴⁹.

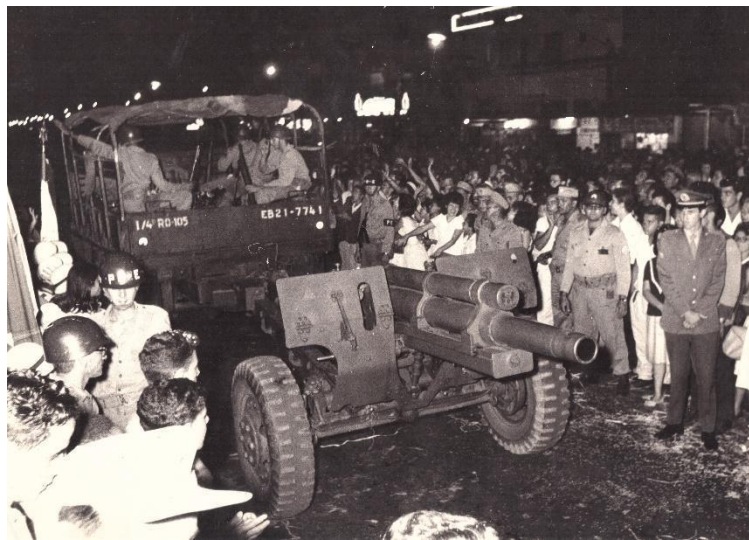


Fig.6: Os carros de combate tinham dificuldades de passar pelas ruas tomadas por multidão.
(Mapro - Fundação Museu Mariano Procópio)

⁴⁸ “A população de JF veio para a rua confirmar o seu **não** ao comunismo. Com lágrimas e com flores, recebeu a tropa da liberdade”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 7 de abril, p 5.

⁴⁹ “Presente à recepção à Força da Liberdade a Sociedade Veteranos de 32 M.M.D.C. de São Paulo”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 8 de abril, p. 6.



Fig.7: Nas janelas e nas varandas dos prédios, mas, sobretudo nas calçadas da cidade, a população assistiu ao desfile das tropas que voltaram da Guanabara.
(Mapro - Fundação Museu Mariano Procópio)

Palavras finais: Juiz de Fora e o golpe

Em seus estudos sobre a imprensa em Juiz de Fora durante a ditadura militar, Lisieux e Musse chamam atenção para os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade que revelaram “como parte da sociedade civil colaborou para a consolidação do regime ditatorial” (Lisieux e Musse 2013, 10). Em Juiz de Fora foi fundado um Comitê da Verdade em maio de 2011 e, em julho de 2012, surgiu a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Gilney Viana, diretor de Promoção dos Direitos Humanos de Juiz de Fora, ao entregar o relatório do Comitê da Verdade da cidade à Comissão Nacional da Verdade, em Brasília, declarou que Juiz de Fora foi uma das primeiras a criar um Comitê da Verdade. Se a cidade tornou-se conhecida como ponto de partida para o golpe de 1964, foi nela, também, que, em suas palavras, “surgiram as primeiras denúncias de tortura.

Denúncias que correram o mundo”. Gilney Viana lembra que foi na cidade que a presidenta Dilma Rousseff foi presa e torturada (Lisieux e Musse 2013, 11-12).

Houve mesmo sistemática campanha da imprensa local para exaltar Juiz de Fora como ponto de partida para a deposição de João Goulart. Como vimos anteriormente, *Diário Mercantil* elegeu a cidade como a “Capital da Democracia, da Revolução, da Vitória e da Liberdade”. Não é pouco. O jornal *O Lince*, também local, afirmou que, no aeroporto de Juiz de Fora, realizaram-se as reuniões preliminares para “pôr abaixo o governo de Jango Goulart”. Lá reuniram-se líderes políticos e militares, como os governadores Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, juntamente com os generais Olympio Mourão Filho e Odílio Denys. Segundo o texto publicado no jornal:

É mais um testemunho de que Juiz de Fora foi a meca do movimento revolucionário. Não adianta os paulistas puxarem a ‘sardinha’ para o seu lado; não adianta os belorizontinos reivindicarem para si a glória. Quem foi o primeiro para a linha de frente e que esteve na iminência de choque sangrento, foi a tropa de JF. Foi daqui que partiu o plano executado com o grito do bravo General Mourão Filho!⁵⁰

No *Diário Mercantil* e em *O Lince*, encontramos o “bairrismo” de grupos conservadores ao exaltarem sua “pequena Pátria” diante da atuação de conspiradores em capitais de estados, como São Paulo e, sobretudo, Belo Horizonte.

O que ocorreu em Juiz de Fora não foi diferente do que aconteceu nas outras cidades brasileiras. Nelas também existiram organizações políticas, sociais e econômicas, meios de comunicação e significativas parcelas da população que apoiaram ostensivamente a deposição do presidente João Goulart pelas forças militares do Exército. Houve ainda grupos sociais que silenciaram diante do golpe e da escalada autoritária do governo militar e, ainda, os que resistiram ao golpe das mais variadas maneiras, nas lutas política, sindical, cultural e armada. Houve adesão, acomodação e resistência, como chama atenção Rodrigo Patto Sá Motta (Motta 2014, 18). Como em outras cidades brasileiras, ocorreram em Juiz de Fora perseguições a trabalhistas, comunistas e a outras organizações de esquerda, bem como a líderes sindicais, lançando-se mão, para isso, de todo o arsenal punitivo de que se dispunha, com perseguições, prisões arbitrárias, espancamentos, banimentos e torturas. De Juiz de Fora partiram as tropas que desencadearam o golpe de Estado. De resto, a cidade vivenciou experiências similares do conjunto da sociedade brasileira.

Bibliografia

Avelar, Alexandre, e Schmidt, Benito B. org. *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
Bandeira, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

⁵⁰ “Local da conspiração”. *O Lince*. Edição histórica. Juiz de Fora, abril de 1964, p. 4.

- Borges, Vavy Pacheco. *Grandezas e misérias da biografia*. In Pinsky, Carla B., org.. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- Cerqueira Filho, Daniel. *General Olympio Mourão Filho: carreira político-militar e participação nos acontecimentos de 1964*. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Dissertação de Mestrado, 2015.
- D'Araujo; Maria Celina, e Soares, Gláucio A.D, e Castro, Celso, orgs. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- Dreyfuss, René. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- Figueiredo, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- Gaspari, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- Heleno, Alexandre Peixoto. "Trabalhismo e história: um percurso nas memórias de Clodesmidt Riani". São Paulo, *Perseu*. História, memória e política, 2011.
- Ianni, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- Lisieux, D. Oliveira, e Musse, Christina Ferraz. "O "Diário Mercantil" no golpe militar de 1964: como um jornal de província auxiliou na consolidação do golpe". Outro Preto, UFOP, 9º Encontro Nacional da Mídia, 2013.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- Mourão Filho, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. 2ª edição. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- Paula, Hilda Rezende, e Nilo de Araujo Campos (orgs.) *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: Funalfa/Editora da UFJF, 2005.
- Reis, Susana A., e Christina F. Musse. "O Lince" e a cobertura do golpe militar de 1964. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Vila Velha, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2014.
- Revel, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência e microanálises*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- Santos, Wanderley Guilherme. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. Rio de Janeiro, Vértice, 1986.
- Silva, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Recebido: 17 de setembro de 2022

Aprovado: 10 de novembro de 2022

**As direitas radicais portuguesas no pós-25 de abril:
ideias, representações e discurso (1974-1982)**

*The Portuguese radical Right in the post-April 25 Revolution:
ideas, representation and discourse (1974-1982)*

*Las derechas radicales portuguesas tras la revolución de 25 de Abril:
ideas, representaciones y discurso (1974-1982)*

Bruno Madeira*

<https://orcid.org/0000-0003-1555-3786>

RESUMO: Forçadas pelo 25 de abril de 1974 a reformularem o seu discurso e a forma como se apresentavam, organizavam e comunicavam, as direitas radicais portuguesas viram-se, pela primeira vez desde 1926, completamente arredadas da esfera da governação. Incapaz de formular uma estratégia comum de curto e médio prazo que federasse as diferentes sensibilidades deste campo político em torno de um projeto de poder, este tendeu a dividir-se e a ser agente do seu próprio enfraquecimento. De um lado, estiveram aqueles que privilegiaram a formação de partidos, a conspiração civil-militar, a ação terrorista e, a partir de 1976, o regresso à tática de combate eleitoral e de intervenção político-partidária na vida nacional, confiantes de que a vitória ou, pelo menos, a relevância eleitoral estaria rapidamente ao alcance. Do outro, estiveram os que apostaram numa estratégia de médio e longo prazo, dedicando-se à ação metapolítica. Esta visou a conquista de influência junto das cúpulas dos partidos de centro-direita e de direita democrática e, sobretudo, dos meios mediáticos e académicos. Apesar das divergências estratégicas, o que a nossa análise identifica é uma afinidade ideológica e programática entre ambos os campos descritos. Para que possamos compreender e caracterizar o processo de reconfiguração da direita radical portuguesa,

* Professor auxiliar convidado no Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, investigador integrado no Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) e colaborador do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT/In2Past); doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP); entre as suas principais publicações sobre a direita radical, destacam-se «Homens entre ruínas»? Ideias, narrativas, mundividências e representações das direitas radicais portuguesas (1974-1985) (2020), «O meu país morreu»: narrativas de exílio à direita (1974-1976) (2021), «A intervenção cultural como estratégia de assalto ao poder das direitas radicais portuguesas (1976-2019)» (2021) e «Tendo conquistado o Presente, a Direita traz consigo a vitória do Futuro»: o neoconservadorismo anglo-saxónico e a evolução do pensamento económico da direita radical portuguesa (1976-1985)» (2021); dedica-se ao estudo das direitas radicais, da história das ideias políticas e da história do tempo presente. E-mail: bruno.j.madeira@gmail.com.

os seus princípios político-ideológicos e os seus valores morais nucleares, assim como a forma como esta se representou e o modo como comunicou as suas ideias, valores e propostas iremos analisar os principais periódicos que este campo político editava à época. A investigação que aqui discutimos aponta para a centralidade do pensamento contrário à democracia, ao pluralismo ideológico e partidário, à igualdade, à liberdade individual, ao socialismo e ao comunismo no discurso e na mundividência da direita radical dos primeiros anos da democracia portuguesa.

Palavras-chave: Direitas radicais. Extrema-direita. Nacionalismo. História das Ideias. Discurso político.

ABSTRACT: Forced by 25 April 1974 to reformulate their discourse and the way they presented, organised and communicated, the Portuguese radical right found themselves, for the first time since 1926, completely removed from the sphere of governance. Unable to formulate a common short- and medium-term strategy that would federate the different sensitivities of this political camp around a power project, it tended to divide and be an agent of its own weakening. On the one hand, there were those who favoured the formation of parties, civil-military conspiracy, terrorist action and, from 1976 onwards, a return to the tactics of electoral combat and party-political intervention in national life, confident that victory or, at least, electoral relevance would soon be within reach. On the other side were those who opted for a medium- and long-term strategy, dedicating themselves to metapolitical action. This was aimed at gaining influence with the tops of the centre-right and democratic right parties and, above all, the media and academia. Despite strategic divergences, what our analysis identifies is an ideological and programmatic affinity between the two camps described. In order to understand and characterise the process of reconfiguration of the Portuguese radical right, its political-ideological principles and core moral values, as well as the way it represented itself and the way it communicated its ideas, values and proposals, we will analyse the main periodicals that this political field edited at the time. The research we discuss here points to the centrality of thinking contrary to democracy, ideological and party pluralism, equality, individual freedom, socialism and communism in the discourse and worldview of the radical right in the early years of Portuguese democracy.

Keywords: Radical right. Far-right. Nationalism. History of Ideas. Political discourse.

RESUMEN: Obligada por el 25 de abril de 1974 a reformular su discurso y su forma de presentarse, organizarse y comunicarse, la derecha radical portuguesa se encontró, por primera vez desde 1926, completamente alejada de la esfera de gobierno. Incapaz de formular una estrategia común a corto y medio plazo que federase las diferentes sensibilidades de este campo político en torno a un proyecto de poder, tendió a dividirse y a ser agente de su propio debilitamiento. Por un lado, estaban los partidarios de la formación de partidos, de la conspiración cívico-militar, de la acción terrorista y, a partir de 1976, de la vuelta a las tácticas de combate electoral y de intervención partidista en la vida nacional, confiados en que la victoria o, al menos, la relevancia electoral estarían pronto al alcance de la mano. En el otro bando estaban los que optaron por una estrategia a medio y largo plazo, dedicándose a la acción metapolítica. Su objetivo era ganar influencia en las cúpulas

de los partidos de centro-derecha y derecha democrática y, sobre todo, en los medios de comunicación y el mundo académico. A pesar de las divergencias estratégicas, lo que nuestro análisis identifica es una afinidad ideológica y programática entre los dos campos descritos. Para comprender y caracterizar el proceso de reconfiguración de la derecha radical portuguesa, sus principios político-ideológicos y valores morales fundamentales, así como su forma de representarse y de comunicar sus ideas, valores y propuestas, analizaremos las principales publicaciones periódicas que este campo político editaba en la época. La investigación que aquí comentamos apunta a la centralidad del pensamiento contrario a la democracia, al pluralismo ideológico y de partidos, a la igualdad, a la libertad individual, al socialismo y al comunismo en el discurso y en la cosmovisión de la derecha radical en los primeros años de la democracia portuguesa.

Palabras clave: Derecha radical. Ultraderecha. Nacionalismo. Historia de las ideas. Discurso político.

Como citar este artigo:

Madeira, Bruno. “As direitas radicais portuguesas no pós-25 de Abril: ideias, representações e discurso (1974-1982)”. *Locus: Revista de História*, 29, n. 1 (2023): 152-177

Notas introdutórias

O derrube do Estado Novo em 25 de abril de 1974 e o rumo que o processo revolucionário aí iniciado tomou obrigaram as direitas radicais portuguesas a reequacionar-se e a habituar-se a viver e a intervir nas margens do poder político. Depois de 48 anos de ditadura, a direita radical (Betz 1994; Beyme 1988; Griffin 2017; Mudde 2007; Mudde 2021) viu-se arredada do centro da vida política nacional e tentou, pelas mais diversas vias, voltar ao lugar que havia sido seu durante o salazarismo e o marcelismo. Sintomática da sua flexibilidade organizativa e da sua vontade de poder foi a proliferação de partidos que, à direita, pretendiam representar as diferentes sensibilidades deste campo político (Carapinha, Vinagre & Couto 1974; Prata, Ferreira & Lopes 1974; Soapli 1975; Madeira 2020; Marchi 2020). Encontraram-se no Portugal revolucionário de 1974-1975 e colaboraram ativamente para reverter o processo de democratização, o pluralismo político-ideológico e, sobretudo, a descolonização que o novo poder executou em pouco mais de um ano, figuras oriundas quer dos movimentos fascistas e/ou neofascistas, que durante o Estado Novo tentaram que o regime adoptasse mais clara e decididamente a via nacional-revolucionária (Marchi 2009a; Marchi 2009b), quer os salazaristas, os marcelistas ou os situacionistas, que se acomodaram à governação de ambos os ditadores.

No pós-25 de abril de 1974, a direita radical – de inspiração neofascista, salazarista ou marcelista – organizou-se em torno de siglas partidárias como Centro Democrático Social (CDS), Partido da Democracia Cristã (PDC), Partido Liberal (PL), Partido Trabalhista Democrático Português (PTDP), Movimento Federalista Português-Partido do Progresso (MFP-PP), Movimento Popular Português (MPP) e Partido Nacionalista Português (PNP). Relewa da escolha dos nomes que se atribuíram uma aparente adesão aos valores da democracia cristã, da democracia, do trabalhismo e uma estratégia para captar uma base social de apoio que, sem conhecimentos políticos rudimentares fruto da política de analfabetismo, obscurantismo e anti-comunismo estrutural promovida pelo Estado Novo, se pudesse rever, ao nível da nomenclatura adoptada, nos valores que esta traduzia. Mais, a utilização de termos como democracia, progresso, liberal ou popular visava, certamente, demarcar estes partidos da tradição estadonovista e evitar qualquer conotação com a ideia de direita política. Com efeito, seria preciso esperar por 1979 para que um partido português assumisse a sua filiação à direita no seu nome: Movimento Independente para a Reconstrução Nacional/Partido da Direita Portuguesa (MIRN/PDP).

Apesar dos esforços de demarcação, conhecendo os seus dirigentes e ativistas, os seus percursos quer antes quer após o 25 de abril de 1974 e, sobretudo, as ideias que sustentaram ao longo das suas vidas, facilmente se identifica a plasticidade discursiva com que procuraram moldar os programas políticos, os eufemismos utilizados para mascarar e suavizar o que eram realmente os objetivos e o corpo doutrinário perfilhados pelos militantes destes agrupamentos partidários e as tentativas, mais cínicas e estratégicas do que sinceras, de inserir estes grupos no desejo e no esforço colectivos de democratização do país. No fundo, um discurso marcado por um pragmatismo considerável que procurou tornar os partidos atraentes a um eleitorado que, previsivelmente, não queria voltar aos tempos do Estado Novo. Cederam, programática e pragmaticamente, e em graus diversos, nas matérias que consideravam mais acessórias para salvaguardarem o essencial – a defesa da presença portuguesa em África e na Ásia e a luta contra o comunismo.

Face à ilegalização de que os partidos da direita radical foram alvo na sequência da tentativa fracassada de golpe de Estado contra-revolucionário – impulsionado pelo Presidente da República, António de Spínola – de 28 de setembro de 1974, os principais quadros deste campo político vão optar pela passagem à clandestinidade e engrossarão as fileiras dos dois movimentos terroristas de extrema-direita – Exército de Libertação de Portugal (ELP) e Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP) – que, a partir de Madrid, orquestrarão uma violenta campanha contra o Partido Comunista Português (PCP), a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) e vários partidos da esquerda revolucionária e

socialista (Carvalho 2017). Terão sido 566 as ações violentas que ambos os movimentos promoveram em Portugal entre maio de 1975 e abril de 1977 (PCP 1977). Os 566 ataques corresponderiam à soma de 310 atentados bombistas, 136 assaltos, 58 incêndios, 36 espancamentos, 16 atentados a tiro e 10 apedrejamentos (PCP 1977, p. 41).

O desfecho do 25 de novembro de 1975 – que encerrou, definitivamente, o projeto de revolução socialista em Portugal e afastou o PCP e demais partidos de extrema-esquerda da esfera da governação –, os resultados das eleições legislativas, autárquicas e presidenciais – que consagraram o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD) como as forças políticas maioritárias no país – e a distensão do clima político nacional ofereceram, ainda que involuntariamente, condições para a reorganização da direita radical e novas perspectivas para a sua intervenção política e metapolítica. Entre 1976 e 1980, surgem novos partidos – MIRN/PDP e Frente Nacional (FN) – e reativa-se o PDC (Marchi 2017; Madeira 2020). O ciclo partidário esgotar-se-ia em 1979-1980, apesar do resultado auspicioso obtido pela coligação de direita radical nas primeiras eleições legislativas em que participou, com a conquista da maioria absoluta por parte da coligação de direita moderada – Aliança Democrática (PSD, CDS e Partido Popular Monárquico). Entre 1980 e 1985, ano em que Cavaco Silva (PSD) ganha as suas primeiras eleições legislativas e se assume como líder federador das direitas portuguesas, assiste-se a uma lenta agonia destes partidos e de várias iniciativas associativas e editoriais deste campo político. Neste sentido, o intervalo cronológico que nos propomos abordar permite acompanhar a emergência, a evolução e o ocaso da maioria dos partidos, dos grupos e das publicações das direitas radicais portuguesas deste período.

Compreender o passado destes grupos, os princípios que defenderam e os caminhos que decidiram trilhar, contribuirá para o enriquecimento do debate em curso e permitirá identificar as eventuais linhas de continuidade e de ruptura entre os homens e as ideias de antanho e os protagonistas e os princípios de hoje. Proporcionará, acima de tudo, a percepção de que a direita radical nunca esteve inativa ou moribunda e que veio trabalhando para criar as condições para o crescimento e triunfo que agora alcança. Por conseguinte, este artigo pretende contribuir para a discussão das direitas radicais portuguesas nos primeiros anos de democracia em Portugal, procurando, sobretudo, refletir sobre os aspectos programáticos e ideológicos formulados por este campo político a propósito das ideias-valor de democracia, igualdade e liberdade.

Direita radical: raízes históricas, tradicionalismo e pensamento organicista

Em primeiro lugar, importa precisar, qual a realidade que pretendemos descrever quando mobilizamos o conceito de direita e de direita radical. Por um lado, tomando em consideração o

seu sentido e significação históricas, o conceito de direita remete para a casual distribuição espacial dos deputados na assembleia constitucional francesa pós-revolução de 1789. Assim, tal como os classificou Norberto Bobbio, direita e esquerda são “termos antitéticos que há mais de dois séculos costumam ser utilizados para exprimir a oposição das ideologias e dos movimentos em que o universo eminentemente conflitual do pensamento e das ações políticas está dividido” (Bobbio 1995, 27). Contudo, se fosse apenas um referente espacial ou axial, rapidamente teria perdido toda a relevância no léxico político-ideológico. Desde o início, a direita assumiu, como cerne da sua ação e do seu corpo doutrinário, a defesa da tradição contra os avanços revolucionários. Pelo que, como afirmou Thomas Molnar, “o conteúdo contra-revolucionário, [...] era a recusa das instituições e estruturas sociais nascidas em 1789; os contra-revolucionários pregavam o regresso às instituições pré-revolucionárias” (Molnar 1980, 76).

O tradicionalismo da direita radical estrutura-se em torno da conceção de uma ordem natural da vida social, cuja subversão lhe era intolerável. Nesse sentido apontam as palavras de Roger Scruton: “o conservadorismo surge diretamente da noção de que cada um pertence a uma contínua e pré-existente ordem social, e de que este facto é fundamental para determinar o que fazer” (Scruton 2001, 10). A defesa da tradição, além do valor político, histórico e cultural que lhe atribuem, radica também no paradigma romântico de recusa da modernidade, dos efeitos da industrialização e urbanização e do desenraizamento que entendem ter sido criado por esses fenómenos.

Alain de Benoist – ideólogo da *nouvelle droite* – destacou ainda a importância do romantismo alemão para a conformação do pensamento das diversas famílias políticas da direita, nomeadamente por ter contribuído “para a formação de um nacionalismo ainda à procura de si mesmo”, acarretando como consequência a convicção de que “o indivíduo não pode subtrair-se ao seu enquadramento cultural nem à sua hereditariedade” (Benoist 1980, 80-83).

A defesa das ideias de desigualdade natural entre os homens e de que as relações sociais e políticas não podem ser niveladas por baixo, sob pena de prejudicar os mais capazes e de causar a degenerescência do organismo social, é também, sob diversos matizes, um dos eixos centrais da mundividência deste campo político. Este anti-igualitarismo parte da assunção da existência inevitável e inata de diferenças entre os indivíduos: de uns serem inteligentes, fortes, corajosos, engenhosos e dinâmicos e de outros serem desprovidos de capacidades intelectuais, fracos, cobardes e preguiçosos. Este tipo de fundamentação da diferença é também crucial nos postulados neoliberais (Micocci & Di Maio 2018; Biebricher 2019; Whyte 2019).

Assim, partindo do pressuposto de que as qualidades e as capacidades individuais são desiguais e de que os homens se guiam, acima de tudo, em função dos seus interesses e objetivos, a direita conclui pela impossibilidade humana de perseguir e de concretizar qualquer tipo de ideal igualitário, sob pena de negar a sua própria natureza, essência e características vitais. Implementar políticas de feição igualitária é também, sob a perspectiva dos direitistas, combater e cercear as liberdades e os direitos naturais. Deste modo, ao Estado caberia apenas a tarefa de garantir as condições para que os homens pudessem livremente demonstrar as suas capacidades e, através delas, distinguir-se dos demais.

Por conseguinte, seguindo esta linha de raciocínio, sublinhou Peter Dorey, “os rendimentos refletem geralmente as habilidades e os atributos individuais” (Dorey 2011, 22). Uma argumentação que favorece a manutenção do existente para aqueles que se encontram já no topo da cadeia económico-social, que naturaliza e glorifica a desigualdade, sem deixar, ao mesmo tempo, de veicular a ideia de que qualquer um, independentemente do ponto de partida, pode ascender ao topo da hierarquia se for talentoso e trabalhador; no fundo, defende-se aqui uma ideia de meritocracia na acepção elitista do termo. Assim, os direitistas não só recusam a igualdade, como ainda “qualquer ideia de direitos ‘universais’ ou ‘naturais’” (Scruton 2001, 41).

Pessimismo antropológico e rejeição da democracia liberal

O pessimismo antropológico é outra das características que marca o pensamento das direitas e que se opõe à convicção do crescimento económico linear dos liberais iluministas, do materialismo histórico advogado pelos marxistas e, acima de tudo, às teses que advogam a bondade natural do homem. Jaime Nogueira Pinto – quadro, ideólogo e editor da direita radical portuguesa – definiu o pessimismo direitista como a “recusa da ideia rousseauiana da bondade natural do homem” (Pinto 1996, 31), fazendo corresponder a visão que as direitas têm do homem às concepções antropológicas defendidas por Maquiavel e Thomas Hobbes. Daqui decorre que, combatendo todas as ideologias igualitárias, o cimento que uniu todas as famílias políticas da direita foi o anti-comunismo – entendido como a mais perigosa utopia igualitária e como a força política que mais ameaçava a ordem natural da sociedade e as suas tradições.

A doutrina política direitista é também profundamente anti-democrática. Assim, Michael O’Meara, um dos pensadores do novo identitarismo direitista, assumiu que “a noção de uma direita

[...] democrática [...] é de facto uma contradição terminológica” (O’Meara 2013, 23). O carácter anti-democrático do direitismo radical expressa-se ainda na defesa de uma liderança forte e carismática e de uma sociedade rigidamente hierarquizada na qual cada homem se acomode pacífica e ordeiramente a essa organização e à sua posição na mesma. No mesmo sentido, e tal como apontou Corey Robin, a mobilização da sociedade pela direita radical procura “apelar às massas sem rutura do poder das elites ou, mais precisamente, aproveitar a energia das massas no sentido de reforçar ou restaurar o poder das elites” (Robin 2011, 55), não as fazendo nunca, realmente, participar no exercício do poder. Ao individualismo e à revolução das massas, a direita opõe o organicismo e o elitismo.

Apesar de as diversas famílias da direita terem adotado discursos diferentes sobre doutrina econômica, até com contradições evidentes, o facto é que nunca foi posto em causa o princípio do direito à iniciativa individual e à propriedade privada. Ou seja, até a retórica mais radical do nazi-fascismo na crítica à burguesia nunca pôs em causa o sistema capitalista e, pelo contrário, sempre o defendeu. De resto, como realçou Joan Antón-Mellón, tanto o fascismo histórico como a nova direita, comungam a rejeição “do liberalismo como filosofia política, juntamente com a aceitação (de uma perspectiva social-darwinista) do capitalismo como um sistema produtivo ideal desde que subordinado à orientação política” do Estado (Antón-Mellón 2013, 63).

Para a compreensão da mundividência direitista falta ainda abordar aquele que é, sem dúvida, o seu eixo central: o nacionalismo. Com efeito, a dimensão nacional é crucial para entender os fenómenos político-ideológicos e culturais a partir do século XVIII. Assim, acompanhamos Josep R. Llobera quando determina que “a nação, como comunidade cultural definida, é o valor simbólico mais importante da era moderna; dotada como está de um carácter quase sagrado, em paralelo apenas com a religião” (Llobera 2000, XII). Por conseguinte, num tempo em que a cultura e a sociedade se laicizavam e em que decrescia acentuadamente o poder temporal da igreja, a nação surge como sucedâneo laico da devoção outrora consagrada à religião.

Pensar o mundo à direita depois do 25 de Abril

Para compreender e caracterizar o universo ideológico da direita radical portuguesa é relevante discutir a forma como esta escreveu a sua própria história: a definição e a defesa daquelas que entendiam ser as suas raízes históricas (miguelismo, integralismo, sidonismo, salazarismo), o modo como recusaram e atacaram o liberalismo e a República e o entendimento acerca do que era, intemporal e perenemente, a missão e o espírito nacionais. Excedendo, contudo, os limites deste artigo, remetemos para uma análise mais detalhada desses aspectos (Madeira 2020, 116-200). O mesmo se aplica à forma como os direitistas reagiram à revolução de 25 de Abril de 1974, às

diversas fases pelas quais passaram e intervieram durante o biénio revolucionário de 1974-1975 – partindo da organização partidária e terminando no terrorismo bombista que assolou o país entre 1975 e 1977 –, à sua colaboração nas manobras que conduziram ao golpe de 25 de novembro de 1975 – que, tendo garantido o afastamento definitivo dos comunistas e da esquerda revolucionária do poder, não garantiu, ainda assim, a completa reversão das políticas adotadas pelos seis governos provisórios –, e a reorganização e reaparecimento a partir de 1976. Cuidaremos, pois, de, no seguimento das prioridades estabelecidas na introdução deste artigo, abordar alguns aspectos da mundividência direitista portuguesa, nomeadamente em relação à sua auto-representação, ao seu pensamento anti-igualitário, anti-democrático e anti-liberal, assim como, por fim, uma aproximação à sua concepção de nacionalismo.

O encerramento do ciclo revolucionário em 1975-1976, a consolidação da democracia, das suas instituições, das suas normas e dos seus partidos, forçou a direita a reequacionar-se. Quem era? Que caminhos haveria de seguir? Com quem queria estar? Que bandeiras deveria erguer? Qual o projeto que, buscando no passado a sua fonte de inspiração, poderia ser percecionado como prenhe de futuridade e capaz de mobilizar, primeiro, a direita sociológica e, depois, a maioria do povo português? Aderir ao sistema e procurar conquistá-lo e reformá-lo a partir do interior? Marginalizar-se e constituir-se em reserva moral que, certa da queda próxima do regime, aguardaria que o poder lhe caísse nos braços? Abdicar da organização partidária e abster-se da via eleitoral, canalizando todos os esforços para o combate das ideias, para a formação de novos quadros, para a formulação de um novo projeto político da direita radical? Acreditar e lutar por resultados imediatos? Ou, não acreditando, desenvolver estratégias que possibilitassem a conquista de objetivos a médio e longo prazo?

Estas e outras questões foram recorrentemente formuladas, nestes ou noutros termos, em publicações como os semanários *A Rua* (1976-1981)¹ e *O Diabo* (1976), fundados, respetivamente, por Manuel Maria Múrias e Vera Lagoa, e nas revistas *Resistência* (fundada por António da Cruz Rodrigues, 1968-1984), *Futuro Presente* (fundada por Jaime Nogueira Pinto, 1980-2007) e *Terveiro Milénio* (fundada António Marques Bessa, 1981-1983). O universo de publicações da direita radical seria ainda enriquecido pelo surgimento de editoras como a Editorial Intervenção, o Centro do Livro Brasileiro, as Edições do Templo, as Edições Fernando Pereira, as Edições Afrodite, as Edições Abril, a Selecta, a Literal, a Braga Editora e as Edições Roger Delraux, assim como pelas

¹ Para uma análise aprofundada da origem, dos objectivos, da evolução e do desaparecimento do semanário *A Rua*: Madeira 2020, p. 308-319.

iniciativas editoriais de *A Rua*, do *Jornal Português de Economia e Finanças* e da revista *Resistência* (Madeira, 2020, p. 304-306).

O rol – não exaustivo – de jornais e editoras permite demonstrar três elementos que se revestem da maior pertinência para a compreensão da direita no período entre 1976 e 1979 – uma fase de reorganização, crescimento e relativa euforia –, essencialmente, mas cujos reflexos se estendem, em alguns casos, até 1980 ou 1981: i) disponibilidade financeira; ii) capacidade de iniciativa; iii) tentativa de harmonização das diferenças ideológicas ou, pelo menos, de concessão do direito de expressão a todas as que se inseriam no campo da direita radical.

A disponibilidade financeira, pelo menos até 1979, é comprovada pelo considerável investimento que foi efetuado para afirmar e divulgar os projetos políticos da direita radical, mesmo tendo em conta os desencontros entre os seus principais ideólogos e activistas. Não deixa de ser revelador que o financiamento das iniciativas editoriais da extrema-direita portuguesa tenha declinado abruptamente – assim interpretamos o encerramento quase simultâneo de vários jornais e editoras – a partir da primeira eleição vencida pela Aliança Democrática (AD) e o concomitante afastamento do Partido Socialista da governação.

O progressivo definhamento destas iniciativas editoriais demonstra, por outro lado, que não eram auto-sustentáveis e que, por conseguinte, o universo abrangido e consumidor das suas publicações não era suficientemente significativo ao ponto de garantir a sua existência independente e financeiramente viável. A esta equação, devemos também acrescentar o conjunto de quadros da direita radical que terão visto na “direita possível” da AD um meio mais eficaz de aplicação de algumas ideias e propostas que caracterizavam o seu campo político de origem. Apesar das inflexões e das concessões ulteriores, em 1976, o financiamento permitiu uma dinâmica e uma capacidade de iniciativa notáveis à direita radical. Certo é, também, que se apenas houvesse dinheiro mas não existissem quadros dispostos a tomar em mãos esse trabalho e corporizar uma luta política que estaria longe de se apresentar fácil, tal dinâmica nunca teria sido atingida.

Para este processo concorreram jornalistas, filósofos, militares, políticos e cronistas, entre outros intelectuais da direita radical, convergentes ou não quanto à estratégia e aos meios de acção imediatos, militando nos partidos da direita parlamentar e institucional, nos da direita radical ou em nenhum, crentes nas virtudes da intervenção político-partidária ou adeptos da acção metapolítica, de passado nacional-revolucionário, salazarista ou marcelista. É no quadro desta heterodoxia ideológica, deste desconcerto quanto às formas de acção e de organização, deste desafinar de estilos e de públicos-alvo, que devemos salientar o esforço protagonizado pela direita radical: para se afirmar no novo quadro político, não olhou a divergências na hora do seu

relançamento e da sua reorganização – essas seriam exacerbadas e conduziriam à grupusculização² crescente a partir de 1977.

Antes de mais, devemos frisar que, no período em apreço e a despeito do uso frequente e auto-referencial do conceito “direita”, os direitistas procuraram evidenciar uma certa desvalorização desse qualificativo. Embora se identificassem com a mundividência atribuída a esse campo e aceitassem a filiação ideológica nos mestres da contra-revolução, esforçaram-se por demonstrar que a existência da direita é um simples acaso geométrico. Tudo isto sem, como dissemos, se dissociarem da tradição direitista, sem enjeitarem o seu papel de agentes dessa família ideológica e sublinhando sempre que existiam múltiplas direitas – a diferença e a falta de unidade eram percebidas como elementos distintivos da história, do carácter e da superioridade da mesma. Longe de serem vistas como uma fraqueza, eram entendidas como prova da vitalidade, da pluralidade e da riqueza desta família política.

Várias foram as abordagens à discussão do que era a direita. Desde os que insistiam na questionável utilidade do conceito e lhe apontavam, essencialmente, uma significação meramente geométrica gerada na assembleia constituinte francesa de 1789 em que “os deputados que pretendiam a manutenção do poder real e os que o rejeitaram sentaram-se, respectivamente, à direita e à esquerda da cadeira presidencial [...]. Definia-se assim, de algum modo, a oposição autoridade-liberdade”³ ou de esta ter sido o “período do advento da ‘ideologocracia’” que conduziu à caracterização dos conservadores como direita e dos “partidários da Democracia e do Poder Popular ou ‘terrorocracia’” como esquerda⁴.

Aos que se empenharam numa discussão mais profunda e sistemática acerca da direita, como foi o caso, por exemplo, de José Miguel Júdice, que reconheceu a direita como uma realidade política portadora de uma identidade, de uma mundividência e de valores próprios, como também identificou as três principais famílias desse campo político: legitimistas, orleanistas e bonapartistas. A primeira caracterizava-se pela sua recusa intransigente da revolução, da república e da democracia, advogando o retorno ao Antigo Regime. Tradicionalistas e contra-revolucionários, a sua proposta política assentava num imobilismo ideológico, social e político que era, de resto, o seu principal móbil para a acção. A segunda seria a expressão de uma burguesia em plena ascensão sócio-económica e, portanto, desinteressada em mudanças bruscas no ordenamento político da

² As iniciativas associativas e partidárias da direita radical tenderam a fragmentar-se e a dar origem a grupos de dimensão cada vez mais reduzida e de influência mais limitada, dividindo uma base social de apoio já de si estreita e tentada pelas potencialidades de vitória imediata que o bloco da direita democrática – a AD – oferecia.

³ Afonso, Vasco. “Direita e Esquerda no hospital das palavras – primeira reflexão sobre ideias e mitos”. *A Rua*, 8 de julho de 1976, n.º 14, p. 6.

⁴ Moreno, Luís Duarte. “Direita, Centro, Esquerda”. *Resistência*, 15 de julho de 1976, n. 129/130, pp. 42-44.

sociedade que pudessem pôr em causa o seu estatuto recém-conquistado: “fundamentalmente parlamentaristas, eram propícios ao compromisso. [...] eram naturalmente monárquicos, mas facilmente republicanos, [...] eram desconfiados com tudo o que pudesse significar demagogia, poder pessoal, autoritarismo, reformismo intenso”⁵.

Em suma, o orleanismo corresponderia mais, de acordo com a reflexão de Júdice, a um bloco de interesses caracterizado pela moderação, pelo compromisso, pela aceitação das regras do jogo e pelas cedências ao regime existente. Maleáveis e anti-revolucionários, buscavam a pacificação social e política como condição indispensável para a prosperidade dos seus negócios, que, numa escala de prioridades, se encontravam acima da defesa de purismos ideológicos. Por fim, a terceira corporizava um sincretismo entre o apego ao passado e o espírito reformista, “sonhava com um poder forte, com uma política de grandeza e com a ligação directa, cesarista, entre o soberano e o povo, sem passagem pelo meio intermédio e refletor que são as classes políticas e os seus Parlamentos”. Nesse sentido, terão sido dos principais impulsionadores, à direita, da instauração do sufrágio universal e da adoção, na impossibilidade de retorno à monarquia, do presidencialismo. Para Júdice, que admitia que os bonapartistas fossem os que mais dificilmente se enquadravam no estereótipo direitista formulado pela ciência política, estes “eram talvez os mais modernos, os que anunciavam as democracias de massa e a personalização do poder”⁶.

Noutro sentido, mais marcado pela sobrevalorização do factor nacional, José Pequito Rebelo, um dos fundadores do Integralismo Lusitano, questionou, a lógica de rotular como direitista “a comunhão daqueles que simplesmente querem viver portugueses, e ainda morrer portugueses [...], viver e morrer portugueses, integralmente portugueses”. Por conseguinte, a divisão entre blocos políticos deveria fazer-se, subentende-se, não por um acidental critério geométrico mas sim entre nacionalistas e internacionalistas (estes entendidos como partido anti-nação). Paralelamente, interrogou o autor, “nós somos a Direita porque ocupamos certo espaço ou esse espaço é da Direita porque nós o ocupamos?”. Assim, concluiu, “a palavra própria para designar a comunhão dos que querem simplesmente viver e morrer portugueses não seria da Direita, mas simplesmente do Direito”⁷.

Para Luís de Quadros, do mesmo modo que considerava que o demoliberalismo fora uma experiência episódica e condenada ao fracasso, “esquerda” e “direita” não seriam mais do que uma

⁵ Júdice, José Miguel. “Análise Política: A “Direita” ou as “Direitas”?”. *O Diabo*, 19 de dezembro de 1978, n.º 103, p. 2.

⁶ Júdice, José Miguel. “Análise Política: A “Direita” ou as “Direitas”?”. *O Diabo*, 19 de dezembro de 1978, n.º 103, p. 2.

⁷ Rebelo, José Pequito. “Modos de Ver – A Direita e o direito”. *A Rua*, 25 de setembro de 1980, n.º 224, p. 4.

moda vocabular aplicada à política que, tal como as demais, acabaria por passar. Para o autor, estes termos “inventados em Paris” tiveram:

Receptividade nas sete partidas do mundo, porque singelas, entendíveis até pelos brancos a quem se permite votar, eleger, no mesmo pé de igualdade com os cérebros mais esclarecidos e lúcidos de qualquer país. Porém elucubração presunçosa, lirismo em tempo de ócio de uma cabeça pletórica de desgastados lugares comuns.⁸

No que concerne aos que adotaram o conceito de “direita” como mecanismo auto-referencial, apesar de terem reservas quanto à significação que dele era feito, faziam-no, em primeiro lugar, para contraditar a visão da esquerda acerca do mesmo. Tinham, por isso, os quadros da direita radical, no contexto pós-revolucionário português, de contrariar o estigma e o anátema que, entendiam, fora lançado sobre a direita.

E se alguns buscaram em eufemismos centristas ou em renúncias aos ideais de sempre contornar o espírito anti-direitista do tempo, Tavares de Almeida defendeu que não devia a direita abdicar de se afirmar como tal, nem pactuar de modo algum “com a benevolência e a maldição, porque se as direitas dispõem ainda de alguma coisa que as alegra e as compensa da imensidade dos seus desaires e da multidão dos seus desalentos, é poderem dizer que são direitas”⁹. Urgia, então, passar da identificação à leitura crítica do seu passado, à discussão e atualização do seu corpo doutrinário e à reflexão em torno das formas, dos modos e dos momentos mais propícios à sua atuação. Ainda que, como declarou António da Cruz Rodrigues, alguns pudessem entender que:

A Direita é, essencialmente, um estado de espírito, dominado por um sentimento de responsabilidade na vida e um profundo empenhamento em todos os seus actos e atitudes. A Direita, que fez Portugal e que, com pequenos hiatos, tem governado Portugal durante perto de 900 anos, sabe perfeitamente o que isso é. Não desiste nem desanima.¹⁰

As palavras de Cruz Rodrigues remetem-nos para uma dimensão estruturante da auto-representação da direita radical: o seu enraizamento na história. De facto, os direitistas empenharam-se na construção de uma narrativa que inseria a direita pós-Revolução Francesa numa linha de continuidade que tivera o seu início na Antiguidade. Deste modo, davam expressão à ideia de que a direita representa o “natural” na história da humanidade, constituindo a esquerda, por contraposição, o “anormal” e o “episódico”. Nesse sentido, e advogando que a direita já existia antes de assim ser descrita, Fernando Jasmins Pereira considerou que esta, “em derradeira instância,

⁸ Quadros, Luís de. “As duas avassaladoras revoluções”. *Resistência*, setembro/outubro de 1979, n.º 195/196, pp. 63-67.

⁹ Almeida, Tavares de. “Memórias do tempo da lepra”. *A Rua*, 21 de julho de 1977, n.º 68, p. 11.

¹⁰ “Dr. António da Cruz Rodrigues: Ambicionamos ser no Parlamento a expressão da Consciência Nacional. Melhor do que ninguém a Direita conhece os verdadeiros interesses da sociedade portuguesa – lembra o candidato pelo círculo de Lisboa da coligação PDC-MIRN-FN”. *A Rua*, 25 de setembro de 1980, n.º 224, p. 13.

é o modo natural de viver e sentir-se no mundo. [...] sendo a Direita como consciência uma resposta, por natureza só emerge quando o seu património é negado”¹¹.

Por fim, uma terceira atitude face à identificação do campo nacionalista e tradicionalista com a direita tendia à sobrevalorização das diferenças entre as várias correntes direitistas, argumentando, por conseguinte, que não se deve falar em direita, mas sim em direitas. A diversidade identificada por vários autores prender-se-ia com a existência de diferentes doutrinas à direita – constatação que contraria a alegação de uma parte dos porta-vozes desse universo político que defende o seu pretensado carácter a-ideológico, a sua fraca propensão para a especulação teórica e que a sua *praxis* é influenciada, quase exclusivamente, pelas realidades imutáveis da civilização europeia e pelo seu direito natural.

A multiplicidade das direitas foi sublinhada, nomeadamente, por Jaime Nogueira Pinto e por Luís Sá Cunha. O primeiro disse que, na direita, se podem encontrar “católicos, agnósticos, universalistas e nominalistas, tradicionalistas e revolucionários”. Já em relação aos pontos em comum entre estes vários grupos, o autor identificou a oposição à revolução e “uma concepção orgânica, autoritária, hierárquica, monárquica, confessional, da sociedade e do Estado”¹². Em suma, uniria as várias famílias direitistas a arregimentação em torno da defesa do trono, do altar, da ordem e da hierarquia do Antigo Regime e da tradição. Ainda ao nível dos denominadores comuns, Nogueira Pinto realçou o pessimismo antropológico e o anti-igualitarismo, defendendo que o complexo doutrinário das direitas, “quer na versão tradicionalista católica ou monárquica, quer no conservadorismo elitista, quer no nacionalismo revolucionário manteve esse mesmo sentido aristocrático e meritocrático. [...] há uma constante rejeição do igualitarismo como ponto de partida ou de chegada da ordem política”¹³. Quanto à diversidade, e continuando a acompanhar a análise realizada por Jaime Nogueira Pinto, poderiam encontrar-se, na direita, fascistas e liberais, revolucionários, conservadores e tradicionalistas, “sindicalistas e corporativistas, dirigistas e monetaristas”¹⁴.

Sá Cunha discutiu também a unicidade e a diversidade no seio da direita. Para o autor, antes de mais e quanto à questão de regime, a direita dividir-se-ia entre monárquicos e republicanos. Do ponto de vista da organização económica e social do Estado, existiriam organicistas, solidaristas, corporativistas e capitalistas. Conviveriam no seu seio um nacionalismo conservador e um outro de feição revolucionária (nazi-fascista). Existiriam democratas e anti-democratas, assim como

¹¹ Pereira, Fernando Jasmins. “As direitas e a Direita”. *A Rua*, 28 de dezembro de 1978, n.º 133, p. 6.

¹² Pinto, Jaime Nogueira. “O que é a Direita I”. *O Diabo*, 20 de novembro de 1979, n.º 151, p. 11.

¹³ Pinto, Jaime Nogueira. “A Direita e as Direitas III: Anti-igualitarismo”. *O Diabo*, 18 de março de 1980, n.º 168, p. 9.

¹⁴ Pinto, Jaime Nogueira. “A Direita e as Direitas”. *O Diabo*, 21 de outubro de 1980, n.º 199, p. 7.

liberais e conservadores¹⁵. Essa diversidade aplicar-se-ia também à condição dos seus aderentes, sendo, por isso, desaconselhável, aos olhos de Nogueira Pinto, enveredar por leituras maniqueístas da história, da realidade e de cada um dos campos políticos em que “os nossos são os *bons* e os outros são os *maus*”, sob pena de se cair no descrédito e de não se contribuir devidamente para o esclarecimento do povo português, nomeadamente na delimitação e na definição do corpo doutrinário e da proposta política das direitas radicais. Isto porque “também na Direita [...] há homens inteligentes e homens estúpidos, ricos e pobres, gente de bem e celerados, génios e mentecaptos; também na Direita há intelectuais e analfabetos, pensadores e homens de mão, cerebrais e activistas”¹⁶.

A centralidade do pensamento anti-igualitário, anti-democrático e iliberal

Para discutir os elementos estruturantes do pensamento direitista, o seu corpo doutrinário perene e o que, ainda que sujeito a divergências e a leituras críticas internas, pode ser apresentado como o mínimo denominador comum que a uniu, ao longo dos últimos 230 anos, é necessário interrogarmos, tal como Jaime Nogueira Pinto o fez em 1984:

Quem somos “nós”? Qual a herança negativa ou positiva que encerram certos adjetivos equívocos ou “malditos”, convenientes ou ultrapassados, queimados ou mobilizadores? Quais os valores, quais os princípios, quais as bandeiras, quais os lemas? E, antes de mais, qual a comunidade de experiências, de combates e de sonhos que unificam e separam? Quais as fronteiras éticas e estéticas que demarcam os territórios? Que tipo de coisas queremos, rejeitamos e nos são indiferentes, logo negociáveis?¹⁷

Em primeiro lugar, uniu a direita o espírito contra-revolucionário. Derrubadas as bases do Antigo Regime pela revolução, o conjunto dos partidários desse sistema viu-se impelido à organização e à acção contra um inimigo perfeitamente identificado e visto como destruidor de todo o sistema de crenças, da ordem, da moral, das tradições, das hierarquias e do modelo de organização do Estado.

Ainda que, mais tarde, se tenha afirmado uma direita que se auto-intitulou nacional-revolucionária, a consideração maioritária desse campo político foi a de que “a revolução, por natureza, demole, destrói, desorganiza. Esfacela tradições, crenças, ideias, instituições, monumentos. [...] A desordem está-lhe nas entranhas. Para triunfar, utiliza meios violentos de ordem material, espiritual e moral. Quem diz revolução, diz violência e ódio”¹⁸.

¹⁵ Cunha, Luís Sá. “A Direita em questão”. *A Rua*, 8 de fevereiro de 1979, n.º 139, p. 13.

¹⁶ Pinto, Jaime Nogueira. “A Direita e as Direitas”. *O Diabo*, 21 de outubro de 1980, n.º 199, p. 7.

¹⁷ Pinto, Jaime Nogueira. “Será o tempo?”. *O Diabo*, 4 de setembro de 1984, n.º 401, p. 2.

¹⁸ “As direitas preferem a evolução à revolução”. *Vária* 8, 2 de setembro de 1976, n.º 37, p. 1.

Reino do caos, da anarquia e da violência, a revolução era vista como o grau zero da convivência e da consciência políticas dentro de uma sociedade. Destruindo os suportes morais, espirituais e políticos de uma comunidade; nada de construtivo traria a revolução, atirando os indivíduos para uma situação em que imperariam, desprovidos de moralidade, os seus instintos mais primários. No fundo, para a direita, a revolução significava somente a destruição e a imoralidade e era, portanto, o sinal derradeiro da decadência de um povo.

Por outro lado, o sentimento contra-revolucionário era alimentado por um pessimismo antropológico e histórico comum a todas as direitas, ainda que pudesse assumir diferentes expressões ou formulações em cada uma delas. Nogueira Pinto, por exemplo, distinguiu o pessimismo revolucionário ou fascista do pessimismo reaccionário ou radical. Se ambos partiam de uma concepção intrinsecamente negativa da natureza humana, o primeiro defendia “a própria superação na realização dos ideais comunitários, a ultrapassagem e auto-superação pelos empreendimentos coletivos no Estado, na Revolução”, enquanto o segundo considerava impossível a correção da condição humana, mesmo que realizada no seio de um pretenso movimento nacional orientado pelo Estado. Este pessimismo radical “encara o mundo e a humanidade irremediavelmente corrompidos e acorrentados pelo pecado”.¹⁹

Eduardo Freitas da Costa, rejeitando a feição ideológica da direita, sublinhou que apenas informavam o seu projecto político um profundo conhecimento da “vida natural” – que implicava o respeito pela propriedade privada, a ausência de conflitos de classe e a defesa da família tradicional. Por conseguinte, para o autor:

*A direita é a naturalidade, a normalidade, o livre e espontâneo desenvolvimento das potencialidades orgânicas do Homem integral – alma e corpo. E por isso nunca pensou em criar nem organizações, nem defesas, nem mobilizações – como ninguém se lembra de estabelecer as normas que levam um pai a tratar de dar de comer aos filhos ou uma dona de casa a lavar as camisas com o que o marido há-de ir ao trabalho.*²⁰

Além da visão profundamente sexista acerca dos papéis sociais reservados, pela natureza e pela tradição, aos homens e às mulheres, Freitas da Costa defendeu a ausência de ideologia na direita, na medida em que esta se fundaria nas realidades intemporais, nas tradições observadas por sucessivas gerações e, no fundo, nas próprias leis da natureza. Ora, se não se pode falar num padrão fixo de ordenamento político, económico, social, cultural, moral, ético ou jurídico seguido por um determinado povo; se todas essas dimensões da convivência e da sociabilidade humanas foram evoluindo, nos diferentes contextos históricos, torna-se evidente a falácia a-ideológica presente no discurso direitista. As direitas defendem, isso sim, doutrinas teórica e especulativamente

¹⁹ Pinto, Jaime Nogueira. “A Direita e as Direitas II”. *O Diabo*, 11 de março de 1980, n.º 167, p. 11.

²⁰ Costa, Eduardo Freitas da. “A Direita nunca existiu”. *A Rua*, 7 de setembro de 1978, n.º 117, p. 11.

formuladas, baseadas em representações do homem e da sua condição e em concepções tradicionalistas e imobilistas da vida social – algumas encontrando eco em determinados períodos históricos – com vista à restauração da ordem, das hierarquias, do trono e do altar.

Na edição de 30 de setembro de 1976 do jornal *A Rua*, identificou-se, para além das considerações já discutidas anteriormente, uma dificuldade que se poria à direita por esta existir desprovida de ideologia: “a Direita procurando afirmar-se num mundo ideologicizado, não [...] possui ideologia própria: a consciência dinâmica que é da sua responsabilidade assumir veda-lhe a cristalização em qualquer sistema, ainda quando este pareça compatibilizável aos seus valores e princípios”.²¹

Sem ideologia, mas com ética e valores bem definidos. Como sublinhou Jaime Nogueira Pinto:

Os valores, em definição tautológica mas impressionante, são “o que vale”, o que é metapolítico, o que transcende o quotidiano. Valor é, por exemplo, o Estado Nacional ou, particularizando o que nos interessa, é a Nação Portuguesa [...]. As ideologias [...] são outra coisa, são concepções sobre a organização do Estado e da Sociedade, sobre as relações entre este e os indivíduos, sobre a latitude das respectivas esferas de influência e interdependência. São históricas, tendem para a relativização e, na sua expressão social, para a simplificação e a redução a programa.²²

Ou seja, na aceção que lhes é atribuída por Nogueira Pinto, os valores (que a direita tem bem definidos) são qualitativamente superiores às ideologias (das quais a direita seria desprovida). Os valores surgem aqui como normativas perenes que abrangem os modos de atuação, os códigos de conduta e de ética, as formas de posicionamento face às coletividades humanas e à sua governação, os quadros culturais a aplicar e o valor supremo a perseguir: a sobrevivência, a defesa e o desenvolvimento da nação de acordo com o que seriam os seus inquestionáveis e intrínsecos interesses.

As ideologias, por seu lado, centrar-se-iam na procura de respostas, necessariamente transitórias, para a organização do Estado e da sociedade, seriam meros produtos de determinado contexto histórico e substituídos por outros sempre que ocorressem mudanças a esse nível. Longe de oferecerem uma solução de destino e de missão aos povos, limitar-se-iam a procurar triunfar no imediato, a consubstanciarem-se em programas e em vulgatas políticas. No fundo, os valores situar-se-iam ao nível do que era estruturante para uma sociedade, corresponderiam à “comunidade trigeracional” e à “comunidade de destino universal”, enquanto as ideologias representariam o que de transitório, contextual e historicamente demarcado surge ciclicamente nas sociedades humanas.

²¹ “Entendimento da Direita”. *A Rua*, 30 de setembro de 1976, n.º 26, p. 5.

²² Pinto, Jaime Nogueira. “Arrumando ideias”. *O Diabo*, 29 de novembro de 1983, n.º 361, p. 11.

Ora, a pretensão de a-ideologismo por parte das direitas é ainda menos fundamentada se tivermos presente a defesa constante que estas fizeram da sua diversidade e da sua pluralidade. Se os valores são, de facto e com poucas excepções, os mesmos, como explicar a existência de dezenas de famílias políticas na direita? Se existem liberais, autoritários e fascistas, capitalistas, solidaristas e corporativistas, nacionalistas reaccionários e revolucionários, conservadores, tradicionalistas e neo-liberais, se surgem novas propostas como as da nova direita anglo-saxónica e da *nouvelle droite* continental, como não ver nesses fenómenos a manifestação inequívoca da existência de ideologia(s) à direita?

A visão pessimista acerca do homem enforma não só as acusações de utopismo aplicadas às propostas e aos projetos políticos do campo revolucionário – jamais, pela sua própria natureza, poderiam os seres humanos construir as sociedades igualitárias, harmoniosas e pacíficas teorizadas pelas esquerdas –, como também, e concomitantemente, a defesa cerrada da necessidade de restauração das hierarquias e da ordem tradicionais.

Para a direita, os homens são intrinsecamente maus e desiguais entre si, logo rejeitava as doutrinas igualitárias e afirmava uma visão aristocrática acerca da política e da organização sócio-económica das sociedades. Isto porque:

A rigidez das instituições, a tendência humana para a permanência nas posições adquiridas, o pendor para a constituição de classes e grupos mais ou menos privilegiados – provocam a inveja, a aversão, o ressentimento e até o ódio dos inaptos de toda a espécie, logo aproveitados e manipulados pelos aptos a quem o existente incomoda.²³

Assim, transversalmente maus, os indivíduos nasceriam dotados de capacidades substantivamente diferenciadas, reservando-se a uma pequena minoria a aptidão necessária ao exercício da política e da governação, do mesmo modo que a educação, a posse de meios de produção e o acesso a altos cargos estatais e eclesiásticos deveriam ser limitados a uma pequena elite, pretensamente com predicados intelectuais inatos e desde tenra idade formada para desempenhar essas funções. Os outros, a imensa maioria da população, desprovidos que eram de capacidade de mando, de empresa e de pensamento abstracto, deveriam reduzir-se ao papel que lhes reservava esta ordem social aristocrática e imobilista – o trabalho braçal, o papel de soldados rasos e as pequenas ordens religiosas. Recusar a submissão ditada pela “natureza” seria sintoma de inveja e revelador dos mais baixos e vis sentimentos humanos.

Perturbada a ordem que lhes assegurava os privilégios hereditários – e não naturais como pretenderam estatuir –, a cúpula política, social e económica do Antigo Regime foi obrigada a reagir. A defesa da tradição, em toda a sua abrangência, serviu de mote para, de facto, procurar a

²³ “As direitas preferem a evolução à revolução”. *Vária* 8, 2 de setembro de 1976, n.º 37, p. 1.

restauração do sistema político-social que lhes garantira posições dominantes e que assegurara a reprodução dos papéis sociais durante longos séculos.

Nesse sentido, as inovações democráticas ensaiadas pelo campo revolucionário foram, de imediato, denunciadas e combatidas pelos direitistas, ainda que estes pudessem, ou não, participar nas instituições e aceitar, transitoriamente, as regras de participação democrática com vista à subversão ou à destruição do próprio sistema – dimensão do pensamento direitista que discutiremos mais adiante e que passou também, na cronologia analisada, por um discurso demagógico anti-partidos e contra a prevalência do número sobre a qualidade dos indivíduos. Se, para a direita, os homens nasciam desiguais nas suas capacidades, não se justificava, sob qualquer ponto de vista, que todos tivessem igual peso na escolha dos governantes e do projecto político da comunidade. Para a direita, as teorias democráticas enfermam de um erro apriorístico: partem da ideia de que o homem é naturalmente bom e racional, logo capaz de viver em paz e em cooperação com os demais. Ora, a direita tem na raiz dos seus postulados teóricos a profunda convicção de que o homem é naturalmente mau, individualista, competitivo, irracional e movido por paixões que atentam contra o interesse geral.

Entregues a si próprios – ao auto-governo, à democracia –, os homens, cedendo aos seus mais primários instintos e caprichos, tenderiam para o afundamento na desordem, na anarquia, na criminalidade, na imoralidade e no mais desmedido individualismo, que somente poderiam culminar na dissolução irreversível dos laços de solidariedade seculares que se haviam desenvolvido em torno de valores comuns e superiores à soma das vontades e dos interesses de cada um, como, por exemplo, a nação. Como afirmou Miguel Teixeira e Melo, “a Direita repudia o processo democrático, tal como ele vem sendo praticado na generalidade dos países desde a Revolução Francesa. E fá-lo por não poder aceitar que a verdade esteja necessariamente com a maioria expressa através do sufrágio universal”.²⁴

Ou, como defendeu António da Cruz Rodrigues, não se poderia, em nome de um pluralismo e de uma liberdade sem limites, pôr em causa os valores essenciais e intemporais da comunidade, questionar as suas verdades, discutir a sua essência ôntica, criticar o seu passado pretendendo modificar o seu projeto presente e futuro. Ou, como também defendeu:

O pluralismo não pode ser indiferença ou neutralidade perante a verdade e o erro, a justiça e a injustiça, o bem e o mal, a fidelidade e a traição, o respeito e a defesa dos valores pátrios e o seu desprezo, o amor e o ódio e a cooperação das classes sociais”.²⁵

²⁴ Melo, Miguel Teixeira e. “Qual o lugar da Direita na presente conjuntura?”. *A Rua*, 23 de agosto de 1979, n.º 167, p. 17.

²⁵ Rodrigues, António da Cruz. “Pluralismo na política”. *Resistência*, 15 de maio de 1977, n.º 149/150, p. 12.

Também a Frente Nacional, a propósito da apresentação dos seus princípios doutrinários, declarou:

negamo-nos a discutir o Absoluto que nos fez em nome de quem nos fez – e em nome do futuro. Portugal é a nossa salvação. Assim Deus o quis. Discuti-lo é como se discutíssemos a nossa própria essência – o espírito move o corpo na via da Redenção. Nenhuma maioria é legítima para o pôr em causa.²⁶

Para caracterizar a alegada tirania e ditadura que os partidos exerceriam na democracia portuguesa, a direita radical recorreu, amiúde, ao conceito de “partidocracia”. Nas palavras de Manuel Maria Múrias, “a partidocracia é uma forma degenerada de democracia. É o governo dos partidos, para os partidos, pelos partidos, enquanto a democracia pretende ser o governo do povo, para o povo, pelo povo”.²⁷

Como afirmou Cruz Rodrigues, os partidos careceriam de demonstrar “a humildade de aceitarem que não esgotam a vida política do País, que nem a vida política passa por eles [...], que há ou têm de haver outros órgãos participantes e agentes da vida política nacional”.²⁸ Para melhor ilustrar o seu pensamento, o autor decidiu contrapor a boa adaptação à democracia da República Federal Alemã às dificuldades sentidas por Portugal num similar processo de reconfiguração política. Para o autor, que assim reforçou a centralidade atribuída aos organismos naturais e, simultaneamente, desvalorizou a importância do pluralismo político, a democracia ter-se-ia implementado facilmente na Alemanha Federal e os alemães a ela se teriam adaptado tão rapidamente pelo simples fato de:

A sociedade alemã ser já antes uma sociedade fundamentalmente democrática, em que apesar da carência dos partidos, a democracia nunca deixara completamente de exprimir-se através dos poderes locais, regionais e institucionais, de fortíssima e antiquada tradição. A ponto de podermos dizer que, mesmo sob o nazismo, a sociedade alemã poderia ter sido mais democrática que certos países de regime pluripartidário.²⁹

Ficamos, assim, devidamente esclarecidos sobre a concepção de democracia existente à direita. De forma mais prosaica, o modo como a direita encarava a democracia e o pluralismo fica também bem patente numa quadra de António Lopes Ribeiro, com a qual Manuel Maria Múrias encerrou um dos seus vários artigos contra o sistema democrático e partidário: “Já não é coisa que se discuta/ Se a ditadura e o pluralismo são iguais:/ Na ditadura só há um f. da p./ No pluralismo há muitos mais”.³⁰

²⁶ “O Primeiro Congresso da Frente Nacional – “Que a História nos conte entre aqueles que não se deixaram vencer” – Excertos do relatório da Comissão Organizadora apresentado ao 1.º Congresso da FN”. *A Rua*, 31 de Julho de 1980, n.º 216, p. 5.

²⁷ Múrias, Manuel Maria. “Editorial: Partidocracia”. *A Rua*, 5 de janeiro de 1978, n.º 82, p. 3.

²⁸ Rodrigues, António da Cruz. “O sistema dos partidos”. *Resistência*, 30 de janeiro de 1976, n.º 118/119, p. 2.

²⁹ Rodrigues, António da Cruz. “O sistema dos partidos”. *Resistência*, 30 de janeiro de 1976, n.º 118/119, p. 2.

³⁰ Múrias, Manuel Maria. “Editorial: no pluralismo há muitos mais”. *A Rua*, 21 de julho de 1979, n.º 158, p. 24.

Longe de ter sido desenhado para servir os interesses e a história nacionais, o regime democrático português seria uma máquina ao serviço dos partidos e encarado como um fim em si mesmo. O abastardamento do regime era, claro, imputado à natureza e à acção dos partidos. Por conseguinte, e forçando uma comparação dos resultados objectivos dos dois regimes, um cronista de *A Rua* assegurou:

Tinha-se habituado Portugal [...] a um ditador sisudo, que se entreteve, primeiro, a restaurar o prestígio de Portugal no Mundo, depois, a defendê-lo [...]. A partidocracia renascente [...] criticava por um lado a noite escura, prometendo, por outro, mundos e fundos. Mais uma vez a montanha pariu um rato. A Democracia, palavra mágica, não uniu o povo como era seu mister.³¹

Por conseguinte, a evidenciação dos seus defeitos, das suas incapacidades, da sua corrupção, da sua perversão e do seu papel de agente destruidor da unidade e da independência nacionais, repercutir-se-ia ao nível da aprovação e da aceitação pública da atividade, do mérito e da legitimidade dos partidos políticos, bem como do próprio sistema democrático.

Assim, para Manuel Maria Múrias, “o sistema partidocrático que nos enxovalha, não tem, em si mesmo, as condições mínimas de autoridade necessárias para se impor ante as forças da desordem”³². Desse modo, o país, se não se livrasse da partidocracia e da própria democracia, estaria condenado a vegetar sob o peso da “ditadura das oligarquias partidárias”³³. Processo inevitável e irreversível que levaria Portugal “a afundar-se na inconsistência. Quase alegremente”³⁴.

Para a direita radical, o sistema não era reformável nem recuperável, não poderia jamais adaptar-se com sucesso às características do povo português, livrando-se dos seus vícios corruptores, e tornar-se o melhor veículo político para alcançar e realizar os interesses, os desígnios e o destino nacionais. Como frisou Barradas de Oliveira, no que é um resumo quase perfeito da doutrina anti-democrática e iliberal direitista: seria um contra-senso tentar organizar a democracia, na medida em que “não se pode organizar o inorganizável. Democratizar significa igualizar, ou seja desorganizar, porque a organização exige precisamente hierarquizar, isto é, criar diferenças úteis. É impossível [...] organizar a democracia. E tentar democratizar a organização – é dissolvê-la” (Oliveira 1982, 45).

³¹ Gato Pingado (pseud.). “Um povo à espera – Quem nos compreende?”. *A Rua*, 3 de maio de 1979, n.º 151, p. 9.

³² Múrias, Manuel Maria. “Editorial: Da necessidade de um governo nacional”. *A Rua*, 3 de março de 1977, n.º 48, p. 3.

³³ “O País sempre adiado”. *A Rua*, 9 de fevereiro de 1978, n.º 87, p. 12.

³⁴ Mesquitela, Gonçalo. “A crise vista do Brasil – É tudo vinagre do mesmo tonel”. *A Rua*, 19 de abril de 1979, n.º 149, p. 6.

Um destino manifesto à portuguesa ou o segundo povo eleito: essencialismo ôntico e teleológico³⁵

O nacionalismo é, contudo, o principal sustentáculo ideológico das direitas radicais. Como afirmou Nuno Cardoso da Silva, “numa primeira aproximação pode-se dizer que a Direita considera a nação como quadro fundamental da organização da sociedade e da articulação de esforços dos seus membros e componentes”³⁶. O mesmo é dizer que a direita vê no nacionalismo uma forma de superar os conflitos de classe, usando-o como justificação para a cooperação entre exploradores e explorados, entre ricos e pobres, entre privilegiados e marginalizados, eliminando-se a conflitualidade social em nome dos superiores interesses da nação que a todos deveria unir – uma concepção que atingiu o seu esplendor no corporativismo fascista.

Acima dos interesses individuais e grupais, a nação deveria ser também colocada num patamar superior ao das especulações teóricas e doutrinárias – “sem grandes devaneios ideológicos nós temos tentado, unicamente, defender Portugal por Portugal”³⁷. A argumentação da direita em favor do nacionalismo tende sempre a apresentar a sua causa como estando desligada de qualquer projecto ideológico e a definir os interesses nacionais como sendo unívocos e impassíveis de discussão ou de entendimentos plurais e/ou divergentes. O nacionalismo deveria ainda impedir os confrontos político-partidários – considerado o interesse nacional, pela extrema-direita, como impassível de controvérsia ou de disputa; os partidos perdiam a sua razão de ser e serviriam apenas para fragmentar o colectivo nacional. Nesse sentido, os únicos partidos seriam o da nação e o da anti-nação.

Por outro lado, o nacionalismo direitista tende a confundir-se com pretensas tradições, com uma alegada essência ôntica dos povos, portadores de uma teleologia que lhes cumpriria realizar no mundo. Assim:

A nossa nação é formada pelos campos, pelas casas, pelas torres das igrejas, pelos túmulos, pelas aldeias no alto das serras ou por aquelas que se estendem nos trópicos junto à margem dos rios, pelos homens, pelas mulheres, pelas crianças que brincam nos jardins ou na orla da floresta, pelos comerciantes, pelos agricultores, pelos professores, pelos operários, pelos soldados e mesmo por aqueles que não fazem nada, pelas flores que desabrocham na Primavera, pelo verde das florestas, pelo amarelo-torrado dos campos de trigo maduro e pela brancura dos campos de algodão. O povo que a consubstancia e lhe dá vida é um conjunto histórico que compreende, ao lado da geração existente, as gerações passadas e a esperança das gerações futuras. Assim definido, o povo tem uma vontade orgânica que pode divergir da vontade dos indivíduos que o compõem. A existência de tendências discordantes e contraditórias não invalida nem põe em causa a unidade da nação que se identifica com um povo. É necessário, porém, que essas tendências discordantes não incidam sobre

³⁵ Mundividência assente na crença de que Portugal e os portugueses têm uma identidade, uma forma de ser e de estar no mundo e uma missão histórica que lhes foi confiada por Deus e que, como tal, não pode ser contrariada.

³⁶ Silva, Nuno Cardoso da. “Esquerda e Direita”. *A Rua*, 17 de junho de 1976, n.º 11, p. 6.

³⁷ Múrias, Manuel Maria. “Editorial: *A Rua* em risco de acabar”. *A Rua*, 18 de novembro de 1976, n.º 33, p. 3.

os valores fundamentais da vida da nação. Que o povo não se destrua a si mesmo numa divisão suicida da nação e anti-nação.³⁸

Comunidade de partida e de chegada, valor supremo e incontestável, a nação é, para a direita, e como vimos nas palavras de Valdez dos Santos, descrita quase oniricamente como local de sã convivência entre todos os nacionais, como espaço presente em que conflui toda a carga histórica e tradicional do passado e em função da qual se deve projetar o futuro; a nação supera e oblitera as divergências internas, individuais e grupais (partidárias, culturais, sectoriais) e deve, por conseguinte, ser defendida a todo o transe da perniciosa actividade fragmentária das forças anti-nação, internacionalistas, globalistas cosmopolitas.

Na nação entronca também a tradição religiosa da comunidade, e essa religiosidade é tida como elemento preponderante na definição da essência e da missão nacionais. Deste modo, e como frisou Miguel Teixeira de Melo:

Ser da Direita é crer em Deus e colocá-LO acima de todas as coisas. Ser da Direita é defender a Nação [...]. Por Deus e pela Pátria – Católicos e Nacionalistas. Católicos, fiéis à sua fé, obedientes à sua Igreja, lutando contra as infiltrações judaico-maçónicas que visam a sua destruição. [...] Nacionalistas, pois para nós a Pátria em que nascemos e vivemos é a melhor.³⁹

Pelo que vimos expondo, resulta curioso que outro elemento discursivo comum às diferentes famílias da direita seja a reivindicação de a-ideologismo ou, pelo menos, a ideia de que as suas ações e propostas se encontram acima de quaisquer ideologias. Remetendo para uma pretensa submissão às realidades perenes, à tradição, ao pragmatismo e, sobretudo, ao nacionalismo, os quadros intelectuais da direita radical formularam um complexo doutrinarismo que apresentam como não o sendo e uma concepção da nação e dos seus superiores interesses como princípios não sujeitos a qualquer especulação teórica e, por conseguinte, impassíveis de discórdia, de divergência ou sequer de discussão.

Como sintetizado nas palavras de Manuel Maria Múrias, as direitas bateram-se “pela dessacralização das ideologias a favor de uma ideia existencial de Portugal e da Portugalidade que, muito estreitamente, limite os debates ao concreto, não discutindo Deus, não discutindo a Pátria, não discutindo a Família”⁴⁰ – asserção carregada de significação ideológica mas que pretende ser um atestado da “dessacralização das ideologias” que os direitistas teriam conseguido. No mesmo sentido vai outra afirmação registada nas páginas do jornal *A Rua*, que asseverava que “se há uma ideologia da Direita – essa é a da anti-ideologia, porque [...] a Direita adapta-se [...] para além dos

³⁸ Santos, Valdez dos. “Editorial”. *Jornal Português de Economia & Finanças*, 16 a 30 de setembro de 1974, n.º 324, p. 3.

³⁹ Melo, Miguel Teixeira e. “Qual o lugar da Direita na presente conjuntura?”. *A Rua*, 23 de agosto de 1979, n.º 167, p. 17.

⁴⁰ Múrias, Manuel Maria. “Editorial: No aniversário d’*A Rua*”. *A Rua*, 13 de abril de 1978, n.º 96, p. 3.

preconceitos doutrinários, interessa-lhe defender a comunidade nacional no seu território, na sua cultura e na sua soberania política”.⁴¹

Notas conclusivas

Em jeito de síntese do que adiantámos neste artigo e reiterando a ideia de que cada um dos tópicos justificaria, por si só, uma análise mais aprofundada, procuraremos agora apresentar algumas notas conclusivas. Em primeiro lugar, devemos notar que, à época, parte significativa dos autores ligados à direita enfeitava a pertença a esse grupo político-ideológico e a pertinência desse conceito enquanto elemento analítico e de referência política de um dado indivíduo ou de uma congregação de homens partilhando uma mesma mundividência. Não sendo alheia a esta atitude a condenação generalizada que recaiu sobre o Estado Novo, logo sobre a direita, depois da revolução de Abril, os intelectuais direitistas, invocando a desatualização ou a irrelevância metodológica do binómio esquerda/direita, pretenderam estipular que a diferenciação e a antinomia políticas se estabeleceriam entre nacionalistas e internacionalistas/inimigos da nação.

Ainda assim, vários foram os autores que, a pretexto do ataque à esquerda, se dedicaram, no período em apreço, à defesa, à discussão e à definição da direita enquanto campo político-ideológico autónomo. Em traços gerais, podemos afirmar que as direitas radicais se viam como: i) herdeiras da tradição contra-revolucionária francesa; ii) defensoras da ordem, da hierarquia, do modelo de organização social e da tradição do Antigo Regime; iii) arraigadamente nacionalistas; iv) protetoras da família enquanto célula base do organismo nacional; v) uma reação natural, orgânica, à inépcia, à corrupção e à desordem causadas pela esquerda, afirmando-se, portanto, como um seu negativo; vi) o natural e o usual na história da humanidade; vii) inerentemente diversas e plurais; viii) eminentemente pragmáticas, a-ideológicas e supra-partidárias; ix) vítimas de permanente perseguição e ostracização desde a revolução francesa, logo, uma força de resistência à perversão moral, política, económica, social e cultural que desde então a esquerda teria implementado.

Igualmente estruturantes no pensamento direitista são o pessimismo antropológico, o anti-igualitarismo e a defesa das hierarquias e das leis “naturais”. Encontrando-se poucas divergências de fundo entre os autores estudados, as direitas radicais defenderam que: i) o homem é inatamente mau e imperfeito, necessitando de um forte cerceamento dos seus impulsos egoístas e individualistas; ii) os homens são, desde a nascença, desiguais nas suas aptidões e nas suas capacidades; iii) devem ser exacerbadas as diferenças sociais e individuais e instituído um sistema meritocrático de reconhecimento e de distinção dos indivíduos mais capazes – na formulação

⁴¹ “Meditação de Outubro: Repensando as Repúblicas”. *A Rua*, 7 de outubro de 1976, n.º 27, p. 13.

direitista, este assemelha-se a um sistema talhado para garantir, antes de mais, a reprodução contínua dos papéis e dos estatutos sociais que cada um herda à nascença; iv) as políticas igualitaristas pervertem o livre e natural funcionamento do organismo social, impedindo os mais inteligentes de desenvolverem plenamente as suas capacidades e o seu potencial; v) a única igualdade que se deve reconhecer universalmente aos indivíduos é a da sua dignidade perante deus e a justiça; vi) o elitismo e a estratificação hierárquica não só são os mais adequados modelos de organização social como correspondem a uma necessidade e a uma expressão natural das comunidades humanas.

No que diz respeito à doutrina e às preferências de organização política das direitas radicais, releva identificar, apesar de todos os eufemismos discursivos: i) a transversalidade e o predomínio do pensamento anti-democrático e iliberal; ii) as firmes recusa e condenação do pluralismo político e partidário; iii) a constante responsabilização do sistema representativo, da democracia e dos partidos por todos os problemas, reais ou empolados, que diziam existir no país; iv) o anti-comunismo enquanto valor estruturante da sua filosofia e da sua acção políticas; v) a defesa intransigente do direito à propriedade privada e à iniciativa individual, vistos como direitos humanos naturais e inalienáveis.

Referências bibliográficas

- Antón-Mellón, Joan. “The *Idées-Force* of the European New Right – A new paradigm?”. Em *Varieties of Right-Wing Extremism in Europe*, eds. Andrea Mammone, Emmanuel Godin, Brian Jenkins, 53-68. Nova Iorque: Routledge, 2013.
- Benoist, Alain de. *Nova Direita, Nova Cultura*. Lisboa: Edições Afrodite, 1980.
- Betz, Hans-Georg. *Radical Right-Wing Populism in Western Europe*. Londres: MacMillan, 1994. <https://doi.org/10.1080/01402388808424678>
- Beyme, Klaus von. “Right-wing extremism in post-war Europe”. *West European Politics*, Vol. 11, N.º 2, 1-18, 1998. <https://doi.org/10.1080/01402388808424678>
- Biebricher, Thomas. *The Political Theory of Neoliberalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019. <https://doi.org/10.1515/9781503607835>
- Bobbio, Norberto. *Direita e Esquerda*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- Carapinha, Rogério; Vinagre, António; Couto, Joaquim. *Partidos políticos: ponto por ponto*. Fundação: Jornal do Fundação, 1974.
- Carvalho, Miguel. *Quando Portugal Ardeu. Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*. Lisboa: Oficina do Livro, 2017.
- Dorey, Peter. *British Conservatism. The Politics and Philosophy of Inequality*. Londres: I.B. Tauris, 2011. <https://doi.org/10.5040/9780755622238>
- Griffin, Roger. “Interregnum or endgame? The radical right in the ‘post-fascist’ era”. Em *The Populist Radical Right. A reader*, ed. Cas Mudde, 15-27. Londres: Routledge, 2017.
-

Llobera, Josep R. *O Deus da Modernidade: O Desenvolvimento do Nacionalismo na Europa Ocidental*. Oeiras: Celta Editora, 2000.

Madeira, Bruno. «Homens entre ruínas»? *Ideias, narrativas, mundividências e representações das direitas radicais portuguesas (1974-1985)*. Tese de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020.

Marchi, Riccardo. *Folhas Ultra. As ideias da direita radical portuguesa (1939-1950)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009a.

Marchi, Riccardo. *Império, Nação, Revolução. As direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*. Alfragide: Texto Editores, 2009b.

Marchi, Riccardo. *A direita nunca existiu: as direitas extraparlamentares na institucionalização da democracia portuguesa (1976-1980)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

Marchi, Riccardo. *À Direita da Revolução. Resistência e Contra-Revolução no PREC (1974-1975)*. Lisboa: Objectiva, 2020.

Micocci, Andrea; Di Maio, Flavia. *The Fascista Nature of Neoliberalism*. Nova Iorque: Routledge, 2018.

Molnar, Thomas. *A Contra-Revolução*. Lisboa: Delraux, 1980. <https://doi.org/10.4324/9781351251204>

Mudde, Cas. *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511492037>

Mudde, Cas. *La ultraderecha hoy*. Barcelona: Paidós, 2021.

O'Meara, Michael. *New Culture, New Right: Anti-Liberalism in Postmodern Europe*. Londres: Arktos, 2013.

Oliveira, Barradas de. *Quando os Cravos Murcham. I – A democracia que nos impuseram*. Lisboa: Edições Fernando Pereira, 1982.

Partido Comunista Português. *Dossier Terrorismo*. Lisboa: Edições Avante!, 1977.

Pinto, Jaime Nogueira. *A Direita e as Direitas*. Lisboa: Difel, 1996.

Prata, Rafael; Ferreira, Carlos Santos; Lopes, Vítor Melícias. *Portugal Novo: movimentos e partidos políticos*. Lisboa: O Emigrante-Voz de Portugal, 1974.

Robin, Corey. *The Reactionary Mind. Conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2011. <https://doi.org/10.1093/acprof:osobl/9780199793747.001.0001>

Scruton, Roger. *The Meaning of Conservatism*. Londres: Palgrave Macmillan, 2001. <https://doi.org/10.1057/9780230377929>

Soapli. *Partidos e Movimentos Políticos em Portugal*. Lisboa: Soapli – Sociedade de Estudos e Publicações, 1975.

Whyte, Jessica. *The Morals of the Market. Human Rights and the Rise of Neoliberalism*. Londres, Verso, 2019.

Recebido: 12 de março de 2023

Aprovado: 19 de maio de 2023

**A Memória de Gustavo Barroso na Memória Nacional
Forças Armadas, Neofascismo e Neointegralismo**

*The Memory of Gustavo Barroso in the National Memory
Armed Forces, Neofascism and Neointegralism*

*La Memoria de Gustavo Barroso en la Memoria Nacional
Fuerzas Armadas, Neofascismo y Neointegralismo*

*Erika Morais Cerqueira**

<https://orcid.org/0000-0001-6604-0361>

RESUMO: O objetivo deste artigo é investigar a trajetória de Gustavo Barroso (1888-1959), intelectual dedicado ao estudo da história militar brasileira, na constituição de um projeto de memória nacional. Procuramos demonstrar que, ao longo de sua carreira, Barroso alinhou relações com diversos setores militares. Desde os projetos apresentados à Câmara dos Deputados, ainda em 1917, até os convites para atuar como orador oficial da Biblioteca do Exército, a temática militar foi uma constante em sua atuação profissional. Tanto na criação do Museu Histórico Nacional, pensado inicialmente como um museu militar, quanto na cadeira de história militar do Curso de Museus, ou mesmo na chefia das milícias integralistas, Barroso foi um intelectual dedicado à história militar. Tal dedicação oportunizou retornos significativos, tanto do ponto de vista simbólico, por meio de condecorações, quanto pela oportunidade de publicar suas obras junto a uma editora prestigiada entre os militares. E, nesse sentido, ao investigar seu funeral, assim como a posterior transladação dos despojos mortais para Fortaleza, foi possível inferir aspectos fundamentais para a compreensão da memória que se constituiu logo após a sua morte. Foi possível perceber que, a despeito de seu posicionamento antissemita, rechaçado no pós-guerra, Barroso permaneceu como um autor cujas ideias foram recuperadas de acordo com os interesses do presente. Nesse sentido, vale refletir acerca da ascensão da extrema direita e os diversos usos do passado que esse processo tem mobilizado, especialmente porque, contraditoriamente às expectativas tecidas nas últimas décadas, a reedição das obras de Barroso vem demonstrando que suas tonalidades conservadoras ainda encontram um público leitor.

Palavras-chave: Gustavo Barroso. História. Forças Armadas. Neointegralismo. Neofascismo.

* Doutora em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente, tem desenvolvido pesquisas no campo de estudos sobre memória, ritos e ritualizações da história, principalmente no que se refere à relação entre os museus, as comemorações cívicas e a escrita da história. Professora de História do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Campus Barbacena. E-mail: erika.cerqueira@ifsudestemg.edu.br

ABSTRACT: The purpose of this article is to investigate the trajectory of Gustavo Barroso (1888-1959), an intellectual dedicated to the study of Brazilian military history, in the constitution of a national memory project. We try to demonstrate that, throughout his career, Barroso established relationships with several military sectors. From the projects presented to the Chamber of Deputies, still in 1917, to the invitations to act as official speaker at the Army Library, the military theme was a constant in his professional activities. Both in the creation of the National Historical Museum, initially thought of as a military museum, and in the chair of military history in the Course of Museums, or even in the leadership of integralist militias, Barroso was an intellectual dedicated to military history. Such dedication provided attractive returns, both from a symbolic point of view, through decorations, and the opportunity to publish his works with a prestigious publishing house among the military. And, in this sense, when investigating his funeral, as well as the subsequent transfer of mortal remains to Fortaleza, it was possible to infer fundamental aspects for understanding the memory that was constituted soon after his death. It was possible to perceive that, despite his anti-Semitic position, rejected in the post-war period, Barroso is registered as an author whose ideas were recovered according to the interests of the present. In this sense, it is worth reflecting on the rise of the extreme right and the various uses of the past that this process has mobilized, especially since, contrary to the expectations woven in recent decades, the re-edition of Barroso's works has demonstrated that their conservative tones still find an audience reader.

Keywords: Gustavo Barroso. History. Armed Forces. Neointegralism. Neofascism.

RESUMEN: El objetivo es investigar la trayectoria de Gustavo Barroso (1888-1959), intelectual dedicado al estudio de la historia militar brasileña, en la constitución de un proyecto de memoria nacional. Intentamos demostrar que, a lo largo de su carrera, Barroso estableció relaciones con varios sectores militares. Desde los proyectos presentados a la Cámara de Diputados, aún en 1917, hasta las invitaciones para actuar como orador oficial en la Biblioteca del Ejército, el tema militar fue una constante en su quehacer profesional. Tanto en la creación del Museo Histórico Nacional, inicialmente pensado como museo militar, como en la cátedra de historia militar en el Curso de Museos, o incluso en la dirección de milicias integralistas, Barroso fue un intelectual dedicado a la historia militar. Tal dedicación le proporcionó importantes réditos, tanto desde el punto de vista simbólico, a través de condecoraciones, como la oportunidad de publicar sus obras con una editorial de prestigio entre los militares. Y, en ese sentido, al investigar su entierro, así como el posterior traslado de los restos mortales a Fortaleza, fue posible inferir aspectos fundamentales para comprender la memoria que se constituyó poco después de su muerte. Se pudo percibir que, a pesar de su posición antisemita, rechazada en la posguerra, Barroso siguió siendo un autor cuyas ideas fueron recuperadas de acuerdo con los intereses del presente. En este sentido, vale la pena reflexionar sobre el ascenso de la extrema derecha y los diversos usos del pasado que ha movilizado este proceso, sobre todo porque, contrariamente a las expectativas tejidas en las últimas décadas, la reedición de las obras de Barroso viene demostrando que sus tonos conservadores todavía encuentran un público lector.

Palabras clave: Gustavo Barroso. Historia. Fuerzas Armadas. Neointegralismo. Neofascismo.

Como citar este artigo:

Cerqueira, Erika Morais. "A Memória de Gustavo Barroso na Memória Nacional: Forças Armadas, Neofascismo e Neointegralismo". *Locus: Revista de História*, 29, n. 1 (2023): 178-202.

Introdução

Durante seu tempo de vida (1888-1959) e, em particular, na época em que realizou suas produções letradas, Gustavo Barroso foi o intelectual dedicado ao estudo da história militar brasileira. Ao longo de sua trajetória, ele fez uso da imprensa como meio de divulgação de ideias, o que possibilitou a mobilização do espaço público, além da oportunidade de contato com expoentes das letras e da política. Esteve à frente de importantes veículos de comunicação, como o *Jornal do Comércio*, o periódico *A Noite* e a *Revista Fon-Fon*, em que explorou as habilidades de desenhista e cartunista. A estreia na literatura ocorreu com a publicação de *Terra de Sol*, responsável pela projeção nacional do escritor, o que teria possibilitado o seu ingresso, em 1923, na Academia Brasileira de Letras. E, em 1931, Barroso foi admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por meio de uma produção historiográfica militar. Vale ressaltar que a construção de sua trajetória intelectual ocorreu ao mesmo tempo em que Barroso atuava ativamente na política regional.

Ainda durante sua atuação como Deputado Federal (1915-1918), Barroso apresentou dois projetos à Câmara dos Deputados que promoviam temáticas militares, quais sejam, os “Dragões da Independência” e o “Dia do Soldado”. O primeiro projeto propunha a denominação do regimento de cavalaria do Exército como Regimento de Dragões da Independência e determinava o uso do fardamento tradicional, da guarda de honra de D. Pedro I, como primeiro uniforme¹. O projeto estabelecia, outrossim, como atribuições desse regimento, fazer a guarda do Palácio da Presidência em dias de festa nacional, realizar a escolta do Chefe de Estado e dos diplomatas estrangeiros e participar do desfile cívico de Sete de Setembro. A expectativa era a de que, nas comemorações do Centenário da Independência, em 1922, os Dragões pudessem alcançar um espaço de destaque nos desfiles e festas que rememorariam aquele acontecimento. Tal assertiva fomentou amplo debate na Câmara, especialmente entre aqueles que julgavam a proposta demasiado ostensiva e acusavam o relator de não levar em consideração o quadro econômico nacional, marcado por grave recessão². O projeto foi efetivamente implementado somente em 1926³.

¹ Diário Oficial, Câmara dos Deputados, Projeto N. 71 – 1917, 20 de junho de 1917.

² Diário Oficial, Câmara dos Deputados, 01 de setembro de 1917.

³ A Parada Militar, *Fon-Fon*, 11 de setembro de 1926.

O segundo projeto apresentado por Gustavo Barroso à Câmara dos Deputados - o Dia do Soldado - solicitava que o dia 24 de maio fosse considerado, em todo o território da República, o dia dedicado ao Soldado Brasileiro, tornando-se feriado nas repartições militares e ocasião de festas patrióticas e comemorações públicas nos quartéis⁴. A escolha da data de 24 de maio para o Dia do Soldado, no projeto em questão, obedeceu à intenção de situá-lo conjuntamente com a lembrança de um feito militar de relevo: a primeira batalha de Tuiuti. Contudo, o Dia do Soldado passou a figurar no calendário nacional quase uma década depois e em data diferente da proposta por Barroso, sendo comemorado no dia 25 de agosto, quando Caxias foi elevado às honras de Patrono do Exército Brasileiro⁵.

Nesta ocasião, com auxílio de Barroso, foi organizada a “Semana de Caxias” como parte das festividades do “Dia do Soldado”⁶. Tal evento pode ser pensado no âmbito dos estudos sobre funerais cívicos, prática que se configuraria em estreita relação com o comemoracionismo expresso no desfile dos Dragões da Independência, cuja operacionalidade estaria, em grande medida, voltada para a teatralização do passado, elemento caro à narrativa barroseana. Como espetáculos de ritualizações da história, marcados pelo apelo à memória, estes projetos podem ser compreendidos como mecanismos capazes de desempenhar uma função pedagógica (Catroga 2006). Dentre as várias formas de representar a história, consideramos que havia, em Barroso, uma intenção de convocar o passado mediante a exposição material dos vultos pátrios, o que tornava os museus instrumentos essenciais, tal como as comemorações cívicas, para a produção e a reprodução de uma memória nacional. Dessa forma, a criação e a inauguração do Museu Histórico Nacional, idealizado como um museu militar, foi parte significativa de um vasto conjunto de preparativos para a comemoração do Centenário da Independência, em 1922.

Como parte das atividades do Centenário da Independência, o ministro Pandiá Calógeras encarregou Gustavo Barroso da organização de um álbum para o Ministério da Guerra, onde fossem reconstituídos todos os uniformes utilizados pelo Exército. O ministro teria escolhido Barroso por saber “do cuidado e da honestidade com que estudara o histórico dos Dragões da Independência”⁷, iniciativa que seria suficiente para se “avaliar o critério com que João do Norte encara as reconstituições históricas”⁸. O livro foi impresso em Paris e veio a público como edição

⁴ Diário Oficial, Câmara dos Deputados, 21 de novembro de 1917.

⁵ *A Noite*, 25 de agosto de 1923.

⁶ Semana de Caxias, *Jornal do Comércio*, 21 de agosto de 1949.

⁷ Vamos ter finalmente o Museu Histórico. *A Pátria*, 17 de agosto de 1922.

⁸ Vamos ter finalmente o Museu Histórico. *A Pátria*, 17 de agosto de 1922. Cumpre mencionar que, neste contexto, Gustavo Barroso fazia uso de pseudônimos para assinar alguns trabalhos na imprensa. Ele frequentemente empregava os termos João do Norte, Cláudio França, Jotaene e Nautilus.

oficial do Ministério da Guerra em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil. Com desenhos, aquarelas e documentos de José Wash Rodrigues e texto organizado por Barroso, a obra foi dedicada ao ministro Pandiá Calógeras.

Dividido em três partes, o livro apresenta 223 estampas elaboradas por Wash Rodrigues, minuciosamente descritas ao longo do texto, de forma a contemplar a “evolução” dos fardamentos ao longo da história⁹. A primeira parte é intitulada “História da Organização do Exército e de seus Uniformes” e está ordenada em oito capítulos, que contemplam a organização política do Brasil, desde a Colônia à República. O último capítulo é dedicado ao estudo da Guarda Nacional - sua história e sua indumentária. Trata-se de uma transcrição detalhista das alterações da indumentária militar, apresentada como uma sucessão ininterrupta e, de certa forma homogênea, de variações.

A segunda parte apresenta um catálogo com a documentação geral da obra, listando tanto as fontes bibliográficas, quanto as documentais. Os documentos estão dispostos como fontes escritas, iconográficas e peças de indumentária. Há uma preocupação quanto à identificação dos arquivos e acervos pessoais utilizados para consulta. A terceira parte divulga, por fim, o índice geral das estampas, organizado em “Período Colonial”, “Primeiro e Segundo Reinado”, “República” e “Guarda Nacional”. A obra, em seu conjunto, elabora uma narrativa da história militar do Brasil por meio dos uniformes do Exército, descrevendo a formação dos primeiros corpos e regimentos, assim como a fundação das primeiras fábricas de armamentos no país.

Há uma descrição das formas de recrutamento, acompanhada por uma exposição acerca da origem social e étnica dos milicianos, com a identificação dos requisitos necessários para as funções consideradas superiores. A análise da indumentária contempla cores, recortes, formatos, adereços, bordados e tecidos - além de preços e origem dos elementos que compunham o vestuário e os utensílios inerentes ao exercício de cada arma. A influência da moda civil nos uniformes militares é mencionada, com destaque para as interferências estrangeiras no fardamento nacional, notadamente a inglesa e a francesa. Evidencia-se, em um primeiro momento, a defesa de uma suposta tradição dos trajes militares e, ao final, um lamento acerca das modificações empreendidas ao longo do tempo, responsáveis pela perda de emblemas e símbolos “exclusivamente nossos” (Barroso 1922, 68).

Os uniformes evocariam a presença do passado e, essencialmente, a figura dos grandes homens que os vestiram. Personagens que, desde o período primordial de criação da nação,

⁹ “Uniformes do Exército Brasileiro” figura como uma referência clássica neste campo de estudos. Conforme Adilson José de Almeida, “além de iniciativas pontuais, o que predomina, de fato, no estudo dos uniformes militares é a produção de Gustavo Barroso e Wash Rodrigues. Na verdade, não se pode afirmar que com eles se consolidou um campo de estudos. Os títulos são poucos ainda, mas não podemos deixar de apontar o fato de que as publicações mais expressivas a respeito dos uniformes do Exército, até hoje, é da lavra destes dois autores” (Almeida 1998,18).

figurariam como os seus grandes artífices. A defesa da tradição, materializada nos emblemas e símbolos, seria um artifício capaz de assegurar que, aos feitos monumentais do passado, se seguiria um presente igualmente monumental. Os atores do presente, ao vestirem os uniformes do passado, representariam seus antepassados e se identificariam com eles, pois seriam dotados da capacidade de atualizar os grandes acontecimentos. A medida em que narra a evolução da indumentária, Barroso narra a história de um povo - suas táticas, suas batalhas, sua coragem e, fundamentalmente, sua tradição.

Assim como os uniformes, outros vestígios materiais pertencentes às figuras do passado, sobretudo as militares, deveriam ser expostos ao público a fim de realizar um trabalho educativo. Nesse sentido, destacamos a elaboração da “Sala Osório” no contexto das comemorações do Centenário da Independência, em 1922, quando ocorreu a inauguração do Museu Histórico Nacional. Dedicado à memória do Gal. Manoel Luís Osório, o espaço evocava a Guerra do Paraguai, por meio de uma coleção composta, majoritariamente, por peças doadas por Manuela Osório, filha do General Osório. A “Sala Caxias”, outro espaço dedicado à memória militar, permite a compreensão do Museu enquanto fabricante de culto aos heróis, mediante uma visão profundamente idealizada do passado e uma relação sensível com os objetos - expressas na forma como o público se relacionava com o acervo, notadamente durante as décadas de 1920 a 1940.

Um elemento importante na mediação das relações entre o público e o acervo foi a produção de uma vasta obra historiográfica que, ao referenciar os objetos expostos no Museu, convidava expectadores a vasculharem as salas da instituição. O acervo do MHN, reunido e exposto em determinadas salas, conformava a biografia de determinadas personagens da história nacional. Contudo, para assegurar a efetividade dessa construção, Barroso fazia uso de outros dispositivos narrativos sobre o passado, como suportes de informação externa ao objeto. Neste sentido, é importante destacar a expressiva produção de biografias elaboradas pelo escritor entre 1928 e 1945¹⁰.

As biografias assinadas por Barroso estavam em diálogo com as experimentações que este gênero vivenciou durante a década de 1930, marcadas pela tentativa de humanização das personagens. Dessa forma, a construção do herói barroseano esteve relacionada à ideia de *grande homem* - noção que orientava o fazer biográfico desde o Oitocentos. Consideramos que, ao narrar a trajetória dos combatentes do passado, Barroso almejava transformar os leitores em espectadores ou “testemunhas”, oferecendo-lhes uma experiência do passado. A hipótese é de que havia uma

¹⁰ A este respeito, conferir: Cerqueira, Erika Morais. “Heróis de Papel: literatura e ficção na escrita da história de Gustavo Barroso”. Em: Cerqueira, Erika Morais. *Uma Pedagogia da História pelo Afeto: Gustavo Barroso e os diversos usos do passado*. Tese de doutoramento, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

ambição pedagógica, pois o que se acompanhava, por meio destes relatos de vida, não era tanto a evolução do caráter da personagem, mas, antes, a maneira como suas virtudes eram postas à prova em diferentes momentos.

Por estas vias de análise, procuramos evidenciar que a temática militar foi uma constante ao longo da trajetória intelectual de Gustavo Barroso e, nesse sentido, ao investigarmos seu funeral, assim como a posterior transladação dos despojos mortais para Fortaleza, é possível inferir aspectos fundamentais para a compreensão da memória que se constituiu logo após a sua morte. Importa-nos mencionar a presença dos Dragões da Independência durante o cortejo fúnebre, denotando honras de chefe de Estado, homenagem que poucos civis receberam. Durante a transladação dos restos mortais, em 1969, a urna funerária “repousou” no Museu Histórico Nacional e, em seguida, foi transportada para o Ceará em uma embarcação da Marinha de Guerra e depositada em uma praça em frente ao colégio onde Barroso estudou durante a infância. A imprensa registrou a presença do presidente da República, Castelo Branco, e a inauguração de uma estátua no local. Tal ritualística demonstra grande investimento do ponto de vista do simbólico.

Na memória nacional, a memória de Barroso foi evocada por prismas distintos e, tal como temos buscado demonstrar, a temática militar foi recorrente. Tal viés analítico pode ser compreendido como uma estratégia urdida pelo próprio escritor ao longo de sua vida, inclusive na trilogia de memórias publicadas entre os anos de 1939 a 1945, como artifício para “silenciar” outros eventos de sua história, especialmente a atuação integralista e o antissemitismo propagados em suas obras (Caldeira Neto e Gonçalves 2020).

A Memória de Gustavo Barroso nas Forças Armadas

A dedicação de Barroso à história militar proporcionou certo reconhecimento no interior das Forças Armadas, que lhe concederam, ainda em vida, como gesto de retribuição, as honras de General de Brigada. O projeto foi apresentado por Danton Coelho às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional e, em 23 de outubro de 1958, foi aprovado pelo Congresso Nacional. A justificativa apresentada foi a de que Gustavo Barroso “vem, desde sua mocidade, dedicando-se à história militar brasileira e é hoje, incontestavelmente, uma das maiores autoridades neste ramo da história do Brasil”¹¹. Outro fator que atestava o direito às honras pretendidas era o fato de Barroso ser também “biógrafo de imortais cabos de guerra do Brasil, como Caxias – Patrono do Exército Nacional”, além de ser o autor do projeto “que se convertera na lei que criou o atual Regimento de Dragões da Independência”.

¹¹ *Diário do Congresso Nacional*. Projeto N. 4.660, de 23 de outubro de 1958.

O texto mencionava ainda o destaque concedido aos assuntos militares, principalmente ao Exército, “desde o início do Museu Histórico Nacional, criado há mais de trinta anos por sua inspiração, a parte atinente às coisas militares”. Os argumentos apresentados solicitavam a “justa concessão das honras de General a esse grande entusiasta de nossa história militar e dos nossos grandes cabos de guerra”, como uma “recompensa à sua perseverante dedicação às causas de interesse do Exército Nacional”.¹² Tal homenagem seria, ainda, uma demonstração do reconhecimento nacional ao “militar sem farda”, tantas vezes condecorado por ordens e governos internacionais por suas atividades.

O Projeto de Lei foi considerado uma homenagem “inteiramente justa” pelo General Umberto Peregrino, diretor da Biblioteca do Exército, que afirmou que, “mais do que General, Marechal seria o autor de ‘O Brasil em face do Prata’”¹³. Peregrino, ao mencionar as obras de caráter histórico, destacou os estudos sobre os uniformes militares, assim como o livro “História Militar do Brasil”, que “continua a ser obra de grande valia no gênero”. Sobre a dedicação de Barroso ao passado militar, Peregrino asseverou não haver “ninguém melhor conhecedor das nossas jornadas de glória, ninguém mais ardorosamente consagrado à defesa dos nossos feitos guerreiros, ninguém mais afeiçoado às nossas tradições militares”. Atributos que motivaram o Exército a “reconhecer-lhe tudo isso”, sendo “franca e calorosamente solidário com as homenagens que ora lhe prestam”, resultado de uma trajetória de “setenta anos de vida limpa, laboriosa, ilustre e vitoriosa”¹⁴.

Ao longo de sua trajetória profissional, Barroso reuniu mais de cem diplomas que foram depositados no MHN, organizados em três categorias: diplomas de medalhas, diplomas de condecorações e certificados diversos¹⁵. Desse total, 46 diplomas foram concedidos por instituições estrangeiras e 17 estavam diretamente relacionados às Forças Armadas. Entre eles, constava o diploma da Medalha Comemorativa do Sesquicentenário do Arquivo do Exército, concedido durante a comemoração do septuagésimo aniversário do escritor, festejado no Museu Histórico Nacional. Nessa ocasião, o Coronel Arcy da Rocha Nóbrega, secretário do Ministério da Guerra, “reconheceu publicamente que o Exército muito deve ao ‘soldado de alma e coração, civil porque não veste farda’”¹⁶. O secretário “enunciou os inumeráveis serviços” prestados pelo “historiador honesto” ao Exército Brasileiro. Informou que a “Esquematização da História Militar do Brasil”

¹² *Diário do Congresso Nacional*. Projeto N. 4.660, de 23 de outubro de 1958.

¹³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1958.

¹⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1958.

¹⁵ Processos de Entrada de Acervo. Proc. nº 01/60, Museu Histórico Nacional, 1960.

¹⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

que planejou, “para ser uma verdadeira Enciclopédia do Exército Brasileiro”, estava em “plena realização pela Biblioteca do Exército”¹⁷. Ao afinal, reafirmou a dívida do Exército àquele que, “à paisana, integra suas fileiras espirituais e delas jamais se afastou”, de tal forma que “suas ideias e sugestões vingam sempre”, pois “o Exército não o esquece”¹⁸. Barroso foi o primeiro civil a receber a medalha.

O Ministro Matoso Maia também compareceu à solenidade no Museu Histórico Nacional, ocasião em que entregou “ao escritor a condecoração máxima que a Marinha de Guerra lhe concedia”¹⁹. A Biblioteca do Exército prestou tributo a Barroso, inaugurando uma exposição no Palácio da Guerra com livros, cartas, documentos e objetos do escritor²⁰. O General Batista Matos afirmou que Barroso “muito tem feito pelo Exército com suas obras”, que demonstram um “nacionalismo muito diferente do que hoje se ensaia”, sem “intuitos demagógicos e eleitoreiros”²¹. Em resposta, Barroso agradeceu à homenagem que, de todas as que foram prestadas, “era aquela a que mais emocionava porque era chamado de militar, dentro de um prédio militar”²². Após recordar a infância, quando desejava seguir a carreira militar, o escritor afirmou sua confiança no futuro do país, que desejava ver “caminhando a passos de gigante”, momento em que seus “ossos na sepultura tremerão de prazer”²³.

As relações de Barroso com a Biblioteca do Exército vinham de longa data e foram especialmente fortalecidas ao longo da década de 1950, quando o General Umberto Peregrino assumiu a direção da instituição²⁴. Entre os meses de março e abril de 1952, a Editora da Biblioteca do Exército publicou o livro “O Brasil em Face do Prata”, de Gustavo Barroso²⁵. Alguns anos depois, lançou o livro “Osório: o homem, o soldado, o político e o parlamentar”, que Barroso

¹⁷ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

¹⁸ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

¹⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

²⁰ *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1958.

²¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

²² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

²³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

²⁴ A Biblioteca do Exército descende, em alguma medida, da Biblioteca Militar, inaugurada durante a monarquia. Oficialmente, a Biblioteca foi fundada em 1881, pelo então Ministro da Guerra, Franklin Dória, o barão de Loreto. Desde então, suas atividades se limitaram ao empréstimo de obras militares e da literatura mundial, e, somente em 1937, ela se tornou uma editora. Nessa época, a Biblioteca se tornou “um mecanismo utilizado pelo Exército no processo de construção de sua identidade social e também em sua afirmação como corporação”, especialmente porque, “para os oficiais que estiveram à frente dos novos órgãos do Exército nos anos 1930, o Exército possuía a tarefa de educar e civilizar o país” (Berkowicz 2014, 118). O general Umberto Peregrino foi diretor da instituição entre 1950 e 1960 e, em meados de 1980, com idade avançada, escreveu “História da Biblioteca do Exército”. Hoje denominada Biblioteca do Exército Editora – Bibliex – esta instituição continua em plena atividade editorial.

²⁵ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1953.

publicou em coautoria com Umberto Peregrino e R. Magalhães Júnior²⁶. Além disso, Barroso foi o prefaciador da obra “Fortificações do Brasil”, de autoria do Coronel Annibal Barreto, publicada pela editora da Biblioteca do Exército, em 1958²⁷.

Nessa época, Barroso era um escritor consagrado e experiente. Em sua última década de vida, recebeu muitos convites e, entre eles, consta a solicitação para participar da elaboração de um número da *Revue Internationale d'Histoire Militaire*. Dedicada às Forças Armadas brasileiras, essa edição teve, como seus principais organizadores, o General Antônio de Souza Júnior e o Coronel Ivano Gomes²⁸. Esse número da revista ficou a cargo da 5ª seção da Subchefia Executiva do Estado-Maior do Exército e apresentou “farta colaboração sobre a evolução das Forças Armadas”. Tal produção atendia a um pedido da “Comission d’Histoire Militaire Comparée”, feito à Embaixada do Brasil na França. E, ao final do ano de 1952, “sob os auspícios e responsabilidade do Exército”, o governo do Brasil publicou um número da *Revue Internationale d'Histoire Militaire*. Entre seus colaboradores, constava o nome de Gustavo Barroso, cujo estudo versava sobre a “A Armaria do Museu Histórico Nacional”²⁹.

O escritor foi convidado pela Biblioteca do Exército para participar como orador da solenidade inaugural da Exposição Venezuelana³⁰, organizada por Josefina de Almeida, fundadora da Biblioteca Venezuelana no Rio de Janeiro³¹. A presença de Barroso na Biblioteca do Exército foi constante ao longo do ano de 1956, especialmente devido ao Prêmio General Tasso Fragoso, criado pela instituição e que concedia o valor de Cr\$50.000,00 ao ganhador³². O Prêmio era destinado a estudo inédito de “cultura militar” e constava, na comissão julgadora do evento, o nome de Gustavo Barroso e do General Humberto Castelo Branco, além de outras personalidades estudiosas dos assuntos militares³³.

A entrega do prêmio ocorreu em janeiro do ano seguinte, quando a instituição comemorou o aniversário de sua fundação, em 1882, com o lançamento do primeiro volume da reedição da obra “História da Guerra entre e Tríplice Aliança e o Paraguai”, do General Tasso Fragoso. No programa das festividades estava previsto que Gustavo Barroso faria a saudação aos autores premiados e, em seguida, o General Humberto Castelo Branco faria o discurso oficial alusivo à

²⁶ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1959.

²⁷ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1958.

²⁸ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1953.

²⁹ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1953.

³⁰ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1956.

³¹ *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 de maio de 1956.

³² *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1956.

³³ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1956.

nova edição da obra³⁴. O diretor da Biblioteca, Umberto Peregrino, “expediu convites às autoridades civis e militares e à imprensa para assistirem à referida solenidade” que, embora comportasse a presença de civis, demonstrava abertamente a tipologia do estrato social que ambicionava reunir³⁵. Em reunião secreta na Biblioteca do Exército, a comissão julgadora classificou em primeiro lugar o trabalho do General Estevão Leitão de Carvalho, intitulado “A Paz do Chaco”, e concedeu menções honrosas aos trabalhos classificados em segundo e terceiro lugares.

Gustavo Barroso foi convidado para proferir uma conferência no auditório da Biblioteca do Exército. A solenidade fazia parte de um conjunto de comemorações pelo sesquicentenário do nascimento de Osório, planejadas para ocorrer em maio de 1958, sob a denominação de “Semana de Osório”. A instituição decidiu organizar um “Curso sobre Osório”, com três conferências e, em cada uma delas, “se focalizava aspecto distinto da personalidade de Osório”³⁶. A conferência “O soldado” foi pronunciada por Barroso; “O homem”, pelo General Umberto Peregrino; e “O político e o estadista”, pelo acadêmico R. Magalhães Júnior. Todas as conferências tiveram “assistência numerosa e interessada”³⁷. É importante ressaltar que o evento foi organizado por uma instituição militar e realizado em um prédio militar, no entanto, coube a um historiador civil a responsabilidade de apresentar a feição militar de uma das principais figuras da história militar nacional. Tal aspecto merece ser realçado no intuito de compreender a importância que Barroso foi adquirindo no interior das Forças Armadas, chegando, até mesmo, a falar sobre eles e por eles, em espaços que são, inclusive, interditados à maioria dos civis.

Acerca da palestra, Barroso relatou ao *Jornal do Brasil* que “falar de Osório é falar das muitas batalhas que ele venceu”, feitos que o tornaram um “soldado admirável”, o que se pode perceber “desde o seu ingresso na tropa aos 15 anos, até o ápice de sua carreira, quando, com 71 anos, recebeu do Brasil as mais altas homenagens”³⁸. As festividades do presente eram, aos seus olhos, resultado de “veneração e respeito, prêmio de uma vida inteira dedicada à sua pátria”. Conforme Barroso, um dos maiores feitos de Osório foi a organização dos Voluntários da Pátria, quando estava aquartelado em território argentino e se apresentaram “homens vindos de todos os pontos de nosso território”. Apenas civis, “não conheciam nada da vida militar” e, desses civis, Osório “formou 76 batalhões de soldados valentes e fortes, que cobriram de glória a história do Brasil”³⁹.

³⁴ *A Noite*, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1956.

³⁵ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1956.

³⁶ *Biblioteca do Exército*, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1958.

³⁷ *Biblioteca do Exército*, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1958.

³⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1958.

³⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1958.

Para além da parcialidade quanto à atuação brasileira na Guerra do Paraguai, é interessante notar a percepção de Osório como uma liderança educativa e formadora. Valores que se estenderiam ao presente, disseminando uma versão das Forças Armadas como instituições dedicadas ao aperfeiçoamento técnico e moral da nação.

A dedicação de Barroso às Forças Armadas foi tematizada por Antônio da Silva Melo, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, quando passou a ocupar a vaga deixada por Gustavo Barroso. Ao traçar o elogio de seu antecessor, o acadêmico afirmou que Barroso seria o “escritor brasileiro que mais estudou e exaltou as nossas tradições militares”⁴⁰. Inclusive porque “ele, anonimamente, procurou colaborar na reforma dos uniformes do Exército, efetuada em 1907”. Nessa época, Barroso teria auxiliado “enviando ao Ministério da Guerra, pelo correio, uma série de desenhos com projetos de fardamento, tendo sido aceitas algumas de suas sugestões”. O orador consideraria que “a obra máxima de Gustavo Barroso, que foi a criação do Museu Histórico, veio, sem a menor dúvida, da sua vocação militar”, o que poderia ser observado em seus textos em defesa das tradições militares⁴¹.

O Curso de Museus, que funcionou nas dependências do MHN de 1932 a 1979, possuía em seu currículo a disciplina história militar do Brasil, ministrada por Barroso que, além de lecionar as aulas, elaborou um conjunto de textos que deveria funcionar como material de apoio. Posteriormente, esses textos foram compilados na obra “História Militar do Brasil”. Após a morte de Barroso, o General Umberto Peregrino reivindicou a cadeira para as Forças Armadas, informando o desejo de que o Exército indicasse “aquele que, capacitado intelectualmente para lecionar a matéria, pudesse fazê-lo dentro do espírito desejável, isto é, valorizando as nossas tradições militares e extraindo delas saudáveis ensinamentos cívicos”⁴². Peregrino temia que a disciplina caísse sob o “domínio de algum professor que não tivesse no devido apreço as nossas tradições militares, nem considerasse com justiça o papel histórico das Forças Armadas”.

O contra-almirante César Augusto Machado de Fonseca, diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha, dirigiu uma carta a Peregrino considerando que “a história militar se desenvolve pelos três setores distintos de que se compõem as Forças Armadas”, de tal forma que lhe parecia justo “entregar o ensino de cada um daqueles setores aos historiadores que neles se especializassem, indicados pelos respectivos Estados-Maiores”. E ainda, o curso deveria “ministrar a história militar universal”. Por outro lado, por se tratar de uma instituição civil em que o ensino deveria ser ministrado por um único professor, o missivista aconselhou que fosse realizado

⁴⁰ *A Noite*, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1961.

⁴¹ *A Noite*, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1961.

⁴² *Diário de Notícias*, 07 de agosto de 1960.

um “concurso com a participação de civis e militares”. A questão teve fim com a informação de que não se tratava de uma cátedra, mas apenas de aulas, cujo professor recrutado atuava sob a condição de “extra-numerário”. Dessa forma, com a morte de Barroso e a extinção dos “extra-numerários”, a cadeira deveria ser extinta⁴³.

A disciplina foi inserida no currículo por Barroso e, no terceiro ano, os alunos recebiam aulas sobre história militar e naval do Brasil, que priorizavam a história do armamento (armas, fortalezas e navios - na Colônia, no Império e na República). A principal queixa era a de que a disciplina contava com 28 aulas, sendo apenas 4 delas destinadas a temas específicos da Marinha. Assim, o curso, que foi ministrado pelo “ilustre e saudoso historiador”, carecia de reorganizações orientadas pelos “especialistas”, pois parecia “óbvia” a necessidade de dar a ele, “no futuro, organização mais lógica e produtiva”⁴⁴. Dessa maneira, é possível perceber que, tanto o currículo do curso quanto a organização das disciplinas, eram resultado de inclinações e veleidades de Barroso.

Barroso orquestrava praticamente todas atividades empreendidas no âmbito do Museu Histórico e muitas iniciativas assumiam um caráter acentuadamente pessoal, como resultado das alianças que o diretor buscou reunir ao longo de sua trajetória profissional. Cumpre ressaltar que essas alianças eram cultivadas nas instâncias pessoais e profissionais, de tal forma que não é possível precisar os limites entre a intimidade e a vida pública de Barroso. Tais laços possibilitaram ganhos para o Museu, tanto pelas vultosas coleções ofertadas por famílias abastadas, quanto pelas organizações que passaram a contar com o MHN na composição de atividades conjuntamente. Após o falecimento de Barroso, tais organizações mantiveram suas relações com o Museu. A esse respeito, merece destaque a instituição do Prêmio na Escola Naval, criado no final da década de 1960, na Gestão Léo Fonseca e Silva, e instituído na década de 1970, através do convênio entre o MHN e a Escola Naval. “O prêmio era constituído de um espadim, de modo que era conferido aos alunos do 3º ano que estivessem matriculados na Seção de Museus Históricos e obtivessem a maior nota na disciplina História Militar e Naval” (Siqueira 2011, 94).

A Biblioteca do Exército manteve a avaliação positiva da obra de Barroso e, na ocasião de sua morte, recordou que, “recentemente”, ele foi o “orador oficial na abertura da solenidade de transladação dos despojos de Deodoro para o monumento da Praça Paris”⁴⁵. Nesse evento, o escritor “produziu discurso notável em que dava definitiva interpretação da questão militar”, de tal forma que sua morte “desfalca as letras militares de um dos escritores que lhe deram mais numerosa

⁴³ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 07 de agosto de 1960.

⁴⁴ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 07 de agosto de 1960.

⁴⁵ *Biblioteca do Exército*, Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1959.

e expressiva contribuição”. Da Biblioteca do Exército, Barroso era “o ilustre pesquisador da nossa história militar”, além de “grande amigo, que lhe prestigiava a ação calorosamente”. A obra “História Militar do Brasil” ocupava, na perspectiva da instituição, “lugar até agora insubstituível na bibliografia militar brasileira, como especial é o sabor do retrato que compôs de Osório”. Acerca de sua vasta produção, os redatores comentaram que, “embora tenha sido romancista, contista, folclorista, historiador, eram os temas de história militar que mais assiduamente o atraíam”. Ao final, a reportagem listou as obras de história militar, os pseudônimos usados por Barroso e “as obras que considerava as principais da sua copiosa bagagem intelectual”⁴⁶.

Pelo que foi exposto até o momento, é possível perceber que Gustavo Barroso foi alinhavando relações com setores militares diversos ao longo de sua trajetória. Desde os projetos apresentados à Câmara dos Deputados, ainda em 1917, até os convites para atuar como orador oficial da Biblioteca do Exército, a temática militar foi uma constante em sua atuação profissional. Tanto na criação do Museu Histórico Nacional, pensado inicialmente como um museu militar, quanto na cadeira de história militar do Curso de Museus, ou mesmo na chefia das milícias integralistas, Barroso foi um intelectual dedicado à história militar. Se tal dedicação era fruto de uma inclinação natural desde a infância, urdida por meio de um devotamento e destituída de interesses mundanos, como o próprio autor insistiu várias vezes, não nos cabe julgar. Contudo, é importante assinalar que essa afeição “desinteressada” oportunizou retornos significativos, tanto do ponto de vista simbólico, por meio de condecorações, quanto pela oportunidade de publicar suas obras junto a uma editora prestigiada entre os militares⁴⁷.

De forma bastante velada, era por meio dessas trocas de elogios que os “espaços” se abriam. Espaços interditados à maioria dos civis e que denotavam prestígio, algo que Barroso ambicionava, além da autoridade que passava a gozar ao falar por uma instituição que era emblema de autoridade e tradição. Essa “troca de favores”, que fazem lembrar a noção de dádiva⁴⁸, foi algo fortemente presente na trajetória de Barroso e que ele soube mobilizar com relativo sucesso, talvez por se tratar de um hábito arraigado nos segmentos tradicionais da sociedade brasileira. Grupos que

⁴⁶ *Biblioteca do Exército*, Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1959.

⁴⁷ Cumpre mencionar que Gustavo Barroso foi uma das principais lideranças do Movimento Integralista, tendo disputado com Plínio Salgado a presidência do Partido, por meio de uma eleição conduzida pelos membros da AIB. Vale destacar que os integralistas apoiaram a Ditadura Civil-Militar e que muitos integralistas ocuparam postos governamentais de primeiro escalão, inclusive, “para muitos militantes, o regime de 1964 possuía não apenas representações, mas concepções integralistas (Caldeira Neto e Gonçalves 2020, 112). Desta forma, é possível que a aproximação entre os integralistas e os militares tenha favorecido a construção de uma imagem positiva de Barroso nas Forças Armadas e auxiliado na execução de várias homenagens ao final de sua vida e mesmo após a sua morte.

⁴⁸ A Teoria da Dádiva, em seu sentido antropológico, está fundada no tripé: dar, receber, retribuir. Conforme Marcel Mauss (1974), cada uma dessas ações cria laços e vínculos entre os atores da relação. Tal noção está baseada na compreensão de que, ao doar um objeto, o doador estabelece uma obrigação face a seu receptor.

reivindicavam a observância de determinados códigos de conduta típicos de uma sociedade nobiliárquica que, mesmo décadas após o fim do Império, permanecia saudosa desses elementos de distinção. Essa dinâmica simbólica foi mobilizada por Barroso de forma evidente na aquisição de coleções para o Museu Histórico e de maneira não menos expressiva em suas investidas junto às Forças Armadas. Embora em contextos históricos diversos, o sepultamento e a transladação ofereceram a Barroso o “retorno simbólico” de uma “dívida” que as Forças Armadas contraíram com o “militar sem farda”.

É importante recordar que a ritualística empregada durante a transladação dos restos mortais de Gustavo Barroso esteve bastante próxima das características que marcaram os funerais de presidentes militares do pós-1964. Nesse caso, o caráter apoteótico do evento estaria “mais relacionado à suntuosidade e à rígida ordenação cerimonial do que à consagração popular, em vários casos pretensamente sobrepesada pela pomposidade do arsenal cívico-militar mobilizado” (Marcelino 2015, 269). No caso de Barroso, chama a atenção o fato de ter recebido “honras de chefe de Estado”, inclusive a presença do presidente da República e autoridades, sem ter ocupado esse posto ao longo de sua trajetória pública. Segundo Gonçalves (2000, 247), durante a Primeira República, várias personalidades tiveram os funerais pagos pelo Estado, mas poucos, como Rui Barbosa e Rio Branco, tiveram honras de chefe de Estado sem o ser. Além disso, seu funeral contou com “honras militares”, o que tornou o ritual ainda mais suntuoso, do ponto de vista simbólico, embora Barroso nunca tenha pertencido às Forças Armadas. Tais elementos sugerem uma enorme disposição dos poderes instituídos em favor da sua “consagração cívica”, dando o tom de uma festa nacional.

Os funerais de ex-presidentes da República civis ocorridos nesse período receberam um investimento simbólico menor se comparados ao de Barroso, ao menos do ponto de vista do aparato cívico-militar empregado pelos organizadores. As exéquias de Juscelino Kubitschek e de João Goulart foram exemplos de casos em que o “afastamento compulsório da vida pública seria um elemento marcante, assim como a intransigência do governo militar para evitar a elaboração de faustosos funerais” (Marcelino 2015, 257). Nesses funerais, os “populares se tornariam claramente o elemento principal, conformando-se como atores fundamentais na ressignificação dos aspectos próprios ao cerimonial”. (Marcelino 2015, 257). No sepultamento de Juscelino Kubitschek não havia qualquer representante do governo e no caso de João Goulart, além de não decretar luto

oficial, o governo impediu que seu velório fosse realizado nas grandes cidades e proibiu a veiculação de maiores informações sobre sua vida pública na imprensa⁴⁹.

Segundo Douglas Attila Marcelino (2015, 263), João Goulart seria o “único presidente do pós-1930 a não contar com qualquer cerimonial oficial de homenagem a um chefe de Estado”. Várias iniciativas do governo demonstravam a intenção de esvaziar o sentido simbólico daquele evento. Atitudes que destoam da atenção concedida a Barroso, em duas ocasiões, tanto em seu sepultamento no Rio de Janeiro, quando no traslado para Fortaleza. Em ambos os eventos, os presidentes da República estiveram presentes e foram realizadas honras militares, com tiros de canhões e toques de clarim. Os Dragões da Independência carregaram a urna funerária, gesto que não foi dispensado a nenhum civil e, inclusive, a nenhum dos ex-presidentes mencionados.

Outro elemento que sobressai nos funerais de Barroso é a organização da comissão responsável pela transladação dos restos mortais, composta na sua quase totalidade por militares de alta patente, incluindo o irmão do presidente da República, o que parecia reforçar ainda mais a aparência de “honras de chefe de Estado”. A título de comparação, é interessante recordar o processo de traslado dos despojos de Pedro II e Teresa Cristina, ocorrido na década de 1920, quanto coube ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro organizar as exéquias. Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2009, 78), naquela ocasião, temia-se que o evento tomasse a conotação de um tributo à extinta monarquia, o que levou as autoridades do governo a manterem um distanciamento “estrategicamente calculado”.

Inclusive, o presidente da República Epitácio Pessoa, que se mostrou interessado na revogação do banimento da família imperial e no repatriamento dos despojos mortais dos imperadores, não compareceu às exéquias. Ao conferir ao IHGB a organização das exéquias “evitava-se que o funeral se confundisse com uma questão de Estado” (Guimarães 2009, 77). Desse modo, torna-se ainda mais evidente o quanto os funerais podem tocar em questões sensíveis no imaginário político e, exatamente por isso, a participação ativa dos militares na organização do traslado dos restos mortais de Barroso informa sobre o quanto eles estavam comprometidos com o ritual.

A comissão organizadora acabou conferindo um claro acento militar ao evento. A esse respeito, Roberto da Matta (1996, 56), em seu estudo sobre os três modos básicos por meio dos quais se pode ritualizar no mundo brasileiro (a procissão, a parada militar e o carnaval), demonstrou que, nos eventos organizados pelas Forças Armadas, o ritual assume “um princípio organizatório

⁴⁹ No funeral de Castelo Branco, primeiro ex-presidente militar a ser sepultado no pós-1964, é possível observar diferentes formas de aparição e de representação do poder, sobressaindo elementos que “ênfatizam a hierarquia e a forma solene de lidar com ele” (Marcelino 2015, 272).

hierárquico”. Além da hierarquia, nesses eventos são acentuadas as noções de ordem, solenidade e respeito. No caso de Barroso, é possível notar o reforço da hierarquia, evidente na centralidade conferida às autoridades, que são as condutoras do evento, reservando pouco espaço para a intimidade.

Desde a exumação dos restos mortais e a exposição no Museu Histórico até a transladação e a deposição da urna funerária no monumento ao escritor, é possível notar um ritual “rigidamente” organizado sem uma orientação evidente da família. A esposa e os filhos participaram do evento em uma posição bastante passiva, na condição de convidados que assistem ao ritual e não na situação daqueles que assumem a direção dele. Tal condição não implica na falta de importância dos familiares na solenidade, uma vez que são frequentemente mencionados e a viúva tem sua presença registrada nas fotografias ao lado das autoridades.

Ao mencionarmos a posição da família nesses relatos, desejamos, fundamentalmente, explicitar que os organizadores afastaram a ideia de uma cerimônia íntima, conferindo um caráter acentuadamente público à solenidade. Tal desejo por publicidade é, de fato, o que nos interessa. Uma hipótese a ser considerada é a de que, durante os eventos, os valores cultivados por determinadas instâncias da sociedade foram intensificados, pois mais que elogiar o morto, os oradores louvaram seus lugares de pertencimento. Espaços consagrados até o começo dos anos 1920, como a Academia Brasileira de Letras, não gozavam do mesmo prestígio durante a década de 1960. Assim, a promessa de imortalidade conferida pela instituição encontrava o momento adequado para se afirmar.

Nesse sentido, é importante considerar que, apesar da pluralidade de atores presentes na cerimônia fúnebre, “as decisões sobre onde, quando e como eles tomariam lugar neste *ritual cívico* republicano cabiam aos promotores da encenação” (Bonafé 2008, 102). Havia grande investimento no caráter militar da obra de Barroso, aspecto valorizado tanto pelos discursos pronunciados durante o funeral e pelas notas publicadas pela imprensa, quanto pela participação dos militares no féretro. A análise dessa questão deve levar em consideração o contexto em que a transladação ocorreu e, fundamentalmente, o valor da obra de Barroso para as Forças Armadas. Tratava-se de um “pensador” que, ao longo de sua vida, adquiriu notoriedade entre os militares como porta-voz de sua história e de seus emblemas, além de ter se intitulado como guardião de suas tradições. As honrarias concedidas pelas Forças Armadas ao longo de sua vida seriam um atestado de que não eram indiferentes ao seu esforço e, inclusive, o simbolismo que cercava esses rituais de reconhecimento remetia a valores divulgados por Barroso. Cumpre recordar que, ao desembarcar em Fortaleza, a urna funerária foi saudada por militares das três Armas, algo inédito nos funerais civis.

Ao dedicar a Barroso as honras repletas do simbólico que ele tanto valorizou em vida, as Forças Armadas, ao mesmo tempo, expunham o poder que acreditavam ser-lhes inerente. Tal esforço nos faz crer que havia forte interesse dos militares, no momento em que ocupavam o poder, em reconhecer os investimentos de Barroso e, sobretudo, em ostentar poder. Assim, é possível que as instituições militares tenham assumido uma participação ativa no funeral como uma estratégia de autopromoção, afinal, Barroso era um autor relativamente conhecido e com uma produção abundante. A transladação parece ainda mais adornada do ponto de vista simbólico. Tal investimento nos leva a considerar a hipótese de que, ao mobilizar suas forças e seu aparato simbólico, as instituições militares estabelecidas no poder louvavam a si mesmas.

A esse respeito, é importante recorrer à investigação conduzida por David Cannadine sobre os rituais da monarquia britânica – seus sentidos e suas transformações. Cannadine (2015, 190) demonstra que, embora os britânicos se considerem bons organizadores de rituais, “porque sempre o foram”, as provas históricas atestam o contrário. Na verdade, novos rituais foram inventados e as antigas cerimônias foram adaptadas, de maneira a proporcionar a impressão de “estabilidade em períodos de mudanças internas, e de continuidade e conforto em tempos de tensão e declínio internacional” (Cannadine 2015, 190).

Por essa via de análise, ao organizar o cerimonial de transladação, seis anos após o falecimento de Barroso, as Forças Armadas poderiam ambicionar trazer à lembrança uma figura que estivesse um pouco esquecida. Nessa perspectiva, Barroso representaria um alicerce que precisava ser cultivado, afinal, naqueles primeiros momentos do governo militar, poderia ser interessante divulgar um autor cuja obra constituía um elogio às Forças Armadas, tornando-se necessário reavivá-la. Talvez, as forças políticas instituídas, por carecerem de legitimidade, almejassem despertar alguma forma de apoio popular, a partir da popularidade de determinadas personalidades que lhes eram favoráveis.

Esse “contrato simbólico”, em que o poder instituído era reafirmado à medida em que evocava a memória do autor, poderia ser uma explicação para a disponibilidade de Castelo Branco para ir à Fortaleza e interromper o seu “descanso e visita a parentes” para “assistir a chegada dos restos mortais do escritor”⁵⁰. O que se percebe nos jornais do período é uma tentativa constante de enaltecer a figura de Barroso anos após a sua morte. Além das matérias jornalísticas reconstituindo positivamente sua biografia, alguns eventos foram organizados pelas instituições das quais Barroso fizera parte, contribuindo para essa evocação memorialística.

⁵⁰ *A Gazeta Esportiva*, 27 de dezembro de 1965.

Na historiografia militar, Barroso foi reconhecido como uma importante referência pelo General Francisco de Paula Cidade, diretor da *Revista Militar Brasileira*, que, em sua obra “Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira”, publicada em 1959, considerou Gustavo Barroso como “um velho historiador e apaixonado de nossas glórias militares” (Cidade 1998, 526). Segundo Paula Cidade, o maior mérito de Barroso seria a criação do Museu Histórico Nacional, “onde os estudiosos encontram coleções que são únicas em nosso país” e que incluem armamentos usados em “todas as nossas guerras do passado” (Cidade 1998, 526). O Museu que “ele criou, quase sem o auxílio do tesouro”, configurava uma “obra magnífica” que, aos seus olhos, era, “na sua parte militar, superior ao famoso Museu Militar de Madrid” (Cidade 1998, 526).

Ainda conforme Paula Cidade, outra importante contribuição de Barroso foi o livro “Uniformes do Exército Brasileiro”, estudo das “sucessivas transformações de nosso Exército”, trabalho que “antes e depois dele outros já tentaram realizar, sem que até hoje se possa considerar completa” (Cidade 1998, 526). Mais importante do que a parte atinente aos uniformes, o essencial do livro seria o “estudo das tradições e do espírito utilitário ou de imitação, que presidiu à introdução em nosso Exército de determinado tipo de uniforme” (Cidade 1998, 526). Dessa maneira, Barroso acabou por produzir “um trabalho excelente, pois fixou orientações gerais e particularidades” (Cidade 1998, 526). Essas interpretações a respeito da obra de Barroso permaneceram nas edições sucessivas do livro de Paula Cidade, contribuindo para que Barroso permanecesse como um autor respeitado no âmbito das Forças Armadas.

No começo dos anos 2000, a Editora da Biblioteca do Exército publicou uma nova edição da obra “História Militar do Brasil” (originalmente publicada em 1938), o que demonstra a permanente acolhida de sua produção entre os militares. É curioso notar que, nessa mesma época, o Programa Editorial Casa José de Alencar, mantido pela Universidade Federal do Ceará, reeditou as biografias de militares produzidas por Barroso, como parte da Coleção Alagadiço Novo. A proposta desse projeto, idealizado por Antônio Martins Filho, foi reproduzir trabalhos de autores cearenses, iniciando com a edição e publicação de “Iracema”, de José de Alencar, em 1983. A Coleção foi encerrada com a veiculação de “O povoamento da solidão”, de José Costa Matos, no ano de 2002.

Ao todo, foram produzidos 308 livros pela Imprensa Universitária, o que nos leva a considerar a pertinência dos estudos de Barroso em outros espaços, para além daqueles estritamente militares. Se a inserção do nome de Barroso nessa coleção se devesse ao fato de se tratar de um autor nacionalmente reconhecido, cuja produção contemplava temáticas cearenses, a escolha dos livros de “sociologia sertaneja”, como “Terra de Sol” ou “Ao Som da Viola”, seriam mais compreensíveis. Contudo, a preferência pela reimpressão das biografias militares nos permite

considerar que sua historiografia militar ainda possui um público leitor, formado não apenas por militares.

A coletânea “Nova História Militar Brasileira”, organizada por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay e publicada em 2004, apresentou um conjunto de textos com um olhar mais atento às relações entre as instituições militares e as demais esferas da sociedade. Segundo os autores, o que atualmente é considerado como história militar tradicional, “os estudos minuciosamente documentados das instituições, guerras, campanhas, batalhas e táticas, apareceu pela primeira vez no Brasil nos anos 1890, alcançando seu apogeu na primeira metade do século XX” (Castro *et al.* 2004, 13). Este seria o “território de historiadores militares e, ocasionalmente civis” que, durante as décadas de 1910 e 1920, foram atraídos pelos “aspectos românticos e patrióticos da história militar” (Castro *et al.* 2004, 15). Entre esses autores, foi incluído Gustavo Barroso, “a quem o Museu Histórico Nacional, do Rio de Janeiro deve a sua enorme coleção de *militaria*”, autor que “publicou uma série de histórias anedóticas das campanhas militares, além de uma *História militar do Brasil*, assim colaborando também para a ressurreição de antigas tradições militares” (Castro *et al.* 2004, 15).

Nesse sentido, é interessante notar que, apesar das transformações historiográficas ocorridas nas últimas décadas, que colocaram em foco setores das Forças Armadas percebidos como subalternos até então, como os homossexuais e as mulheres, a produção de Barroso passou por reedições significativas, apesar de seu viés assumidamente tradicional. Por essa via, cumpre refletir acerca da continuidade de determinadas visões de mundo disseminadas por Barroso no imaginário social. Vale ressaltar a retomada de valores conservadores por determinadas instâncias da sociedade brasileira nos últimos anos, especialmente entre segmentos religiosos que promovem um discurso voltado para a moralidade e a ordem social. Tais setores se opõem às conquistas dos governos recentes, especialmente àquelas que contemplam a diversidade sexual e a afirmação das mulheres. Entre as Forças Armadas, historicamente comprometidas com a ordem e a hierarquia, a situação não é diferente.

Na véspera do julgamento do pedido de habeas corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Supremo Tribunal Federal, o General Eduardo Villas Bôas, ocupante do posto mais alto do Exército, teceu comentários de “repúdio à impunidade e de respeito à Constituição”⁵¹. A mensagem foi postada na página do militar no *Twitter* e recebeu apoio e manifestações públicas de cinco generais da ativa em diferentes partes do país. Entre os apoiadores estava o comandante da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, no Amazonas, o General Cristiano Pinto Sampaio, que afirmou,

⁵¹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04 de abril de 2018.

em resposta a Villas Bôas: “como disse o consagrado historiador Gustavo Barroso, ‘todos nós passamos. O Brasil fica. O Brasil é eterno. E o Exército deve ser o guarda vigilante da Eternidade do Brasil’”. A citação foi retirada do artigo “Esquematização da História Militar Brasileira”, publicado em 1941, nos *Anais do Museu Histórico Nacional*.

Conforme o jornalista Elio Gaspari, do jornal *Folha de São Paulo*, “não se conhece o grau de familiaridade do general Pinto Sampaio com a obra de Gustavo Barroso”⁵² e, ao que parece, a menção a Barroso chocou a opinião de parcela da sociedade devido ao passado integralista⁵³ e antissemita do escritor⁵⁴. É interessante perceber que, a despeito de seu posicionamento antissemita, rechaçado no pós-guerra, Barroso permanece como um autor cujas ideias são recuperadas de acordo com os interesses do presente. Nesse sentido, importa refletir acerca da ascensão da extrema direita e os diversos usos do passado que esse processo tem mobilizado.

Considerações Finais

Conforme Enzo Traverso (2019, 12), o surgimento da direita radical é uma das mais notáveis características de nosso momento histórico. Em 2018, oito países da União Europeia (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Itália, Polônia, Hungria e Eslováquia) elegeram governantes oriundos de partidos da extrema-direita, nacionalistas e xenófobos. Esses partidos também polarizaram a disputa política em três das maiores nações da União Europeia⁵⁵ e, com a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, o surgimento de uma direita nacionalista, populista, racista e xenófoba, tornou-se um fenômeno global. Conforme Levi e Rothberg (2018, 365), a expansão da extrema direita se manifesta de formas divergentes em todo o mundo e, por essa razão, é importante considerar a história mais profunda de crises e emergências que permitiu reivindicações autoritárias sobre o poder do Estado. Cumpre ressaltar que, desde os anos de 1930, o mundo ainda não havia experimentado um similar crescimento da direita radical, algo que desperta a memória sobre o fascismo, cujo “fantasma ressurgiu nos debates contemporâneos e reabriu a antiga questão da relação entre a historiografia e o uso público do passado” (Traverso 2019, 13).

⁵² *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 de abril de 2018.

⁵³ *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 de abril de 2018.

⁵⁴ *Diário do centro do mundo*, 05 de abril de 2018.

⁵⁵ Na França, a *Frente Nacional* perdeu as eleições presidenciais de 2017, mas alcançou extraordinários 33,9% dos votos; na Itália, a *Liga do Norte* tornou-se a força hegemônica da direita ao criar um novo governo e marginalizar a *Força Itália* de Silvio Berlusconi; e na Alemanha o *Alternativa para a Alemanha* assumiu cadeiras no *Bundestag* em 2017 com quase 13% dos votos, resultado que enfraqueceu sobremaneira a Chanceler Angela Merkel e levou a *União Democrática Cristã* (CDU) a renovar sua coalisão com o *Partido Social Democrata* (SPD).

As diferenças entre esses novos movimentos e os seus antepassados dos anos 1930 são notáveis, embora qualquer tentativa de compreensão desse novo fenômeno deva necessariamente levar em consideração o período do entreguerras. Dessa forma, Traverso optou por definir o momento atual como um período de *pós-fascismo*, conceito que enfatiza sua particularidade cronológica e o localiza em uma sequência histórica marcada tanto pela continuidade quanto pela transformação. Especialmente porque, no século XXI, o fascismo não terá a face de Mussolini, Hitler e Franco. Por outro lado, vale recordar “que há muitas formas de se destruir a democracia” e, nesse sentido, importa não esquecer a “lição fundamental da história do fascismo: que a democracia pode ser destruída a partir de dentro” (Traverso 2019, 13).

Dessa forma, embora o pós-fascismo não envolva a totalidade dos valores de seus ancestrais da década de 1930, convém atentar para sua pretensão de “preencher o vácuo aberto pela política reduzida ao impolítico” (Traverso 2019, 32). No Brasil, o “pós-fascismo” cresce não apenas pela forma cada vez mais conflituosa das relações políticas, mas fundamentalmente “por uma questão política substantiva, que inclui como é formulado o discurso” (Reis e Soares 2017, 55). A definição de inimigos como bodes-expiatórios, apontados como culpados por todos os males e que devem ser destruídos, é central. Entre os inimigos, evidentemente, está a esquerda, mas também toda política organizada institucionalmente, vista como precisando ser rompida. Como seus adeptos são mais mobilizados pelo lado emocional do que racional, o “pós-fascismo” tende a um forte anti-intelectualismo, a uma rejeição ao acumulado conhecimento acadêmico, que refuta suas teses (Reis e Soares 2017, 55).

A eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, coloca no centro do debate político esses valores historicamente defendidos pela extrema-direita, especialmente um forte personalismo, via idealização de sua liderança, em um discurso repetitivo. Embora o ex-presidente da República seja um capitão reformado há 30 anos e com uma trajetória de insubordinação nas Forças Armadas, ele afirma ser o representante dessa ala política no poder. No discurso proferido durante o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, Bolsonaro recordou o seu passado de militância durante a Ditadura Militar ao saudar o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido por ser um torturador implacável. O evento, que demonstra a fragilidade das instituições democráticas brasileiras, foi ovacionado por parcela da sociedade que tem expressado saudade dos “anos de Chumbo”.

Para além do caráter marcadamente fascista dessa questão - uma vez que a idealização do passado é um de seus matizes - vale ressaltar a importância das Forças Armadas no imaginário político brasileiro. Nesse sentido, é possível considerar que a obra de Barroso venha a passar por releituras no presente, marcado pela ascensão de forças políticas de tendência fascista e,

especialmente, pelo protagonismo que as Forças Armadas assumiram no atual momento histórico. No tocante à área de museus, é importante chamar a atenção para o fato de que, recentemente, o Museu Histórico Gustavo Barroso, estabelecido nas dependências do Colégio Militar de Fortaleza, obteve recursos para revitalização de seu prédio e de suas estruturas⁵⁶.

A trajetória integralista de Gustavo Barroso tem sido revisitada nas últimas décadas, assim como seus textos de caráter antissemita. A esse respeito, destacamos a reedição do livro *Brasil, Colônia de Banqueiros*, em 2007, pela Frente Integralista Brasileira (FIB), considerada como “o maior, mais organizado e ativo entre os três grupos neointegralistas surgidos após o congresso de 2004” (Caldeira Neto e Gonçalves 2020, 171). A obra veio a público com uma introdução escrita por Marcelo Silveira, então presidente da FIB, defensor da proposta de criação das brigadas integralistas - uma espécie de milícia da FIB que teria Gustavo Barroso como seu patrono. No ano de 2013 foi divulgada a iniciativa de fundação de um grupo neofascista, o Frente Nacionalista, que seria transformado em um partido político. Conforme Caldeira Neto e Gonçalves (2020, 185), o evento de fundação seria um “festival com bandas *skinheads*, chamado *Dezembrada*, e que reunia grupos que homenageavam Gustavo Barroso e utilizavam o *Sigma* como emblema”.

Tal evento foi proibido pelo Ministério Público do Paraná devido à apologia ao fascismo, ao antissemitismo e ao discurso de ódio, contudo, a radicalização política ocorrida nos anos seguintes favoreceu a disseminação de ideais antissemitas, especialmente endossados por Jair Bolsonaro. O ex-presidente apresentou sinais de aproximação com o antissemitismo e o nazifascismo em mais de uma ocasião (Gomes 2020). Nos discursos de Bolsonaro, para além de seus subterfúgios retóricos, é possível identificar elementos clássicos do *judeu imaginário* ou do *judeu internacional* (Pszczol e Vaitsman 2020, 21), idealizados por Barroso como responsáveis pela variedade de problemas presentes no país. Conforme temos tentado evidenciar, na memória nacional, a memória de Barroso foi evocada por prismas distintos e, contraditoriamente às expectativas tecidas nas últimas décadas, a reedição de suas obras vem demonstrando que suas tonalidades conservadoras ainda encontram um público leitor.

⁵⁶ O Museu Histórico Escolar Gustavo Barroso foi instituído em 1º de junho de 1964, pelo Coronel Raimundo Telles Pinheiro, nas dependências do Colégio Militar de Fortaleza, estabelecido no mesmo prédio em que funcionou a mais antiga escola de formação superior militar da capital. O museu está subordinado ao Comando do Exército e seu acervo é composto por itens do universo militar. Conforme Regina Cláudia da Silva, a “escolha do nome do museu homenageou o mais reconhecido cearense na área da museologia” e “não bastasse ser um escritor de primeira grandeza, com vasta obra publicada, era reconhecidamente um apaixonado pelas Forças Armadas” (Silva 2012, 221). Além disso, “à época, faziam-se cinco anos de sua passagem e este deve ter sido mais um motivo para escolher tão nobre cearense para patrono do museu do Colégio Militar de Fortaleza” (Silva 2012, 221). Recentemente, foi aprovado um projeto de revitalização do museu junto ao Ministério da Cultura, via lei Rouanet, a fim de ampliar e proporcionar nova estrutura ao espaço físico, modernizando-o e restaurando documentos históricos, como os boletins internos de 1919 a 1939.

Referências bibliográficas:

Almeida, Adilson José. “Uniformes da Guarda Nacional (1831-1852). A Indumentaria na Organização e Funcionamento de uma Instituição Armada”. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

Barroso, Gustavo. *Uniformes do Exército Brasileiro, 1730-1922*. Aquarelas e documentação de J. Wasth Rodrigues. Texto organizado por Gustavo Barroso. Publicação Oficial do Ministro da Guerra Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Paris: Ferroud, F. Ferroud, 1922.

Barroso, Gustavo. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

Barroso, Gustavo. “Esquematisação da história militar do Brasil”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

Berkowicz, Clarice. *A Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército brasileiro: 1937-1942*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

Bonafé, Luigi. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

Cadernos de recortes de Jornais GB 01 (nov. 1907 a nov. 1910) a GB 41 (jul. a dez. 1954). Coleção Gustavo Barroso. Biblioteca do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Caldeira Neto, Odilon. Nação, História e Direita Radical: Partido Nacional Renovador (PNR) e Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona) em comparação. In: *Abordagens cruzadas no mundo atlântico: relações contemporâneas entre a Península Ibérica e a América*. Recife: Editora Universidade de Pernambuco, 2019.

Caldeira Neto, Odilon. Neofascismo, "nova república" e a ascensão das direitas no Brasil. In: *Conhecer: Debate Entre o Público e o Privado*, 10, (2020): 120 - 140.

Caldeira Neto, Odilon, e Leandro Pereira Gonçalves. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

Cannadine, David. “Contexto, execução e significado do ritual: a monarquia britânica e a invenção da tradição”. Em *A Invenção das Tradições*. HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

Castro, Celso [et al]. *Nova História Militar Brasileira*, Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Cerqueira, Erika Morais. *Uma Pedagogia da História pelo Afeto: Gustavo Barroso e os diversos usos do passado*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

Cidade, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

Catroga, Fernando. *Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2006.

Da Matta, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Gomes, L. R. “Autoritarismo de múltiplas faces no Brasil: antissemitismo, bolsonarismo e educação”. *Revista Eletrônica de Educação*, 14, jan./dez. 2020.

Gonçalves, João Felipe. “Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República”. *Estudos Históricos*, 2000.

Guimarães, Lúcia Maria Paschoal. “Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano”. Em *Mitos projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. SOIHET, Rachel [et al]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2009.

Marcelino, Douglas Attila. *O corpo da nova República: funerais presidenciais, representação histórica e imaginário político*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

Mauss, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974.

Molina, Ana Heloisa, e Helena Ragusa. “Os novos contornos do antissemitismo, a construção de imaginários pela mídia no Brasil e a escrita da História: singularidades e perigos”. In: *Saeculum – Revista de História*, 25, n. 43, (2020): 361-379.

Pszczol, Eliane, e Heliete Vaitsman (org.). *Antissemitismo, uma obsessão: argumentos e narrativas*. Rio de Janeiro: Numa Editora, 2020.

Reis, Guilherme Simões, e Giovanna Soares. “O Fascismo no Brasil: o ovo da serpente chocou”. *Desenvolvimento em Debate*. 5, n.1, (2017): 51-71.

Rothberg, Michael, e Neil Levi. “Memory studies in a moment of danger: Fascism, postfascism, and the contemporary political imaginary”. *Memory Studies*, 11, (2018): 355-367.

Siqueira, Graciele. “História e Trajetória da Formação em Museologia através do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional - MHN - 1932/1978”. *Cadernos Tramas da Memória*, Fortaleza: INESP, 2011.

Traverso, Enzo. “Do Fascismo ao Pós-Fascismo”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 13, n. 2, (2019).

Recebido: 19 de fevereiro de 2023

Aprovado: 22 de abril de 2023

Programas Sociais brasileiros e a desativação da esfera pública *

Brazilian social programs and the deactivation of the public sphere

Los programas sociales brasileños y la desactivación de la esfera pública

Denise De Sordi**

<https://orcid.org/0000-0003-0536-2863>

RESUMO: Este artigo aborda o processo de implementação dos programas sociais de transferência condicionada de renda no Brasil nos anos das décadas de 1990 e 2000. Compreende-se que “fome” e “pobreza”, como condições vividas concretamente pelos trabalhadores empobrecidos, foram elevadas à categoria política, legitimando socialmente a implementação de programas de transferência condicionada de renda, tais como Bolsa Escola Nacional o Programa Bolsa Família. Este foi um processo mediado historicamente pelos sentidos sociais da solidariedade, tanto como expressão de ações coletivas e de reivindicações que pressionavam o Estado, quanto como valor de mobilização individual, desresponsabilizando o Estado das questões sociais. Evidencia-se como expectativas por mobilidade social foram historicamente mediadas a partir de certa desativação dos espaços públicos de reivindicação por Direitos Sociais em um processo que deslocou necessidades sociais e coletivas para dimensões de individualidade.

Palavras-chave: Programas Sociais brasileiros. Programa Bolsa Família. Auxílio Brasil.

* Este artigo apresenta os resultados parciais de pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no programa de pós-doutorado do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Fflch) da Universidade de São Paulo (USP). Partes da discussão aqui apresentada está em diálogo com textos publicados ao longo dos anos de 2021 e 2022 nos jornais El País – Brasil, Folha de S. Paulo e Le Monde Diplomatique Brasil. Agradeço aos colegas do Cenedic pelas indicações e leitura crítica feitas quando debatemos este artigo em seminário do Centro no início de 2022. Quaisquer erros que se apresentem neste artigo, é claro, são de minha inteira responsabilidade.

** Historiadora, Doutora em História Social pelo PPGHI/UFU, pesquisadora de pós-doutorado no Departamento de Sociologia da Fflch-USP. Pesquisadora do projeto “Cozinhas Solidárias: dos alimentos aos Direitos de Cidadania”, alocado na Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde, VPAAPS/Fiocruz. Autora da tese de Doutorado *Reformas nos programas sociais brasileiros: Solidariedade, pobreza e controle social (1990-2014)*. Especialista em políticas e programas sociais no Brasil Contemporâneo, com chave de leitura nas relações entre movimentos sociais e Estado. E-mail: denisends@me.com

ABSTRACT: This article discusses implementing of social programs of conditional cash transfer in Brazil in the 1990s and 2000s. “Hunger” and “poverty,” as conditions experienced concretely by impoverished workers, were elevated to policy, socially legitimizing the implementation of conditional cash transfer programs, such as the *Bolsa Escola Nacional* or *Bolsa Família* Program. This process was historically mediate by the social meanings of solidarity as 1) an expression of collective actions and claims that put pressure on the State and as 2) a value of individual mobilization, taking the State away from responsibility for social issues. It is highlighted how social mobility expectations, were historically mediated from a specific deactivation of public spaces for claiming Social Rights transforming social and collective needs to dimensions of individuality.

Keywords: Brazilian Social Programs. Bolsa Família Program. ‘Auxílio Brasil’ Program.

RESUMEN: Este artículo discute el proceso de implementación de los programas sociales de transferencia monetaria condicionada en Brasil en las décadas de 1990 y 2000. Se entiende que el “hambre” y la “pobreza”, como condiciones vividas concretamente por los trabajadores empobrecidos, fueron elevadas a categorías políticas, legitimando socialmente la implementación de programas de transferencias monetarias condicionadas, como la *Bolsa Escola Nacional* o el *Programa Bolsa Família*. Este fue un proceso históricamente mediado por los significados sociales de la solidaridad, tanto como expresión de acciones y reclamos colectivos que presionan al Estado, como valor de la movilización individual, despojando al Estado de la responsabilidad social. Es evidente cómo las expectativas de movilidad social estuvieron históricamente mediadas a partir de una cierta desactivación de los espacios públicos de reivindicación de los Derechos Sociales en un proceso que trasladó las necesidades sociales y colectivas a dimensiones de individualidad.

Palabras clave: Programas Sociales Brasileños. Programa Bolsa Família. ‘Auxílio’ Brasil.

Como citar este artigo:

Sordi, Denise De. “Programas Sociais brasileiros e a desativação da esfera pública”. *Locus: Revista de História*, 29, n. 1 (2023): 203-221.

Introdução

Este artigo aborda o processo de implementação dos programas sociais brasileiros a partir da década de 1990 em diálogo com o processo de erosão democrática do país acentuado a partir de 2016. O objetivo é observar como a análise de processos históricos conectados à temática das reformas nos programas sociais permite significar os usos das noções de empobrecimento, fome e solidariedade como categorias de coesão social e política em torno de baixas condições materiais de vida, em favor de escolhas político econômicas que atendem a uma agenda de reformas neoliberal.

Na primeira seção, analisa-se o processo de implementação dos programas sociais de modo a evidenciar as questões políticas e sociais em torno das noções de solidariedade social e pobreza que os demarcaram. Na segunda, o foco é direcionado aos processos políticos que organizaram experiências materiais de vida, categorizando-as como questões individuais, sem conexão com condições estruturantes da vida social. Este debate segue na terceira seção, na qual evidencia-se as continuidades do processo histórico que explicam como foi possível avançarmos socialmente sem alterar concepções históricas em torno das relações de produção que pressionam condições materiais de vida.

Pontua-se que a análise destes processos históricos permite indicar tendências relacionadas a desativação da esfera pública, como o espaço da política e da sociabilidade (Paoli 2002; Oliveira 1998) - frente a processos de captura das noções de solidariedade social, transformadas em práticas que expressam necessidades individuais, através da ressignificação do acesso aos Direitos Sociais por meio dos programas sociais.

Considera-se que a leitura de condições de vida em meio a “fome” e a “pobreza” foi progressivamente, ao longo dos anos de 1990 e da primeira década dos anos 2000, ressignificada enquanto categoria política mediada pelo apelo à solidariedade, esta não mais alinhada à construção de ações coletivas que poderiam ampliar a democratização do Estado. Deste modo, um tipo de solidariedade capturada em meados dos anos de 1990 pelo fortalecimento do terceiro setor pelo Estado, e que se antes poderia indicar a mobilização por um tipo de projeto social coletivo e solidário entre os trabalhadores empobrecidos, que encaminharia a mobilização pela implementação dos Direitos Sociais recém materializados na Constituição Federal de 1988, ao longo dos anos de 1990 foi transviada em um processo de significação social que abriu espaços para que, - de modo não completamente determinante – relações sociais já instituídas, pautadas por certo conservadorismo, se manifestassem em formas de controle social e gestão institucional da vida da população identificada como pobre (De Sordi 2021a).

Estas formas de gestão e controle, opostas à noção de controle social como gestão democrática das políticas sociais (Behring e Boschetti 2006), legitimaram-se através do desenvolvimento dos instrumentos de modelação das políticas sociais no Brasil: a focalização, a descentralização e a privatização (Behring e Boschetti 2006). De modo que a focalização foi utilizada em programas sociais implementados ao longo dos anos de 1990 e 2000 sob o argumento de promoção da eficiência da gestão do Estado (De Sordi 2021a). As particularidades e tensionamentos da agenda de reformas neoliberais no Brasil podem ser observadas nos programas sociais enquanto mediação para o convencimento e a coesão social em torno de uma moral comum que permitiu o desenvolvimento de formas de dominação de classe adequadas às relações

econômicas, sociais e ideológicas (Sader 1988, 146-147), impulsionada por percepções em torno da solidariedade, da cidadania e de noções sobre o comportamento daqueles identificados como pobres.

Solidariedade social e pobreza

Desde 2016 o Brasil experiencia o que Perry Anderson (2019, 140) localiza como um processo de “convulsão sociopolítica”. Pode-se pontuar que este não só tem ocasionado o derretimento da democracia no país – em um processo que se inicia com a queda da então presidente Dilma V. Rousseff, e que é acentuado a partir de 2018 com as eleições que levaram Jair M. Bolsonaro à presidência - mas o desmantelamento de nossa recém rede de proteção social, por meio da aprovação do teto de gastos, das reformas trabalhista e previdenciária e com o apagão dos programas sociais e bases informacionais existentes, especialmente àquelas ligadas ao extinto Programa Bolsa Família (PBF)¹ (De Sordi, 2021a).

É nesse entrecampo de (re)organização da democracia que o processo de releitura dos Direitos Sociais se aprofunda como manifestação de necessidades individuais, conformadas por postulados neoliberais que situam as relações de produção entre “capacidades e incapacidades” individuais (Mauriel, 2008) parece adquirir sua potência com a desativação completa das esferas públicas às quais poderiam ser endereçadas reivindicações políticas e, portanto, coletivas. Neste ciclo, a pobreza é vista enquanto fenômeno “inevitável”, quanto ao qual “nada existe a ser feito além da gestão da miséria para minorar seus efeitos” (Telles 2013, 158).

A extinção do PBF, no mesmo ato político que informou a criação do Programa Auxílio Brasil (De Sordi 2021b)² é expressão clara, não só do estreitamento das possibilidades de acesso aos Direitos Sociais, mas de um processo ampliado de moralização conservadora que individualiza as questões sociais, de modo a atender ao desenvolvimento do capitalismo e suas particularidades no país. Esta forma de produzir compulsoriamente a “questão social” (Netto 2001), não é característica transitória, mas sim uma dinâmica que se configura como aspecto social dominante. Na perspectiva de Anderson (2019, 105), a associação entre as formas pelas quais as questões sociais foram lidas durante os governos petistas, em paralelo à não distribuição de riquezas, geraram

¹ O PBF foi criado em 2003 pela Medida Provisória (MP) n°132, convertida na Lei n°10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto n° 5.209 de 17 de setembro de 2004 e encerrado com a publicação da MP 1.061 de 9 de agosto de 2021 que instituiu o Programa Auxílio Brasil. Sua principal base informacional era o Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal, o CadÚnico (De Sordi, 2021c), sustentada pela rede de Centros de Referência de Assistência Social, os CRAS, atualmente sucateados.

² A Medida Provisória que extingue o PBF e anuncia o Auxílio Brasil provoca mudanças também no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um dos programas centrais para a circulação dos sistemas de soberania alimentar no país (De Sordi, 2021d).

pouca, ou nenhuma solidariedade que pudesse organizar dinâmicas que antagonizassem esta forma particular de gerir as questões sociais.

Nesse ínterim, como pontua Mauriel é este tipo de “diagnóstico da pobreza [que] ao desvincular a pobreza de seus determinantes estruturais, desvincula os indivíduos pobres de seus lugares no sistema produtivo. A essência, passa a constituir um atributo individual orientada por critérios éticos e morais” (Mauriel 2008, 332). Trata-se da auto responsabilização que considera a desresponsabilização do Estado em relação à “questão social”, que só pode ser compreendida em “sua articulação com a *auto-responsabilização dos sujeitos carentes* e com a *desoneração do capital* na intervenção social, no contexto do novo projeto neoliberal” (Montaño 2010, 234-235, *grifos do autor*). Tal argumentação é consonante com as atuais concepções que compreendem a pobreza como “fenômeno multifacetado”, para o qual a renda deve ser considerada em conjunto com a promoção de “capacidades individuais” e minoração do risco social. Mostra-se, portanto, alinhada às concepções teóricas presentes nas orientações do Banco Mundial na forma de uma “teoria social” (Mauriel 2008).

Cabe destacar que, no contexto brasileiro, o desenvolvimento dos programas sociais e as sucessivas reformas às quais foram submetidos (De Sordi 2021a), ocorreram em um cenário mediante o qual era preciso atenuar as críticas à política de reformas macroeconômicas (Behring 2015). Para tanto, o Banco Mundial abriu uma linha de “financiamento de programas sociais compensatórios voltados para as camadas mais pobres da população, destinados a atenuar as tensões sociais geradas pelo ajuste” (Soares 1996, 27).

O alívio da pobreza tornou-se gradualmente admissível na atuação de organismos multilaterais a partir da década de 1960, configurando-se não pela existência da pobreza em si, mas “como um instrumento de crescimento econômico”, preceito que solapou o “paradigma econômico que priorizava o crescimento econômico e direcionou crescentes atenções para a redução direta da pobreza” (Mauriel 2008, 139-140). Assim, os programas sociais brasileiros são implementados a nível nacional tensionados entre sistemas compensatórios/focalizados e de universalização mediante as reformas macroeconômicas ocorridas ao longo da década de 1990.

A instituição de novos valores para a leitura dos Direitos Sociais é um processo que tem início nesse período (De Sordi 2019) e está em relação ao “curto circuito” dos espaços públicos de negociação política. Como pontua Telles as mudanças deste período permitem notar a “erosão das referências cognitivas e valorativas pelas quais as noções de bem público e responsabilidade pública poderiam ser formuladas como horizonte possível” (Telles 2013, 10). Este processo de “erosão” destacado por Telles (2013) passa pela resignificação das noções em torno dos Direitos Sociais, o que implica em um processo de captura e de controle das possibilidades da solidariedade social

que, por sua vez, orientava reivindicações diversas de trabalhadores empobrecidos por melhores condições de vida, e as possibilidades de desenvolvimento social para o país.

As condições de vida da população empobrecida entraram no debate público brasileiro do período pela mobilização de sujeitos nas periferias, a partir de associações organizadas localmente para reivindicar melhorias e acesso a serviços públicos, a direitos e ao poder de decisão política a partir dos anos de 1970 e 1980. Eram movimentos políticos que, nos termos de Sader (1988) irromperam com a entrada de novos personagens em cena.

Sader registrou que as análises correntes sobre movimentos de trabalhadores em 1970, compreendiam suas mobilizações como “expressão das ‘contradições brasileiras’, como resposta popular às carências sociais ditadas pelos padrões de desenvolvimento vigentes, pela ausência de canais institucionais de manifestação” que faziam desaparecer “os padrões comunitários, [e] uma particular formulação das noções de justiça e direito, a aversão pelo que e□ considerado política (...) que”, por sua vez, “aparecem como simples ‘traços conjunturais’ de um processo genérico”. O autor nota os novos personagens a partir da crítica de que a “noção de ‘necessidades objetivas’” é teoricamente pressuposta como elemento central do impulso dos “atores sem as mediações simbólicas que as instituem enquanto necessidades sociais” (Sader 1988, 38-39).

Sader pontuou o necessário olhar para a totalidade das relações produtivas e para a esfera da reprodução social de modo que se possa identificar as experiências elaboradas que geram identificação entre “coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais” (Sader 1988, 45). Ao olhar para os sujeitos coletivos que se organizavam nas periferias e nos sindicatos, Sader contestou a ideia de passividade ou de preservação frente a determinadas condições de vida, pontuando a agência política, que era até então compreendida por simples reação, e não como relação de elaboração frente às condições materiais vividas.

Entretanto, tais reivindicações foram institucional e publicamente vocalizadas no início dos anos de 1990 nas tentativas de implementação de campanhas sociais que intencionavam ler esta conjuntura, exercendo papéis cambiantes entre propostas de articulação e disputa pelos espaços públicos e de voluntarismo (De Sordi, 2021a), em meio a um contexto definido como de “trégua, um pacto de manutenção das regras mínimas democráticas” após o *impeachment* de Collor com a “expectativa de uma transição gradual até 1994” (Gohn 1996, 29-30; 34) quando ocorreriam novas eleições. Para Martuscelli tratava-se de um período de imobilização, gerada pela “correlação das forças políticas engendradas pelo próprio movimento pró-*impeachment*, [que] limitou a ação das lutas sociais à sustentação da legalidade burguesa” (Martuscelli 2010, 563-564). Para Braga:

Com a redemocratização do país, a tentativa de sua substituição por uma regulação neopopulista apoiada no ‘pacto social’ com o ‘novo sindicalismo’ mostrou-se inviável,

por razões que vão do aprofundamento da crise econômica, passando pela intensificação do impulso grevista na segunda metade da década de 1980, até chegarmos à possibilidade real de Lula da Silva conquistar a Presidência da República em 1989. Por sua vez, a vitória eleitoral de Fernando Collor, em 1989, representou a transição para a regulação neoliberal: a partir de então, o próprio regime de acumulação transformou-se em objeto de sucessivos ajustes estruturais que, ao fim e ao cabo, asseguraram o nascimento do pós-fordismo financeirizado no país. (Braga 2012, 23)

Baixas condições materiais de vida, decorrentes da política macroeconômica foram lidas, nesse contexto, pelo viés da tematização da “fome” e da “pobreza”, materializadas e mediadas pela Campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida,³ na proposta de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) apresentada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e na instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).⁴ No âmbito da mobilização social, a campanha da Ação da Cidadania foi caracterizada pela organização de comitês locais descentralizados para a arrecadação e distribuição de alimentos com grande apelo à solidariedade que entrou como elemento aglutinador das ações individuais – e que mais adiante, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, seria utilizado como elemento de identificação e conexão entre sua própria trajetória e as condições de vida de parcela da população. Gohn captou o enredo deste tipo de mobilização nos anos 90, para o qual

parte das ações que têm mobilizado grandes coletivos de pessoas, nos anos 90, surge antes de um chamamento a **consciência individual** do que a **consciência coletiva**. Esta é centrada em valores baseados mais na **solidariedade humana** e pouco alicerçadas em projetos político-partidários, como nos anos 80, **ainda que a questão da solidariedade, por si só, seja um projeto político**. Outra diferença usualmente observada nas ações coletivas dos anos 90 é que se apresentam mais como “Campanhas” do que como movimentos sociais. (Gohn 1997, 306, grifos meus)

Portanto, se essas então dinâmicas de mobilização social dos anos iniciais da década de 1990 constituíram um espaço ampliado “da relação Estado-sociedade” pautado por princípios de “ética da solidariedade, enquanto valores motores de suas ações” que resgataram “as relações pessoais, diretas, e as estruturas comunitárias da sociedade” (Gohn, 1997, 301), isto não ocorreu pela elevação da solidariedade como forma de confronto à esfera formal; como havia acontecido no período analisado por Sader (1988). Em 1990, os conflitos e a elaboração de resistências continuavam a existir, mas as condições políticas para seu tratamento eram outras e permitiram,

³ A campanha foi estruturada utilizando-se dos comitês do Movimento pela Ética na Política (MEP), organizado pelo país para as mobilizações pelo *impeachment* de Collor. Arrefecida desde meados dos anos 2000, voltou à cena a partir de 2015 e, desde 2020, encontra-se em plena atividade com massivas campanhas de arrecadação de alimentos (De Sordi, 2021d).

⁴ Criado em 1993 como resposta ao campo político de pressão ao governo de Itamar Franco, extinto em 1995 por Fernando Henrique Cardoso, reativado em 2003 por Luiz Inácio Lula da Silva e desativado em 2019 por Jair Bolsonaro. Desde 2003 o CONSEA era um dos mais importantes Conselhos participativos para o acompanhamento das políticas de soberania alimentar no país, sua desativação acompanha não só o desmonte dos instrumentos de gestão democrática, mas também o retorno do país ao Mapa da Fome (De Sordi, 2021a). Sobre a reativação do CONSEA em 2023 Cf. De Sordi, 2023.

em meio a conjuntura política e a necessidade de implementação dos Direitos Sociais previstos na Constituição, a ressignificação de seu conteúdo moral.

Como registrou Gusmão, os princípios da Constituição de 1988 estavam imbuídos da ideia de solidariedade e, no entanto: “foram profundamente atingidos pela lógica neoliberal, que elegeu o mercado como regulador das necessidades sociais” (Gusmão 2000, 95). Ou seja, com as mobilizações do período, a “pobreza” volta a□ cena, mobilizada pelos significados da solidariedade. Porém, uma solidariedade que organizou grupos e interesses em um sentido diverso do que buscava explicitar os antagonismos entre classes; de mediação e urgência e que - aliado ao discurso de estabilidade econômica - foi rapidamente furtado do que ainda tinha de seu sentido transformador universalizante e como base de toda a ideia de segurança social (Granemann 2013).

Categorização da experiência social

Ao longo dos anos da década de 1990, os espaços de debate público foram transmutados ao corpo do associativismo e do voluntarismo (De Sordi 2019). Em linha com as ações encaminhadas por organismos multilaterais que privilegiam a ação de Organizações Não Governamentais (ONGs) e com o impulso ao desenvolvimento do “terceiro setor”, acentuou-se o papel das ONGs em desfavor dos partidos e movimentos populares, sendo o poder público fiscalizador das atividades desenvolvidas. De fato, Fernando Henrique Cardoso expressava essa tendência no interior do governo: “(...) não pode se confundir com um partido, porque, sendo partido, necessariamente, vai atacar e disputar com o governo” (Toledo 1998, 326). A ação coletiva voltou assim à esfera da consciência individual - do ponto de onde tinha parado; que é antes do período que Oliveira denomina como de reinvenção política (1978-1988). O tema da “pobreza” foi retirado de cena, abrindo espaço e atenção à ação coletiva a partir da mobilização individual solidária. No entanto, nos anos de 1990, a “pobreza” volta à cena enquanto uma “categoria política” (Oliveira 2007), já no contexto das práticas democráticas organizadas pela Constituição de 1988, vocalizadas no corpo do Estado em campanhas filantrópicas e em programas socioassistenciais, desvinculadas dos princípios constitucionais e isoladas da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Justo 2007; Behring 2015), mesmo após sua aprovação em 1993, permitindo que a categoria “pobreza” permanecesse como um campo aberto de disputa e de gestão política. Portanto, esvaziada de seu sentido fincado nos limites de uma experiência que é também uma relação social vivida; uma forma pela qual o Estado organiza as relações produtivas.

As ações de mobilização social levadas à cabo com o incentivo do Estado, tinham por intenção lidar com o processo de empobrecimento dos trabalhadores brasileiros enquanto uma questão social a ser tematizada e categorizada (Telles, 2013) nos contornos de situações individuais

de vida, subordinadas ao aprofundamento das políticas neoliberais no país (Behring e Boschetti, 2006). Esta tendência, delineada no início da década de 1990, permanece e se aprofunda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso com o fechamento do CONSEA e a instalação do Programa Comunidade Solidária (PCS), em 1995.

Nesse sentido, cabe pontuar que é com a Reforma do Estado no governo de Cardoso, realizada nos preceitos do Consenso de Washington e guiada por Bresser Pereira no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), que o aprofundamento do impulso dado por Collor e por Itamar Franco é continuado. De acordo com Montañó (2010, 45), Bresser Pereira, regido por critérios gerenciais, preferia o “cidadão-cliente” de serviços ao “cidadão-usuário” de direitos, pois o critério do primeiro seria o melhor atendimento ao “cidadão-cliente” a um “custo menor”.

Este processo configura uma reviravolta nos referenciais para as possibilidades de reivindicação, empurrando políticas de transferência de dinheiro como a melhor das possibilidades. Isto ocorreu a partir de experiências locais de programas como o Bolsa Escola, nacionalizado a partir de 2001 (De Sordi 2019; 2021a), com a conformação de que condicionar o acesso aos serviços sociais - sob o pretexto de contrapartida dos sujeitos beneficiados por programas sociais - é uma eficiente forma de ofuscamento das tensões sociais, na medida em que objetivam modelar comportamentos individuais a partir da introjeção de hábitos e valores que matizam os antagonismos sociais, em uma espécie de legitimação da “exclusão como forma de integração” (Gohn 1997, 297). Entretanto, é preciso considerar, como nota Willis um entrecampo das relações sociais que não indica nem a completa aceitação e nem a completa subordinação de sujeitos que estão inseridos em determinada lógica institucional. Para o autor: “Precisamos entender como as estruturas se tornam fontes de significado e determinantes do comportamento no *milieu* cultural, *a seu próprio nível*”. Isto é: “Só porque existe aquilo que podemos chamar de determinantes estruturais e econômicos não significa que as pessoas se curvarão a eles sem maiores problemas”. (Willis 1991, 211)

O processo que categoriza a experiência social da pobreza sob a aparência de não mais uma forma predominante de organização da vida social, e das relações entre parcelas da sociedade e o Estado, mas como expressão de um campo de gestão deslocado de condicionantes estruturais e das próprias escolhas político econômicas que promovem um tipo de “ação estatal evasiva” (Oliveira 1998, 22), ganha relevo ao passo que é mediador deste entrecampo de experiências (Willis 1991). Isto é, ainda que a exclusão figure como uma forma de integração ou inclusão aos circuitos de acesso aos serviços socioassistenciais, é preciso considerar que a própria modelação de comportamentos individuais precisa encontrar seu correspondente na organização das relações

entre sujeitos e o Estado e, na dimensão dos programas sociais de transferência condicionada de renda, a moralização de referências sobre o comportamento esperados dos sujeitos considerados pobres cumpre este papel (De Sordi 2019, 154-186).

A partir deste processo de mudanças, a categoria política da “pobreza” como tematização recorrente da experiência social, teve seus significados atravessados pela remodelação dos tipos de ação solidária, formulados pelos termos da fome, da cidadania e da desigualdade social. Tais termos conferiram materialidade a valores sociais específicos e cumpriram papel de mediadores culturais na negociação das formas assumidas por distintos projetos políticos econômicos, seja para sua mediação, ou para matizar antagonismos sociais.

Condições materiais precárias de vida passaram a ser categorizadas como experiências de pessoas pobres, deslocando – em abstrato, com a ajuda da técnica econômica - os processos de exploração e acumulação da forma mesma da reprodução. O comportamento temporal (Aróstegui 2006, 93) do que se convencionou como fenômeno da pobreza, além de ser declarado como fenômeno social que atravessa o processo histórico da sociedade brasileira sem maiores mudanças, tem ainda servido à atuação em meio ao campo dos conflitos e antagonismos entre classes, como forma de leitura imediata e/ou naturalizada do contexto social. No entanto, pobreza não é apenas um termo descritivo ou uma categoria ordenadora da política social (Pereira 2008), refere-se aos termos de uma condição vivida que está em relação com diferentes concepções e valores com os quais pretende-se organizar a vida em sociedade.

Como nota Telles (2013, 158), a própria ideia de “pobres”, é um constructo social que institucionalizou a “dualização entre trabalhadores integrados nos circuitos modernos da economia e os ‘pobres’ assistidos por programas sociais”. Assim, a pobreza enquanto condição vivida passou a ser compreendida pela não inclusão no mercado de trabalho, daí decorrem também, concepções, por exemplo, de que essa exclusão se dá a partir da não priorização da educação formal pelas famílias de trabalhadores pobres (De Sordi e Gonçalves Neto, 2021). Ou seja, as relações com o trabalho, em sua dimensão formal do emprego atrelada aos Direitos Sociais, foram, em certa medida, retiradas do campo de possibilidades à parcela da população empobrecida. Para Oliveira

Na área da reprodução da força de trabalho, tais necessidades [sociais] também se impõe: não se trata agora de prover educação apenas para transformar a população em força de trabalho; são necessidades que são definidas *aprioristicamente* como relevantes em si mesmas; que elas terminem servindo, direta ou indiretamente, para o aumento da produtividade não dissolve o fato principal, que é o de que, agora, aquele aumento da produtividade que pode ser seu resultado não é mais seu pressuposto (1998, 23, *grifos do autor*).

Nesse mesmo sentido ocorre o reforço da desagregação de categorias explicativas em torno dos direitos sociais relacionadas à ideia do trabalho (Granemann, 2011), que passa a ser pautado não enquanto ato social, mas enquanto referência moralizante.

Entrementes, pode-se afirmar que a ressignificação das possibilidades de acesso aos Direitos Sociais encaminhou a distinção do programa neoliberal que, no Brasil “marca um período único na moderna história brasileira”, pois é “a política antirreformas sociais, antirregulacionista, antidireitos do trabalho e direitos sociais em geral que marca o neoliberalismo” (Oliveira 2018, 66). Vale destacar que de 1995, quando os programas sociais condicionados à educação do tipo Bolsa Escola foram inaugurados, até 2002, “entre o desemprego aberto e o trabalho sem-formas, transita[va], entre o azar e a sorte, 60% da força de trabalho brasileira” (Oliveira 2007, 34); contraste o período com os anos de 2011 e 2014, quando o Brasil contou com taxas de desocupação próximas de 4,5%, consideradas como um cenário de pleno emprego, sem considerar, como lembra Braga (2012) a qualidade destes vínculos. No entanto, deve-se notar que o número de famílias atendidas pelo PBF nesse período foi, em média, de 13,8 milhões⁵ e que até 2013, dos sujeitos atendidos pelos programas sociais de transferência condicionada de renda, 75% encontrava-se empregado em funções irregulares, caracterizadas pela alta rotatividade e precárias condições de trabalho (Barbosa e Courseil 2013, 327-339; Camargo 2013, 167).

Os programas sociais desenvolvidos ao longo dos anos da década de 1990 forneceram os parâmetros e impressões morais que permitiriam identificar os trabalhadores empobrecidos. Não se trata apenas de parâmetros que poderiam ser classificados como técnicos e econômicos, estes são parâmetros morais que podem organizar determinações que orientam a técnica, mas não são isentos de interpretações sobre as relações sociais, sua hierarquia e determinada agenda política e econômica que define a forma dominante destas relações.

Assim, este processo de categorização das experiências sociais, isto é, o enquadramento de relações sociais que indicam antagonismos entre classes enquanto forma de controle social, modificou as formas de organização das relações sociais constituídas entre o Estado, entidades privadas de assistência social e parcelas da população. É neste desenrolar das disputas por diferentes projetos de sociedade e, portanto, de formas para a implementação dos Direitos Sociais, que se localiza a projeção do que resultaria no arranjo institucional da primeira década dos anos 2000, operado, dentre outros, com o PBF como o programa social que tem por característica ser a

⁵ Média a partir do “gráfico 6 - Evolução do gasto com o PBF e das famílias atendidas – 2004 a 2015”. (Paiva et. al. 2016, 24)

expressão das reformas sociais do lulismo⁶ (Singer, 2012), mas que é informado por esta categorização.

Programas sociais e a ressignificação do acesso aos Direitos Sociais

Desde o início dos anos 2000, com a nacionalização de experiências locais de programas sociais, a ampliação e o estreitamento da mediação da relação entre sujeitos e Estado foi cristalizada nos termos da categorização da experiência social. O argumento do desenvolvimento econômico conjugado ao desenvolvimento social foi materializado no papel dos programas sociais, especialmente a partir do PBF – tido como expressão de eficiência da gestão das políticas sociais (Georges e Ceballos 2014). Entretanto, conjugar estas duas dimensões não implicou uma mudança estrutural dos mecanismos de produção e reprodução sociais, e os programas sociais de transferência condicionada de renda, enquanto modelo para desenvolvimento social, intermediaram a necessidade de equilíbrio de antagonismos sociais, e portanto, permitem evidenciar diferentes atitudes morais frente a experiências de vida circunscritas por baixas condições materiais que precisaram ser limitadas para que a conciliação entre interesses divergentes pudesse ocorrer (De Sordi 2019). Em outros termos, trata-se da regulação e mediação promovida pelo PBF enquanto um dos instrumentos estratégicos de “pacificação social do lulismo” no sentido da promoção do alívio imediato para baixas condições materiais de vida, ao preço da “despolitização generalizada das lutas sociais” (Braga, 2016, 25;71).

Nesse sentido, o fato de que o PBF não emergiu de um cenário institucional esvaziado de conflitos e nem era a única opção política disponível, quando de sua criação em 2003, permite indicá-lo como elemento de síntese de uma série de reformas nos programas sociais brasileiros ao longo dos anos da década de 1990. É possível indicar como não só as bases técnicas, mas principalmente morais em discussão neste período informaram o desenvolvimento deste Programa e a possibilidade de sua existência como forma de conciliação social. Foi necessário um processo de aceitação e legitimação social para que houvesse algum tipo de coesão em torno dos programas de transferência condicionada de renda no Brasil, ainda que frente a baixos salários, desemprego e baixas condições materiais de vida para a população. Mesmo os instrumentos que sinalizam propostas relacionadas ao Estado de bem-estar, no caso brasileiro, aqueles que intencionam frear

⁶ Em síntese, “Lulismo” tem sido o termo corrente - cristalizado pela pesquisa de Singer (2012) para descrever o fenômeno do realinhamento das bases eleitorais do PT em torno de 2006, portanto, após a chegada de Lula à Presidência com o desenvolvimento de um tipo de “reformismo fraco” envolvendo uma gama de políticas econômicas e sociais. Outros autores utilizaram o termo para demonstrar a construção de certas concepções hegemônicas que alteraram as bases políticas e princípios do partido e o conduziram ao poder.

o crescimento da pobreza, não deixam de se realizarem em um Estado classista, confluindo para a dominação de interesses de classe que são dominantes.

A expressão de mudanças na esfera econômica precisa encontrar respaldo no campo das relações de reprodução, de modo que as mudanças são sempre também sociais e culturais, sendo que mudanças na esfera econômica só podem ter êxito se existir “alguma *congruência* entre as regras e visão-de-vida impostas e a questão necessária de viver um determinado modo de produção” (Thompson 1981, 194). O convencimento social necessário para a composição de uma congruência para a aceitação de programas sociais como forma de minoração da pobreza, marcadamente na primeira década dos anos 2000, ocorreu, prioritariamente, na remodelação das possibilidades de acesso aos Direitos Sociais – o conjunto de direitos relativos ao bem-estar social – intrinsecamente relacionados às possibilidades e definição de interesses dos sujeitos para a participação e exercício dos Direitos Cívicos e Políticos (Carvalho 2018).

Não se pode, portanto, prescindir da premissa de que a ampliação destes direitos é também a ampliação da esfera pública e seu par expresso na democracia representativa, como demarcação do “campo de atuação de classe” (Oliveira 1998, 22), de modo que: “A estruturação da esfera pública, mesmo nos limites do Estado classista, nega à burguesia a propriedade do Estado e sua dominação exclusiva”, sendo uma “negação dos automatismos do mercado e de sua perversa tendência à concentração e à exclusão” e sua tarefa “é, pois, a de criar medidas, tendo como pressupostos as diversas necessidades de reprodução social, em todos os sentidos” (Oliveira 1988, 22).

A necessidade de “viver um determinado modo de produção” é sempre tensionada por interesses de classe que são relacionais e mediados nesta esfera pública que expressa a “necessidade, por exemplo, da reprodução do capital em setores que, por sua própria lógica, talvez não tivessem capacidade de reproduzir-se” (Oliveira 1998, 22). Os interesses de classe relacionam-se – ainda que de forma antagônica - e estão em certa medida definidos também por aspectos morais que caracterizam a construção do tecido social em processos históricos determinados:

Interesse é aquilo que interessa às pessoas, inclusive o que lhes é mais caro. Um exame materialista dos valores deve situar-se não segundo proposições idealistas, mas face à permanência material da cultura: o modo de vida, acima de tudo, as relações produtivas e familiares das pessoas. (Thompson 1981, 194)

As regras instituídas para os programas de assistência social, ainda de modo disperso a nível local e nacional nos anos de 1990, não diziam respeito apenas aos critérios de seleção para distribuição de alimentos ou como forma de intervenção da maioria dos programas nesse período, mas também e, principalmente, às normas de conduta que se esperava dos trabalhadores mediante sua identificação como pobres.

A normatização e/ou institucionalização destas percepções com o PBF, organizou as formas pelas quais os processos de lutas e reivindicações foram institucionalmente absorvidos, fora das possibilidades de construção da esfera pública, isto é; como questões individuais e supostas /traduzidas como: ausência de educação formal, desqualificação profissional, famílias numerosas, descuido com as crianças, hábitos de consumo inadequados e má utilização do dinheiro (De Sordi 2019), definidas na caracterização das “vulnerabilidades sociais” a serem cobertas pelos programas de transferência condicionada de renda.

Há, portanto, uma profunda mudança de valores vividos pela crescente parcela de trabalhadores empobrecidos que passa, em sua composição, pela compreensão de mobilidade social individual como um horizonte, que até pouco antes do processo de convulsão política (Anderson 2019, 140), parecia não só possível, mas desejável, em desfavor do estabelecimento de políticas sociais universais, como expressão da efetivação plena dos Direitos Sociais. Este movimento evidencia mudanças na hierarquia das relações sociais de reprodução e enquanto vínculos com a vida material que se manifestam como resultado de um processo histórico de “aprendizado”, sem o qual “a vida social não poderia ser mantida e toda a produção cessaria” (Thompson 1981, 194). Trata-se, como pontua Thompson de uma leitura de valores sociais que

não são ‘pensados’, nem ‘chamados’; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e ‘aprendidas’ no sentimento) no ‘*habitus*’ de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata (Thompson 1981, 194).

Nesse sentido, a coesão social em torno dos programas sociais formatados a partir da transferência condicionada de renda reposiciona a esfera pública - os conflitos e sua mediação - a partir das expectativas por um governo com pautas progressistas e engajado com a promoção da mobilidade social dos indivíduos. Esse processo indica uma guinada de orientação que faz emergir a desativação da esfera pública, enquanto um dos resultados da resignificação de valores solidários em práticas individuais que conformaram certa coesão social em torno de projetos de sociedade. Sublinha-se que, em 2014, já em período de consolidação do PBF como referencial para os programas sociais brasileiros, Georges, Rizek e Ceballos registraram estas transformações nas concepções sobre o acesso aos Direitos Sociais na América Latina, mediante as quais “os processos de construção do tecido social a partir dos vínculos de solidariedade ancorados no trabalho, nos sindicatos, na proteção social, na igreja católica e nas formas associativas da vida civil” (Georges e Rizek e Ceballos 2014, 460) teriam sido transpostos para práticas de nicho e de mercado, modulando o social a partir de formas anteriores de solidariedade que então progressivamente se tornam orgânicas a um sistema que é “crescentemente concorrencial”.

Em diálogo com Behring e Boschetti (2006), é possível afirmar que a Política Social é o *locus* privilegiado para se observar o conflito entre classes sociais, já que é desenvolvida não apenas para diluir antagonismos, mas também para equilibrar concepções entre o Direito Social, as formas de acesso e a execução dos serviços sociais no campo da reprodução. Nesse sentido, a forma de execução da Política Social, por meio dos programas sociais, permite observar como no âmbito das contradições entre capital e trabalho, as formas de organização das dimensões de reprodução (Bhattacharya 2019) significativas de processos de exploração e expropriação, foram, no contexto brasileiro, matizadas por programas socioassistenciais.

Este é um processo de desregulamentação e de remodelação dos programas sociais que, em realidade, passa, como afirmam Georges e Ceballos pelo discurso “*de la transformación social*” que “*opera despolitizando lo social y permite borrar las diferencias sociales al neutralizar cualquier necesidad de reivindicación, exigência de derechos y demanda de mejoría de las condiciones de vida por parte de una población empobrecida*” (Georges e Ceballos 2014, 526).

Com a cristalização destes mecanismos de convencimento e regulação moral no corpo do PBF, é a partir de meados de 2014 que é possível localizar o desenrolar da ampliação desse processo de formação de novos referenciais para a interpretação da vida material, cultural e política, mediados pela retirada de Direitos anteriormente conquistados. Nesse ínterim, há um processo que também é o de aprofundamento da noção de individualização mediante o rompimento do pacto que intuía o horizonte de mobilidade social. Com os espaços públicos de reivindicação desativados configura-se, portanto, a ampliação das noções individuais – descoladas de seu sentido social e coletivo - para todas as esferas das relações e necessidades sociais.

Considerações Finais

Se a “congruência” (Thompson 1981) que confere sentido à vida em meio a determinado modo de produção deve sempre ser modificada em simultâneo às guinadas de orientação econômica, os processos de controle de classes, das possibilidades de reação também precisam ser remodelados e ressignificados. Como pontua Harvey,

nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos (Harvey 2014, 15).

Observar, portanto, os programas sociais como elemento chave na formação desta congruência, e como *locus* privilegiado de expressão dos antagonismos sociais, permite formular quadros conjunturais que desnaturalizam as questões sociais, de modo a considerar tanto a

modelação, quanto o desmanche dos programas sociais na dimensão de um cenário mais completo de estreitamento das formas e possibilidades de acesso aos Direitos Sociais no Brasil.

Cabe considerar que “a reivindicação de cidadania, por definição, não é individual” (Lautier 2014, 463), e as possibilidades de reivindicação constituídas de forma cambaleante têm agora se traduzido, no caso dos programas sociais, na retirada de direitos e nas tensões político institucionais traduzidas com o fim do Bolsa Família, em agosto de 2021 em favor da implementação da ampliação do projeto de financeirização completo do acesso aos Direitos Sociais expresso no Auxílio Brasil (De Sordi 2021b). Programa que emergiu como desdobramento dos debates sobre o papel do Auxílio Emergencial e da reconfiguração do público atendido por programas sociais que foi ampliado pelo processo de crise econômica, política e sanitária provocado pela pandemia de COVID-19. Há um processo de recomposição das formas de desresponsabilização pelas questões sociais que passa pela completa desativação da rede de proteção social e a intensificação do acesso individual do “cidadão cliente” aos serviços sociais, reinterpretando os limites e o caráter dos espaços institucionais para reinvidicação política e o fechamento da esfera pública.

A própria implementação do Auxílio Emergencial em meio à pandemia de COVID-19, apesar de urgente e necessária, foi encaminhada por uma articulação política diversa com o respaldo da efetividade imediata para o aquecimento do consumo interno e de seu curto prazo de geração de gastos ao governo. No entanto, por ter sido gestada em meio ao fluxo de ataques sistemáticos às políticas e programas sociais existentes – apagão dos instrumentos de coleta de dados sociais, fechamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2019, fragmentação das políticas de soberania alimentar, paralisação da agricultura familiar, reformas trabalhista e previdenciária - teve como efeito encaminhar aberturas para a desregulamentação dos programas sociais, por meio da proposta de autocadastramento (De Sordi 2021c) e do fechamento das possibilidades de relações entre Estado e sociedade. Não de modo despropositado, o Auxílio foi anunciado em peças de propaganda do governo federal como ato de caridade e filantropia: “O Governo Federal continua estendendo a mão para milhões de brasileiros (...)”, como forma de impulsionar “dignidade, força, esperança e cidadania para quem mais precisa” (Brasil 2021).

Tais mudanças em concepções sobre as formas de gerir a reprodução da pobreza - que antes pareciam estabelecidas - são impulsionadas pelos limites e pressões conjunturais expressos em medidas emergenciais que não implicam no reconhecimento e ação institucional em torno das questões sociais brasileiras. Trata-se de nova redefinição em torno das concepções sobre a gestão da “pobreza”, suas causas e da disputa política em aberto sobre como os programas de transferência condicionada de renda foram caracterizados sob o governo de Bolsonaro, configurando mais um dos elementos de um processo que expressa o “eterno recomeçar das políticas públicas na América

Latina” (Lautier 2014, 475). Há uma nova roupagem para a desresponsabilização institucional que se mescla ao cenário de erosão do Estado Social e que forma outras congruências sociais intencionando conter e organizar o atrito social, desativando a esfera pública. Se a ampliação dos espaços de construção política e de sociabilidade ampliam o acesso aos Direitos Sociais, pois forjam conexões entre as relações de produção e reprodução - ou seja, explicitam as características pelas quais as categorias organicamente relacionadas e históricas de formação social e de modo de produção podem ser observadas em meio a processos históricos específicos -, a análise das reformas nos programas sociais, se posta em diálogo com as diferentes formas de luta social que emergiram recentemente, podem indicar caminhos para a reformulação da esfera pública, essencial para a própria reconstrução de qualquer horizonte de justiça social.

Referências

- Anderson, Perry. *Brazil apart*. Londres: Verso Books, 2019.
- Aróstegui, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- Barbosa, Ana Luiza Neves de Holanda, e Carlos Henrique Leite Corseuil. “Bolsa Família, escolha ocupacional e informalidade no Brasil”. Em: *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*, org. Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. 327-339. Brasília: Ipea, 2013.
- Behring, Elaine Rossetti, e Ivanete Boschetti. *Política Social – fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, Biblioteca Básica de Serviço Social, 2006.
- Behring, Elaine. *Política Social no Capitalismo Tardio*. São Paulo: Cortez, 2015.
- Bhattacharya, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, n. 32, (2019): 100-113.
- Braga, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.
- Braga, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. Em: *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*, org. André Singer, Isabel Loureiro, 55-92. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Brasil. *Ministério da Cidadania*. Auxílio Emergencial. 2021. Disponível em <<https://twitter.com/MinCidadania/status/1379806974276157444?s=20>>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- Camargo, Camila Fracaro, e Claudia Regina Baddini Currello, e Elaine Cristina Licio, e Joana Mostafa. Perfil socioeconômico dos beneficiários do programa bolsa família: o que o Cadastro Único revela? Em: *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*, org. Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri, 157 – 177. Brasília: Ipea, 2013.
- Carvalho, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- De Sordi, Denise. *Reformas nos Programas Sociais brasileiros: Solidariedade, Pobreza e Controle Social (1990-2014)*. Tese de doutoramento, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.615>.
-

De Sordi, Denise, Goncalves Neto, W. A Educação Nos Programas Sociais Brasileiros: Pobreza e Trabalho. *Educação & Realidade*, v. 46 (2021): 1-2.

De Sordi, Denise. Reformas nos Programas Sociais Brasileiros: Solidariedade, Pobreza e Controle Social. *Revista Tempos históricos*, v. 25 (2021a), p. 70-106.

De Sordi, Denise. O Programa Auxílio Brasil e o encerramento do Bolsa Família. *Le Monde Diplomatique* – Brasil. 24 ago. 2021b. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/o-programa-auxilio-brasil-e-o-encerramento-do-bolsa-familia/>>.

De Sordi, D. Auxílio Brasil e um retrocesso que corrói rede de proteção social. *Ilustríssima, Folha de S. Paulo*. 23 out. de 2021c. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/10/auxilio-brasil-e-um-retrocesso-que-corroi-rede-de-protecao-social.shtml>>.

De Sordi, Denise. Lula recria conselho que ajudou a tirar o Brasil do Mapa da Fome em 2014. *ECO A UOL*. 06 jan. 2023. Disponível em:< <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaio/2023/01/06/o-retorno-do-consea-e-sua-importancia-na-historia-brasileira.htm>>. Acesso em: 02 maio 2023.

Georges, Isabel Pauline Hildegard, e Cibele S. Rizek, e Marcos Ceballos. As políticas sociais brasileiras – o que há de novo? *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n 72 (2014): 457-461.

Georges, Isabel Pauline Hildegard, Marcos Ceballos. Bolsa Família y la assistência social en Brasil: de la lucha política a la mercantilización local. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72 (2014): 513-529.

Gohn, Maria da Glória. A Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida. Em: Formas de combate e de resistência à pobreza. org. Gaiger, Luiz Inácio, 23-58. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.

Gohn, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais* – Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

Granemann, Sara. Para uma Crítica Marxista das Políticas Sociais. In: Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática. UFF – Niterói, RJ. NIEP MARX. 28/11/2011 a 01/12/2011.

Granemann, Sara, e João Jordão, e Raquel Varela, e Rui V. Pereira. Segurança Social: Fundo Universal de Solidariedade ou Mercado Privado de Capitais? Entrevista com Sara Granemann. Em: A segurança social é sustentável – Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal. org. Varela, Raquel, 151-170. Lisboa: Bertrand Editora, 2013.

Gusmão, Rute. A ideologia da solidariedade. *Serviço Social & Sociedade*, n. 62 (2000): 93-112.

Harvey, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

Justo, Carolina Raquel Duarte de Mello. *Política de Transferência de Renda e Cidadania no Brasil: Implicações Político-sociais dos Programas Municipais de Renda Mínima a partir do Estudo Comparativo dos casos de Campinas, Jundiaí, Santo André e Santos (1995-2006)*. Tese de doutoramento, Campinas, Doutorado em Ciências Sociais. Unicamp, SP, 2007.

Lautier, Bruno. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n 72 (2014): 463-477.

Martuscelli, D. E. O PT e o impeachment de Collor. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2 (2010): 542-568.

Mauriel, Ana Paula Ornellas. *Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade*. Tese de doutoramento, Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Unicamp: 2008.

- Montaño, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2010.
- Netto, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. *Revista Temporalis*, ano 2, n.3 (2001): s.p..
- Oliveira, Francisco de. *Brasil: Uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- Oliveira, Francisco de. *O surgimento do antivalor*. *Novos Estudos, CEBRAP*, n. 22 (1988): 8-28.
- Oliveira, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. Em: *A Era da indeterminação*, org. Francisco de Oliveira, Cibele Saliba Riziek, 34. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Paiva, Andrea Barreto de, Mesquita, Ana Cleusa Serra M., Jaccoud, Luciana. Passos, Luana. *O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil*. Nota Técnica n° 27. IPEA. Brasília, set. 2016.
- Paoli, Maria Célia Pinheiro Machado. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. Em: *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa* [S.l: s.n.], 2002.
- Pereira, Potyara Amazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. Em: *Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas*. Boschetti, Ivanete et al. (org.), 87-108. São Paulo: Cortez, 2008.
- Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Singer, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Soares, Maria Clara Couto, (1996). Banco Mundial: políticas e reformas. Em: *O Banco Mundial e as políticas educacionais*, org. Tommasi, Lívia, Warde, Mirian, Haddad, Sérgio. São Paulo: Cortez.
- Telles, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP/Editora 34, 2013.
- Thompson, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria – ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- Toledo, Roberto Pompeu de. *O Presidente Segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Willis, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

Recebido: 12 de fevereiro de 2023

Aprovado: 3 de abril de 2023

Jo, Ramon Llull (2016): documentário, historiografia e representação

Jo, Ramon Llull (2016): documentary, historiography, and representation

Jo, Ramon Llull (2016): documental, historiografía y representación

*Guilherme Queiroz de Souza**

<https://orcid.org/0000-0003-4668-8384>

RESUMO: O presente artigo analisa o documentário catalão *Jo, Ramon Llull (2016)*, com ênfase na representação desse filósofo maiorquino. Inicialmente, mapearemos os documentários produzidos sobre Llull desde a década de 1980, examinando suas principais características narrativa e estética, além de suas “vozes” historiográficas. Posteriormente, testaremos as hipóteses de que existe uma analogia entre o material e o filme *O Nome da Rosa* e de que nele há um sentido político, diplomático e hagiográfico.

Palavras-chave: Ramon Llull. Documentário. Historiografia. Representação.

ABSTRACT: This article analyzes the Catalan documentary *Jo, Ramon Llull (2016)*, giving emphasis to the documentary’s representation of this Majorcan philosopher. Initially, we will map the documentaries on Llull produced since the 1980s, examining their main narrative and aesthetic characteristics, and their historiographic “voices”. After that, we will test the hypothesis that there is an analogy between this material and the movie *The Name of the Rose* and that in it there are political, diplomatic, and hagiographic meanings.

Keywords: Ramon Llull. Documentary. Historiography. Representation.

RESUMEN: El presente artículo analiza el documental catalán *Jo, Ramon Llull (2016)*, enfatizando su representación de este filósofo mallorquín. Inicialmente, observaremos los documentales

* Professor Adjunto de História Medieval da Universidade Federal da Paraíba e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFPB). Doutor (2014) em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis), com Mestrado (2010) e Graduação (2007) pela Universidade Federal de São João del-Rei. É coordenador do Gradalis: Grupo de Estudos Medievais (UFPB). E-mail: guilhermehistoria@yahoo.com.br

producidos sobre Llull desde la década de 1980, examinando sus principales características narrativas y estéticas, además de sus “vozes” historiográficas. Posteriormente, probaremos las hipótesis de que existe una analogía entre el material y la película *El Nombre de la Rosa* y de que hay en el mismo un sentido político, diplomático y hagiográfico.

Palabras clave: Ramon Llull. Documental. Historiografía. Representación.

Como citar este artigo:

Souza, Guilherme Queiroz de. “Jo, Ramon Llull (2016): documentário, historiografia e representação”. *Locus: Revista de História*, 29, n. 1 (2023): 222-239.

Introdução

“Todo filme é um documentário”. Essa é uma das primeiras observações de Bill Nichols, crítico e teórico estadunidense, num livro fundamental que trata deste último gênero cinematográfico. Entre as características necessárias para distingui-lo, o autor aponta cinco principais: a narração conhecida como a “voz de Deus” (ou narração em *off*); as entrevistas; a gravação de som direto; os cortes para inserir imagens que ilustrem a circunstância mostrada; e a utilização de pessoas em suas atividades cotidianas (Nichols 2005b, 26; 54). Como não poderia deixar de ser, os documentários são uma representação do mundo, jamais uma simples reprodução da realidade.

Ao contrário do que se costuma afirmar, o documentário não nasceu com o cinema, ou seja, suas origens não se confundem ou mesmo coincidem com aquelas da “sétima arte”. Os produtores do fim do século XIX e início do XX simplesmente filmavam o mundo no qual viviam – em outras palavras, é a “não ficção” que surge com a invenção da imagem em movimento (Penafria 1999, 38). Diferentemente da ficção, no entanto, o documentário estabelece proposições sobre o mundo. Mas isso não quer dizer, é claro, que ele apenas focalize a realidade palpável, do contrário não existiriam produções sobre seres mitológicos (Ramos 2008, 22; 30).

Uma característica dos documentários é ser uma “narrativa que possui vozes diversas” (Ramos 2008, 24), cuja tendência é confluir para expressar a voz do produtor, sua versão oficial. Essa estratégia busca legitimar um discurso, quando especialistas ou testemunhas surgem como “autoridades” – portanto, supostamente dignas de confiabilidade – para convencer o espectador (Nichols 2005b, 208). Por isso, precisamos levar em conta as vinculações dos entrevistados (universidades, institutos etc.) e das empresas que produziram esses materiais (produtoras,

emissoras de TV etc.). Tais entidades têm seus próprios interesses mercadológicos, culturais e ideológicos, com financiamentos estatais e/ou privados. Já antes da década de 1980, essa pluralização das “vozes” era frequente nos documentários.¹

O presente artigo analisa o documentário catalão intitulado *Jo, Ramon Llull* (2016), com ênfase na representação deste filósofo maiorquino. Desde o fim do século XX, Llull tem conquistado crescente espaço no universo midiático, como no cinema de animação, algo potencializado com o *Any Llull* (2015-2016). Naquela ocasião, que marcou as comemorações do sétimo centenário da morte do pensador, vários projetos, eventos e publicações surgiram ao redor do mundo, com o propósito de divulgar sua figura. Seguimos a perspectiva de nossas últimas pesquisas (Souza 2021a; 2021b), cujos materiais examinados (adaptações infanto-juvenis, histórias em quadrinhos e animações) raramente receberam uma abordagem historiográfica. Antes disso, porém, torna-se fundamental observar as particularidades dos principais documentários que já existiam sobre Llull.

Os documentários sobre Ramon Llull

Há algumas décadas, a figura de Ramon Llull tem sido explorada pelos documentários, sobretudo na Catalunha. Um dos primeiros se intitula *La nostra gent - Ramon Llull*² e foi produzido pela TVE Catalunya (1982), com 27 minutos de duração.³ Dois anos depois, a TVE lançou outro documentário sobre o filósofo, *L'aventura dels catalans - Ramon Llull*, de 25 minutos.⁴ Embora tenham algumas cenas em comum, como as entrevistas do arqueólogo Josep Mascaró Passarius e do sacerdote lulista Sebastià Garcías Palou, o segundo material ainda conta com a participação do também sacerdote lulista Jordi Gayà Estelrich e do arabista Mikel de Epalza. Ambas as produções enfatizam o aspecto missionário de Llull, com a exibição de cenários maiorquinos percorridos por ele.

Em 1994, foi lançado o documentário *Ramon Llull: ciència i acció* (47 minutos). É uma produção da Fundació Videoteca dels Països Catalans, de Barcelona, com direção de Josep Oller e roteiro de Albert Soler. O material comenta algumas características das principais obras filosóficas e literárias de Llull e o funcionamento do sistema filosófico conhecido como Arte, sob o pano de

¹ “A emergência de tantos documentários construídos em torno de sequências de entrevistas me parece uma resposta estratégica ao reconhecimento de que nem os fatos falam por si mesmos, nem uma única voz pode falar com autoridade definitiva. As entrevistas tornam a autoridade difusa” (Nichols 2005a, 57).

² Disponível em: <https://www.rtve.es/play/videos/la-nostra-gent/arxiu-tve-catalunya-nostra-gent-ramon-llull/3662460/>

³ O material foi idealizado por Josep Sardà Prat e apresentado por Manuel Ibáñez Escofet, com a contribuição de Vladimir de Semir (edição) e de Josep Maria Ainaud de Lasarte (assessoramento).

⁴ Disponível em: <https://www.rtve.es/play/videos/altres-programes-darxiu/arxiu-tve-catalunya-laventura-dels-catalans-ramon-llull/3660203/>

fundo de imagens da ilha de Maiorca e de animações inspiradas no manuscrito conhecido como *Breviculum* (c. 1321-1330). No fim, há uma apresentação de centros lulianos de pesquisa, como o Raimundus-Lullus-Institut, na Alemanha. Nesse meio tempo, existem intervenções por meio de entrevistas com lulistas reconhecidos internacionalmente.⁵

Nesse início de século XXI, o número de documentários se ampliou consideravelmente. Um dos mais completos é o *Phantasticus. El cant de Ramon* (2007), de 57 minutos.⁶ Sua direção ficou a cargo de Cesc Mule, numa parceria que envolveu a Televisió de Catalunya, La Perifèrica Produccions, Oberón Cinematogràfica, o Institut Ramon Llull e a IB3 (Televisió de les Illes Balears). Além de mostrar muitas localidades visitadas por Llull (especialmente em Maiorca), e bibliotecas onde estão preservados alguns manuscritos de suas obras, expõe a declamação de trechos de um famoso texto luliano: o *Livro do Amigo e do Amado*. Ressaltamos ainda que vários intelectuais, entre eles renomados lulistas, compõem a equipe.⁷

Já o documentário *Ramon Llull, uomo del nostro tempo* (2015) tem 47 minutos de duração.⁸ Foi dirigido por Enrico Ranzanici, produzido pela Elsa Peretti Foundation e narrado por Alessandro Tessari, acadêmico e político italiano. Ele acompanha um livro publicado por Pere Villalba i Varneda (2015), com filmagens de Pádua e Veneza, cidades italianas que, ao que tudo indica, não foram conhecidas por Llull. Como o seu próprio nome diz, pretende demonstrar a atualidade do filósofo, cujo pensamento (o lulismo) poderia auxiliar na compreensão de complexos problemas contemporâneos, sobretudo daqueles que ocorrem na Europa.

No mesmo ano, apareceu o documentário mais extenso entre aqueles que localizamos. Com o título *Ramon Llull*, está formado por seis episódios, que variam em duração (entre 40 e 50 minutos).⁹ Cada um deles dedica-se a uma (ou duas) daquelas que seriam as principais facetas de Llull, na seguinte ordem: 1) escritor; 2) teólogo e místico; 3) filósofo e científico; 4) poliglota; 5) cidadão; 6) comunicador e viajante. Produzida pela IB3, a série é dirigida por Miquel Verd e Pere Muñoz e apresentada por Joan Miquel Artigues, que percorre diversos locais visitados por Llull, como Maiorca, Paris, Roma e Barcelona.¹⁰

⁵ São entrevistados os seguintes pesquisadores: Lola Badia, Anthony Bonner, Fernando Domínguez Reboiras, Jocelyn Hillgarth, Charles Lohr e Amador Vega.

⁶ Disponível em: <https://www.ccma.cat/tv3/alacarta/programa/Phantasticus-El-cant-de-Ramon/video/321149/>

⁷ São eles: Lola Badia, Albert Soler, Anthony Bonner, Jordi Gayà, Josep Massot i Muntaner, Raimon Panikkar, Biel Mesquida, Fernando Domínguez Reboiras, Charles Lohr, Ahmed Djebbar, Federico Mayor Zaragoza e Harvey Hames.

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w7wu1FSYLa8>

⁹ Disponível em: <https://ib3.org/ramonllull?pl=1&cont=03e03820-9c9b-42bf-b749-6614e3187bd9>

¹⁰ Ele conta com a participação de vários estudiosos: Lola Badia, Albert Soler, Gabriel Ensenyat Pujol, Maribel Ripoll, Damià Pons, Constantín Teleanu, Óscar de la Cruz Palma, Miquela Sacarès Taberner, Llorenç Valverde, Salvador Sánchez, Josep Amengual i Batle, Elena Pistolesi, Rosa Planas Ferrer, Joan Miralles, José María Sevilla, Pere Fullana, Sara Muzzi, Jordi Maíz, Àlex Susanna, Joan Avellaneda, Tomàs Vibot e Bartomeu Bestard.

Da década de 1980 até 2016, vários documentários sobre Ramon Llull foram produzidos. Em sintonia com a historiografia luliana de então, os primeiros tinham uma considerável participação de homens de origem eclesiástica, como os sacerdotes Garcías Palou e Gayà Estelrich. Com o passar do tempo, as produções ficaram mais longas e rebuscadas, evocando uma pluralidade de “vozes” para as entrevistas, inclusive com uma presença maior de mulheres. Isso também reflete o desenvolvimento dos estudos lulianos nas últimas décadas, que cresceram e amadureceram exponencialmente, possibilitando um conhecimento mais profundo da vida e obra de Llull (Higuera Rubio 2021, 65-66). O documentário *Jo, Ramon Llull* (2016) situa-se nessa esteira, impulsionado pelas atividades em torno do *Any Llull*. Segundo Jordi Bosch (2016, 73), um de seus atores principais, o material contribuiu para popularizar a figura do maiorquino, que era um “grande desconhecido” do público.¹¹

Imagem 1



Cartaz de divulgação do documentário *Jo, Ramon Llull* (2016).

***Jo, Ramon Llull* (2016)**

O documentário *Jo, Ramon Llull*, lançado em 2016,¹² é uma produção da TV3 - Televisió de Catalunya, da Batabat Produccions e da Xarxa Audiovisual Local. Foi dirigido por Antoni Tortajada e Joan Gallifa, com a assessoria histórica de Lola Badia e Borja de Riquer. Com 94 minutos de duração, obteve um rápido sucesso de audiência, atingindo mais de 332 mil espectadores na TV3¹³

¹¹ Tal desconhecimento já foi apontado pela historiografia (Domínguez Reboiras 2016, 36).

¹² Disponível em: <https://www.cma.cat/tv3/alcarta/jo-ramon-llull/jo-ramon-llull/video/5617793/>

¹³ Disponível em: <https://www.grupclade.com/exit-daudiencia-de-jo-ramon-llull-un-projecte-de-som-batabat/>

e, até o momento, mais de 18 mil visualizações no YouTube.¹⁴ Ao contrário dos anteriores, estritamente falando o material se enquadra na definição de uma “docuficção”.¹⁵ Estamos diante de um gênero híbrido, o qual, segundo a Academia Brasileira de Letras, “apresenta ao mesmo tempo características típicas do documentário tradicional (como registros de eventos da vida real) e elementos imaginários próprios das narrativas de ficção”.¹⁶ Dois atores fazem o papel de Ramon Llull, em diferentes faixas etárias: Roger Casamajor (jovem) e Jordi Bosch (velho); por sua vez, o coadjuvante da trama é o monge dominicano Simó de Puigcerdà, interpretado por Dafnis Balduz.

Não se trata de uma megaprodução, com um grande orçamento e equipe. Notamos isso em muitas cenas gravadas num pequeno e humilde *scriptorium* medieval. Seu apresentador é Antoni Tortajada, que viaja por várias localidades, tanto por aquelas visitadas por Llull (Maiorca, Montpellier, Paris, Roma, Avignon e Vienne) quanto por aquelas onde alguns manuscritos estão depositados (Karlsruhe e Freiburg). Para evitar um enredo monótono, utiliza estratégias que pretendiam manter a atenção dos telespectadores. Uma delas é a introdução de trechos paralelos à história central, como quando descreve o roubo de livros do mosteiro de Poblet, os elementos necessários à produção de um manuscrito medieval ou então a deposição do Papa Bonifácio VIII (o “Atentado de Anagni”, de 1303). Essas seções quebram o ritmo da narrativa, servindo para arejá-la com a incorporação de fatos curiosos e anedóticos.

A produção destaca cinco temas que abarcam episódios capitais da biografia luliana: 1) *La conversió de Ramon*; 2) *Ramon i l'esclau*; 3) *El millor llibre del món*; 4) *El viatge a Tunis*; 5) *El triomf de Ramon*. Ela possui duas formas básicas, que se alternam. Na primeira que aparece, temos uma dramatização da trajetória de Llull, com atores caracterizados e cenários de época; na outra, entrevistas com pesquisadores e visitas a locais relacionados ao filósofo. Em recente publicação, Ana Fernández Álvarez e Joan Solé Camardons (2020, 172) criticaram tal formato, que seria “desequilibrado”: para eles, há uma primeira seção “fraca, enfática demais, lenta e de pesado planejamento” e outra “mais interessante, por meio de entrevistas e consultas com especialistas”.

Algo observado e indicado pelos diretores é que o *Jo, Ramon Llull* segue a narrativa biográfica conhecida como *Vita Coetanea* (1311), texto que o pensador ditou a um religioso do mosteiro cartuxo de Vauvert, em Paris. Ali, estão descritos os principais eventos de sua trajetória, como as viagens pelo Mediterrâneo, algumas delas magnificamente ilustradas no *Breviculum*. Todavia, como Llull ainda viveu até 1316, importantes acontecimentos estão ausentes, como sua

¹⁴ Disponível em: <https://youtu.be/zI3ZqfEjKWE>

¹⁵ Embora conceitualmente distintos, usamos os termos “documentário” e “docuficção” como sinônimos, devido à popularização do primeiro.

¹⁶ Verbete “docuficção”. In: *Academia Brasileira de Letras* (ABL). Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/docuficcao>

viagem à Sicília (1313-1314). A *Vita Coetanea* também serviu como base para muitas das cenas que aparecem na animação digital intitulada “Ramon Llull” (2020), produzida pela LADAT (UIB) (Souza 2021a, 207-208).

Mas o *Jo, Ramon Llull* lança mão de uma inventividade para além do texto medieval.¹⁷ Isso é observado já nas primeiras cenas, que contam uma história imediatamente posterior a um naufrágio sofrido por Llull. O fato funciona como ponto de partida para a história, ou melhor, para a biografia do protagonista, que ele começa a narrar a um monge. No entanto, existem licenças poéticas. Na *Vita Coetanea*, o naufrágio ocorreu no litoral de Pisa (1307);¹⁸ no documentário, aconteceu na costa de Gênova, onde Llull foi acolhido num mosteiro dominicano.¹⁹ Ademais, sabemos que a *Vita* foi escrita quatro anos depois daquele evento e num mosteiro cartuxo parisiense, como já sublinhamos. Seja como for, nosso objetivo principal não é apontar esses anacronismos e imprecisões, pois a docuficção tem a liberdade de utilizar elementos ficcionais, sem precisar se ancorar exclusivamente nas evidências históricas.²⁰

Certamente, a escolha do naufrágio como ponto de partida pretendia estabelecer um momento dramático e extraordinário, algo que chamaria a atenção do espectador.²¹ Ora, naquele episódio, Llull, que contava com mais de setenta anos, perdeu todos os textos que havia escrito em solo africano e carregava a bordo. Essas primeiras cenas também marcam uma relação que atravessa toda a produção – aquela entre Llull e o monge Simó de Puigcerdà, que copia o seu relato. O destaque à figura de Simó é significativo, já que, embora ele tenha sido um personagem real, sua função no enredo é redigir a *Vita Coetanea*. Nesse procedimento intelectual, o religioso aparenta surpresa com a versão contada por Llull, que ele chega a ironizar e a confrontar. O contato entre eles, cujos detalhes históricos desconhecemos, é intencionalmente criado pelos diretores.

Em relação às suas “vozes” historiográficas, são oito os pesquisadores entrevistados, dos quais alguns aparecem mais de uma vez.²² Todos eles estão ligados a universidades de prestígio, principalmente da Catalunha. Tal aspecto acadêmico é ampliado quando aparecem centros de

¹⁷ É o que aponta Antoni Tortajada: “Ens hem pres algunes llicències, però sempre ens hem basat en el llibre ‘Vida coetània’” (“Visita al rodatge de ‘Jo, Ramon Llull’” 2016).

¹⁸ “O navio partiu para Gênova. Ao largo de Pisa, cerca de dez milhas do porto, desencadeou-se uma violenta tempestade. As vagas subiam por todos os lados, assaltando o navio, que acabou por naufragar” (Llull 2004, X, § 41, 97). Para a estada de Llull em Pisa, ver Domínguez Reboiras (1986).

¹⁹ Estranhamente, logo após a legenda “El viatge a Tunis”, o cenário apontado é “Béjaïa, actual Algèria” (1307).

²⁰ “Em outras palavras, é menos importante saber se tal ou qual filme foi fiel aos diálogos, à caracterização física dos personagens ou a reproduções de costumes e vestimentas de um determinado século. O mais importante é entender o porquê das adaptações, omissões, falsificações que são apresentadas num filme” (Napolitano 2011, 237).

²¹ A mesma estratégia foi usada pelo pesquisador Joan Santanach, quando proferiu uma conferência sobre a trajetória de Llull (17/02/2016). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NMDIWORzOEE>

²² Salientamos que a maior parte dos especialistas espanhóis em Ramon Llull não tem uma formação em História propriamente, mas em Filologia Catalã.

pesquisa lulianos, como o Raimundus-Lullus-Institut (Freiburg), onde Josep Enric Rubio explica o funcionamento do sistema filosófico da Arte. Outros estudiosos tiveram uma influência indireta, como Albert Soler, que participou da produção de alguns dos documentários anteriores e cujos trabalhos sobre Llull foram lidos por Jordi Bosch poucos anos antes.²³ É possível encontrar, como demonstraremos, divergências entre as posições dos especialistas e daquelas dos narradores e diretores.

Tabela 1

PESQUISADOR	INSTITUIÇÃO	APARIÇÕES
Gabriel Ensenyat	Universitat de les Illes Balears (UIB)	1
Josep Enric Rubio	Universitat de València (UV)	1
Laura de Castellet	Institut de Recerca en Cultures Medievales da UB	1
Borja de Riquer	Universitat Autònoma de Barcelona (UAB)	3
Josep Maria Ruiz Simon	Universitat de Girona (UdG)	3
Alexander Fidora	Institució Catalana de Recerca i Estudis Avançats e UAB	4
Lola Badia	Universitat de Barcelona (UB)	5
Maribel Ripoll	Universitat de les Illes Balears (UIB)	5

Souza, Guilherme Queiroz de.

Jo, Ramon Llull e O Nome da Rosa

As primeiras cenas do *Jo, Ramon Llull* recordam imediatamente o filme *O Nome da Rosa* (1986), baseado no homônimo livro do escritor italiano Umberto Eco (1980), cuja trama ocorre num mosteiro beneditino (1327). Sabemos que o próprio Eco era fascinado pela figura de Llull, sobre quem escreveu alguns trabalhos.²⁴ Em relação ao filme, sua direção ficou a cargo de Jean-Jacques Annaud, com a consultoria do próprio Eco e de vários medievalistas franceses, entre os quais o mais famoso era Jacques Le Goff. Ainda que muitos destes tenham sido afastados posteriormente das filmagens e tivessem que admitir certas “imposições cinematográficas” (Le Goff 2007, 61), o que gerou dissabores duradouros, a fotografia e cenografia do filme são consideradas “impecáveis” (Macedo 2009, 219).

Determinados elementos reforçam a analogia entre as duas produções. Em primeiro lugar, o cenário escolhido para Llull narrar sua autobiografia é um mosteiro. Acompanhado por Simó de Puigcerdà, que o salva do afogamento e se torna o seu copista, o então septuagenário filósofo passa a relatar a trajetória de sua vida. Com duração de poucos minutos, essas cenas aparecem em muitos outros momentos, alternadas pelas lembranças dos eventos. Destaca-se a fotografia do edifício,

²³ “Realmente me abriu una puerta a un personaje que es inmenso”, *Apud* Lerín (2016). Disponível em: <https://www.elperiodico.com/es/tele/20160910/jordi-bosch-roger-casamajor-llull-tv-3-5364429>

²⁴ Ver, por exemplo, Eco (2002, 77-99). Segundo o jornalista Matías Vallés, que publicou uma matéria sobre o documentário catalão, “Eco és un dels propagandistes planetaris de Llull” (Vallés 2016, 70).

com ênfase nas imagens sombrias e escuras, que produzem um aspecto de mistério e refletem a rigidez daquele ambiente. É o mesmo padrão de *O Nome da Rosa* (Macedo 2009, 219).

Outra semelhança está nos personagens: Ramon Llull aproxima-se do franciscano William de Baskerville, quem tinha uma posição mais “progressista” com relação ao cristianismo. O personagem, interpretado por Sean Connery, é arguto e inteligente, com um espírito racionalista e científico. Isso é notado tanto nos debates filosóficos que travava quanto no destaque aos objetos (astrolábio e óculos) que carregava. No que tange à representação de Llull, observamos na cena inaugural a figuração de sua Arte na forma de discos giratórios e, quando de sua primeira aparição, ele segura um astrolábio.²⁵ Essa característica “inventiva” por vezes é atribuída ao maiorquino, que já foi erroneamente apontado como o inventor da agulha náutica²⁶ e da destilação. Vale salientar, ainda, que William de Baskerville foi considerado suspeito pela Inquisição, o que recorda o próprio Llull, cuja obra posteriormente à sua morte acabou sendo perseguida e condenada por Nicolau Eimeric (c. 1320-1399), inquisidor dominicano aragonês. Ele escreveu vários opúsculos contra Llull, apontando seus supostos erros e heresias. Em 1376, o inquisidor obteve do Papa Gregório XI uma bula que proibia o ensino do pensamento luliano. Dois anos depois, com o início do chamado “Grande Cisma do Ocidente”, continuou sua vigorosa perseguição, dessa vez sob a tutela do Papado de Avignon (Domínguez Reboiras 2010, 367; Villalba i Varneda 2015, 491-492).

Imagem 2



Ramon Llull segura um astrolábio. *Jo, Ramon Llull* (2016).

²⁵ O objeto já havia aparecido, quando o escravo árabe diz a Llull que foi um muçulmano quem o inventou.

²⁶ O cisterciense maiorquino Antonio Pasqual (1708-1791), por exemplo, defendia a ideia de que Llull foi o “primero que descubrió el secreto de dirigirse al Polo la Aguja tocada en el iman, y el uso de ella para la navegación” (1789, 06).

Guardadas as devidas proporções, Simó de Puigcerdà lembra duas figuras que entram em confronto com William de Baskerville: o dominicano Bernardo Gui e o monge Jorge de Burgos, ambos com posições conservadoras. Curiosamente, Umberto Eco batizou este último personagem inspirado no escritor argentino Jorge Luis Borges (1899-1986), o qual, igualmente, se interessava por Llull (Borges 1999, 369-375). Durante sua vida, o filósofo maiorquino enfrentou a desconfiança dos círculos eclesiásticos tradicionais, sobretudo quando se propôs a explicar sua *Arte* aos escolásticos parisienses. Na docuficção, Simó argumenta que esse sistema luliano “não tem tradição filosófica antiga”²⁷ – posteriormente, o monge cita uma passagem bíblica para confrontar Llull,²⁸ cuja espirituosa resposta é dizer que os dominicanos são “muito ortodoxos”.

Essa crítica de Llull e a escolha de um mosteiro dominicano para ser o *locus* de redação da autobiografia não são aleatórias. Nos debates filosóficos medievais, Llull posicionou-se contrário aos chamados “averroístas” (Bordoy Fernández 2002), que propunham uma leitura radical de Aristóteles e cujas teses foram condenadas pelo bispo de Paris e por dezesseis professores universitários daquela cidade (1277). Após sua “conversão”, Llull até cogitou se tornar membro de uma ordem mendicante (franciscano ou dominicano), o que nunca se efetivou (Llull 2004, V, § 21-23, 74-76). Mais tarde, os dominicanos passaram a perseguir o seu pensamento, ao contrário dos franciscanos, que o estudaram e transmitiram. Era o início da secular disputa entre antilulistas e lulistas.

No documentário, não existe uma menção aos averroístas como adversários intelectuais de Llull. São os dominicanos quem ocupam esse papel. Mais do que isso: Simó e os monges daquela ordem expressam uma perspectiva teologicamente conservadora. Desde o início, o copista fica surpreso ao saber da origem laica (e não clerical) de Llull, além de pôr em dúvida o seu método (a *Arte*), sua proximidade com o sagrado (as aparições) e sua pretensão em escrever um livro com a mesma autoridade da Bíblia (o “livro mais importante do mundo”). No *best-seller* de Umberto Eco, encontramos referências a dois célebres franciscanos ingleses, Roger Bacon (1214-1294)²⁹ e Guilherme de Ockham (c. 1285-1347),³⁰ escolásticos que, respectivamente, eram mestre e amigo de William de Baskerville (Eco 2021, 49-50). Mas no filme tal correlação é suprimida. De toda

²⁷ Com efeito, para a surpresa dos mestres escolásticos, a *Arte* luliana não se baseava em autoridades. Ver Bonner (1996).

²⁸ “Guardai-vos dos falsos profetas, que vêm a vós disfarçados de ovelhas, mas por dentro são lobos ferozes” (Mt 7, 15).

²⁹ Entre os grandes escolásticos de seu tempo (Alberto Magno, Tomás de Aquino, Boaventura, Duns Scot e Roger Bacon), apenas este último (assim como Llull) conhecia árabe. Ver Hillgarth (2018, 22).

³⁰ A princípio, Eco havia escolhido o próprio Guilherme de Ockham para ser o investigador da história, ideia que abandonou por achá-lo “antipático” (Eco 1985, 25).

forma, as analogias param por aí: Llull nunca se tornou um frade menor e o próprio Simó originalmente não era um dominicano, mas um franciscano.³¹

Outra proximidade com *O Nome da Rosa* pode ser percebida no conflito entre Ciência (Razão) e Religião (Fé). Na verdade, a produção de Annaud reforça o mito da “Idade das Trevas” (Hulshof 2020) – a saber, um período milenar marcado pelo fanatismo religioso, sem espírito racional, que só despontaria no Renascimento e no Iluminismo. Nessa concepção, a Igreja teria atuado maquiavelicamente ao ocultar ou destruir os avanços científicos. Um mito já desconstruído pela historiografia moderna, para a qual muitas dessas imagens são falsas ou exageradas (Heers 1994). Embora Llull tenha buscado provar com “razões necessárias” os mistérios da fé, o que gerou duras críticas e desconfiança (Fidora 2018, 121), ele nunca foi condenado por heresia ainda em vida.

Acreditamos que o documentário não expressa a ideia de uma “Idade das Trevas”. No máximo, ela poderia ser referenciada aos primeiros minutos, que se desenrolam num mosteiro. Ali, existe um cenário por vezes sombrio e obscuro, mas que não se prolonga pelo audiovisual. As invenções (o astrolábio, por exemplo) que aparecem em *O Nome da Rosa*, entendidas como perigos à fé, não têm esse significado no *Jo, Ramon Llull*. Da mesma forma, se a questão do riso é fundamental no primeiro, algo condenado pelos monges, isso não consta no segundo, mesmo que exista um contraste entre Llull (jocoso) e Simó de Puigcerdà (sisudo). Notamos esse traço quando o filósofo ironiza e minimiza a importância do trabalho do monge (“copista de bíblias”). A produção também expõe adjetivos muitas vezes referidos à personalidade luliana (o “louco”), o que reforça essa visão extravagante.

A ênfase do documentário ao científico e excêntrico Llull supostamente estaria acompanhada por uma focalização de aspectos pouco explorados de sua trajetória: o político e o diplomático. Tal característica já foi sinalizada por um dos diretores, Antoni Tortajada, para quem a produção procurou se afastar das imagens de beato e piedoso (*Apud* Busquets 2016, 37), “aproximando-se de outro [Llull] mais desconhecido” (*Apud* Puig 2016, 10). Na verdade, consideramos que o político e o diplomático não têm um destaque excepcional: ora, o documentário apresenta somente a relação entre Llull e o rei Jaime II de Maiorca. Não há nenhuma cena com o monarca capetíngio Filipe IV, tampouco com algum Papa – o que é curioso, considerando que Llull conheceu quatro pontífices! Por isso, embora o material pretenda se esquivar das facetas lulianas de beato e piedoso, nem sempre é o que acontece. Mas isso não o

³¹ “[...] que tot i que va existir no va tenir el paper que li hem adjudicat. Aquí fa de copista de Llull, i és ell qui comença a plantejar dubtes sobre el que el mestre Ramon li dicta” (“Visita al rodatge de ‘Jo, Ramon Llull’” 2016).

prejudica; muito pelo contrário. Caso esvaziasse consideravelmente a espiritualidade de Llull, correríamos o risco de não compreendermos algumas de suas motivações e comportamentos. Segundo o medievalista francês Alain Guerreau (2002, 19-34), não se pode separar Política e Religião na Idade Média, o que ocorre apenas com a “dupla fratura conceitual” da segunda metade do século XVIII.

Aparentemente, os diretores imaginavam que a religiosidade de Llull não poderia coexistir com um espírito racionalista e científico, que pretendiam acentuar. Um exemplo disso está no diálogo do filósofo com um monge vestido de branco, no fim da história. Naquele momento, Llull propõe uma interpolação do texto autobiográfico e admite que, durante o naufrágio, foi Simó de Puigcerdà quem o salvou. Esse é um detalhe importante, pois, antes disso, sua confissão ao próprio Simó referiu-se somente à interferência divina para explicar a sua sobrevivência.³² Isso ocasionou uma ríspida discussão entre eles e a decisão do dominicano em não mais continuar “escrevendo mentiras como essas”. Eles se afastam a partir dali. O providencialismo – o milagre cristão – perde força diante da intervenção humana, revelando um esforço da docuficção em mostrar um Llull mais cético.

Imagem 3



Ramon Llull e Simó de Puigcerdà após o naufrágio. *Jo, Ramon Llull* (2016).

³² Na *Vita Coaetanea*, lemos o seguinte: “Alguns passageiros morreram afogados. Outros, com a ajuda de Deus, conseguiram salvar-se. Entre estes, contava-se Raimundo e o seu companheiro” (Llull 2004, X, § 41, 97).

A natureza hagiográfica

Ainda que não tenham empreendido uma análise aprofundada, Ana Fernández Álvarez e Joan Solé Camardons (2020, 172) consideram o *Jo, Ramon Llull* um documentário “hagiográfico”.³³ Numa averiguação de sua estética, chegamos à conclusão de que tal definição tem sua razão de ser. Nas últimas cenas, por exemplo, existe uma visão laudatória do filósofo, declaradamente anunciada pela legenda “El triomf de Ramon”. Naquele instante, Llull termina sua narrativa autobiográfica, referindo-se aos três locais onde suas obras foram depositadas: Gênova, Paris e Maiorca. Dessa vez, quem copia a história não é Simó de Puigcerdà, mas o já citado monge vestido de branco; chama a atenção as poucas palavras que ele pronuncia sobre Llull, cuja vida classifica como “extraordinária”.

A seguir, vemos a representação do Concílio de Vienne (1311-1312), quando alguns projetos lulianos foram debatidos e aprovados. Nessa ocasião, Simó de Puigcerdà reaparece e já está convencido da relevância da proposta de Llull, tanto que manifesta sua intenção de ser o seu copista oficial. De forma jocosa, o filósofo pede calma, pois ele poderia ser condenado como herege no evento. Nas palavras do narrador Antoni Tortajada, nesse concílio Llull teve “finalmente o reconhecimento da Igreja Católica”, o que é um exagero. Ao todo, dez petições foram apresentadas por ele.³⁴ Por exemplo, ainda que uma bula tenha autorizado a fundação de escolas (Paris, Oxford, Bolonha e Salamanca) para o ensino de línguas orientais aos pregadores cristãos, a unificação das ordens militares foi debatida, mas nunca concretizada (Colomba 2013, 57).

Nesse momento, o próprio Tortajada chega a desconstruir a imagem de “mártir” atribuída a Llull. Ele destaca que, no começo do século XX, o sepulcro do pensador maiorquino foi reaberto, porém, os pesquisadores notaram que as marcas nos ossos tinham sido feitas *post mortem*. Em outras palavras, Llull não havia sido martirizado. A historiografia que surge no final do documentário é ponderada e não adota o tom triunfante que os diretores aparentemente desejavam manifestar. Para Borja de Riquer, nos círculos eclesiásticos Llull tornou-se um referente, o “primeiro catalão universal”; segundo Lola Badia, o filósofo é um cristão que utiliza o catalão como um instrumento; de acordo com Josep Maria Ruiz Simon, estamos diante de um escritor formidável; conforme Maribel Ripoll, é admirável a coerência de Llull em traçar um objetivo e lutar para atingi-lo; na visão de Alexander Fidora, devemos reconhecer a importância do “projeto luliano”. Portanto, a posição geral dos especialistas é mais moderada em comparação àquela dos diretores.

³³ Aqui, destacamos que o “hagiográfico” não se refere evidentemente a uma suposta “santidade” atribuída a Llull, que nem chegou a ser canonizado pela Igreja.

³⁴ “[...] en relació a los resultados de la asamblea ecuménica ésta fue, probablemente, una decepción más de las muchas que Ramon se llevó en su larga vida” (Domínguez Reboiras 2016, 287).

Imagem 4



Ramon Llull e Simó de Puigcerdà após um debate com os muçulmanos. *Jo, Ramon Llull* (2016).

A última cena do documentário mostra Ramon Llull durante um debate com sábios muçulmanos. Ele aparece ao lado de Simó e ambos atravessam uma porta. Essa estética merece uma abordagem mais detalhada, pois confere um sentido glorioso. A vestimenta do filósofo (trajes brancos) se funde ao jogo de luz proposital, o que potencializa uma aura de triunfo no atravessar da porta, finalizando o documentário. Na tradição cristã, a importância simbólica da porta é imensa; ela detém uma dimensão escatológica, transcendental, o acesso a uma realidade superior (as “portas do céu”).³⁵ Ademais, a “estética da luz”, presente inclusive no mundo medieval (Eco 2010, 87-102), não é aleatória, tampouco deve ser entendida como um detalhe. Ela carrega uma simbologia, não por acaso, vinculada à trilha sonora, que ali também cria tal efeito. Assim, Llull alcançaria a glória, a eternidade.

Considerações finais

A representação de Ramon Llull no documentário tem duas facetas principais, como salientou Joan Gallifa e com quem concordamos. A primeira, que retrata sua juventude, reflete um

³⁵ “A porta simboliza o local de passagem entre dois estados, entre dois mundos, entre o conhecido e o desconhecido, a luz e as trevas, o tesouro e a pobreza extrema” (Chevalier; Gheerbrant 2020, 811).

caráter “muito mais impulsivo”, com traços de arrogância. A segunda, a partir da “conversão”, aparenta ser mais reflexiva, embora ele continue sendo “teimoso e perseverante” (*Apud* “Visita al rodatge de ‘Jo, Ramon Llull’” 2016). Esse contraste em sua personalidade, que impõe à conversão um momento capital, também foi ressaltado pela historiografia, animações e obras lulianas. Ele próprio condenou sua vida pregressa de pecador, buscando expiá-la a partir da concretização de três objetivos principais: 1) converter os “infiéis”; 2) escrever o “melhor livro do mundo”; 3) convencer as autoridades da importância da construção de escolas para o ensino de línguas orientais.

Aqueles oito pesquisadores entrevistados, as “vozes” historiográficas do documentário, tiveram um papel importante no desenvolvimento de uma rigorosa abordagem acadêmica sobre Ramon Llull. Suas diversas publicações, entre as quais estão estudos, traduções e edições críticas de obras lulianas, contribuíram para “desmitologizar” a figura do filósofo nas últimas décadas. Maribel Ripoll, por exemplo, ainda atuou como comissária das Ilhas Baleares durante o *Any Llull*, que também tinha esse propósito.³⁶ Eles não têm a ingênua presunção, evidentemente, de revelar o “real” e “verdadeiro” Llull; na verdade, essa é somente uma aproximação ao personagem histórico, à luz dos avanços da crítica historiográfica. Devemos lembrar que ele se definia, antes de tudo, como um cristão, conforme destacou Lola Badia em sua última fala. A conversão dos “infiéis” era o seu principal desejo.

O documentário apresenta uma ênfase ao caráter inventivo e científico de Llull, sem incorporar alguns dos mitos que já foram desconstruídos pela historiografia, como a versão alquímica (Pereira 1987). Além disso, percebemos analogias com o cenário e certos personagens do filme *O Nome da Rosa*, que não parecem ser uma simples coincidência. Outra questão a ser comentada é o suposto destaque ao perfil político e diplomático do filósofo, cuja expressão concluímos ter sido mínima numa visão em conjunto. O que parece ser exteriorizado é um tom hagiográfico em sua narrativa, estética e trilha sonora. Tal perspectiva, contudo, aparentemente era uma preocupação somente dos diretores, não sendo compartilhada pelos especialistas entrevistados. Em suma, esse documentário sobre Ramon Llull atingiu um público muito mais amplo, contribuindo para popularizar uma determinada imagem sobretudo em territórios de língua catalã.

Referências bibliográficas

³⁶ Confira os minutos finais da entrevista de Maribel Ripoll à *Catalunya Ràdio* (10/04/2016). Disponível em: <https://www.ccma.cat/catradio/alacarta/follsperr-llull-ramon-llull-en-els-seus-llibres/bonus-llull-lentrevista-amb-maribelripoll/coleccio/4151/915735>

Fontes primárias (documentários)

Elsa Peretti Foundation. “Ramon Llull, uomo del nostro tempo”. 2015. Direção de Enrico Ranzanici. YouTube, 47 min. <https://www.youtube.com/watch?v=w7wu1FSYLa8>

Fundació Videoteca dels Països Catalans. “Ramon Llull: ciència i acció”. 1994. Direção de Josep Oller, DVD, 47 min.

IB3 - Ens Públic de Radiotelevisió de les Illes Balears. “Ramon Llull”. 2015. Direção de Miquel Verd e Pere Muñoz, 6 episódios, 40/50 min. <https://ib3.org/ramonllull?pl=1&cont=03e03820-9c9b-42bf-b749-6614e3187bd9>

Televisió de Catalunya / La Perifèrica Produccions / Oberón Cinematogràfica / Institut Ramon Llull / IB3 (Televisió de les Illes Balears). “Phantasticus. El cant de Ramon”. 2007. Direção de Cesc Mule, 57 min. <https://www.ccma.cat/tv3/alcarta/programa/Phantasticus-El-cant-de-Ramon/video/321149/>

TV3 - Televisió de Catalunya, Batabat Produccions e Xarxa Audiovisual Local. “Jo, Ramon Llull”. 2016. Direção de Antoni Tortajada e Joan Gallifa. Espanha, 94 min. <https://www.ccma.cat/tv3/alcarta/jo-ramon-llull/jo-ramon-llull/video/5617793/>

TVE Catalunya. “L’aventura dels catalans - Ramon Llull”. 1984. Direção de Vladimir de Semir, 25 min. <https://www.rtve.es/play/videos/altres-programes-darxiu/arxiu-tve-catalunya-laventura-dels-catalans-ramon-llull/3660203/>

TVE Catalunya. “La nostra gent - Ramon Llull”. 1982. Direção de Manuel Ibáñez Escofet, 27 min. <https://www.rtve.es/play/videos/la-nostra-gent/arxiu-tve-catalunya-nostra-gent-ramon-llull/3662460/>

Bibliografia

Bonner, Anthony. “A Arte luliana como autoridade alternativa”. *Veritas, Revista de Filosofia*, 41, n. 163 (1996): 457-472.

Bordoy Fernández, Antoni. “Ramón Llull y la crítica al averroísmo cristiano”. *Taula. Quaderns de pensament*, n. 37 (2002): 21-35.

Borges, Jorge Luis. “A máquina de pensar de Raimundo Lúlio”. Em *Obras completas*, BORGES, Jorge Luis, 369-375. São Paulo: Globo, 1999.

Bosch, Jordi. “Entrevista a Matías Vallés”. *El Mirall Revista Cultural* 2, segunda temporada (Palma de Mallorca), n. 236 (2016): 72-75.

Busquets, Gemma. “En Llull més polític”. 2016. <https://www.elpuntavui.cat/comunicacio/article/-/972851-en-llull-mes-politic.html>.

Chevalier, Jean, e Alain Gheerbrant. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.

Colomba, Coralba. “Ramon Llull at the Council of Vienne (1311-1312): the Last Anti-Averroistic Fight for the Demonstrability of the Faith”. *Mediaeval Sophia*, 13 (2013): 44-64.

Domínguez Reboiras, Fernando. “‘In civitate Pisana, in monasterio Sancti Domnini’: Algunas observaciones sobre la estancia de Ramon Llull en Pisa (1307-1308)”. *Traditio*, 4 (1986): 389-437.

Domínguez Reboiras, Fernando. “La recepción del pensamiento luliano en la península ibérica hasta el siglo XIX. Un intento de síntesis”. *Revista de lengües y literaturas catalana, gallega y vasca*, n. 15 (2010): 361-385.

Domínguez Reboiras, Fernando. *Ramon Llull. El mejor libro del mundo*. Barcelona: Arpa Editores, 2016.

Eco, Umberto. *A busca da língua perfeita na cultura europeia*. Bauru: EDUSC, 2002.

Eco, Umberto. *Arte e beleza na estética medieval*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

Eco, Umberto. *O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Record, 2021.

Eco, Umberto. *Pós-escrito a O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Fernández Álvarez, Ana, e Joan Solé-Camardons. “L’edat mitjana catalana al cinema”. *Revista de Catalunya*, n. 309 (2020): 161-178.

Fidora, Alexander. ““Sicut oleum super aquam”. Sobre la relación entre fe y razón en Ramon Llull”. *Enrahonar: an international journal of theoretical and practical reason*, n. 61 (2018): 121-138.

Guerreau, Alain. *El futuro de un pasado. La Edad Media en el siglo XXI*. Barcelona: Crítica, 2002.

Heers, Jacques. *A Idade Média, uma impostura*. Lisboa: Edições Asa, 1994.

Higuera Rubio, José. “Ensayo Bibliográfico sobre los Estudios Lulianos (2008-2018)”. *Revista Anales del Seminario de Historia de la Filosofía*, 38 (2021): 65-75.

Hillgarth, Jocelyn Nigel. *Ramón Llull y el lulismo en la Francia del siglo XIV*. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, 2018.

Hulshof, Cecilia. “A Idade das Trevas em *O Nome da Rosa*”. *Khronos, Revista de História da Ciência*, n. 10 (2020): 180-203.

Le Goff, Jacques. *Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon*. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

Lerín, Olga. 2016. “Llull ante Llull, en TV-3”. *elPeriódico*, <https://www.elperiodico.com/es/tele/20160910/jordi-bosch-roger-casamajor-llull-tv-3-5364429>

Llull, Ramon. *Vida Coetânea*. Coimbra: Ariadne Editora, 2004.

Macedo, José Rivair. “A Idade Média através do cinema: algumas possibilidades de leitura”. Em *História Antiga e Medieval: cultura e ensino*, orgs. Adriana Zierer e Carlos Alberto Ximendes, 209-226. São Luís: Editora UEMA, 2009.

Napolitano, Marcos. “Fontes audiovisuais: a história depois do papel”. Em *Fontes Históricas*, org. Carla Pinsky, 231-290. São Paulo: Contexto, 2011.

Nichols, Bill. “A voz do documentário”. Em *Teoria contemporânea do cinema: documentário e narrativa ficcional*, org. Fernão Pessoa Ramos, 47-68. São Paulo: Editora Senac SP, 2005a, vol. 2.

Nichols, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas: Papyrus, 2005b.

Pasqual, Antonio. *Descubrimiento de la aguja náutica, de la situación de la América, del arte de navegar y de un nuevo método para el adelantamiento de las artes y las ciencias*. Madrid: Imprenta de Manuel González, 1789.

Penafria, Manuela. *O Filme Documentário: História, Identidade, Tecnologia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

Pereira, Michela. “La leggenda di Lullo alchimista”. *Estudios Lulianos*, 27 (1987): 145-163.

Puig, Francesc. “Ramon Llull, político y diplomático”. *La Vanguardia*, 03 de junho de 2016, 10-11.

Ramos, Fernão Pessoa. *Mas afinal... O que é mesmo documentário?* São Paulo: Editora Senac SP, 2008.

Souza, Guilherme Queiroz de. “A representação de Ramon Llull no cinema de animação (1990-2020): (des)compassos entre o desenho e a historiografia?” *Revista de História Comparada*, 15, (2021a): 197-223.

Souza, Guilherme Queiroz de. “Raimundo Lúlio, a Idade Média Global e o Ensino de História: perspectivas de abordagem”. *Esboços: histórias em contextos globais*, 28, (2021b): 531-557.

Vallés, Matías. “Llull, basat en fets reals”. *El Mirall Revista Cultural 2*, segunda temporada (Palma de Mallorca), n. 236 (2016): 68-70.

Villalba i Varneda, Pere. *Ramon Llull. Escriptor i Filòsof de la Diferència. Palma de Mallorca, 1232-1316*. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 2015.

“Visita al rodatge de ‘Jo, Ramon Llull’”. *Corporació Catalana de Mitjans Audiovisuals, SA*, 01 de junho de 2016. <https://www.ccma.cat/premsa/visita-al-rodatge-de-jo-ramon-llull/nota-de-premsa/2733987/>

Recebido: 04 de janeiro de 2023

Aprovado: 06 de março de 2023

Resenha

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2023.v29.40657>

Mercadorias entre a Europa Central e o Atlântico

Commodities between Central Europe and the Atlantic

Mercancías entre la Europa Central y el Atlántico

Elisa Michabelles Dourado*

<https://orcid.org/0009-0005-2717-1672>

Resenha do livro: Wimpler, Jutta e Weber, Klaus, org. *Globalized Peripheries. Central Europe and the Atlantic World, 1680-1850*. Woodbridge: Boydell Press, 2020, 285 p.

Como citar esta resenha:

Dourado, Elisa Michabelles. “Resenha do livro *Globalized Peripheries. Central Europe and the Atlantic World, 1680-1850*, de Jutta Wimpler e Klaus Weber, org.”. *Locus: Revista de História*, 29, n. 1 (2023): 240-245.

Por uma história do Atlântico que extrapole a de seus litorais. O apelo do historiador norte-americano Peter Coclanis no artigo que publicou na coletânea *Atlantic History: a Critical Appraisal* (Coclanis 2009, 350), foi levado a sério pelos autores de *Globalized Peripheries: Central Europe and the Atlantic World, 1680-1850* [*Periferias globalizadas: Europa Central e o Mundo Atlântico 1680-1850*] (Wimpler, Weber 2020). Publicado em 2020, o livro explora os vínculos entre as chamadas “hinterlândias” da Europa Central, os espaços afastados dos grandes centros coloniais, e o ultramar. A obra preenche uma lacuna na historiografia atlântica e global, que até pouco tempo atrás se voltava às relações políticas entre metrópoles e colônias, principalmente às histórias dos impérios britânico, espanhol e francês. Por isso, deveria merecer a atenção dos historiadores brasileiros.

* Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: elisamd@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2717-1672>

A coletânea é fruto de quatro anos de investigação financiada pela Fundação Alemã de Pesquisa (*Deutsche Forschungsgemeinschaft*) entre 2015 e 2018 e integra uma tendência da historiografia mundial de priorizar conexões entre espaços distantes. Pesquisadores alemães, holandeses, suíços, dinamarqueses e suecos têm se engajado em destrinchar a história colonial de seus países – e as consequências vivas desse passado apagado.¹

Dividido em 11 capítulos de diferentes autorias, *Globalized Peripheries* é amarrado por um mote nada modesto: o de inserir regiões menosprezadas pela historiografia na grande narrativa do nascimento do mundo moderno. E constata: mercadorias, agentes e técnicas oriundas da Europa Central e Oriental tiveram papel constitutivo na economia atlântica desde o seu surgimento. As categorias “Europa Oriental” e “Europa Central” não têm limites geográficos claros. Para os autores do livro, a região a ser resgatada do esquecimento abrange os territórios de fala alemã, não só aqueles reunidos pelo Sacro Império Romano-Germânico, até as províncias europeias do Império Russo. São as regiões a leste do rio Elba, mas também o Reino da Polônia, os territórios do Báltico, o oeste da Rússia e a Escandinávia (Wimmler e Weber, 5).

Cada capítulo procurou compreender a imbricação entre uma região da Europa Central e o Atlântico por diferentes pontos de partida. Dentre as abordagens escolhidas (geopolítica, comerciantes, mercadorias, migração, finanças), destacam-se as que priorizaram o método da cadeia da mercadoria como fio condutor da investigação. É o caso dos textos sobre os panos da Silésia e da Vestfália. A primeira é uma região histórica hoje localizada entre a Alemanha, Polônia e a República Tcheca. Já a Vestfália compreende o espaço entre os rios Reno e Weser, no oeste da atual Alemanha. Ambas as regiões produziam a planta fibrosa do linho, matéria-prima do tecido de mesmo nome. Abundante na paisagem da cultura material do período moderno, a mercadoria foi essencial para o comércio global. A autora Anka Steffen escolheu os tecidos de linho produzidos por camponeses subjugados pela servidão na Silésia para traçar a relação entre interior do continente e o Atlântico. Por volta de 1700, quando mais gente escravizada começou a embarcar pelos portos ocidentais da África, o linho da Silésia era uma mercadoria aceita como moeda de troca. O tecido constava no carregamento de navios de traficantes privados e no de grandes companhias monopolistas, como a Companhia Real Africana (Royal African Company - RAC). A autora analisou os livros de despesa da RAC e percebeu que a queda do preço dos tecidos no início do século XVIII levou a um aumento expressivo da mercadoria nos navios ingleses. Para ela, a intensificação da servidão e da protoindustrialização na Silésia pode estar por trás do barateamento

¹ No caso da Alemanha, o marco desse movimento foi o ano de 2016, com o lançamento do livro *Slavery Hinterland: Transatlantic Slavery and Continental Europe, 1680-1850* [*Hinterlândia Escravista: Escravidão Transatlântica e a Europa Continental, 1680-1850*], editado pelos historiadores Felix Brahm e Eve Rosenhaft (Rosenhaft, Brahm 2016) que abriu caminho para publicações da mesma linha.

dos preços do tecido e coincidiu com o aumento do volume do tráfico transatlântico de escravos no mesmo período (Steffen, 55). A autora ainda investigou os diferentes usos do tecido de linho e os motivos de sua popularidade, percorrendo todo o arco entre os momentos produção – comércio – consumo.

Na outra direção, a Europa Central foi um mercado importante para as commodities atlânticas. Açúcar, corantes, chocolate, tabaco, especiarias, arroz e café adentraram o continente e contribuíram para mudanças no padrão de consumo de todos os estratos sociais. O porto de Hamburgo foi um canal de distribuição de bens coloniais e de exportação de mercadorias das hinterlândias. O capítulo de Torsten dos Santos Arnold se baseou nos registros do Almirantado de Hamburgo e é dedicado aos importadores de açúcar do porto hanseático entre 1733-1798. Para o autor, os comerciantes tiraram proveito das mudanças geopolíticas no Atlântico, principalmente após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

Além do açúcar, outras mercadorias coloniais fizeram seu caminho através de diferentes portos, como o de Estetino, na atual Polônia, adquirido da Suécia em 1720 pelo monarca prussiano Frederico I. O porto é a paisagem central do quarto capítulo, escrito pela pesquisadora alemã Jutta Wimpler. A partir dos registros de taxas do estreito de Öresund, entre a Dinamarca e a Suécia, a autora investigou quais “produtos das *plantations*” eram consumidos no reino da Prússia. O destaque vai para o arroz e os corantes. Para Wimpler, o aumento da importação do grão em Estetino está indiscutivelmente ligado ao aumento da sua produção na Carolina do Sul, nos Estados Unidos, a partir de 1730 (Wimpler 2020, 76). O volume de arroz importado no remoto porto pulou de 300 para 1000 toneladas entre 1762 e 1766, e alimentou a população mais pobre. Já os corantes eram muito requisitados pelas manufaturas reais para uniformes militares e para vestir a nobreza. Nosso pau-brasil, o índigo, o pau-campeche e a cochonilha da América Central coloriram o estoque do armazém real de manufatura têxtil da Prússia. A autora também escolheu olhar para os itens comumente deixados de lado na história das mercadorias globais, como o gengibre. Da Ásia, a produção da especiaria foi parar na Jamaica, que chegou a exportar 1000 toneladas por ano na década de 1740. O porto de Estetino recebia os carregamentos de gengibre e pimenta principalmente através de Londres, Hamburgo, Amsterdã e Bordeaux. Somente em 1754 o porto recebeu mais de 15.000 quilos da especiaria (Wimpler 2020, 75).

Os outros capítulos acessam a relação por outros ângulos. O primeiro capítulo, escrito por Bernhard Struck, propõe inserir o tratado de divisão entre a Polônia e a Lituânia e o acréscimo territorial da Prússia em suas dimensões atlânticas ao enxergá-los como consequência indireta das notícias sobre a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e as crises climáticas no Caribe. Seguem-se textos centrados nas mercadorias: depois dos de Anka Steffen (linho) e Jutta Wimpler (açúcar,

arroz, especiarias, corantes), há um capítulo dedicado ao comércio russo do ruibarbo. Para a autora Friederike Gerhmann, o aumento da exportação do ruibarbo pode ser visto como resposta à competição do comércio de peles da América do Norte, até então principal item exportado da Rússia. Ao capítulo de Torsten dos Santos Arnold sobre os importadores de açúcar em Hamburgo se segue um capítulo de Klemens Kaps centrado em outro porto relevante, o de Trieste. Os comerciantes alemães são tematizados nos capítulos seguintes: Anne Sophie Overkamp estudou os mercadores têxteis do vale do Wupper e suas estratégias de entrada no comércio atlântico, Margrit Schulte-Beerbühl analisou a vida de comerciantes alemães baseados em Londres. A migração é tratada de maneira mais geral por Josef Köstlbauer, que seguiu a rede da irmandade dos Morávios no Atlântico, e por Alexandra Gittermann, que procurou as pistas dos imigrantes alemães nas colônias norte-americanas. O capítulo de David K. Thomson fecha o livro abordando a esfera financeira.

Chama a atenção o fato de todos os textos terem o mesmo interlocutor oculto: o sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein. Já no prefácio, os editores afirmam que querem ultrapassar, olhar além, “*beyond Wallerstein*” (Wimmler e Weber 2020, 7). O propósito é “demonstrar a partir de constatações empíricas que a historiografia atlântica criou uma imagem enganosa de uma divisão entre ‘centros’ e ‘periferias’ que deveria ser posta em questão” (Wimmler e Weber, 4, tradução livre). E, por isso, a escolha do título, que não deixa de ser uma alusão provocativa ao pensador de *O Sistema-Mundo Moderno*. Todos os capítulos batem no mesmo ponto, somente variando a região: não se pode dizer que a Prússia era periférica ou semiperiférica. É preciso entender a ascensão da Prússia em suas dimensões globais. Como enquadrar os comerciantes alemães em Londres? Como pode a Rússia ser arena externa do sistema mundial, se exportava ruibarbo para o centro? Pelo porto Habsburgo e Trieste entravam matérias primas e saíam produtos finalizados, logo, faz sentido classificá-los como periféricos, e não centrais? Como pode a Silésia, tão longe, mas tão importante produtora de mercadorias para o tráfico, ser vista como região periférica?

Vale perguntar se os autores confundem o conceito de “periferia” com o de “desimportância”. A divisão espacial desenhada pelo sociólogo nunca teve pretensão de juízo de valor. É uma ferramenta para a compreensão das relações de poder e dos canais de acumulação de capital dentro de um sistema que não pode ser analisado somente em suas partes. O potencial inovador do horizonte teórico está no deslocamento do foco da análise para a relação entre as partes de um todo. Peguemos o exemplo da Silésia: a constatação da sua relevância como produtora de tecidos para os mercados atlânticos leva a autora Anka Steffen a concluir que “a província era dificilmente uma longínqua periferia do mundo atlântico” (Steffen 2020, 56). Mas, no fim das

contas, onde residiam os intermediários que levavam o tecido para os principais portos atlânticos? E onde atuavam aqueles que lucravam com o comércio negreiro? Onde ficavam as bolsas de valores que influenciavam os preços dos insumos? E o que dizer do trabalho, tendencialmente coercitivo, na Silésia?

Immanuel Wallerstein pode não ter detalhado o mapa da sua divisão periferia – semiperiferia – centro. Mas não podemos esquecer para que serve esse desenho. Não se trata de classificação taxonômica, e sim de abordagem poderosa para entendermos as relações de poder no mundo ao longo do tempo. A briga pela sua forma externa não pode desqualificar o seu propósito. A autora brasileira Emilia Viotti uma vez protestou: quando o poder está em todo lugar, ele não está mais em lugar nenhum (Da Costa, 1994). Hoje, mais do que nunca, é preciso aliar dois movimentos aparentemente contraditórios, o de complexificar e o de simplificar. É preciso complexificar um quadro geral com pesquisa empírica e levantamento de dados. Mas também simplificar – e isso é muito importante – para não perdermos a clareza sobre os processos históricos que desembocaram em um mundo profundamente desigual.

O livro tem muito mais méritos do que defeitos e deveria ser lido com atenção. Seu maior crédito é, sem dúvida, o de expandir as fronteiras da História Atlântica. No entanto, os autores correm o risco conhecido de exagerar a importância conferida aos seus objetos e às suas regiões de análise. No posfácio do livro, o pesquisador sueco Göran Ryden advertiu: uma vez constatadas as ligações entre o que chamou de “regiões esquecidas” e o Mundo Atlântico, é preciso deixar bem claro quais são as implicações desta afirmação (Ryden, p. 228). Achados empíricos evidenciam que regiões tradicionalmente deixadas de lado na historiografia atlântica, como as regiões de fala alemã, o Báltico e a Escandinávia realmente estiveram conectados à economia do Atlântico na Época Moderna. Mas é preciso ir além da constatação. O livro *Globalized Peripheries* tentou dar o passo adiante, porém pisou em falso quando se agarrou no mote de ir “além de Wallerstein”. Enquanto a comunidade acadêmica considerar o enquadramento de Wallerstein um modelo fechado, gastará muita tinta tentando se contrapor a uma caricatura de seus conceitos básicos e não reconhecerá o enorme potencial do seu modo de enxergar as ciências humanas.

Referências bibliográficas:

- Coclanis, Peter. Beyond Atlantic History, em: Greene, Jack, Morgan, Philip. *Atlantic History, a Critical Appraisal*, Oxford University Press, 2009, p. 350.
- Da Costa, Emilia Viotti. A dialética invertida: 1960-1990. Em: *Revista Brasileira de História*, 1994.
- Forum, Globalizing Early Modern German History, *German History*, Volume 31, Issue 3, 1 2013, p. 366–382.
-

Rapahel-Hernandez, Heike, Wiegink, Pia. *German entanglements in transatlantic slavery: an introduction*, Atlantic Studies, 14:4, 2017, pp. 419-435.

Rosenhaft, Eve e Brahm, Felix. *Slavery Hinterland. Transatlantic Slavery and Continental Europe, 1680-1850*, Woodbridge, Suffolk, UK; Rochester, NY, USA. Boydell and Brewer, 2016.

Wimmler, Jutta e Weber, Klaus, org. *Globalized Peripheries. Central Europe and the Atlantic World, 1680-1850*. Woodbridge: Boydell Press, 2020, 285 p.

Recebida: 08 de março de 2023

Aprovada: 12 de abril de 2023

As origens ibero-americanas da racialização na Modernidade

The Ibero-American origins of Modern Racialisation

Las Orígenes Iberoamericanas de la racialización en la Modernidad

João Gabriel Covolan Silva ^{1*}

<https://orcid.org/0000-0001-2345-6789>

Resenha do livro: Schwartz, Stuart B. *Blood and Boundaries: The Limits of Racial Exclusion in Early Modern Latin America*. Boston; Waltham, Brandeis University Press, 2020.

Como citar esta resenha:

Silva, João Gabriel Covolan. “Resenha do livro *Blood and Boundaries: The Limits of Racial Exclusion in Early Modern Latin America*, de Stuart B. Schwartz”. *Locus: Revista de História*, 29, n.1 (2023): 246-251.

O historiador Stuart B. Schwartz, Professor da Yale University, nos brinda com *Blood and Boundaries: The Limits of Religious and Racial Exclusion in Early Modern Latin America*, publicado em 2020, fruto de três conferências realizadas na Sociedade Histórica de Israel em 2019. A obra de Schwartz é deveras conhecida para os estudiosos do império português, sobretudo da América portuguesa, por conta de sua extensa contribuição à história social, econômica e política da colônia luso-americana. No trabalho ora sob análise, Schwartz segue alguns caminhos já trilhados anteriormente: seja em *Slave, Peasants and Rebels*, de 1992, e sobretudo em *All can be Saved: Religious Tolerance and Salvation in the Iberian Atlantic World*, de 2008 —publicadas em português. Em *Blood and Boundaries*, Schwartz centra sua análise no mundo colonial ibero-americano, aprofundando, em uma

*Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em História pela Universidade de Turim (Itália) e doutorando em História na Scuola Normale Superiore di Pisa (Itália), dedicando-se sobretudo ao estudo do Brasil Colonial e História Atlântica entre os séculos XVI e XVII. E-mail: joao.covolansilva@sns.it.

narrativa plena de detalhes, o papel exercido por grupos intermediários que se formaram ou se transplantaram na América a partir dos processos de colonização. Desde o início, ressalta pontos centrais da formação de sociedades caracterizadas pela presença do trabalho forçado e pelo forte processo de distinção social que, embora apresentem aspectos *sui generis*, se estudadas em perspectiva comparada apresentam características comuns que nos ampliam o horizonte reflexivo.

Ao analisar as sociedades coloniais ibero-americanas, Schwartz nos oferece elementos para compreender inclusive a gênese da formação de ideias raciais e práticas discriminatórias baseadas na *racialização* de grupos étnicos e religiosos; processo já em curso nas sociedades peninsulares, como ressaltaram detalhadamente, dentre outros autores, François Soyer em *The Persecution of the Jews and Muslims of Portugal*, e Adriano Prospero em *Il Seme dell'Intolleranza* – tendo Prospero ressaltado que a cesura entre a era da intolerância religiosa e a do racismo científico não são, afinal, distantes. As interações conflitivas — e não nos esqueçamos: também colaborativas — entre espanhóis, portugueses, *criollos* e luso-brasileiros com os povos indígenas, africanos, afrodescendentes e mestiços, bem como entre cristãos-velhos e cristãos-novos entre os séculos XVI e início do XIX, revelam como o conceito de *raça* é socialmente construído a partir de importantes evidências. E aqui, como a vida material, política e cultural das colônias ibéricas contribuíram para a criação de discursos raciais que invocam aspectos negativos e degenerativos que são herdados pelos grupos marginalizados destas sociedades, acelerando a passagem de formas de distinções sociais baseadas em princípios essencialmente religiosos para outras em que, ao lado da religião, a cor da pele, a ascendência e a cultura são centrais. Em suas palavras, “[...] Eu creio que a história das experiências de Espanha e Portugal com minorias religiosas e raciais na América Latina continuam a ser centrais para o entendimento não apenas daquela parte do mundo, mas também para a história global dos impérios e da raça” (Schwartz 2020, p.12).

Dividida em três capítulos, o primeiro analisa os mouriscos — reais ou imaginários — nas Américas. Para o autor, se os historiadores e historiadoras anteriormente presumiam que a exclusão dos muçulmanos e mouriscos da América Ibérica fora efetiva e, portanto, sua presença era nula, outros estudiosos, em tempos mais recentes – de acordo com Schwartz ansiosos para desvelar a presença muçulmana no Novo Mundo –, reproduzem as muitas menções e acusações acerca da presença dos *moros*. Menções que deveriam ser matizadas para que evitemos equívocos, pois durante muitas disputas por influência e poder entre grupos coloniais os apodos *perro judío* ou *perro moro* eram uma constante, sendo veiculados para se manchar a imagem do oponente.

Não sendo possível aproximarmo-nos a uma estimativa de quantos mouros e seus descendentes se instalaram na América, o que Schwartz faz é constatar, pontualmente, casos em que estes indivíduos participaram dos processos de conquista e colonização do Novo Mundo e, o

que é mais significativo, sua presença na mentalidade coletiva da época, sobretudo na América hispânica. O uso de termos como *mezquitas* para os templos Astecas, *genízaros* para os indígenas que viviam ao norte da Nova Espanha e *mamelucos* para os mestiços no Brasil são um exemplo claro da transposição que ocorre das experiências prévias na Península Ibérica e Norte de África com as expectativas e intentos coloniais na América. Elemento também encontrado na definição dada aos territórios pouco povoados por colonos de origem ibérica e com grande presença indígena, como em Mamil Mapu, que se estendia dos arredores de Buenos Aires até Mendoza, chamado de *Argel disimulado*. O que é interessante, por fim, é que no período em que ocorre um maior afluxo de muçulmanos ao continente americano não foram os piratas do Marrocos ou os otomanos que contestavam a Cristandade, mas africanos escravizados de fé islâmica que chegaram, principalmente, no Brasil pós-independência e em Cuba e cujas identidades étnicas e religiosas eram instrumentos de resistência à escravatura.

No segundo capítulo Schwartz analisa a presença dos cristãos-novos – grupo que está na base argumentativa da obra, ao lado dos mestiços. De acordo com o autor há em relação aos cristãos-novos a criação de um discurso proto-racial acerca das linhagens, com referências ao *sangue impuro* dos conversos. Os elementos de distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, ao contrário dos mouriscos, que em geral possuíam determinados hábitos e indumentárias que os diferenciavam dos ibéricos católicos, eram mais tênues, desembocando em um paradoxo: as mesmas sociedades ibéricas que forçaram a conversão endureceram, simultaneamente, seus mecanismos de assimilação, manifestando em discursos políticos e religiosos as “manchas” de sangue herdadas. Uma deficiência moral, portanto, que se transforma em deficiência genética.

A migração de cristãos-novos, sobretudo no caso lusitano, como ressalta o historiador, ocorre depois das fundações dos tribunais da Inquisição em Portugal (1536) e Goa (1560), período que é concomitante com o início do crescimento da economia açucareira no Brasil, território que apresenta uma dupla expectativa: de um lado, diante da possibilidade de crescimento econômico; de outro, por se fugir da Inquisição. Com a união das coroas ibéricas, o intenso movimento e interdependência entre atividades mercantis entre territórios luso e hispano-americanos atraíram consideravelmente os cristãos-novos, com a conformação de redes que se estenderam aos portos europeus, americanos e africanos. Nos explica o autor que os decênios entre 1580 e 1630 marcaram o sucesso de comerciantes sefarditas, inclusive no trato negreiro — pesem as perseguições e o preconceito a não serem desconsiderados.

Estas dinâmicas são importantes por assinalar um aspecto constante acerca da presença dos cristãos-novos na América: a alternância entre uma relativa estabilidade com ondas de perseguição que, não obstante, deram espaço para a criação de vínculos entre cristãos-velhos e

novos que em muitos momentos deixaram em segundo plano as identidades religiosas diante de interesses compartilhados. Por estas razões, os cristãos-novos, “mestiços da fé”, representam um problema constante: sua existência desafiava um universo baseado em categorias fixas, configurando-se como os precursores da instabilidade social criada pela formação de novas comunidades, sobretudo quando a cor da pele e o fenótipo começam a ultrapassar a religião como principais marcadores de distinção social.

Por fim, no terceiro capítulo, Schwartz analisa os grupos sociais que se formaram a partir das interações sexuais e culturais dentro das sociedades coloniais ibero-americanas e que levaram às alterações apontadas acima. Estas novas categorias nunca foram fixas no tempo e no espaço: os critérios que definiam as respectivas condições de *mestiços*, espanhóis, indígenas ou pardos eram instáveis e, embora incontornáveis para os indivíduos que viviam nestas sociedades, muitas vezes não eram aceitas no âmbito individual ou coletivo. Isto porque, como ressalta, as empreitadas coloniais, não obstante suas assimetrias e violências, foram marcadas por dinâmicas interativas e participativas que borravam os próprios critérios de definições sociais elaboradas em precedência. Se, assim como o conceito de *limpieza de sangre*, as categorias coloniais ambicionavam definir de modo estrito a diversidade social, estas mesmas definições eram continuamente subvertidas pelos “processos dinâmicos de formação de classes sociais nos quais pessoas de origens mestiças tiveram um papel crescentemente importante” (Schwartz 2020, p.76).

Os mestiços foram centrais como intermediários entre as sociedades hispânica e indígena, em especial como intérpretes. Contudo, estas mesmas facilidades linguísticas e o hibridismo cultural, ao lado de seu enorme potencial de crescimento demográfico, fizeram com que fossem representados simultaneamente como grupos potencialmente perigosos e disruptivos da ordem colonial em termos morais, religiosos e militares. Sobre este ponto cabe mencionar que, embora em termos de escala a colonização da América foi marcante para estas interações simultaneamente associativas e discriminatórias, sentiu-se a falta de uma menção às relações ibéricas e em especial portuguesas com povos africanos nas Ilhas Atlânticas e na costa africana. Neste caso, já na segunda metade do século XV e primeira metade do século XVI houve a formação de grupos híbridos, bem como a criação de mecanismos que amorteceram as relações interétnicas e mercantis e ao mesmo tempo deram início à semelhantes ideias discriminatórias dos indivíduos de origens mestiças, como demonstram em seus trabalhos autores como Alida Metcalf, em seu livro *Go-Betweens and the Colonization of Brazil*, Diogo Ramada Curto, em *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (Séculos XV-XVIII)*, e Luiz Felipe de Alencastro, em *O Trato dos Videntes*.

Um outro ponto a ser ressaltado sobre este capítulo é a aplicação do conceito de *pureza de sangue*, que é redimensionado a partir de suas origens religiosas e aplicado até mesmo aos *criollos*, no

caso da América espanhola: intensificam-se as referências à hereditariedade dos defeitos de sangue, que se associa ao trabalho cativo, à alimentação deficitária ou mesmo ao fato de um indivíduo ser amamentado por uma ama-de-leite de origem “impura”, limitando suas capacidades intelectuais. Concomitantemente, crescem as alusões ao formato corporal, cor da pele e forma dos cabelos dos indivíduos em petições e testamentos. Por fim, sintetiza o autor que estas ideias e conceitos que se aproximam das concepções modernas de raça se tornaram operativas na América ibérica paulatinamente durante o período colonial, incluindo a associação dos grupos sociais mestiços à criminalidade, embriaguez e ociosidade, um fenômeno que ainda persiste e que, se posto em perspectiva histórica, nos ajuda a compreender as desigualdades do presente.

Blood and Boundaries é um livro instigante para os estudiosos dos impérios ibéricos. Altamente sugestivo, demonstra a partir de uma perspectiva analítica comparativa e ampla processos de formação de sociedades coloniais, colocando em evidência suas assimetrias e interações, ressaltando os momentos caracterizados por colaborações e reciprocidades entre grupos marginalizados ou perseguidos com os grupos dominantes. Como está explícito no subtítulo da obra, os *limites* da exclusão social não eliminam as perseguições de cristãos-novos por agentes inquisitoriais, a criminalização de mestiços, e nem mesmo alude a uma possível contingência das discriminações. Pelo contrário: o autor evidencia a estrutura excludente destas sociedades, como é o caso do trabalho compulsório e da busca por coesão religiosa e étnica, e seus efeitos nos grupos sociais marginalizados nas possessões ibero-americanas. Contudo, entre a rigidez ambicionada e concebida por autoridades civis e eclesiásticas e as práticas sociais do cotidiano há uma relativa distância que abre espaço ao convívio, troca de experiências e reciprocidades que turvam a compreensão do leitor que parta de princípios fixos para o entendimento dos fenômenos descritos, algo que tem se tornado recorrente em abordagens históricas. Seja em âmbito acadêmico ou de ampla circulação, o espelhamento crescente de aspectos identitários para a análise do passado leva, desde o princípio, ao uso de categorias rígidas para a análise da definição e interação de grupos sociais coloniais ou mesmo para se definir os processos de colonização e que, postos ao rigor metodológico, revelam complexidades sem tamanho para quem se dedique à temas análogos. Eis uma das grandes lições a se tirar deste livro de Stuart B. Schwartz.

Referências bibliográficas

Alencastro, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Curto, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (Séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

Metcalf, Alida. C. *Go-Betweens and the Colonization of Brazil: 1500-1600*. Austin: University of Texas Press, 2006.

Prosperi, Adriano. *Il Seme dell'Intolleranza: ebrei, eretici, selvaggi: Granada 1492*. Roma-Bari: Laterza, 2013.

Schwartz, Stuart B. *Blood and Boundaries: The Limits of Racial Exclusion in Early Modern Latin America*. Boston; Waltham, Brandeis University Press, 2020.

Soyer, François. *The Persecution of the Jews and Muslims of Portugal: King Manuel I and the End of Religious Tolerance (1496-7)*. Leiden; Boston: Brill, 2007.

Recebida: 05 de janeiro de 2023

Aprovada: 18 de março de 2023

**Trabalhadores, Justiça do Trabalho e Ditadura:
o processo do golpe civil-militar de 1964 em Pernambuco**

*Workers, Labor Justice and Dictatorship:
the process of the civil-military coup of 1964 in Pernambuco*

*Trabajadores, Justicia Laboral y Dictadura:
el proceso del golpe cívico-militar de 1964 en Pernambuco*

Avelino Pedro Nunes Bento da Silva *

<https://orcid.org/0000-0001-6051-6322>

Resenha do livro: Silva, Marcília Gama, e Soares, Thiago Nunes. *Pernambuco na mira do golpe, volume 3: mundos do trabalho e dos trabalhadores*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

Como citar esta resenha:

Silva, Avelino Pedro Nunes Bento da. “Resenha do livro *Pernambuco na mira do golpe, volume 3: mundos do trabalho e dos trabalhadores*., de Marcília Gama Silva e Thiago Nunes Soares”. *Locus: Revista de História*, 29, n.1 (2023): 252-256.

O livro intitulado *Pernambuco na mira do Golpe, v.3: mundos do trabalho e dos trabalhadores* tem como objetivo discutir a presença de trabalhadores e trabalhadoras e suas relações com outros sujeitos e instituições em Pernambuco no processo do golpe civil-militar de 1964 e no seu após. Organizado por Marcília Gama da Silva e Thiago Nunes Soares, esta obra coletiva conta com onze capítulos escritos por historiadores e historiadoras com ampla experiência de pesquisa sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964/1985), abordando diferentes temáticas e problematizações referentes ao campo do conhecimento histórico.

* Doutorando em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Graduado em Licenciatura Plena em História (2018) e Mestre em História (2021) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), através do Programa de Apoio à Pós-Graduação Stricto Sensu (POSGRAD). Área de estudos: História do Brasil e História Social do Trabalho. E-mail: avelinopedro21@hotmail.com

O prefácio é escrito por Thomas D. Rogers. Nele, o autor aponta a importância do livro ao ser publicado próximo aos 60 anos do golpe de 1964, ao passo que os capítulos abordam temáticas de trabalho e trabalhadores, as relações de trabalho e de posse de terra, bem como movimentos trabalhistas naquele período de ditadura em Pernambuco. As pesquisas foram feitas sobretudo no acervo do Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, além de outros arquivos no Brasil e no exterior, de modo que os textos se interligam ao desvelar as “redes de organização e as relações entre as formas de dominação e de resistência na época da ditadura militar em Pernambuco”. (Silva e Soares 2021, 10)

No primeiro capítulo do livro, escrito por Marcília Gama da Silva, a autora parte do objetivo de analisar dois conjuntos documentais distintos: as ações coletivas ajuizadas na Justiça do Trabalho, da “Era Vargas” à ditadura de 1964, e os prontuários do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). A partir da problematização dos acervos, o capítulo busca apreender o processo de constituição de práticas repressivas contra a mobilização da classe trabalhadora. Para Silva, observando nas conciliações judiciais consideráveis perdas para os trabalhadores, a Justiça do Trabalho é vista como “palcos de todos os embates, encantos e desencantos”, como “cúmplice das tramas e intrigas, das ciladas presentes nas conciliações” (Silva e Soares 2021, 37).

A historiadora Christine Rufino Dabat analisa no segundo capítulo os canavieiros, trabalhadores centrais para a história do estado de Pernambuco, considerado como “Terra do açúcar”. Diante disto, trata o texto das grandes greves dos canavieiros em Pernambuco, no primeiro e no segundo governo de Miguel Arraes (1916-2005). O objetivo é analisar a atuação do governo estadual nos conflitos entre patronato e trabalhadores rurais na zona canavieira. Assim, trata dos governos de Arraes e sua relação com o movimento trabalhista dos canavieiros. Considerado como um governador que “defendia interesses nacionais e justiça social”, Dabat trabalha com a memória dos trabalhadores canavieiros a respeito do chamado “Tempo de Arraes”.

O terceiro capítulo, escrito por Arleandra de Lima Ricardo, trata do processo de cassação dos direitos trabalhistas em Pernambuco em 1964, a partir de um estudo de caso de pessoas comuns que foram atingidas pelo Ato Institucional N° 1 (AI-1), no município de Jaboatão dos Guararapes. Discute ainda a autora sobre a legitimidade e legalidade do golpe, entendendo este como uma conspiração, isto é, “um longo processo, arquitetado pacientemente pelas Forças Armadas ao longo da década de 1950 a 1960, principalmente através dos órgãos ESG/IPES/IPAD” (Silva e Soares 2021, 73). Assim, ao analisar os processos de Inquéritos Policiais Militares contra sujeitos acusados de “comunistas”, “subversivos”, bem como as defesas apresentadas por estes, Ricardo produz um

texto rico de discussão sobre o golpe e a ditadura civil-militar, seus Atos Institucionais e a repressão política em Pernambuco contra os trabalhadores e seus direitos.

Já no quarto capítulo, os autores Márcio Romerito da Silva Arcoverde e Felipe Ribeiro investigam o golpe civil-militar em Pernambuco, recuperando as trajetórias políticas dos deputados federais Ney de Albuquerque Maranhão (1917-2016) e Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque (1906-1987). São figuras importantes no período de ditadura, tendo em vista que, mesmo mantendo relações com os movimentos da classe trabalhadora, não foram cassados no golpe civil-militar de 1964. Assim, o texto parte de suas trajetórias e relações com a classe trabalhadora para discutir o golpe e a ditadura nas cidades de Moreno, em Pernambuco, e Magé, no Rio de Janeiro, através do trato com fontes da imprensa, tal como a Revista O Cruzeiro, e periódicos daqueles municípios.

No quinto capítulo, Ademir Bezerra de Melo Junior analisa as experiências e lutas sociais dos trabalhadores rurais, da zona canavieira de Pernambuco, no período do golpe civil-militar de 1964. Problematisa ainda a relação do Estado com as elites locais, bem como analisa de que forma terminologias jurídicas como “trabalhador rural” e “proprietário” são usadas como forma de impor limites às lutas trabalhistas no Judiciário Trabalhista. Diante disto, a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento na zona canavieira, em 1963, é compreendida como ação das autoridades públicas frente à violência dos proprietários rurais. Em visto disso, para Melo Júnior, o golpe civil-militar de 1964 é entendido como reação da classe dominante à crescente mobilização e conquista da classe trabalhadora nos âmbitos jurídicos e legislativos.

José Marcelo Marques Ferreira Filho, autor do sexto capítulo, discute a ditadura como “um regime autoritário que nega as liberdades individuais e usa generalizada e impunemente a violência como meio de poder e controle social” (Silva e Soares 2021, 147). Assim, para o autor, no “mundo dos engenhos de açúcar”, em Pernambuco, “o autoritarismo era o regime normativo das relações sociais, mesmo antes do golpe de 1964” (Silva e Soares 2021, 148). Em seu texto, Ferreira Filho produz reflexão importante sobre o autoritarismo nos engenhos e de que modo a violência assumia “um caráter coletivo e sistemático” (Silva e Soares 2021, 152). Dessa forma, “a violência fornecia ao mundo dos engenhos sua marca ditatorial, imprimindo-lhe uma identidade autoritária” (Silva e Soares 2021, 152).

No sétimo capítulo, a autora Cristhiane Laysa Andrade Teixeira Raposo discute sua pesquisa a partir de fontes judiciais e relatórios das entidades sindicais, com o objetivo de apreender discursos e práticas de trabalhadores na luta por direitos, após o golpe civil-militar de 1964. Com isso, analisando embates trabalhistas nas usinas e engenhos da agroindústria açucareira de

Pernambuco, Raposo resgata outras possibilidades de construção do futuro através das ações daqueles sujeitos que enfrentaram a ditadura instituída no Brasil. A autora identifica, já no imediato pós-golpe, uma “intensificação dos desmandos e violências patronais”, além de analisar políticas do governo civil-militar contra direitos trabalhistas. O capítulo expõe ainda a dinâmica de embates que as mobilizações judiciais promoviam como forma de enfrentamento aos desmandos dos usineiros e senhores de engenho. Dessa forma, apresenta importantes contribuições para o estudo da Justiça do Trabalho no período pós-golpe de 1964, refletindo sobre a luta por direito como um movimento de luta por democracia.

O objetivo de Alexandre Silva, autor do oitavo capítulo, é analisar a história da produção de açúcar a partir de duas regiões canavieiras: em Pernambuco, no Nordeste do Brasil; e em São Miguel de Tucumán, no Norte da Argentina. Para isso, trata o texto de “repensar a dinâmica dos trabalhadores do açúcar”, tendo como campo de reflexão duas organizações sindicais enquanto órgãos de classe que “mantinham relações com estruturas de poder, nos seus estados e centrais sindicais de alcance nacional” (Silva e Soares 2021, 193). Discutindo as resistências de trabalhadores contra a indústria açucareira, bem como refletindo sobre as formas pelas quais a Justiça do Trabalho se configurou após o golpe de 1964, Silva entende o canavial como “expressão de poder do latifúndio que se expandiu”, lembrando assim a necessidade de se problematizar o golpe a partir também da memória que se construiu sobre aquele período.

O sindicalismo rural no Brasil, a partir de suas atividades de organização e reivindicação, é alvo da pesquisa apresentada no nono capítulo, escrito por Maria do Socorro de Abreu e Lima. Para a autora, esse processo de sindicalismo rural é algo que marca a década de 1960. Notam-se ainda como perseguições promovidas por proprietários de terras, além da repressão policial no campo contra os sindicatos, antecederam o golpe civil-militar de 1964. Como destaca Lima, é a partir destas lutas que os trabalhadores da zona da mata de Pernambuco tornaram-se classe, construída pela “experiência vivida” mediante “suas próprias ações coletivas e individuais” (Silva e Soares 2021, 214).

O décimo capítulo, escrito por Marcela Heráclio Bezerra, discute a participação de mulheres trabalhadoras rurais na zona da mata de Pernambuco nos últimos anos da ditadura civil-militar. A partir de fontes diversas, a autora busca contribuir para a história do trabalho e das mulheres no período entre os anos de 1979 e 1985. A presença das mulheres nos sindicatos rurais era conflituosa, tendo em vista que “as questões sobre as mulheres não faziam parte das pautas de discussões” (Silva e Soares 2021, 246). Diante disto, trata o texto da luta pelo “direito à sindicalização feminina e à valorização das mulheres enquanto trabalhadoras”, movimento esse de

mulheres trabalhadoras rurais, em Pernambuco e no Brasil, que, na década de 1980, buscaram superar a ausência feminina nos espaços sindicais. Conforme pontua Bezerra, a análise das experiências das trabalhadoras rurais, no período da ditadura, trata de “contribuir para a visibilidade feminina na história dos trabalhadores do campo em Pernambuco”, bem como “s superação das adversidades do presente” (Silva e Soares 2021, 257).

Já no décimo primeiro capítulo, o autor Thiago Nunes Soares trabalha com a documentação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do estado de Pernambuco, investigando os prontuários policiais temáticos no sentido de analisar a atuação dos agentes de segurança e informação no Campus da Universidade Federal de Pernambuco, entre os anos de 1974 e 1979. Assim, produz uma reflexão sobre como a ditadura civil-militar de 1964, sobretudo através da criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), tratou de implementar “um sistema mais eficaz de informações e vigilância para dialogar com a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento” (Silva e Soares 2021, 259). Diante disto, analisa Soares como a contratação de docentes passou a ser alvo do “olhar interventivo” dos agentes de segurança e informação. Essa intervenção da ditadura na Universidade buscou “construir uma espécie de barreira ideológica”, no sentido de vetar contratos de professores considerados “combativos ao regime”. Assim, ao longo dos anos 70, conforme considerações do autor, a vigilância substituiu a violência física enquanto forma de intervenção, de modo que a ditadura buscou um “controle sobre a comunidade acadêmica”.

Em vista disso, a obra reúne um conjunto de pesquisa que apresentam ao público leitor contribuições de grande importância para a historiografia sobre a ditadura civil-militar de 1964/1985, mediante a discussão de temáticas diversas envolvendo a classe trabalhadora, a Justiça do Trabalho, dentre outros sujeitos e instituições em conflito naquele processo. Portanto, os autores e autoras dos capítulos contribuem com a análise crítica e histórica de fontes diversas que auxiliam a problematização acerca da ação e movimentação ativa de trabalhadores e trabalhadoras que, conforme seus modos de vida e resistência, lutaram contra práticas repressivas e ditatoriais implementadas em Pernambuco, durante e após o golpe civil-militar de 1964.

Referências bibliográficas:

Silva, Marcília Gama, e Thiago Nunes Soares. *Pernambuco na mira do golpe, volume 3: mundos do trabalho e dos trabalhadores*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

Recebida: 09 de fevereiro de 2023

Aprovada: 28 de abril de 2023

Carlos Drummond de Andrade e os intelectuais modernistas nas Minas Gerais

Carlos Drummond de Andrade and the modernist intellectuals in Minas Gerais

Carlos Drummond de Andrade y los intelectuales modernistas en Minas Gerais

Lucas Eduardo de Souza Ferreira *
<https://orcid.org/0000-0001-6400-4893>

Resenha do livro: Miceli, Sergio. *Lira mensageira: Drummond e o grupo modernista mineiro*. São Paulo: Todavia, 2022.

Como citar esta resenha:

Ferreira, Lucas Eduardo de Souza. “Resenha do livro *Lira mensageira: Drummond e o grupo modernista mineiro*, de Sergio Miceli”. *Locus: Revista de História*, 29, n.1 (2023): 257-262.

O mais recente livro de Sergio Miceli foi publicado ano passado (2022). Dando seguimento aos estudos sobre os intelectuais brasileiros - temática que o consagrou como acadêmico de referência na área - desta vez, Miceli volta sua atenção para o modernismo, e para os escritores modernistas de Minas Gerais. A obra busca investigar os relacionamentos e tensionamentos existentes entre as elites intelectuais e políticas em Minas, suas trajetórias familiares, econômicas e sociais. Essa tarefa é cumprida com minúcias no primeiro e no terceiro capítulo. No segundo (e assim se encerra a obra, em três capítulos) o autor trabalha com o modernismo paulista, seus autores e obras.

* Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES). Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Integra como estudante pesquisador o Grupo de Pesquisa (CNPq) Direitas, História e Memória (CNPq/UFJF/UFF). É membro da equipe editorial da Locus: Revista de História. Tem experiência na área de História Cultural e Intelectual, com destaque para as relações entre História e Literatura, com ênfase em estudos sobre as relações entre autoritarismo e intelectualidade no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. E-mail: lucaseduardoferreira1998@gmail.com.

O primeiro capítulo do livro se chama *Lira mensageira*. Nesse capítulo Miceli faz uma radiografia dos intelectuais modernistas de Minas durante a Primeira República. O capítulo inicia a partir de uma análise bastante densa das questões políticas, culturais e econômicas no estado. Minas Gerais, dirá Miceli logo nas primeiras páginas, não constituía um todo geográfico coerente, tampouco dispunha de efetiva unidade econômica (Miceli 2022, 12). A despeito disso, a elite política mineira dispunha de capital escolar elevado, com percentual superior ao da paulista e da pernambucana no mesmo período. Em Minas, diferentemente de São Paulo, a maior parte da elite tinha formação acadêmica e no funcionalismo público. Por outro lado, carecia de uma elite agrária mais significativa, como havia em São Paulo. Isso já ajuda a entender as relações próximas que terão os intelectuais modernistas mineiros com o poder, primeiro na esfera estadual e posteriormente, com a Revolução de 1930, com o poder federal.¹

O lugar privilegiado pelos intelectuais mineiros para debater ideias, projetos literários e políticos era o Café Estrela, em Belo Horizonte. Eram assim chamados, o “grupo do Estrela”. Os escritores aproveitavam-se dos amigos de proeminência na política e burocracia estadual; já os políticos obtinham legitimação pela aura de bacharéis cultos, apreciadores das letras e das artes (Miceli 2022, 25).² Carlos Drummond de Andrade e Gustavo Capanema simbolizam bem essas relações simbióticas entre as letras e o poder. Miceli chamará tais relações de “clientelistas”, aproveitando o vocabulário caro aos arranjos políticos da Primeira República. Todavia, o autor não discute o conceito de uma forma mais elaborada.

Os requisitos necessários para a ascensão à elite política e cultural no contexto mineiro, os integrantes do grupo Estrela detinham: diploma superior, preferencialmente de direito, prática de profissões liberais em paralelo aos encargos no serviço público e parentes na elite (Miceli 2022, 32). Drummond e Cyro dos Anjos são exceções. Ambos provêm de famílias falidas. Sendo Drummond, diz Miceli, o mais destituído da turma (Miceli 2022, 32). Tinha formação em farmácia, curso desvalorizado na época, e um casamento desvantajoso. Miceli contrapõe, Cyro e Drummond a João Alphonsus de Guimaraes, outro importante intelectual do grupo. Alphonsus vinha de família de importantes escritores brasileiros, com carreiras consolidadas e obras importantes publicadas.

¹ Alguns intelectuais mineiros e cargos ocupados: Abgar Renault, entre 1930 e 1931 é secretário de Francisco Campos, ministro da Educação; em 1931, João Alphonsus, Cyro dos Anjos e Carlos Drummond de Andrade exercem cargos de confiança, os dois primeiros na secretaria de Finanças, e Drummond na secretaria do Interior junto a Capanema; Emílio Moura ficou um tempo como oficial de gabinete de Olegário Maciel (Miceli 2022, 20-21).

² Entre as páginas 28 e 31 está montado um quadro muito relevante, com dados sobre os intelectuais do Estrela. Nele Miceli informa sobre a origem social, capital social e político, formação escolar e carreira de cada um dos intelectuais.

Ainda no primeiro capítulo, após discorrer sobre os intelectuais do Estrela, Miceli trata dos políticos do grupo.³ O perfil é bastante similar. São personagens que se formaram em direito antes dos 25 anos e ingressaram em cargos públicos importantes ainda jovens. Capanema estava quase com 34 anos quando tornou-se Ministro da Educação de Vargas; Gabriel Passos foi eleito à Assembleia Nacional Constituinte aos 32 anos; Mário Casassanta assumiu a reitoria da UFMG com mesma idade. Miceli defende que a promoção precoce do grupo devia-se mais ao cabedal clientelístico que às competências técnicas ou experiência profissional (Miceli 2022, 57).

As duas últimas investidas de Sérgio Miceli no primeiro capítulo são: primeiro, sobre Drummond, sua obra e participação política. Segundo, sobre as relações entre letras e política durante o Estado Novo (1937-1945). Miceli faz uma análise panorâmica das cinco obras poéticas publicadas por Drummond entre 1930 e 1945. São os livros *Alguma Poesia* (1930), *Brejo das Almas* (1934), *Sentimento do Mundo* (1940), *Poesias* (1942, com a coletânea inédita chamada *José*) e *A rosa do povo* (1945). Sendo os três últimos escritos e publicados quando o poeta ocupou o cargo de chefe de gabinete de Gustavo Capanema, no Ministério da Educação. O autor destaca as características gerais de cada uma das obras, chamado atenção para a importância social de Drummond. Miceli chega a dizer que Drummond era “o cabeça” da política cultural oficial no protetorado Capanema (Miceli 2022, 93). Aqui é possível ver um exagero. O autor destaca a importância social do poeta, mas ultrapassa aquilo que sua atuação de fato contava (Ferreira 2022). Há uma relevância central de Drummond no Ministério, o que nenhum estudo sistemático havia destacado, entretanto os ditames centrais são dados por Gustavo Capanema.

Em suma, *Alguma Poesia* traz o coloquialismo na linguagem, influência do modernismo. *Brejo das almas* surge em um momento de crise para Drummond e possui uma linguagem “bizarra”. *Sentimento do Mundo* é a primeira obra de Drummond com caráter social, preocupado com as pessoas comuns, com as guerras (Guerra Civil Espanhola e Segunda Guerra Mundial). *José* trata dos problemas do indivíduo. Já *A rosa do povo* encerra o ciclo de obras sociais de Drummond, como o “clímax de convergência entre a escrita e a práxis do poeta” (Miceli 2022, 92).

A penúltima seção do capítulo 1 trata das letras no Estado Novo. Aborda as instituições culturais do período, as revistas preocupadas com a cultura, os escritores que ocuparam cadeiras na Academia Brasileira de Letras. Uma bibliografia muito rica é usada. Miceli dialoga com os principais autores e obras sobre o tema. As notas de rodapé são riquíssimas. Ele diz que as fontes sobre o modernismo mineiro são de três tipos: estudos de cientistas sociais, textos memorialísticos

³ O autor traz um quadro com os nomes, origem social, capital político e social, formação escolar e carreira, como tinha feito com os intelectuais (2022, 54-55).

e as análises de crítica literária. Pedro Nava, integrante do grupo Estrela, é uma referência central, pelos seus estudos memorialísticos. Drummond e Cyro dos Anjos também deixaram trabalhos de memórias. Miceli discorre sobre as obras da crítica e das ciências sociais, que não cabe aprofundar na presente resenha.

O autor argumenta que a história social, política e intelectual dos modernistas sucedeu no vórtice da crise oligárquica nos estados (Miceli 2022, 130). Esse é o contexto base, fundamental de entendimento. Os rapazes do Estrela estavam rendidos à tutela e à agenda de mentores e recursos governamentais. Moviam-se em um espaço acanhado. Não tinham o mecenato que possuíam os paulistas. Precisavam trabalhar em jornais e na burocracia estadual.

O segundo capítulo do livro é intitulado: *Experiência social e imaginário literário nos livros de estreia dos modernistas em São Paulo*. O que o autor faz nesse capítulo, como nome sugere, é uma análise das obras de estreia dos principais escritores modernistas de São Paulo. Assim mesmo, uma após a outra, um autor após o outro. Inicia com uma biografia de cada um e passa para a análise, muito breve, da obra estreante. Os autores mencionados são Menotti del Picchia⁴, Cassiano Ricardo⁵, Plínio Salgado⁶, Ribeiro Couto⁷, Guilherme de Almeida⁸, Mário de Andrade⁹, Oswald de Andrade.¹⁰ Miceli traz as obras e as imagens de suas capas. Para ele, a feitura do livro era também, no contexto do modernismo, uma forma de dizer. Um argumento central nesse capítulo é a afirmação de que a maioria dos escritores modernistas, em quaisquer etapas de suas trajetórias intelectuais, estava envolvida em atividades políticas que impactaram suas vidas (Miceli 2022, 145).

O último capítulo, chamado *Carne e osso da elite política brasileira pós-1930* é uma tentativa de reconstrução das elites políticas que formarão a UDN e o PSD, fazendo um retorno à Primeira República e avançando o fim do Estado Novo em 1945. Esse capítulo é bastante distinto dos dois primeiros. É praticamente um trabalho de história política. O primeiro capítulo foi sobre as letras e a política em Minas, o modernismo mineiro; o segundo sobre o modernismo paulista. Este último é uma profunda análise das composições e articulações entre os políticos udenistas e pessedistas, suas características econômicas e sociais, mandatos e interesses.

Miceli parte da composição pessedista e udenista na Constituinte de 1946. Há um percentual altíssimo de integrantes dos dois partidos. A UDN consegue um equilíbrio entre

⁴ *Poemas do vício e da virtude* (1913).

⁵ *Dentro da noite* (1915).

⁶ *Thabór* (1919).

⁷ *O jardim das confidências* (1921).

⁸ *Nós* (1917).

⁹ *Há uma gota de sangue em cada poema* (1917).

¹⁰ *Os condenados* (1922).

representantes dos setores agrários e bacharéis ilustres dos principais centros urbanos. O PSD logrou uma colaboração maciça da liderança industrial emergente. O autor traz um quadro interessante sobre o perfil dos políticos dos partidos, levando em conta a geração, a carreira política e profissional (Miceli 2022, 190-191). Os quadros da UDN eram fortalecidos pelo seu número expressivo de profissionais liberais na ativa, de professores catedráticos de ensino superior. Já os possedistas retiram força das interventorias. Muitos foram interventores e tinham as máquinas estatais nas mãos.

Nos subcapítulos seguintes Miceli dedica separadamente uma análise para cada partido e suas composições políticas. Propõe um aprofundamento analítico maior nos personagens. Como tinha feito no segundo capítulo, com os modernistas paulistas, Miceli agora dedica boas páginas para tratar de alguns políticos fundamentais, de ambos partidos. Começando pelo PSD, o autor trata, por exemplo da biografia e carreira política de Etelvino Lins de Albuquerque, Juscelino Kubitschek e de Victorino Freire. Junto com as biografias, Miceli expõe mapas, gráficos, com linhagens familiares e genealogias.

Depois é a vez do pessoal da UDN, nos aspectos de tradição familiar e política. Muitos estavam inseridos em posições de cúpula em instituições financeiras privadas, em cargos executivos de grandes empresas, em postos prestigiosos de serviços públicos. Eram de famílias ilustres, cujo espaço na classe dirigente remontava, em muitos casos, ao Império (Miceli 2022, 229). A maioria começa sua carreira pelo exercício da advocacia em cidades do interior, de preferência em redutos eleitorais da família ou de chefes políticos aos quais estavam ligados.¹¹

O objetivo central nesse capítulo, defende Miceli, é restituir o perfil econômico e social dos setores dirigentes, mentores de organizações partidárias que tiveram proeminência no contexto posterior ao fim do Estado Novo. Em ambos os partidos, houve laços com os militares. Ambos contribuíram para dar fôlego ao protagonismo crescente da corporação na arena política.

O trabalho de Sergio Miceli vem para suprir algumas demandas importantes. O destaque para a cena mineira no modernismo brasileiro contribui para o debate sobre o que foi o modernismo. Já sabemos bem hoje que a experiência modernista não se resume à Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, sem desconsiderar, é claro, o papel central do movimento paulista. A linguagem usada pelo autor é, por vezes, difícil de compreender. Como o leitor desta resenha pôde perceber, há um corte bastante abrupto entre os capítulos e a proposta do livro, como trazida no título. É necessário o olhar mais cuidadoso para conectar as três dimensões: o modernismo

¹¹ Um quadro interessante sobre essa “ala bacharelesca” da UDN se encontra nas páginas 232 e 235. Está em destaque alguns personagens políticos, formação, casamento, família e atividade profissionais.

mineiro, o paulista e a política. Ambos estão conectados, deveras. Principalmente os dois primeiros. Miceli articula muito bem as comparações entre o movimento e os personagens em Minas com os paulistas.

A riqueza de referências bibliográficas, de obras acadêmicas e de obras de autores modernistas é um prato cheio para quem é pesquisador do tema. As análises das obras modernistas, até por conta do volume gigantesco e da proposta do livro, não são aprofundadas. Fica como proposições, para pesquisas futuras adentrarem no conteúdo mais íntimo desses textos tão importantes para compreensão do modernismo no Brasil.

Talvez a principal contribuição dessa obra seja dada pela conexão que estabelece entre o mundo da política e o mundo das letras. Essa aproximação nem sempre é fácil e nem sempre é desejada. De um lado, temos a crítica literária, nas suas inúmeras vertentes, preocupada com exegeses textuais, com sentidos e significados íntimos das obras. De outro, uma sociologia ou uma historiografia que não se preocupa com a literatura, ou que a trata como fonte de menor importância. Miceli com este livro, sem fugir do seu estilo já consagrado, amarra com substância, as condições econômicas, as lutas políticas, regionais e nacionais, às trajetórias literárias, familiares, econômicas, sociais e políticas dos intelectuais nas Minas Gerais e em São Paulo.

O resultado é um livro que chega como uma referência fundamental. Seja pelos argumentos que mobiliza, seja pelo riquíssimo levantamento bibliográfico e de fontes que faz. É referência forte para os estudos sobre o modernismo em Minas Gerais, sobre o vínculo entre a intelectualidade mineira e os organismos burocráticos e de poder no estado. Sobre os primeiros passos do modernismo em São Paulo, sobre seus autores centrais e suas obras de estreia, que nem sempre são levadas em conta. Por fim, a obra é uma referência para aqueles que estudam as carreiras políticas de personagens importantes da política nacional, vinculados ao PSD ou à UDN, dois partidos basilares no jogo de poder entre 1945-1964 no Brasil.

Referências bibliográficas:



Ferreira, Lucas Eduardo de Souza. “*O poeta em seu gabinete: a poesia de Carlos Drummond de Andrade no Ministério da Educação*”. Dissertação, Juiz de Fora, UFJF, 2022.



Miceli, Sergio. *Lira mensageira: Drummond e o grupo modernista mineiro*. São Paulo: Todavia, 2022.



Recebida: 21 de fevereiro de 2023



Aprovada: 30 de abril de 2023

Gerentes Editoriais



Ana Amélia Gimenez Dias  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Dalila Varela Singulane  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Diego Sebastián Crescentino  
Universidade Autônoma de Madri, Espanha



Marco Antônio Campos e Souza  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil



Pedro Vieira Fellet  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil



Rita de Cássia Lara Couto  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil



Assistentes Editoriais



Alice Lazzarini Bento  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil



Bárbara Ferreira Fernandes  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil



Brendo Filipe Costa Diniz  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil



Chrigor Augusto Libério  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil



Danielle Aparecida Arruda  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil


Gabriel Benedito Machado  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil



Gyovana de Almeida Félix Machado  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil



Helena Amaral Sant'Ana  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil



Ismael da Silva Nunes  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil



Jeremy Dioses Campaña  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil



Jéssica Lopes de Assis  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil



Kathia Espinoza Maurtua  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil



Lucas Eduardo de Souza Ferreira  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Luz Estefany Ramos Dolorier  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Nilciana Alves Martins  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Wazime Mfumukala Guy Baudouin  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Vitória Almeida Machado  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

